São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,00 | Sexta-feira, 25 de março de 2022 | Edição N º 517

datamercantil.com.br

Dólar mergulha abaixo dos R$ 4,80 no sétimo dia de queda

O dólar mergulhava pelo sétimo dia seguido nesta quinta-feira (24), afundando abaixo da barreira dos R$ 4,80, o que coloca a taxa de câmbio perto de renovar a sua cotação mínima desde o início da pandemia de Covid-19. Às 11h35, dólar comercial à vista caía 1,44%, a R$ 4,7730 na venda.

Juros elevados, ações com potencial de valorização na Bolsa de Valores e o impulso dado pela guerra na Ucrânia na valorização do petróleo, uma das commodities mais importantes produzidas no Brasil, fortalecem um contexto global que desde o início do ano favorece a entrada de investimentos de estrangeiros no país.

Na véspera, o dólar encerrou com a menor cotação desde o início da pandemia. A moeda americana cedeu 1,44%, a R$ 4,8430. Em 13 de março de 2020, dois dias após a OMS (Organização Mundial da Saúde) ter declarado a disseminação global do novo coronavírus, o dólar terminou o pregão cotado a R$ 4,8280.

Até esta quarta (23), a cotação da moeda dos Estados Unidos acumulava queda de mais de R$ 1 em relação ao pico, atingido em 13 de maio de 2020, quando fechou em R$ 5,90. Isso representa uma queda de 18%.

Neste ano, o real apresenta a maior valorização frente à divisa americana, quando o comparado a outras 23 moedas de países emergentes. O retorno à vista da divisa brasileira é de aproximadamente 16%.

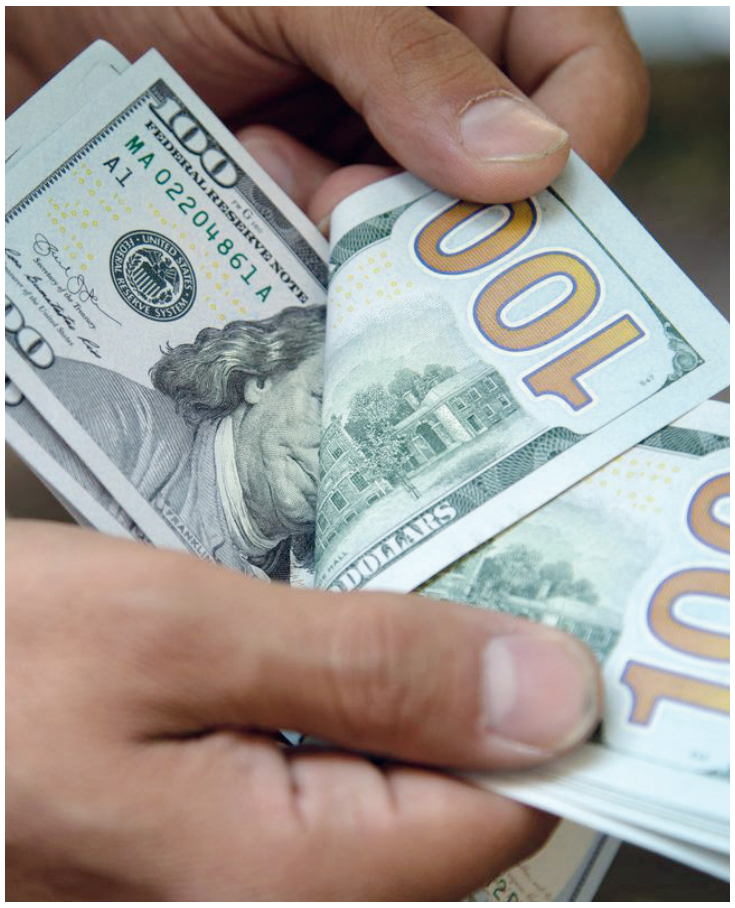
Bolsa ganha força e passa dos 118 mil pontos A Bolsa de Valores brasileira ganhava impulso também pelo sétimo dia consecutivo, com o seu principal índice, o Ibovespa, avançando 0,46%, a 118.001 pontos.

Responsáveis por 53% das movimentações financeiras na Bolsa, investidores estrangeiros têm participação importante neste bom momento do Ibovespa.

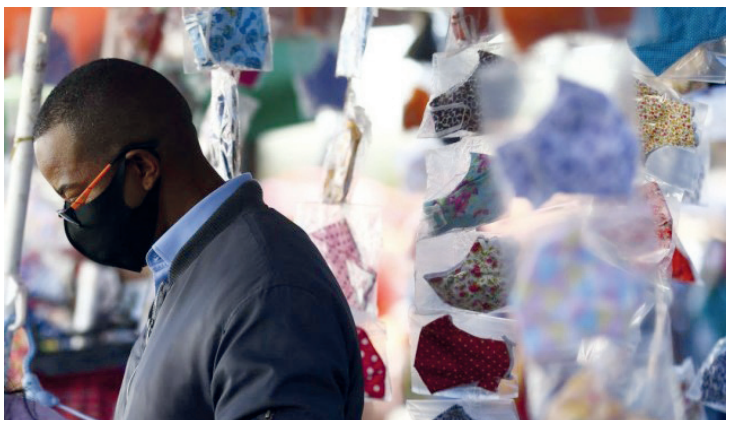
Desde o início do ano até a última terça-feira (22), o saldo das operações realizadas por eles estava em R$ 84 bilhões. Isso representa 82% do saldo de R$ 102,3 bilhões de todo o ano de 2021, que teve o recorde da série histórica.

Entre os principais atrativos do Brasil para o exterior estão as ações das empresas de matérias-primas e, entre elas, o petróleo ganhou ainda mais importância com a ameaça de escassez provocada pela guerra da Ucrânia.

Folhapress



Economia



Máscaras já começam a sumir de linhas de produção nacionais

Página - 03

Deputados criticam decisão do governo Bolsonaro de zerar imposto de importação de etanol

Página - 03

฿itcoin

Bitcoin (BTC) sobe acima de US$ 43.500 e mercado reaquece

Pág - 05

Banco da Inglaterra planeja estrutura regulatória para criptomoedas

Pág - 05

Política

YouTube tem no ar ao menos 1.701 vídeos com ataques ao sistema eleitoral, diz estudo

Página - 04

Lula diz ter pena dos 'moleques messiânicos' da Lava Jato e cita condenação de Deltan

Página - 04

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

DATA MERCANTIL - 25.03.2022 - DIGITAL.indd 1 25/03/2022 00:07:57

No Mundo

Refugiados consideram brasileiros acolhedores, mas sofrem discriminação, diz pesquisa

Refugiados que vivem no país consideram os brasileiros solidários e acolhedores, mas muitos relatam ter sofrido discriminação por sua nacionalidade ou sua raça, especialmente os que vêm de países da África, mostra uma pesquisa que avaliou a percepção e as dificuldades vividas por esses imigrantes.

O levantamento, realizado pela ONG Estou Refugiado com o Instituto Qualibest entre janeiro e setembro de 2021, entrevistou 503 refugiados ou solicitantes de refúgio.

A amostra não é representativa dessa população, mas tem um perfil semelhante ao da média desses imigrantes, com a maioria tendo vindo da Venezuela (61%) e morando em Boa Vista (39% do total) ou São Paulo (34%). Os demais são angolanos, congoleses, sírios e de países como Colômbia e Cuba, e o tempo em que estão no Brasil varia de seis meses a sete anos.

Questionados sobre pontos positivos e negativos dos brasileiros, a maioria disse que os consideram solidários (62%) e acolhedores (59%). Mais de 40% afirmaram não ver pontos negativos, mas, entre os demais, os defeitos mais associados com os brasileiros foi o de serem relapsos (23%), briguentos (19%) e preconceituosos (18%).

No geral, 47% disseram ter sofrido algum tipo de discriminação no país, especialmente relacionada à nacionalidade e à raça. Entre os refugiados africanos o percentual é bem maior: 64%.

Os dois maiores fatores apontados como motivadores para migrar foram a crise econômica -especialmente no caso dos venezuelanos- e perseguição política ou guerras.

Eles dizem ter escolhido o Brasil como destino principalmente por terem parentes ou amigos no país e pela ideia de que seria mais fácil encontrar trabalho (23%), algo que nem sempre se confirma na prática: metade dos entrevistados considera difícil ou muito difícil encontrar trabalho no Brasil, e esse foi o principal fator mencionado por eles entre os maiores problemas que enfrentam.

Além da falta de vagas disponíveis, eles citaram como entraves para a colocação no mercado de trabalho o fato de não conhecerem ninguém (35%), problemas com o idioma (33%) ou para revalidar seus diplomas (28%), além da discriminação contra imigrantes por parte dos empregadores (25%).

Flávia Mantovani/Folhapress

Zelenski pede que Otan envie 'ajuda militar irrestrita' à Ucrânia

O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, fez um duro discurso nesta quinta-feira (24) transmitido virtualmente durante a reunião dos membros da Otan em Bruxelas, na Bélgica.

"Para salvar as pessoas e nossas cidades, a Ucrânia precisa de ajuda militar irrestrita. Assim como a Rússia usa todo o seu arsenal contra nós sem restrições", disse.

Zelenski pediu que a aliança militar envie jatos, tanques, armas antinavios e equipamento militar para defesa aérea. Disse ainda que a Rússia tem planos de avançar sobre outros países do Leste Europeu, como a Polônia. "A Otan ainda precisa mostrar o que a aliança pode fazer para salvar as pessoas", argumentou.

O secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, reiterou nesta quinta que não tem planos de enviar soldados ou aviões à Ucrânia. Mas a aliança se comprometeu com o envio de equipamento para "se proteger contra ameaças químicas, biológicas, radiológicas e nucleares".

Folhapress

Coreia do Norte faz maior teste de míssil nuclear antes de reunião da Otan

Poucas horas antes de a Otan (aliança militar ocidental) se reunir para discutir novos passos contra a Rússia na guerra da Ucrânia, a Coreia do Norte fez seu maior teste com um míssil intercontinental com capacidade nuclear –o primeiro desde 2017.

O ditador Kim Jong-un é um dos poucos aliados de Vladimir Putin, e o disparo abre uma nova frente de preocupação para o presidente americano, Joe Biden, que empenhou muitas fichas diplomáticas ao reunir-se pessoalmente com os outros 29 chefes de governo da Otan em Bruxelas nesta quinta (24).

Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul condenaram o teste. Segundo o Ministério da Defesa japonês, provavelmente foi o primeiro com um míssil Hwasong-17, apresentado em um desfile militar em Pyongyang em 2020. O lançamento ocorreu às 15h44 locais (3h44 em Brasília), três horas antes de os líderes ocidentais posarem para a primeira foto do seu encontro.

O teste impressionou os sul-coreanos, que o calcularam: o míssil voou por 71 minutos a até 6.200 km, cobrindo uma distância de 1.080 km, espatifando-se no mar próximo ao Japão. Se utilizasse uma trajetória normal, poderia atingir cidades na costa oeste americana, além de territórios dos EUA no Pacífico como o Havaí e Guam.

O maior teste até aqui havia sido em 2017, quando um modelo Hwasong-15 chegou a 4.475 km de altitude e alcance de 950 km, voando por 53 minutos. Para demonstrar prontidão, Seul disparou uma série de mísseis menores em teste.

Igor Gielow/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária *Fazemos parte da* abra legal

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

Máscaras já começam a sumir de linhas de produção nacionais

A centenária Lupo, a maior fabricante nacional de máscaras de proteção contra a Covid-19, decidiu suspender a produção do acessório no seu parque fabril de 130 mil metros quadrados, com unidades em Araraquara (SP) e Itabuna (BA), apurou a Folha.

A Lupo avaliou que o fim da obrigatoriedade da proteção nos grandes centros urbanos, este mês, já permitiria à empresa interromper a fabricação do produto, que tem como principais canais de vendas o site e as cerca de 430 franquias da marca espalhadas pelo país.

Entre abril de 2020 e setembro de 2021, foram aproximadamente 70 milhões de unidades vendidas, incluindo a marca Trifil, que pertence à companhia.

Procurada, a Lupo não atendeu a reportagem porque está em período de silêncio. A empresa tem capital aberto e está às vésperas da divulgação dos seus resultados financeiros referentes ao quarto trimestre de 2021.

De acordo com os últimos dados divulgados, a Lupo faturou cerca de R$ 257 milhões com o produto no acumulado de janeiro a setembro do ano passado. Em todo o ano de 2020, havia faturado R$ 59,1 milhões com a categoria.

Vice-campeã de vendas entre janeiro e setembro de 2021, período em que a empresa como um todo faturou R$ 1,12 bilhão, a categoria de máscaras só perdeu para a de cuecas, mas ficou à frente do segmento de meias (produto que deu origem à companhia) e da categoria de produtos esportivos (como camisetas, shorts e bermudas).

Outras fabricantes, como a gaúcha Fiber Knit, tomaram a mesma iniciativa. A produção das máscaras esportivas da marca, que foram o acessório oficial da equipe olímpica do Brasil no Japão no ano passado, chegou a 12 mil unidades por dia, mas desde fevereiro está suspensa. Até agora, a empresa vendeu 4,5 milhões de unidades.

Antes especializada na fabricação de cabedal para calçados, a Fiber Knit viu nascer nas máscaras um novo mercado, que quintuplicou o seu faturamento, não revelado. Mas a demanda diminuiu a partir de novembro, reacendeu em janeiro com a ômicron e, em fevereiro, voltou a cair, levando a empresa a suspender a produção, feita em impressora 3D e com garrafas PET como matéria-prima.

Daniele Madureira/Folhapress

Deputados criticam decisão do governo Bolsonaro de zerar imposto de importação de etanol

A Frente Parlamentar pela Valorização do Setor Sucroenergético, composta por deputados de diversos partidos de todas as regiões produtoras de cana-de-açúcar e de etanol do país, criticou a decisão do governo Jair Bolsonaro (PL) de zerar, até o final do ano, o imposto de importação sobre o etanol.

O argumento do governo federal é o de que a medida vai ajudar a reduzir o impacto da população sobre a população.

O deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania), presidente da Frente, afirma que a medida será "pouco eficaz para o controle inflacionário".

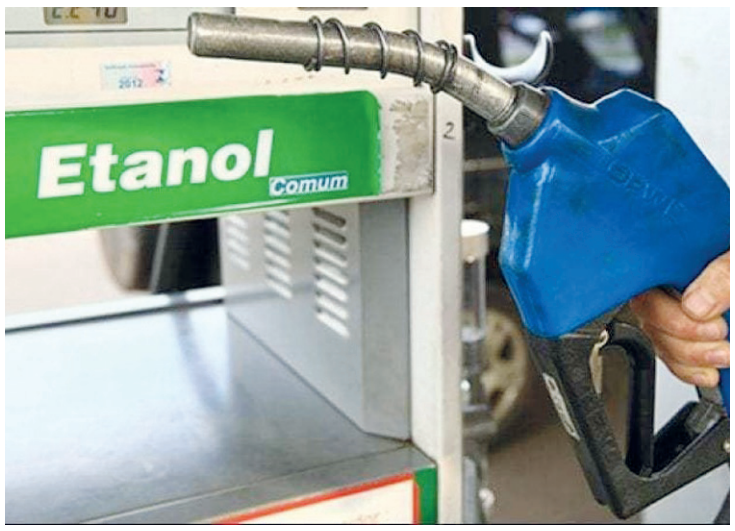
"Além disso, a redução do imposto poderá significar um grave erro se não estiverem contingenciadas no tempo, de uma forma que a abertura do mercado seja feita dentro de um planejamento que não prejudique o setor", diz Jardim, em nota.

O parlamentar afirma que, em abril, será iniciada a safra 2022/2023 na maior região produtora de etanol do Brasil, com consequente aumento na oferta para o mercado interno e redução nos preços de comercialização.

"A entrada de etanol importado pode desestruturar a estratégia nacional de armazenagem e distribuição do etanol", completa Jardim, solicitando que o governo reavalie a medida e suspenda sua implementação.

"Os efeitos da importação serão danosos a uma indústria que representa 2% do PIB Nacional e gera 700 mil empregos diretos", conclui.

Folhapress



Caixa reduz juro do crédito imobiliário em linha atrelada à poupança

Em evento organizado pela Abrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias) nesta quinta (24), o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, anunciou redução na taxa de financiamento imobiliário do banco na linha atrelada à poupança.

A partir de segunda (28), a taxa passa de 2,95% ao ano para 2,8% ao ano, mais o rendimento da poupança e TR. Com o atual rendimento da aplicação, isso equivale a uma taxa final de 8,97% ao ano, acrescida de TR.

A linha de crédito tradicional da Caixa, com taxa fixa atrelada à TR, hoje começa em 8,2% ao ano, mas a média fica em 8,9% ao ano, segundo levantamento da plataforma de crédito MelhorTaxa. Dessa forma, as duas linhas passam a ter valores similares.

No entanto, os juros da linha atrelada à poupança podem mudar quando a Selic ficar novamente abaixo de 8,5% ao ano, o que altera o rendimento da aplicação.

O presidente do banco também anunciou o início da redução da taxa de crédito imobiliário pelo programa Casa Verde e Amarela para famílias que ganham de R$ 2.001 a R$ 2.400, o que já havia sido aprovado pelo Conselho Curador do FGTS na última semana.

A redução é de 0,5 ponto percentual. Para famílias do Norte e Nordeste, a taxa passa a ser de 4,25% ao ano, enquanto famílias das demais regiões pagam taxa de 4,5%.

Os novos valores começam a valer em 12 de abril. Essas pessoas serão incluídas no grupo 1 do programa, em vez da atual classificação no grupo 2.

"Isso ainda não é suficiente [para resolver problema habitacional], mas é um passo", diz Guimarães.

Segundo ele, o orçamento para oferta de crédito no Casa Verde e Amarela subiu 20% neste ano.

O banco projeta que R$ 160 bilhões serão usados em 2022 para financiamento imobiliário, no SBPE, com recursos da poupança, e no Casa Verde e Amarela, com fundos do FGTS, aumento de 13,5%.

Cerca de R$ 100 bilhões serão destinados aos financiamentos do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo).

Folhapress

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

Política

YouTube tem no ar ao menos 1.701 vídeos com ataques ao sistema eleitoral, diz estudo

O YouTube mantém no ar pelo menos 1.701 vídeos com ataques ao sistema eleitoral brasileiro e acusações infundadas de fraude nas urnas.

Juntos, esses vídeos acumulam, até hoje, 67,7 milhões de visualizações e 368.955 comentários, segundo levantamento do pesquisador Marcelo Alves, professor do Departamento de Comunicação da PUC do Rio.

Segundo o estudo, o canal com maior número de visualizações de vídeos com ameaças à integridade eleitoral é o Pingos nos Is, com 15,7 milhões de visualizações, seguido de Folha Política (12,6 milhões), Jovem Pan News (2,5 milhões), Foco do Brasil (2,3 milhões) e Bolsonaro TV (2,2 milhões).

O vídeo com maior número de visualizações é o que contém a live do presidente Jair Bolsonaro de 29 de julho de 2021, em que ele disse que apresentaria o que ele chamava de provas das suas alegações de fraude na eleição de 2018, mas mostrou apenas boatos que circulam há anos na internet e já foram desmentidos anteriormente. O conteúdo teve 1,3 milhão de visualizações.

Em segundo lugar está um vídeo sobre "delegado que apresenta documento sobre urnas adulteradas", com 1,2 milhão de visualizações.

O YouTube não tinha política de remover conteúdo com acusações falsas de fraude eleitoral no Brasil em 2018 –a proibição de vídeos com alegações de irregularidades só valia para os Estados Unidos e Alemanha.

Nesta terça (22), a plataforma anunciou que começará a remover todos os vídeos que contenham alegações falsas de fraudes, erros ou problemas técnicos na eleição de 2018, inclusive de forma retroativa, atingindo os que já estão publicados na plataforma.

Bolsonaro e seus aliados protagonizam inúmeros vídeos com afirmações não comprovadas de que houve fraudes eleitorais e a urna eletrônica foi adulterada em 2018, e esse conteúdo é passível de remoção.

"A nova política do YouTube é um reconhecimento da gravidade da situação e um passo positivo na direção de se engajar em reduzir os potenciais impactos que o conteúdo criado e veiculado e plataforma podem ter", diz Alves.

"Ao mesmo tempo, é muito importante que essas regras sejam aplicadas. Já vimos outras regras serem desenvolvidas, sem a efetiva aplicação."

Patrícia Campos Melo/Folhapress

Lula diz ter pena dos 'moleques messiânicos' da Lava Jato e cita condenação de Deltan

O ex-presidente Lula (PT) chamou nesta quinta-feira (24) de moleques messiânicos os ex-integrantes da Lava Jato de Curitiba. O petista disse que vai estudar novos pedidos de indenização contra eles após as eleições presidenciais deste ano.

Nesta semana, a Quarta Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu que o ex-procurador da República Deltan Dallagnol deve pagar indenização de R$ 75 mil por danos morais ao ex-presidente Lula por "ataques à honra" na entrevista na qual divulgou a denúncia do tríplex em Guarujá (SP).

Essa entrevista ficou conhecida pela apresentação de PowerPoint reproduzida em um painel. Foram 4 votos a 1 a favor da condenação do ex-procurador. Cabe recurso.

Para os ministros, ele usou expressões que não constavam na denúncia e tinham como objetivo ferir a imagem do ex-presidente. À época, Deltan afirmou que Lula era "o grande general" do esquema da Petrobras e que comandou uma "propinocracia".

Na ação que chegou ao STJ, a defesa de Lula afirmava que a entrevista coletiva de Deltan "se transformou em um deprimente espetáculo de ataque à honra à imagem e à reputação" do ex-presidente.

Eles pediram R$ 1 milhão em danos morais pela realização da entrevista de setembro de 2016 na qual ele explicou a denúncia da Operação Lava Jato contra Lula pelo caso do tríplex em Guarujá (SP), que mais tarde levou o ex-presidente a ser condenado e preso.

Leonardo Augusto/Folhapress

Tarcísio de Freitas fecha com Republicanos para disputar Governo de São Paulo

O ministro Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) fechou acerto para ir para o Republicanos disputar o Governo de São Paulo.

A ideia inicial era que ele fosse para o PL, a pedido do presidente Jair Bolsonaro (PL), que gostaria que ele usasse o número 22.

Nas negociações, também ficou acertado que o ministro João Roma (Cidadania) migrará do Republicanos para o PL para concorrer ao Governo da Bahia.

Como mostrou o jornal Folha de S.Paulo, a candidatura de Tarcísio preocupa rivais, já que ele pode crescer embalado pela polarização e pelo apoio de Bolsonaro. Além disso, há a avaliação de que o ministro, por ser visto como técnico e menos afeito aos arroubos do presidente, é capaz de furar o teto de votos bolsonarista.

Tarcísio tem sido alvo de críticas até de grupos empresariais e sua fama de realizador é contestada pelos gastos da pasta, que mostram que o Ministério da Infraestrutura investe menos do que no passado.

Reportagem da Folha de S.Paulo desta semana mostrou que Tarcísio é vendido por seu grupo político como um entregador de obras e concessões.

Levantamento feito pela Folha de S.Paulo, porém, mostra que os investimentos da pasta caíram em relação a gestões anteriores.

Além disso, em São Paulo, estado que Tarcísio pretende administrar, há entregas tímidas na comparação com outras unidades da federação e até obras importantes travadas pelo Ministério da Infraestrutura.

Tarcísio, diante disso, aposta nas grandes concessões, como a do Porto de Santos e a da rodovia Presidente Dutra, como marcas para sua gestão. Ele chegou a ser apelidado de "Thorcízio" por aliados, em uma brincadeira com a força com que usa o martelo durante leilões de ativos públicos.

Julia Chaib/Folhapress

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

Bitcoin (BTC) sobe acima de US$ 43.500 e mercado reaquece

Nesta quinta-feira (24), o Bitcoin (BTC) alegrou o dia de muitos investidores e teve uma variação positiva de 3,9%, encostando em US$ 44 mil. A subida da criptomoeda elevou a variação em sete dias para 7,47%.

O Ether (ETH), criptoativo da Ethereum, desempenhou positivamente em 4,41% e está cotado em US$ 3.100. O criptoativo está até então com uma variação semanal positiva de 10,14%.

Segundo dados do CoinMarketCap, a capitalização de mercado da somatória de todos criptoativos voltou ao patamar de US$ 2 trilhões, uma subida na variação diária de 3,77%.

O volume de negociações do mercado cripto em 24 horas foi de U$ 107.917.244.577, e a dominância do Bitcoin e do Ether é de respectivamente 41,8% e 18,7%.

O token de governança do jogo Axie Infinity (AXS) subiu 18,89% e chegou a ser negociado a US$ 68,14. A rede de camada zero Polkadot (DOT) também obteve valorização em seu criptoativo da rede, de 2,33%.

A Cardano (ADA) surpreendeu muitos e valorizou 10,38% em 24 horas. Assim como Solana (SOL), que voltou ao patamar dos US$ 100 após subir 10,12% nesse mesmo período.

Tokens não fungíveis (NFTs)

Segundo o site de análise NFTGo, a coleção com maior capitalização de mercado continua sendo Cryptopunks (US$ 1.659.700.469,65), seguido de Bored Ape Yatch Club (US$ 941.585.076,12), negociado com uma alta de 0,42% em 24 horas.

Art Blocks conta com uma capitalização de mercado de US$ 838,169,487.38 e a coloca em quarto após uma leve subida de 0,05%. Fechando as quatro maiores coleções, Meebits registra capitalização de mercado de US$ 740,185,430.83 e variação diária positiva de 0,17%.

Finanças descentralizadas (DeFi)

De acordo com o site de análise Defillama, a Curve (CRV), corretora descentralizada (DeX), apresenta um TVL de US$ 20,26 bilhões, um decréscimo de 0,09% nas últimas 24 horas.

A MakerDao apresentou crescimento nas últimas 24 horas de 2,19%, estando no patamar de US$ 16,75 bilhões, mas ainda ocupa o segundo lugar como protocolo DeFi com maior TVL.

Em terceiro lugar, o protocolo Lido (LDO), que garante liquidez aos ativos em staking, aumentou seu TVL em 2,18%, e agora está com US$ 16,7 bilhões travados no protocolo.

Leonardo Rubinstein Cavalcanti/Money Times

CEO da MicroStrategy, Michael Saylor define bitcoin como "ouro melhorado"

Em entrevista à CNN Business, o bilionário afirmou que quem negocia o bitcoin como ativo de risco não estudou a moeda digital a fundo, e somente quem o fez pode vê-lo como o "ativo de menor risco possível".

Ainda durante a conversa, Saylor compartilhou sua visão da criptomoeda como propriedade e não como moeda de troca. Segundo ele, é mais interessante comprar US$ 1 bilhão de dólares em bitcoin do que comprar um prédio do mesmo valor, por exemplo. Ao voltar a falar sobre o ouro, ele explicou que, apesar de também ser considerado uma reserva de valor, o metal precioso tem visto ser valor ser diluído por mineração contínua, além de ser centralizado.

O CEO da maior empresa listada na bolsa de valores norte-americana com bitcoins em seu balanço patrimonial também compartilhou sua visão sobre o uso de criptoativos por russos, como uma maneira de escapar das sanções impostas ao país. Michael diz não acreditar que o governo em si esteja usando cripto, mas sim famílias de classe média que buscam fugir da inflação, ou que não possuem mais acesso ao sistema bancário.

No final, Saylor afirmou que o movimento de regulação dos ativos digitais em todo o mundo deve atrair cada vez mais os grandes investidores institucionais para a classe de ativos, e que isso deve acontecer nos próximos dois anos.

No mês passado, durante uma queda brusca no mercado de criptomoedas, a MicroStrategy comprou mais US$ 25 bilhões em bitcoin, levando seu estoque total para quase US$ 5 bilhões.

Exame

Banco da Inglaterra planeja estrutura regulatória para criptomoedas

O Banco da Inglaterra (BoE) começou nesta quinta-feira a esboçar a primeira estrutura regulatória do Reino Unido para criptoativos, dizendo que embora o setor permaneça pequeno seu rápido crescimento pode representar riscos para a estabilidade financeira no futuro se não for regulamentado.

Criptomoedas têm estado no foco das autoridades em meio a preocupações de que possam ser usadas para contornar sanções impostas contra a Rússia desde o início da invasão à Ucrânia.

"Apesar de criptoativos provavelmente não serem capazes de fornecerem uma forma viável de contornar as sanções em escala atualmente, a possibilidade de existência de tal comportamento ressalta a importância em assegurar que a inovação em criptomoedas seja acompanhada por políticas públicas efetivas", afirmou o Comitê de Política Financeira do Banco da Inglaterra em comunicado nesta quinta-feira.

A regulamentação para o setor deve ser baseada na "equivalência", o que significa que os serviços financeiros relacionados a criptomoedas que desempenham uma função semelhante aos serviços financeiros existentes devem estar sujeitos às mesmas leis, disse o comitê.

Até que os criptoativos sejam totalmente colocados sob a rede regulatória, o BoE está se concentrando em garantir que os riscos sejam controlados no setor bancário.

O vice-presidente do BoE, Sam Woods, escreveu às instituições financeiras nesta quinta-feira, observando o aumento do interesse de bancos e empresas de investimento no setor.

Os riscos das criptomoedas devem ser "considerados totalmente" pelos conselhos dos bancos e eles provavelmente precisarão adaptar estratégias e sistemas de gerenciamento de risco existentes, disse Woods.

Reuters

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

Tecnologia

Oscar 2022: onde assistir à cerimônia de premiação ao vivo

A 94ª cerimônia do Oscar, que homenageia e premia grandes produções cinematográficas, será exibida no domingo, dia 27 de março. A premiação será apresentada pelas atrizes e comediantes Regina Hall (Todo Mundo Em Pânico), Amy Schumer (Descompensada) e Wanda Sykes (A Sogra).

Se você procura onde assistir à premiação, o Globoplay irá transmitir com exclusividade a cerimônia, sem nenhum custo, basta estar logado no streaming. Já na TV paga, a transmissão será feita pelos canais TNT e TNT Series.No Globoplay, quem irá apresentar e comentar a premiação serão Maria Beltrão do Globonews, Marcelo Adnet e Fabio Porchat do GNT e a atriz Dira Paes.

Destaques da premiação

A premiação desse ano, contará com um time de peso e grandes nomes do cinema. Inclusive, o Brasil está próximo de ganhar sua primeira estatueta, como o documentário curta-metragem Onde Eu Moro, do cineasta carioca Pedro Kos. O curta está disputando com Audible, The Queen of Basketball, Três Canções para Benazir e When We Were Bullies na categoria de Melhor Documentário em Curta Metragem.

Entre os outros indicados, podemos destacar o filme Ataque dos Cães, que lidera a lista de indicados com 12 nomeações. O filme é estrelado pelo ator Benedict Cumberbatch, que está indicado na categoria de Melhor Ator. O filme está disponível na Netflix.

Em seguida vem Duna, com 10 indicações, estrelado por Zendaya e Timothée Chalamet. Duna já está disponível no streaming da HBO Max. Belfast e Amor Sublime Amor seguem como terceiro na lista, com um total de 7 indicações cada.

Belfast é uma comédia dramática estrelada por Judi Dench, que segue indicada como Melhor Atriz Coadjuvante. O longa-metragem está em exibição nos cinemas. Já Amor Sublime Amor é um Musical/Romance que pode levar para casa o Oscar de Melhor Diretor, com Steven Spielberg. O Filme está disponível no Disney+.

Com as trilhas sonoras, temos a música tema de Encanto, como uma das favoritas para Trilha Sonora Original. Billie Eilish e Beyoncé, disputam o Oscar de Melhor Canção Original.

E isso é só uma palhinha do que vem por aí. Essas e outras atrações estarão presentes no tapete vermelho, então ficamos aqui ansiosos para acompanhar a maior premiação do cinema.

Mrcelo de Morais/TecMundo

Lapsus: adolescente é apontado como autor de ataques à Microsoft

Investigações realizadas por especialistas em segurança cibernética indicam que um adolescente de apenas 16 anos é responsável por ataques a grandes empresas de tecnologia nas últimas semanas, incluindo Microsoft, Nvidia e Samsung.

Os especialistas, contratados pelas empresas vítimas, acreditam que o adolescente foi o mentor dos ataques realizados pelo grupo cibercriminoso Lapsus$. Segundo a Bloomberg, o adolescente mora com a mãe em uma região perto da cidade de Oxford, na Inglaterra.

O TecMundo já havia adiantado em janeiro a identidade do adolescente, veja aqui: Cibercrime e o espetáculo por reconhecimento: uma entrevista com Lapsus

Atendendo pelo pseudônimo on-line de "White" e de "breachbase", o autor do ataque não teve sua identidade revelada por ser menor de idade e por ainda ter sido acusado oficialmente pela polícia, já que ainda não foram obtidas provas concretas que o relacione aos crimes.

Outro adolescente também é suspeito de fazer parte do grupo cibercriminoso. Segundo os investigadores, o garoto mora no Brasil e tem sua conta, junto a outras sete, vinculada ao grupo hacker.

O ataque mais recente do Lapsus$ aconteceu no início desta semana, realizado contra a Microsoft, que confirmou a violação dos seus sistemas. No fim do ano passado, o grupo também assumiu a autoria de outros crimes, como o ataque ao ataque ao ConecteSUS e ao Ministério da Saúde.

Giovanna Fantinato/TecMundo

Anonymous diz ter atacado BC russo e promete liberar documentos

O grupo hacktivista Anonymous alegou, na noite da última quarta-feira (23), ter hackeado o Banco Central da Rússia. Além disso, eles prometeram que nos próximos dias liberarão 35 mil arquivos, incluindo acordos secretos do governo russo.

Desde o começo da invasão russa à Ucrânia, há um mês, o Anonymous se colocou contra principalmente Vladimir Putin, tendo inclusive declarado uma "guerra cibernética". O coletivo já atacou ciberneticamente várias instituições russas, incluindo veículos de imprensa.

Apesar de dizerem que o Banco Central do país europeu foi atacado, por enquanto o grupo não divulgou nenhuma prova sobre o feito. Uma conta no Twitter de uma das células do Anonymous até divulgou imagens de documentos escritos em russo, mas não há nenhuma prova de que eles tenham informações confidenciais.

Além disso, nem o Banco Central e nem o governo russo se manifestaram sobre o caso. O site da instituição que controla a inflação e o valor do rublo (moeda do país) segue no ar normalmente, por exemplo.

O Anonymous tem intensificado as ações cibernéticas não somente contra entidades russas, mas também contra empresas do Ocidente que continuam realizando negócios com o país comandado por Putin.

Na última terça-feira, por exemplo, o coletivo disse ter atacado a matriz suíça da Nestlé e vazou 10 GB de dados da empresa na internet, incluindo e-mails, senhas e informações comerciais. O fato, aliado a críticas até do presidente da Ucrânia, fez com que a Nestlé suspendesse a venda de produtos como KitKat na Rússia.

Carlos Palmeira/TecMundo

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

Publicidade Legal

Palhagões Patrimonial e Participações S/A

CNPJ/MF nº 10.570.982/0001-00

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2021. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. São Paulo, 15 de fevereiro de 2022. *A Administração.*

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais)

Ativo	2021	2020
Ativo Circulante		
Caixa e Bancos	3.032.079	320.835
Aplicações Financeiras	244.367	35.596.264
Clientes p/Locação de Imóveis	28.500	5.250
Empréstimos	1.000.000	1.000.000
Impostos a Recuperar	137.368	49.079
Despesas Antecipadas	7.915	9.024
	4.450.229	**36.980.452**
Ativo Não Circulante		
Investimentos		
Participações Societárias	11.285.412	11.285.412
Imobilizado		
Terrenos		
Edifícios	2.732.513	2.702.596
Máquinas e Equipamentos		
Veículos Leves	317.730	317.730
Total do Imobilizado	**3.050.243**	**3.020.326**
(-)Depreciação Acumulada	1.035.789	929.646
Imobilizado Líquido	**2.014.454**	**2.090.680**
Total do Ativo	**17.750.095**	**50.356.544**
Passivo	**2021**	**2020**
Passivo Circulante		
Contribuições Sociais	274	802
IRPJ e CSLL	30.915	716.937
Outras Contas a Pagar	4.938	455.608
	36.127	**1.173.347**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	12.451.408	24.451.408
Reserva Legal	2.519.096	2.519.096
Reserva de Lucros	2.743.464	22.212.693
	17.713.968	**49.183.197**
Total do Passivo	**17.750.095**	**50.356.544**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**24.451.408**	**1.366.043**	**304.685**	–	**26.122.136**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	23.061.061	**23.061.061**
Reserva Legal	–	1.153.053		(1.153.053)	–
Reserva de Lucros	–	–	21.908.008	(21.908.008)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**24.451.408**	**2.519.096**	**22.212.693**	–	**49.183.197**
Redução de Capital	12.000.000	–	–	–	**12.000.000**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	5.020.769	**5.020.769**
Dividendos	–	–	24.489.998	–	**24.489.998**
Reserva Legal	–	–	–	–	–
Reserva de Lucros	–	–	5.020.769	(5.020.769)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**12.451.408**	**2.519.096**	**2.743.464**	–	**17.713.968**

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em Reais)

	2021	2020
Receita c/Locação de Imóveis	51.000	28.250
Impostos Incidentes s/Receita	(1.861)	(1.031)
Receita Líquida	**49.139**	**27.219**
(Despesas) Receitas		
Despesas Gerais e Administrativas	(609.797)	(1.873.255)
Despesas Tributárias	(113.606)	(95.797)
Receita com Alienaçao de Imóveis		31.915.629
Receitas Financeiras Líquidas	279.623	1.409.499
Outras Receitas	207	94
Depreciação	(106.143)	(110.014)
Dividendos/Lucros de Outras Empresas	5.880.000	3.360.000
	5.330.284	**34.606.156**
Lucro Líquido antes do I.R. e C. Social	**5.379.423**	**34.633.375**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(358.654)	(11.572.314)
Lucro Líquido do Exercício	**5.020.769**	**23.061.061**
Lucro por ação	**–**	**1**

Demonstração do Fluxo de Caixa para os exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020
(Valores expressos em Reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	**5.020.769**	**23.061.061**
Diminuição (aumento) nas contas do Ativo		
Impostos a Recuperar	(88.289)	(47.938)
Clientes p/Locação de Imóveis	(23.250)	(2.750)
Empréstimos		(1.000.000)
Despesas Antecipadas	1.109	(574)
Aquisição de Imobilizado	(29.917)	(864.325)
Baixa de Imobilizado p/venda		13.287.674
Depreciação Acumulada	106.143	71.036
Total	**(34.204)**	**11.443.123**
Aumento (diminuição) nas contas do Passivo		
Capital	(12.000.000)	
Contribuições Sociais	(528)	711
Imposto de Renda e Contribuição Social	(686.022)	714.595
Outras Contas a Pagar	(450.670)	450.412
Total	**(13.137.220)**	**1.165.718**
Dividendos distribuidos	**24.489.998**	
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(32.640.653)**	**35.670.442**
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do período	3.276.446	35.917.099
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	35.917.099	246.657
Total	**32.640.653**	**35.670.442**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021

1. Contexto Operacional – A Palhagões Patrimonial e Participações S/A, tem como objeto social a administração de imóveis próprios destinados à locação e a participação como sócia ou acionista em outras empresas.

2. Base da Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei 6.404/76, e alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis – As receitas e despesas são apropriadas segundo o regime de competência.

4. Capital Social – O capital social totalmente integralizado está representado por 12.451.408 (doze milhões, quatrocentas e cinqüenta e uma mil, quatrocentas e oito) ações ordinárias nominativas no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma.

Diretoria

Luiz Carlos Dias Fernandes – Diretor Presidente
Alexandre Fernandes Adami – Diretor
Giovanni Pellegrino – Tec. Contabilidade – CRC 1SP 68.728/O-1

Paraguassu Participações S/A

CNPJ/MF nº 09.477.912/0001-23

Relatório da Diretoria: Srs Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Campinas, 18 de março de 2022.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 *(Em Reais- R$)*

Ativo	31/12/2021	31/12/2020
	4.800.006,66	**1.048.420,75**
Caixa e equivalentes de caixa	6,66	21.721,79
Dividendos a receber	4.800.000,00	1.026.698,96
Taxes Receivable		–
	75.142.748,00	**52.574.282,63**
Créditos com partes relacionadas	–	13.800,00
Investimentos	**75.142.748,00**	**52.560.482,63**
Investimentos	75.142.748,00	52.560.482,63
Total do ativo	**79.942.754,66**	**53.622.703,38**
Passivo	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Circulante	**–**	**143.420,40**
Fornecedores a pagar	–	5.256,00
Contas a pagar	–	20.000,00
Dividendos a pagar	–	118.164,40
Other debts	–	–
Não-Circulante	**–**	**43.249,89**
Débitos com partes relacionadas	–	43.249,89
Patrimônio Líquido	**79.942.754,66**	**53.436.033,09**
Capital social	43.154.350,03	4.815.018,97
Reserva de reavaliação	10.474.137,70	12.095.700,97
Reservas de legal	2.158.008,53	1.225.008,53
Ajuste de avaliação patrimonial	12.182.094,72	12.182.094,72
Reserva de lucros	11.974.163,68	23.118.209,90
Total do passivo	**79.942.754,66**	**53.622.703,38**

Demonstração do Resultado do exercício em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 *(Em Reais- R$)*

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	**–**	**–**
Lucro bruto	**–**	**–**
Outras receitas/(despesas) operacionais	**19.475.319,31**	**4.475.904,97**
Despesas gerais e administrativas	(34.932,24)	(25.049,59)
Despesas tributárias	(248,42)	–
Equivalência patrimonial	19.510.499,97	4.500.954,56
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**19.475.319,31**	**4.475.904,97**
Despesas financeiras	(619,14)	(725,95)
Receitas financeiras	–	–
Resultado antes do IR/CS	**19.474.700,17**	**4.475.179,02**
Contribuição social	–	–
Imposto de renda	–	–
Resultado líquido do exercício	**19.474.700,17**	**4.475.179,02**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 *(Em Reais- R$)*

	Capital Social Nacional	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	Retenção de lucros e/ou prejuizos acumulados	Total
Em 31/12/2019	**4.815.018,97**	**12.095.700,97**	**12.182.094,72**	**1.225.008,53**	**18.643.030,88**	**48.960.854,07**
Lucro(Prejuízo) do exercicio	–	–	–	–	4.475.179,02	**4.475.179,02**
Em 31/12/2020	**4.815.018,97**	**12.095.700,97**	**12.182.094,72**	**1.225.008,53**	**23.118.209,90**	**53.436.033,09**
Aumento de Capital Social	38.339.331,06	(408.203,86)	–	–	(37.931.127,20)	–
Realização de reserva de reavaliação	–	512.772,05	–	–	–	512.772,05
Constituição de reserva legal	–	–	–	933.000,00	(933.000,00)	–
Ajustes de exercícios anteriores	–	–	–	–	7.384.249,35	7.384.249,35
Distribuição de lucros	–	–	–	–	(865.000,00)	(865.000,00)
Lucro(Prejuízo) do exercicio	–	–	–	–	19.474.700,17	19.474.700,17
Em 31 de dezembro de 2021	**43.154.350,03**	**12.200.269,16**	**12.182.094,72**	**2.158.008,53**	**10.248.032,22**	**79.942.754,66**

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Descrição	2021	2020
Lucro/prejuizo liquido do exercicio		
Lucro/prejuizo liquido do exercicio	19.474.700,17	4.475.179,02
Total	–	–
Itens que nao afetam o caixa operacional		
Equivalencia patrimonial	(19.510.499,97)	(4.500.954,56)
Ajustes de Exercicios anteriores	25.256,00	–
Depreciação e Amortização	–	–
Total de itens que nao afetam o caixa operacional	**(19.485.243,97)**	**(4.500.954,56)**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Aumento/(Redução) em Dividendos a receber	(3.773.301,04)	(1.026.698,96)
Aumento/(Redução) em Dividendos a pagar	(118.164,40)	–
Aumento/(Redução) em Fornecedores a pagar	(25.256,00)	–
Total de fluxo de caixa das atividades operacionais	**(3.916.721,44)**	**(1.026.698,96)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisicao de bens do imobilizado e intangivel	–	–
Redução de bens do ativo imobilizado	–	–
Aquisição de Investimento	–	–
Redução de Investimento	4.800.000,00	1.026.698,96
Total de fluxo de caixa das atividades de investimentos	**4.800.000,00**	**1.026.698,96**

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Total de fluxo de caixa das atividades de financiamento	–	–
Total de lucro/prejuizo liquido do exercicio	**872.734,76**	**(25.775,54)**
Caixa liquido das atividades de financiamento		
Integralização de Capital Social	–	–
Créditos com partes relacionadas	13.800,00	(12.000,00)
Débitos com partes recionadas	(43.249,89)	–
Distribuição de lucros	(865.000,00)	–
Total de caixa liquido das atividades de financiamento	**(894.449,89)**	**(12.000,00)**
Aumento liquido de caixa	**(21.715,13)**	**(37.775,54)**
Aumento/Diminuição líquido ao Caixa e equivalentes	**(21.715,13)**	**(37.775,54)**
Caixa e equivalente de Caixa no início do período	**21.721,79**	**59.497,33**
Caixa e equivalente de Caixa no fim do período	**6,66**	**21.721,79**
Variação das contas Caixa e equivalente de Caixa	**(21.715,13)**	**(37.775,54)**

Diretoria

Felipe Costa Ricciulli Soares – Procurador
Emílio Yoshiyuki Aoki – Contador CRC 1SP 113.579/O-1

Ibovespa tem 7ª salta com Wall Street e expectativa por juro; Magazine Luiza salta 10%

O principal índice da bolsa de valores de São Paulo emendou a sétima alta seguida nesta quinta-feira, apoiada no desempenho positivo em Wall Street e no alívio na curva de juros local.

Vale e Magazine Luiza foram as principais contribuições positivas ao índice, enquanto a operadora de saúde Hapvida ficou na ponta oposta.

O Ibovespa subiu 1,36%, a 119.052,91 pontos, maior fechamento desde 1º de setembro. O volume financeiro da sessão foi de 31 bilhões de reais.

A última sequência de altas similar ocorreu em fevereiro, com sete sessões no azul. Antes disso, apenas entre maio e junho de 2021, quando o índice engatou oito pregões no positivo — e alcançou as máximas históricas.

Leonardo Milane, estrategista-chefe da VLGI Investimentos, viu um movimento mais técnico na sessão, citando recuperação do índice após queda recente, fluxo estrangeiro e investidores que estavam vendidos (posicionado para lucrar com a queda de um papel) tendo que fechar posições .

Na cena local, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, reiterou sinais de que a instituição pretende encerrar o ciclo de alta dos juros em maio.

A curva de juros aliviou e o Ibovespa ganhou terreno, com analistas citando também influência do cenário externo. O dólar teve nova queda ante o real. Reuters

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa
Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

Publicidade Legal

Caravelas Negócios Imobiliários S/A

CNPJ/MF nº 13.019.760/0001-92

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em conformidade com as disposições legais e estatutárias esta diretoria submete à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, colocando-se à vossa disposição para prestar os esclarecimentos necessários.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 *(Em Reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	485.147	111.192
Estoques	1.480.454	3.682.454
Outros Créditos	5.239.826	369.606
Não Circulante	2.716	
Total do Ativo	**7.208.143**	**4.163.252**
Passivo	**2021**	**2020**
Circulante		
Fornecedores		5.946
Obrigações Tributárias	2.569	2.403
Obrigações Trabalhistas	21.954	16.706
Patrimônio Líquido		
Capital Social	7.183.620	6.533.620
Reserva Legal	–	–
Lucros/Prejuízos Acumulados		(2.395.423)
Total do Passivo	**7.208.143**	**4.163.252**

Demonstração do Resultado do Exercício *(Em Reais)*

	2021	2020
Receita Operacional Bruta	**18.000.000**	**–**
(-) Devoluções, abatimentos, impostos	–	–
Receita Operacional Líquida	**18.000.000**	**–**
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(2.202.000)	–
Resultado Operacional Bruto	**15.798.000**	**–**
Despesas Operacionais		
Despesas Administrativas	(163.418)	(190.989)
Despesas Gerais	(794.808)	(198.340)
Despesas Tributárias	(994.352)	(324.915)
Outras Receitas	–	
Receitas/Despesas Financeiras Líquidas	(158.992)	1.419
Resultado Operacional Líquido	**13.686.430**	**(712.825)**
Receitas e Despesas Não Operacionais	–	–
Resultado Antes do IR e Contr Social	**13.686.430**	**(712.825)**
Contribuição Social	(198.194)	(413)
Imposto de Renda sobre o Lucro	(362.948)	(689)
Lucro Líquido do Exercício	**13.125.288**	**(713.927)**
Resultado Por Ação	2,99	(0,16)

Demonstração dos Fluxos de Caixa *(Em Reais)*

	2021	2020
Saldo Inicial de Caixa	**111.192**	**167.863**
Transações que aumentaram o Caixa		
Recebimentos de Créditos	18.000.000	–
Aumento de Capital	650.000	650.000
Receitas Financeiras Líquidas	(158.992)	1.419
Entradas de Caixa	**18.491.008**	**651.419**
Transações que diminuiram o Caixa		
Pagamentos de Fornecedores	(2.287.188)	(708.090)
Restituição de Capital Social	(5.100.000)	
Distribuição de Dividendos	(10.729.865)	–
Aumentos de Impostos a Recuperar	–	–
Saídas de Caixa	**(18.117.053)**	**(708.090)**
Saldo Final de Caixa	**485.147**	**111.192**

Demonstração dos Lucros/Prejuízos Acumulados *(Em Reais)*

	2.021	2.020
Saldo no Início do Exercício	(2.395.423)	(1.681.496)
Resultado Líquido do Exercício	13.125.288	(713.927)
(-) Distribuição Dividendos	(10.729.865)	–
(=) Lucro (Prejuízo) do Exercício	**–**	**(2.395.423)**

Notas Explicativas

1. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404/76 com as alterações da Lei nº 11.638/07. **2.** O capital social é constituido por 5.883.620 de ações nominativas, sendo 2.191.810 ordinárias e 2.191.810 preferenciais sem valor nominal.

Diretoria

Valnei Vargas Origuela – Diretor Presidente
Eduardo Ferreira Santos – Diretor
Paulo Cesar de Albuquerque – Diretor
Clóvis Tavares da Silva – Contador CT CRC – 143.355-O/0

Mogiana Alimentos S.A.

CNPJ/MF nº 45.710.324/0001-33

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas, Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Mogiana Alimentos S.A. apresenta-lhes as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Estamos à disposição de V.Sas. para os esclarecimentos que se fizeram necessários. Campinas, 18 de março de 2022.

A Administração

Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	19.706	33.539
Contas a receber de clientes	61.827	51.331
Estoques	65.554	52.624
Impostos a recuperar	15.226	2.587
Outros créditos	1.281	1.328
	163.594	**141.409**
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	316	–
Contas a receber de clientes	83	–
Impostos a recuperar	21.998	694
Depósitos judiciais	4.129	1.337
Total Realizável a longo prazo	26.526	2.031
Imobilizado	95.594	90.891
Intangível	931	1.350
Ativos de direito de uso	6.164	13.935
	102.689	**106.176**
Total do ativo	**292.809**	**249.616**
Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	**2021**	**2020**
Fornecedores	**61.364**	**50.627**
Empréstimos e financiamentos	16.055	20.982
Passivos de arrendamento	5.203	6.011
Impostos e contribuições a pagar	10.706	7.923
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	452	1.435
Salários, férias e encargos	4.675	4.094
Parcelamentos tributários	280	280
Outras contas a pagar	21.129	11.451
Dividendos Propostos	9.600	2.054
	129.464	**104.857**
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	2.314
Empréstimos e financiamentos	1.360	2.000
Passivos de arrendamento	3.275	9.188
Parcelamentos tributários	675	956
Provisões para processos judiciais	5.950	7.447
Provisão de benefício pós emprego	1.800	1.990
	13.060	**23.895**
Total do Passivo	**142.524**	**128.752**
Patrimônio líquido		
Capital social	46.191	46.191
Reserva de capital	81	81
Reserva de reavaliação	24.509	25.909
Reservas de lucros	79.504	48.683
Total do patrimônio líquido	**150.285**	**120.864**
Total passivo e do patrimônio líquido	**292.809**	**249.616**

Demonstrações do Resultado

	2021	2020
Receita operacional líquida	**503.326**	**396.588**
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(402.859)	(298.049)
Lucro bruto	100.467	98.539
Despesas com vendas	(82.038)	(78.729)
Despesas administrativas	(17.390)	(15.032)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21.961	7.207
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	23.000	11.985
Resultado financeiro líquida	20.810	(462)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	43.810	11.523
Imposto de renda e contribuição social Correntes	(6.855)	(4.651)
Diferidos	1.740	1.073
Lucro líquido do exercício	38.695	7.945
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)	–	–
Lucro básico por ação	1,17	0,24

Demonstrações das Mutações no Patrimônio Líquido

	Ajuste de avaliação patrimonial				Reserva de lucros				
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de reavaliações	Outros	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Total	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**46.191**	**81**	**23.375**	**2.178**	**3.631**	**38.460**	**42.091**	**–**	**113.916**
Remensuração de obrigações de benefícios pós emprego	–	–	–	1.057	–	–	–	–	1.057
Realização da reserva de reavaliação	–	–	(1.062)	–	–	–	–	1.062	–
Realização dos tributos diferidos sobre a reserva de reavaliação	–	–	361	–	–	–	–	(361)	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	7.945	7.945
Destinações:	–	–	–	–	432	–	432	(432)	–
Reserva legal	–	–	–	–	–	–	–	(2.054)	(2.054)
Dividendos propostos do exercício Destinação sujeita à aprovação:	–	–	–	–	–	6.160	6.160	(6.160)	–
Reserva de retenção de lucros Saldos em 31 de dezembro de 2020	46.191	81	22.674	3.235	4.063	44.620	48.683	–	120.864
Remensuração de obrigações de benefícios pós emprego	–	–	–	326	–	–	–	–	326
Realização da reserva de reavaliação	–	–	(2.615)	–	–	–	–	2.615	–
Realização dos tributos diferidos sobre a reserva de reavaliação	–	–	889	–	–	–	–	(889)	–
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	38.695	38.695
Destinações:	–	–	–	–	2.021	–	2.021	(2.021)	–
Reserva legal	–	–	–	–	–	–	–	(9.600)	(9.600)
Dividendos propostos do exercício Destinação sujeita à aprovação:	–	–	–	–	–	28.800	28.800	(28.800)	–
Reserva de retenção de lucros Saldos em 31 de dezembro de 2021	**46.191**	**81**	**20.948**	**3.561**	**6.084**	**73.420**	**79.504**	**–**	**150.285**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	38.695	7.945
Outros resultados abrangentes		
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	326	1.057
Total do resultado abrangente do exercício	39.021	9.002

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos	**43.810**	**11.523**
Ajustes		
Pis e Cofins sobre ativos de direito de uso	-	466
Depreciações e amortizações	12.025	13.057
Provisão para *perda de* contas a receber	1.446	(63)
Juros, variações monetárias e cambiais	2.508	1.728
Provisões (reversão) para contingência	(1.497)	2.628
Efeito da avaliação atuarial do plano de saúde	136	189
Valor residual do ativo imobilizado e direito de uso baixado	4.849	178
Impostos a recuperar	(33.943)	617
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(12.025)	(6.752)
Estoques	(12.930)	(23.824)
Outros créditos	47	1.030
Depósitos judiciais	(2.792)	(423)
Fornecedores	10.737	23.672
Impostos e contribuições a pagar	12.211	117
Salários, férias e encargos	581	(1.110)
Outras contas a pagar	9.678	(276)
Parcelamentos tributários	(281)	(253)
	34.560	**22.504**
Juros pagos financiamentos	(1.597)	(934)
Juros pagos arrendamentos	(842)	(471)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(18.156)	(3.902)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	13.965	17.197
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições de bens do ativo imobilizado	(13.337)	(4.325)
Adições ao ativo intangível	(50)	(1.759)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(13.387)	(6.084)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	5.000	23.496
Pagamentos de empréstimos e financiamentos – Principal	(10.636)	(3.841)
Pagamentos de arrendamento direito de uso – Principal	(6.721)	(5.563)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(2.054)	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos	14.411	14.092
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	13.833	25.205
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.539	8.334
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.706	33.539
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**13.833**	**25.205**

Diretoria

Felipe Costa Ricciulli Soares
Procurador

Carlos Rogerio Ferraresi
Contador CRC 1SP 219.764/O – 0

Petróleo fecha em queda, de olho na Ucrânia e sem sanções pela UE à energia russa

Os contratos futuros do petróleo fecharam em queda de 2% nesta quinta-feira, 24, enquanto investidores acompanham notícias sobre a guerra na Ucrânia. As esperadas sanções pela União Europeia contra o petróleo e o gás russo não se concretizaram até o momento. As negociações sobre acorno nuclear do Irã também seguem no radar.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o barril do petróleo WTI para maio caiu 2,25% (US$ 2,59), a US$ 112,34, enquanto o do Brent para o mesmo mês cedeu 2,08% (US$ 2,45), a US$ 115,30, na Intercontinental Exchange (ICE), a US$ 121,60.

Hoje, autoridades da Organização de Países Exportadores de Petróleo (Opep) expressaram preocupação ao Financial Times com uma possível proibição de importação de petróleo pela União Europeia. Segundo fontes, a organização já sinalizou à Bruxelas seu incômodo. Analista da Oanda, Edward Moya diz que, depois das reuniões do G7, Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e líderes da UE, os operadores já não esperam que a energia russa sofra sanções tão cedo. Para o economista, membros doa Otan ainda levarão "algum tempo" até impor medidas restritivas.

Em comunicado, após cúpula de líderes, o G7 disse estar trabalhando para reduzir a dependência dos países em relação à energia russa. O grupo garantiu criar alternativas energéticas sustentáveis e apoiar outros países, mas não detalhou medidas a serem adotadas.

Isto é Dinheiro

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa
Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

Publicidade Legal

Ipsis Grafica e Editora S.A.

CNPJ/MF nº 61.407.078/0001-10

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários ao perfeito conhecimento das contas apresentadas.

Santo Andre, 10 de março de 2022. **Diretoria.**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em Milhares de Reais)*

BALANÇO PATRIMONIAL

	2021	2020
ATIVO	**54.881.108,87D**	**55.105.575,21D**
Circulante	**38.185.956,79D**	**34.609.462,51D**
Disponível	10.021.787,49D	6.653.764,76D
Crédito por vendas	10.877.814,94D	14.045.337,55D
Adiantamento e empréstimo	209.666,28D	314.559,30D
Estoques	9.349.528,68D	7.538.972,85D
Impostos a recuperar	7.696.360,81D	6.035.939,22D
Despesas de exercício seguinte - Seguros	30.798,59D	20.888,83D
Ativo não circulante	16.695.152,08D	20.496.112,70D
Imobilizado	16.618.901,94D	20.443.115,08D
Bens intangíveis	76.250,14D	52.997,62D
	2021	**2020**
PASSIVO	**54.881.108,87C**	**55.105.575,21C**
Circulante	**26.916.787,57C**	**25.721.699,80C**
Obrigações operacionais	22.140.718,07C	22.231.097,89C
Fornecedores	10.031.133,43C	12.138.344,69C
Adiantamento de clientes	1.195.551,51C	1.039.355,54C
Adiantamento de venda futura	8.827.468,75C	5.935.033,32C
Empréstimos e financiamentos	2.086,564,39C	3.100.364,34C
Outras obrigações - Aluguéis	12.171.049,09C	15.469.725,67C
Obrigações trabalhistas	573.601,19C	684.106,26C
Obrigações previdenciárias	387.019,50C	509.901,41C
Obrigações tributárias	643.471,43C	216.457,14C
Outras obrigações - Aluguéis	2.278,00C	2.200,00C
Provisões	3.169.699,38C	2.077.937,10C
Exigivel não circulante	24.670.915,80C	28.637.393,18C
Obrigações operacionais	12.499.866,71C	13.167.667,51C
Patrimonio líquido	**3.293.405,50C**	**746.482,23C**
Capital social	2.200.000,00C	2.200.000,00C
Capital subscrito	2.200.000,00C	2.200.000,00C
Reserva de capital	6.357,62C	6.357,62C
Reserva de correção do capital	6.357,62C	6.357,62C
Reserva de lucros	1.087.047,88C	222.986,52C
Reserva de lucros	675.179,70C	-
Reserva legal	440,000,00C	440,000,00C
Ajuste de exercício anterior	28.131,82D	217.013,48D
Prejuízo acumulado	-	1.682.861,91D
Prejuízo acumulado	-	1.682.861,91D

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Realizado Autorizado	Reservas de Capital		Reservas de Lucros			Lucros ou Prejuízos Acumulados	
	Capital Social	Reserva Incentivos Fiscais	Reservas de Capital	Reserva Legal	Lucro Acumulado	Ajuste Exercicio Anterior	Prejuizo Acumulado	Total
Saldo em 31/12/2020	**2.200.000,00**	**5.873,51**	**484,11**	**440.000,00**	**2.076.860,97**	**(217.013,48)**	**(3.759.722,88)**	**746.482,23**
Lucros acumulados					3.523.313,99	217.013,48	(1.165.272,38)	2.575.055,09
Ajuste exercícios anteriores - Lei nº 6404						(28.131,82)		(28.131,82)
Saldo em 31/12/2021	**2.200.000,00**	**5.873,51**	**484,11**	**440.000,00**	**5.600.174,96**	**(28.131,82)**	**(4.924.995,26)**	**3.293.405,50**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2021	Total	2020	Total
Receita Bruta	81.623.572,80	81.623.572,80	61.666.336,83	61.666.336,83
Deduções	(4.303.752,07)	(4.303.752,07)	(3.910.324,74)	(3.910.324,74)
Receita líquida	-	77.319.820,73	-	57.756.012,09
Custo dos produtos vendidos	(58.795.223,41)	(58.795.223,41)	(46.957.919,59)	(46.957.919,59)
Custo dos produtos vendidos	-	-	(14.840,87)	(14.840,87)
Lucro bruto		18.524.597,32	-	10.783.251,63
Despesas administrativas	(11.977.940,58)	(11.977.940,58)	(9.763.730,31)	(9.763.730,31)
Custos dos serviços vendidos	(16.437,15)	(16.437,15)	(14.847,30)	(14.847,30)
Despesas tributárias	(477.832,53)	(477.832,53)	(421.861,77)	(421.861,77)
Despesas financeiras	(2.538.035,07)	(2.538.035,07)	(2.306.229,76)	(2.306.229,76)
Receitas financeiras	709.535,35	709.535,35	991.944,16	991.944,16
Despesas de comercialização	(1.587.453,50)	(1.587.453,50)	(1.191.339,02)	(1.191.339,02)
Outras receitas	1.138.083,27	1.138.083,27	819.622,11	819.622,11
Resultado operacional líquido	-	3.774.517,11	-	(1.103.190,26)
Resultado antes do IRPJ e CSLL	-	3.774.517,11	-	(1.103.190,26)
Provisões	(1.199.462,02)	(1.199.462,02)	(666.560,35)	(666.560,35)
Lucro líquido do exercício	**-**	**2.575.055,09**	**-**	**(1.769.750,61)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**2.575.055,09**	**(1.769.750,61)**
Resultado abrangente total do exercício	2.575.055,09	(1.769.750,61)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Atividades operacionais	2021	2020
Resultado do período	2.575.055,09	(1.769.750,61)
Ajuste de exercicios anteriores	(28.131,82)	(204.857,68)
Depreciação e amortização	4.126.256,69	4.047.778,31
Lucro operacional bruto antes das mudanças no capital de giro	6.673.179,96	2.073.170,02
(Aumento) redução em contas a receber	4.774.849,53	(5.405.508,05)
(Aumento) redução em outras contas a receber	(3.192.829,33)	1.403.457,54
(Aumento) redução nos estoques	(1.810.555,83)	(751.018,02)
Aumento (redução) em fornecedores	(2.107.211,26)	2.761.049,37
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	2.759.200,79	837.779,84
Aumento (redução) no imposto de renda e contribuição social	2.014.368,55	666.560,35
Caixa proveniente das operações	9.111.002,41	1.585.491,05
Impostos de renda e contribuição social pagos	(1.105.207,08)	(209.525,70)
Fluxo de caixa antes dos itens extraordinários	8.005.795,33	1.375.965,35
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.005.795,33	1.375.965,35
Atividades de investimento:		
Compras de imobilizado	(325.296,07)	(8.591.792,28)
Ativ. Finac.: Pagamentos de lucros e dividendos	(700.000,00)	(5.144.861,24)
Empréstimos tomados	4.886.876,52	23.853.452,11
Pagamentos de empréstimos/debêntures	(8.499.353,05)	(13.192.252,18)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(4.312.476,53)	5.516.338,69
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(325.296,07)	(8.591.792,28)
Aumento nas disponibilidades	3.368.022,73	(1.699.488,24)
Disponibilidades - No início do período	6.653.764,76	8.353.253,00
Disponibilidades - No final do período	10.021.787,49	6.653.764,76

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota 1: Contexto Operacional: A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 08/08/1966, e tem como objeto social a composição e encadernação de livros, anuários, revistas, jornais e catálogos e a edição de livros e revistas, podendo também estabelecer, adquirir e explorar indústria e comércio relacionados. **Nota 2: Resumo dos procedimentos contábeis**: As demonstrações financeiras são apresentadas em conformidade com as disposições da lei 10638/08 e da legislação tributária vigente; As receitas e despesas foram registradas segundo o regime de competência; Os valores realizáveis no curso do exercício social subsequente foram classificados no ativo e no passivo circulante, respectivamente; Os estoques foram avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao preço de mercado; As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos proporcionais até a data do balancete; A depreciação do ativo imobilizado foi calculada pelo método linear de acordo com as taxas admitidas pela legislação tributária, que expressam a estimativa utilidade dos bens; Não foram constituídas provisões para perdas ou riscos de créditos, pois sua base estimada foi julgada irrelevante; A variação cambial é tributada no regime de caixa; Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado; Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada; Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas; Não existência de fatos ocorridos subsequentemente (Eventos Subsequentes) à data de encerramento do exercício que possa impactar de forma relevante a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possa provocar efeitos sobre seus resultados futuros. **Nota 3: Forma de Tributação**: A opção pela forma de tributação neste exercício é pelo **Lucro Real Trimestral** manifestada pelo recolhimento da primeira quota do imposto devido. **Nota 4: Capital Social**: O Capital Social compõe-se de 20.650.536 ações ordinárias, no valor nominal de R$ 0,17 cada uma, o qual permaneceu inalterado.

Fernando Steven Ullmann
Diretor Presidente
CPF: 014.654.168-54

Marcos Parziali
Contador
CRC/SP nº SP-140505/O-5 - CPF: 082.364.438-33

Wealth High Governance Holding Financeira S.A.

CNPJ em constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 02 de fevereiro de 2022

Data, horário e Local: Em 02 de fevereiro de 2022, às 12:00 horas, na sede da **Wealth High Governance Holding Financeira S.A.** ("Companhia") localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 7º andar, cj 72, Itaim Bibi. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76, face à presença da totalidade de acionistas da Companhia, conforme assinatura constante da presente ata. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a constituição da Companhia. **Mesa:** Presidente: **Marco Aurélio Abrahão;** Secretário: **Eric Vestino Cardozo. Deliberações:** O único acionista da Companhia tomou a seguinte deliberação: **1.** Aprovar a constituição de sociedade anônima denominada **Wealth High Governance Holding Financeira S.A**. com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 7º andar, cj 72, Itaim Bibi. **2.** Aprovar o capital social inicial da Companhia em R$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 (um real) por ação, totalmente subscritas neste ato, em conformidade com o Boletim de Subscrição que constitui o Anexo I da presente ata. **3.** Consignar que 10% (dez por cento) do capital social foi integralizado neste ato, mediante depósito, em moeda corrente nacional, em conta vinculada ao Banco do Brasil, nos termos da Lei 6.404/76. **4.** Eleger os Srs. (i) **Marcello Nébias Pilar**, brasileiro, solteiro, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 30.194.853-7, inscrito no CPF/ME sob o nº 292.204.938-88 ; (ii) **Eric Vestino Cardozo**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 46.655.626-3, inscrito no CPF/ME sob o nº 335.402.008-35; e (iii) **Marco Aurélio Abrahão**, brasileiro, casado, portador do RG nº 11.114.638, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 279.438.248-90, todos com escritório na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Av. Cidade Jardim nº 803, 7º andar, cj 72, São Paulo/SP, CEP 01453-000 para ocupar os cargos de Diretores da Companhia, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2025. **5.** Fixar a remuneração global da Diretoria em até R$ 720.000,00 (setecentos e vil mil reais) ao ano. **6.** Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia que terá a redação constante do Anexo II à presente ata. Encerramento: nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata na forma sumária, que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelo único acionista. *Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 02 de fevereiro de 2022. **Marco Aurélio Abrahão** – Presidente; **Eric Vestino Cardozo** – Secretário. Diretores Eleitos: **Marco Aurélio Abrahão**; **Eric Vestino Cardozo; Marcello Nébias Pilar.** Acionista: **Wealth High Governance Holding de Participações S.A.** Advogado responsável: Júlio César Campanhã de Almeida, OAB/SP nº: 368.639. **Anexo III** À ata da Assembleia Geral de Constituição da **Wealth High Governance Holding Financeira S.A**. realizada em 02 de fevereiro de 2022. **Estatuto Social da Wealth High Governance Holding Financeira S.A. Capítulo I – Denominação, Sede e Duração.** Artigo Primeiro. 1.1. A Companhia tem a denominação de **Wealth High Governance Holding Financeira S.A.** e se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. Artigo Segundo. 2.1. A Companhia tem sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, podendo operar em todo o território nacional, sendo facultada, na medida dos interesses da Companhia, a critério da Diretoria e satisfeitas as exigências legais, a abertura e a extinção de filiais, agências, escritórios, dependências, representações e postos de atendimento em qualquer ponto do país. Artigo Terceiro. 3.1. A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II – Objeto Social.** Artigo Quarto. 4.1. A Companhia tem por objeto social a participação, como sócia ou acionista, em: (i) Instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e **Capítulo III – Capital Social.** Artigo Quinto. 5.1. O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. 5.2. Cada ação ordinária da Companhia corresponde a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. 5.3. Os acionistas têm direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas em quaisquer aumentos de capital da Companhia, na proporção de suas participações no capital da Companhia, observados os Acordos de Acionistas arquivados na sede social quanto à cessão de tais direitos. **Capítulo IV – Assembleia Geral.** Artigo Sexto. 6.1. A Assembleia Geral se reúne, ordinariamente, uma vez ao ano, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses que se seguirem ao encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o demandarem. Artigo Sétimo. 7.1. A Assembleia Geral é convocada com uma antecedência mínima de 8 (oito) dias em primeira convocação e de 5 (cinco) dias em segunda convocação pela Diretoria ou, nas hipóteses previstas em lei, pelo Conselho Fiscal ou por acionista, competindo-lhe discutir e deliberar sobre matéria constante do edital de convocação. 7.2. As Assembleias Gerais são instaladas por qualquer membro da Diretoria da Companhia. O presidente da Assembleia será o Diretor Presidente ou qualquer membro da Diretoria que seja designado para tanto, cabendo-lhe a escolha do secretário. 7.3. Salvo se de outra forma previsto em lei, no presente Estatuto Social ou em Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede social, as deliberações da Assembleia Geral são tomadas pelo voto afirmativo de acionistas que representem a maioria de ações com direito a voto presentes à Assembleia Geral. Artigo Oitavo. 8.1. Compete à Assembleia Geral, além de outras atribuições previstas em lei e observado o disposto em Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede social, as deliberações sobre as seguintes matérias: (i) Eleição e destituição dos membros da Diretoria, fixando-lhes remuneração; (ii) Instalação do Conselho Fiscal, eleição e destituição de seus membros e respectivos suplentes, fixando-lhes remuneração; (iii) Aprovação das contas dos administradores e as demonstrações financeiras; (iv) Fixação da política de dividendos da Companhia e quaisquer alterações à mesma, bem como a destinação do lucro do exercício; (v) Aumento ou redução do capital social da Companhia; (vi) Qualquer alteração do Estatuto Social da Companhia; e (vii) Fusão, cisão, incorporação com outras sociedades ou a incorporação de outras sociedades pela Companhia ou suas controladas ou qualquer outra forma de reestruturação societária. **Capítulo V – Administração.** Artigo Nono. 9.1. A Companhia será administrada por uma Diretoria, estando seus membros dispensados de prestar caução para exercício das suas funções. Artigo Dez. 10.1. A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, atuando cada um de seus membros, segundo a respectiva competência. 10.2. A investidura no cargo faz-se por termo lavrado no Livro de Atas da Diretoria. 10.3. O prazo do mandato dos membros da Diretoria é de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. 10.4. Findos os mandatos dos administradores, estes deverão continuar no exercício dos seus cargos até a posse dos seus sucessores. Artigo Onze. 11.1. A remuneração anual global dos administradores é fixada e distribuída pela Assembleia Geral, podendo ser alterada por deliberação de qualquer Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária. Artigo Doze. 12.1. A Diretoria será composta de 3 (três) a 8 (oito) membros, sendo todos sem designação especial, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelos acionistas em Assembleia Geral. 12.2 Somente podem ser eleitos para ocupar cargos na Diretoria pessoas que tenham notória capacidade e experiência compatível com os cargos e funções para os quais tenham sido indicados. 12.3. Em caso de vacância definitiva de qualquer cargo de diretor, compete aos acionistas elegerem o substituto, que completará o prazo de gestão do substituído. Artigo Treze. 13.1. A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes e as deliberações tomadas pela Assembleia Geral. Compete à Diretoria administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente: (i) Propor a criação de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no País; (ii) Decidir sobre a aquisição, a alienação e/ou a oneração de bens do ativo permanente e compromissos financeiros associados a projetos nos quais a Companhia pretenda investir; (iii) Determinar as providências que assegurem a rigorosa execução de suas resoluções; e (iv) Zelar para que todos os atos societários da Companhia sejam registrados tempestivamente nos livros exigidos por lei. 13.2. A Diretoria poderá, ainda, constituir comitês consultivos, para o estudo e avaliação de determinados temas pertinentes ao seu desenvolvimento e/ou estrutura organizacional da Companhia e suas controladas, cabendo, ainda, à Diretoria estabelecer os respectivos regimentos e competências. Artigo Quatorze. 14.1. A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por iniciativa de qualquer dos diretores. 14.2. O quórum de instalação das reuniões da Diretoria será de 3 (três) membros. 14.3. As decisões da Diretoria serão tomadas por maioria. 14.4. As decisões da Diretoria deverão estar contidas em atas que serão lavradas, por secretário eleito, de forma circunstanciada em livro especial. Artigo Quinze. 15.1. Observadas as disposições contidas neste Estatuto, serão necessárias para vincular a Companhia: (i) A assinatura de 2 (dois) diretores agindo em conjunto; ou (ii) A assinatura de 1 (um) diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador, com poderes específicos, devidamente constituído na forma abaixo; ou (iii) A assinatura de 2 (dois) procuradores, com poderes específicos, agindo em conjunto, devidamente constituídos na forma abaixo. 15.2. Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia, que serão assinados por 02 (dois) Diretores em conjunto e deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daqueles para fins judiciais, terão prazo máximo de validade de 1 (um) ano. Reputam-se válidos pelo prazo de 1 (um) ano os instrumentos de mandato *ad negotia* que porventura deixem de indicar expressamente o prazo de validade do mandato. 15.3. Qualquer membro da Diretoria, agindo isoladamente, terá poderes para executar os seguintes atos: (i) endosso de cheques, para depósito nas contas da Companhia; e (ii) assinatura de correspondência de rotina que não crie qualquer responsabilidade para a Companhia. 15.4. É vedado a qualquer diretor, isoladamente ou em conjunto, a prestação de avais, fianças ou outras garantias em negócios estranhos aos objetivos sociais, em favor próprio ou de terceiros, sendo nulos tais atos com relação à Companhia. 15.5. A Companhia poderá ser representada, ativa ou passivamente, em Juízo ou fora dele, por 02 (dois) Diretores em conjunto, ou, ainda, por dois procuradores. **Capítulo VI – Conselho Fiscal.** Artigo Dezesseis. 16.1. O Conselho Fiscal, com as atribuições estabelecidas em lei, é composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral. 16.2. O Conselho Fiscal não funciona em caráter permanente e somente será instalado pela Assembleia Geral, nos termos da Lei nº 6.404/76. Artigo Dezessete. 17.1. O mandato dos membros do Conselho Fiscal termina na primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente à respectiva eleição, permitida a reeleição. 17.2. Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, deverão eleger o seu Presidente, a quem caberá dar cumprimento às deliberações do órgão. 17.3. O Conselho Fiscal pode solicitar à Companhia a designação de pessoal qualificado para secretariá-lo e prestar-lhe apoio técnico. Artigo Dezoito. 18.1. O Conselho Fiscal, quando instalado, se reunirá, ordinariamente, 1 (uma) vez a cada trimestre e, extraordinariamente, quando necessário. 18.2. As reuniões são convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por 2 (dois) membros do Conselho Fiscal. Artigo Dezenove. 19.1. O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros. Artigo Vinte. 20.1. Os membros do Conselho Fiscal são substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelos respectivos suplentes. 20.2. A função de membro do conselho fiscal é indelegável. 20.3. Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, dá-se a vacância do cargo quando o membro do Conselho Fiscal deixar de comparecer, sem justa causa, a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 03 (três) intercaladas, no exercício anual. 20.4. No caso de vacância de cargo de membro do Conselho Fiscal e não assumindo o suplente, a Assembleia Geral se reunirá imediatamente para eleger substituto. **Capítulo VII – Exercício Social, Lucros e Dividendos.** Artigo Vinte e Um. 21.1. O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Artigo Vinte e Dois. 22.1. Ao final de cada exercício social, serão levantadas as demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis. A Companhia deve, ainda, levantar demonstrações financeiras no último dia do mês de junho de cada ano. 22.2. A Companhia pode, a critério da Diretoria, levantar demonstrações financeiras intercalares, no último dia de cada período, observadas as prescrições legais. 22.3. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda. 22.4. Do lucro líquido do exercício, apurado após as deduções referidas no item 22.3 acima, 5% (cinco por cento) serão destinados para a constituição da Reserva Legal, até o limite legal. 22.5. Após a constituição da Reserva Legal, o lucro que remanescer, ajustado pela constituição de eventuais reservas de contingências e/ou pela respectiva reversão das mesmas, se for o caso, será distribuído na seguinte ordem: (i) o montante definido pela Assembleia Geral será destinado para o pagamento do dividendo dos acionistas, sendo que os acionistas farão jus ao dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo 4º do referido artigo 202; e (ii) o lucro líquido remanescente será destinado à Reserva para Investimento e Expansão, que tem por finalidade assegurar recursos para investimentos, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, podendo, ainda, ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório. 22.6. A Reserva para Investimento e Expansão não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social. Atingido esse limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo do lucro líquido. **Capítulo VIII – Liquidação.** Artigo Vinte e Três. 23.1. A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral. 23.2. A Assembleia nomeará um liquidante, determinará a forma de liquidação e o Conselho Fiscal somente funcionará durante o período de liquidação a pedido dos acionistas. **Capítulo IX – Disposições Gerais.** Artigo Vinte e Quatro. 24.1. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral, observando o que dispuser a Lei de Sociedades Anônimas, bem como demais legislações. **Wealth High Governance Holding de Participações S.A.** por Marco Aurelio Abrahão e Eric Vestino Cardozo. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.588.312 em 11/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Data Mercantil - A melhor opção para sua empresa

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

Comporte Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.169.726/0001-76

Balanço Patrimonial levantados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Circulante	**61.138**	**64.501**	**651.863**	**463.692**
Caixa e equivalentes de caixa	290	3.193	76.674	141.452
Contas a receber	–	–	190.694	93.795
Estoques	–	–	106.791	16.501
Tributos a recuperar	1.086	1.962	22.836	21.687
Partes relacionadas	47.979	37.519	124.245	80.126
Depósitos	–	–	–	72
Adiantamentos	–	–	7.278	9.190
Outros créditos	11.783	21.827	123.345	100.869
Não circulante	**637.090**	**739.339**	**1.817.271**	**1.742.856**
Realizável a longo prazo	**33.984**	**78.977**	**439.546**	**342.779**
Títulos e valores mobiliários	8.162	8.176	8.162	8.176
Contas a receber	950	1.000	23.351	3.434
Partes relacionadas	6.705	63.826	212.429	222.044
Depósitos	480	1.490	29.497	16.366
Outros créditos	17.685	4.483	47.581	18.442
Tributos a recuperar	–	–	8.406	9.582
Tributos diferidos	2	2	110.120	64.735
Investimentos	**602.913**	**660.070**	**49.218**	**223.934**
Participações em controladas	554.884	438.082	–	822
Participações em controladas em conjunto	45.254	219.226	45.254	219.226
Outros investimentos	2.775	2.762	3.964	3.886
Imobilizado	193	270	1.285.968	1.121.384
Intangível	–	22	42.539	54.759
Total do ativo	**698.228**	**803.840**	**2.469.134**	**2.206.548**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Circulante	**55.003**	**39.016**	**1.071.465**	**692.402**
Empréstimos e financiamentos	–	–	359.032	152.407
Debêntures	–	–	238.689	92.932
Arrendamentos financeiros	27	30	57.675	125.463
Fornecedores	4.264	4.358	173.787	109.047
Obrigações tributárias	31	396	17.690	8.852
Imposto de renda e contribuição social	–	–	2.782	3.651
Parcelamentos fiscais	–	–	19.981	14.942
Perdas em investimentos	–	21.497	–	16.254
Obrigações trabalhistas	7	7	95.160	81.076
Adiantamentos	324	100	43.713	39.216
Outras obrigações	3.211	8.193	8.080	12.054
Partes relacionadas	47.139	4.435	54.876	36.508
Não circulante	**241.945**	**301.700**	**987.465**	**1.031.030**
Empréstimos e financiamentos	–	–	430.958	139.386
Debêntures	–	–	77.777	234.238
Arrendamentos financeiros	30	53	84.137	212.002
Fornecedores	7.645	13.678	13.107	25.570
Obrigações tributárias	–	–	78.754	57.887
Tributos diferidos	–	–	188.566	154.276
Parcelamentos fiscais	–	–	63.377	57.781
Adiantamentos	–	–	–	704
Perdas em investimentos	19.826	–	–	–
Outras obrigações	7.340	–	8.895	4.485
Partes relacionadas	207.104	287.969	16.337	132.414
Passivos contingenciais	–	–	25.557	12.287
Patrimônio líquido da Controladora	**401.280**	**463.124**	**401.280**	**463.124**
Capital social	235.689	235.689	235.689	235.689
Reservas de capital	72.302	72.302	72.302	72.302
Reservas de reavaliação	2.523	3.246	2.523	3.246
Retenção de lucros	53.805	131.793	53.805	131.793
Reserva legal	16.961	16.961	16.961	16.961
Ajustes de avaliação patrimonial	–	3.133	–	3.133
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.000	–	20.000	–
Participação dos acionistas não controladores	–	–	8.924	19.992
Total patrimônio líquido	**401.280**	**463.124**	**410.204**	**483.116**
Total do passivo e patrimônio líquido	**698.228**	**803.840**	**2.469.134**	**2.206.548**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Capital social										
	Capital social subscrito	(-) Capital social a integralizar	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Retenção de lucros	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Adiantamento para aumento do capital	Patrimônio Líquido Controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldo em 31/12/2019	**236.091**	**(402)**	**72.302**	**3.246**	**272.015**	**16.961**	**3.148**	**–**	**–**	**603.361**	**20.986**	**624.347**
Resultado líquído do exercício	–	–	–	–	–	–	–	(100.849)	–	(100.849)	–	(100.849)
Transferência para retenção de lucros	–	–	–	–	(100.849)	–	–	100.849	–	–	–	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	(39.388)	–	–	–	–	(39.388)	–	(39.388)
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	15	–	(15)	–	–	–	–	–
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(994)	(994)
Saldo em 31/12/2020	**236.091**	**(402)**	**72.302**	**3.246**	**131.793**	**16.961**	**3.133**	**–**	**–**	**463.124**	**19.992**	**483.116**
Adiantamento para futuro aumento do capital	–	–	–	–	–	–	–	–	20.000	20.000	–	20.000
Resultado líquído do exercício	–	–	–	–	–	–	–	(35.687)	–	(35.687)	–	(35.687)
Transferência para retenção de lucros	–	–	–	–	(35.687)	–	–	35.687	–	–	–	–
Ajuste de períodos anteriores	–	–	–	–	(4.412)	–	–	–	–	(4.412)	–	(4.412)
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	(37.889)	–	–	–	–	(37.889)	–	(37.889)
Reservas de reavaliação	–	–	–	(723)	–	–	–	–	–	(723)	–	(723)
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	(3.133)	–	–	(3.133)	–	(3.133)
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(11.068)	(11.068)
Saldo em 31/12/2021	**236.091**	**(402)**	**72.302**	**2.523**	**53.805**	**16.961**	**–**	**–**	**20.000**	**401.280**	**8.924**	**410.204**

Demonstração do Resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receita líquida	**–**	**–**	**1.618.439**	**1.246.199**
Custos	**–**	**–**	**(1.270.457)**	**(1.072.577)**
Lucro bruto	**–**	**–**	**347.982**	**173.622**
Receitas (despesas) operacionais	**16.473**	**(2.739)**	**(223.443)**	**(197.621)**
Despesas comerciais	–	–	(49.539)	(36.573)
Despesas gerais e administrativas	(11.814)	(6.616)	(239.679)	(188.270)
Outras receitas operacionais	28.287	3.877	65.775	27.222
Resultado sobre participações societárias	**(46.949)**	**(90.861)**	**(107.413)**	**(47.524)**
Resultado na alienação dos investimentos	**2.025**	**19.985**	**2.025**	**23.512**
Resultado na alienação do imobilizado	**–**	**–**	**25.675**	**10.325**
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**(28.451)**	**(73.615)**	**44.826**	**(37.686)**
Resultado financeiro	**(7.236)**	**(27.235)**	**(95.057)**	**(89.385)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**(35.687)**	**(100.850)**	**(50.231)**	**(127.071)**
IRPJ e contribuição social correntes	–	–	(22.787)	(14.136)
IRPJ e contribuição social diferidos	–	1	39.919	39.196
Resultado líquido do exercício	**(35.687)**	**(100.849)**	**(33.099)**	**(102.011)**
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	–	–	2.588	(1.162)
Resultado atribuido aos acionistas controladores	**(35.687)**	**(100.849)**	**(35.687)**	**(100.849)**
Número de ações	2.087.332	2.087.332		
Resultado líquido básico e diluído por ação (Em Reais)	**(17,10)**	**(48,31)**		

Demonstração do Valor Adicionado exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receitas	**2.025**	**19.985**	**1.786.129**	**1.390.743**
Receita dos serviços prestados	–	–	1.758.224	1.356.608
Outras receitas	2.025	19.985	27.827	33.837
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	78	298
Insumos adquiridos de terceiros	**17.255**	**(2.654)**	**(664.602)**	**(496.209)**
Custo dos serviços prestados	–	–	(522.889)	(354.842)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	23.988	(1.013)	(131.175)	(138.181)
Perda/Recuperação de valores ativos	(6.733)	(1.641)	(10.538)	(3.186)
Valor adicionado bruto	**19.280**	**17.331**	**1.121.527**	**894.534**
Depreciação e amortização	(99)	(420)	(124.011)	(128.062)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**19.181**	**16.911**	**997.516**	**766.472**
Valor adicionado recebido em transferência	**(45.274)**	**(85.363)**	**(47.004)**	**1.778**
Resultado de equivalência patrimonial	(46.950)	(90.861)	(107.413)	(47.524)
Receitas financeiras	1.376	1.621	17.361	15.255
Outras	300	3.877	43.048	34.047
Valor adicionado total a distribuir	**(26.093)**	**(68.452)**	**950.512**	**768.250**
Distribuição do valor adicionado:				
Pessoal	**–**	**–**	**659.934**	**612.517**
Remuneração direta	–	–	482.923	432.536
Benefícios	–	–	133.245	130.956
F.G.T.S	–	–	43.766	49.025
Impostos, Taxas e contribuições	**1.013**	**3.600**	**202.137**	**148.150**
Federais	1.010	3.589	121.319	83.498
Estaduais	–	1	70.012	54.723
Municipais	3	10	10.806	9.929
Remuneração de capitais de terceiros	**8.581**	**28.797**	**121.540**	**109.594**
Juros	2.669	8.161	78.369	72.085
Aluguéis	(31)	(59)	7.700	5.013
Outras remunerações de capitais de terceiros	5.943	20.695	35.471	32.496
Remuneração de capitais próprios	**(35.687)**	**(100.849)**	**(33.099)**	**(102.011)**
Resultado líquido do exercício	(35.687)	(100.849)	(35.687)	(100.849)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	–	–	2.588	(1.162)
	(26.093)	**(68.452)**	**950.512**	**768.250**

Demonstração dos Fluxos de Caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Atividades operacionais	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**(35.687)**	**(100.850)**	**(50.231)**	**(127.071)**
Ajuste para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação	77	277	112.622	120.110
Amortização	22	143	11.388	7.952
(Ganhos) Custo na alienação de investimentos	(2.025)	5.643	(2.025)	6.297
Custo na alienação do imobilizado	–	–	115.906	76.849
Provisão (Reversão) de contingências	–	(2)	6.080	(10.134)
Equivalência patrimonial	46.949	90.861	107.413	47.524
Juros e variações monetárias s/ debêntures	–	719	21.194	16.544
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosas	–	–	(78)	(298)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	–	–	(2.588)	1.162
Outros (ganhos) perdas com participações societárias	(21.255)	(1.377)	(33.837)	(1.333)
Resultado ajustado	**(11.919)**	**(4.586)**	**285.844**	**137.602**
Variações no ativo	**(1.222)**	**(18.678)**	**(205.543)**	**29.410**
Estoques	–	–	(67.393)	(911)
Contas a receber	50	–	(101.521)	76.501
Tributos a recuperar	876	7.480	5.972	12.585
Depósitos	1.010	1.846	(570)	5.960
Adiantamentos	–	–	7.572	93
Outros créditos	(3.158)	(28.004)	(49.603)	(64.818)
Variações no passivo	**(3.910)**	**1.034**	**27.539**	**102.914**
Fornecedores	(6.127)	(4.232)	17.178	30.989
Obrigações trabalhistas	–	6	(5.985)	(15.460)
Obrigações tributárias	(365)	261	19.739	7.578
Parcelamentos fiscais	–	–	(3.828)	72.427
Adiantamentos	224	–	1.770	5.921
Outras obrigações	2.358	4.999	(1.335)	1.459
	(17.051)	**(22.230)**	**107.840**	**269.926**
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(23.091)	(13.326)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(17.051)**	**(22.230)**	**84.749**	**256.600**
Atividades de investimentos				
Titulos e valores mobiliários	14	59	14	699
Partes relacionadas	49.455	(2.685)	106.256	(47.453)
Obtenção de controle, líquido do caixa obtido na aquisição	–	–	(40.469)	–
Aumento (redução) do capital e integralização de cotas	(56.496)	(237)	73.155	(158)
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	(2.180)	17	(1.930)	20
Dividendos recebidos	79.444	43.222	4.789	10.627
Outros investimentos	(13)	(209)	(9)	(838)
Aquisição de imobilizado	–	(125)	153.551	(215.243)
Outras movimentações do ativo imobilizado	–	–	65.558	13.766
Outras movimentações do ativo intangível	–	–	1.161	7.948
Aquisição no intangível	–	–	(4.268)	(15.810)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**70.224**	**41.842**	**357.808**	**(246.442)**
Atividades de financiamentos				
(Pagamentos) Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	12.566	10.233
Debêntures	–	(17.979)	(31.898)	27.648
(Pagamento) Captação de arrendamentos	(26)	(4.423)	(313.260)	17.997
Partes relacionadas	(38.161)	43.537	(146.328)	35.896
Recebimento para AFAC	20.000	–	20.000	–
Participação dos acionistas não controladores	–	–	(10.753)	(994)
Pagamento de dividendos	(37.889)	(39.388)	(37.889)	(39.388)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(56.076)**	**(18.253)**	**(507.562)**	**51.392**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(2.903)**	**1.359**	**(65.005)**	**61.550**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	**3.193**	**1.834**	**141.452**	**79.902**
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	**290**	**3.193**	**76.447**	**141.452**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(2.903)**	**1.359**	**(65.005)**	**61.550**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – i. Contexto operacional: A Comporte Participações S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Grupo Comporte") é uma sociedade por ações de capital nacional fechado com sede social na Av. Dom Jaime de Barros Câmara, 300 – sala 9, Planalto, São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo. Fundada em 10 de junho de 2002, a Controladora tem por objeto a participação no capital de outras sociedades, as quais presta apoio administrativo, financeiro e operacional por todos os meios materiais e técnicos ao seu alcance. Com o intuito de diversificar suas atividades, a Comporte Participações poderá associar-se a outros empreendimentos na modalidade de associação e/ou consórcio de empresas. A Companhia atua por meio de suas controladas no segmento de transporte de passageiros por vias terrestres em linhas regulares ou sob a forma de fretamento contínuo e eventual, transporte de encomendas em compartimentos destinados ao transporte de bagagens, transporte rodoviário de cargas, transporte de passageiros sobre trilhos, administração e locação de imóveis. Contudo, o Grupo Comporte atualmente opera em 12 Estados do país atendendo a 747 cidades com propósito de aproximar pessoas, unindo relacionamento e qualidade. As investidas Expresso Maringá do Vale S.A., Joseense Transportes de Passageiros Ltda. e Empresa Cruz de Transportes Ltda. mantêm operações em consórcios distintos, dos quais estabelecem o controle em conjunto das operações com os demais participantes do consórcio e registram os ativos por elas controlados, os passivos e as despesas por elas incorridas e a sua parcela relacionada à receita de prestação de serviço, conforme abaixo: **• Consórcio 123 –** as investidas Expresso Maringá do Vale S.A. e Joseense Transportes de Passageiros Ltda. detém 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) de participação por empresa. O objetivo do consórcio é a implantação do sistema de bilhetagem eletrônica, bem como a venda, administração e divisão dos valores decorrentes da venda de bilhetes utilizados no sistema de transporte público coletivo municipal de São José dos Campos/SP. **• Consórcio CAT –** a investida Empresa Cruz de Transportes Ltda. mantém participação de 50,00% (cinquenta por cento) no capital do Consórcio Araraquara de Transportes e tem por objeto a prestação e exploração de serviços do Sistema Municipal de Transporte Público Coletivo do Município de Araraquara/SP. A concessão vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos. As demonstrações financeiras das empresas controladas pela Companhia são submetidas à avaliação de órgãos reguladores. **ii.**

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

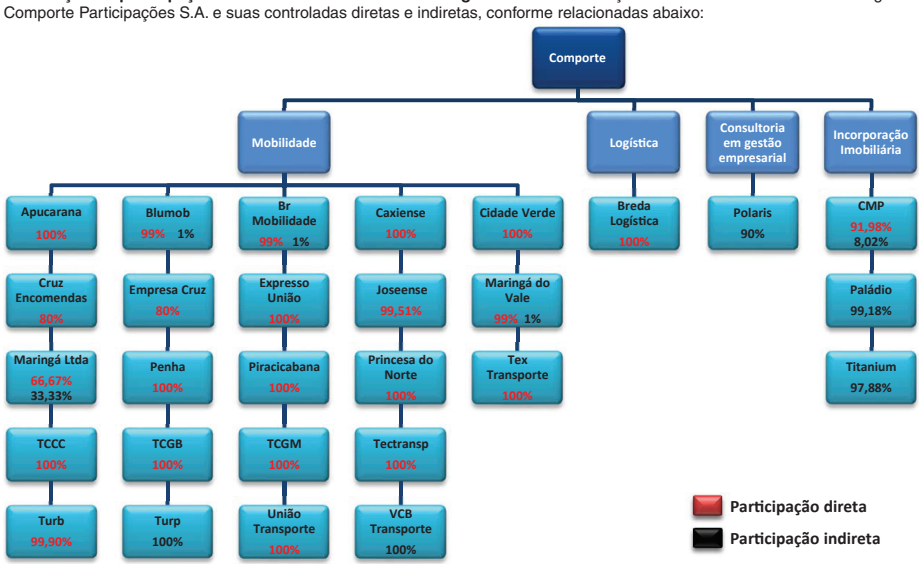
… continuação

Comporte Participações S.A.

Contratos de Concessão: A Companhia detém, por meio de suas Controladas, contratos de concessão de transporte de passageiros. Estes contratos transferem a exploração dos transportes municipais, intermunicipais e interestaduais dos poderes concedentes para o Grupo Comporte por prazos que variam de 20 a 30 anos, contados da data da transferência de controle do sistema de transporte para as empresas do grupo, podendo ser prorrogados na forma da lei e conforme condições previstas nos contratos de concessão. Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os direitos e privilégios vinculados a exploração. Os Direitos de concessão de algumas linhas de transporte intermunicipais encontram-se vigentes por prazo indeterminado, uma vez que estão vinculados a abertura de novas licitações públicas. Em dezembro de 2020 foi aprovada a prorrogação das concessões das linhas de transporte municipal das empresas Expresso Maringá do Vale e Joseense Transporte de Passageiros Ltda., o novo prazo de vigência estabelecido é até outubro de 2022. Considerando a expectativa de continuar operando até a realização de nova licitação, as demonstrações financeiras da controlada foram elaboradas no pressuposto da continuidade dos negócios e um eventual efeito desse assunto não está mensurado em nossas demonstrações financeiras ora apresentadas. **1.1 Principais eventos ocorridos: Reorganização societária:** Em 01 de fevereiro de 2021 a Controladora Comporte Participações S/A e sua Controlada Empresa Cruz de Transportes Ltda., resolveram de mútuo e comum acordo, distratar o Contrato Social da controlada Morasol Comércio de Veículos Ltda. Em 01 de março de 2021 a Controlada Empresa Auto Ônibus Manoel Rodrigues S/A., foi incorporada pela também Controlada Empresa Princesa do Norte S/A.. Como resultado da incorporação a Controlada Empresa Princesa do Norte S/A. aumentou o seu capital social no montante de R$ 10.209.925,76 (dez milhões, duzentos e nove mil, novecentos e vinte e cinco reais e setenta e seis centavos), que corresponde ao valor do patrimônio líquido contábil da Empresa Auto Ônibus Manoel Rodrigues S/A. Em 01 de junho de 2021, a Controladora Comporte Participações S.A, retira-se da sociedade da Controlada Viação Luwasa Ltda., a Companhia cede e transfere, a título oneroso, 2.153.899 (dois milhões, cento e cinquenta e três mil, oitocentos e noventa e nove) quotas que detém no capital da Sociedade à sócia ingressante Expresso Itamarati S.A., Controlada em conjunto da Controladora Comporte Participações S.A. Em 01 de julho de 2021 a Controlada Breda Transportes e Serviços S.A., foi incorporada pela também Controlada Viação Piracicabana S.A. Como resultado da incorporação a Viação Piracicabana S.A. aumentou o seu capital social no montante de R$ 70.083.061,51 (setenta milhões, oitenta e três mil, sessenta e um reais e cinquenta e um centavos), que corresponde ao valor estimado de patrimônio líquido contábil da Breda Transportes e Serviços S/A, deduzindo-se o valor de investimento. Em 31 de julho de 2021 a Controladora Comporte Participações S/A subscreve e integraliza na Controlada em conjunto Compormax Participações Ltda., 82.845.241 (oitenta e duas milhões, oitocentas e quarenta e cinco mil, duzentas e quarenta e uma) quotas, totalizando o montante de R$ 82.845.241,00 (oitenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta e um reais), por meio da conferência ao capital social da Sociedade das seguintes participações: a. 2.000.000 (dois milhões) de quotas, da controlada em conjunto Cidade Verde Transporte Rodoviário Ltda., as quais representam o valor patrimonial total de R$ 2.752.831,06 (dois milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta e um reais e seis centavos); b. 14.115.000 (quatorze milhões, cento e quinze mil) ações, da controlada em conjunto Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S.A, as quais representam o valor patrimonial total de R$ 970.904,73 (novecentos e setenta mil, novecentos e quatro reais e setenta e três centavos); c. 69.271.500 (sessenta e nove milhões, duzentas e setenta e uma mil e quinhentas) ações, da controlada em conjunto Empresa de Ônibus Pássaro Marron S.A., as quais representam o valor patrimonial total de R$ 31.810.862,22 (trinta e um milhões, oitocentos e dez mil, oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e dois centavos); d. 1.687.133 (um milhão, seiscentas e oitenta e sete mil, cento e trinta e três) quotas, da controlada em conjunto EPM Investimentos Ltda., as quais representam o valor patrimonial total de R$ 1.688.765,82 (um milhão, seiscentos e oitenta e oito mil, setecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e dois centavos); e. 5.300.000 (cinco milhões e trezentas mil) ações, da controlada em conjunto Expresso Caxiense S.A., as quais representam o valor patrimonial total de R$ 11.766.398,49 (Onze milhões, setecentos e sessenta e seis mil, trezentos e noventa e oito reais e quarenta e nove centavos); f. 4.293.548 (quatro milhões, duzentas e noventa e três mil, quinhentas e quarenta e oito) quotas, da controlada em conjunto com a Expresso Maringá Ltda., as quais representam um valor patrimonial total de R$ 0,33 (trinta e três centavos); g. 1.025.000 (um milhão e vinte e cinco mil) quotas, da controlada em conjunto com a Tectransp Transportes e Tecnologia Ltda., as quais representam o valor patrimonial total de R$ 0,50 (cinquenta centavos); h. 9.735.000 (nove milhões, setecentas e trinta e cinco mil) ações, da controlada em conjunto com a Til Transportes Coletivos S.A., as quais representam o valor patrimonial total de R$ 3.399.047,95 (três milhões, trezentos e noventa e nove mil, quarenta e sete reais e noventa e cinco centavos); i. 6.465.000 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil) quotas, da controlada em conjunto com a Transporte Coletivo Cidade Canção Ltda., as quais representam o valor patrimonial total de R$ 2.533.770,72 (dois milhões, quinhentos e trinta e três mil, setecentos e setenta reais e setenta e dois centavos); j. 3.000.000 (três milhões) de quotas, da controlada em conjunto com a Transporte Coletivo Grande Marilia Ltda., as quais representam o valor patrimonial total de R$ 26.219,83 (vinte e seis mil, duzentos e dezenove reais e oitenta e três centavos); k. 9.573.734 (nove milhões, quinhentas e setenta e três mil, setecentas e trinta e quatro) quotas, da controlada em conjunto com a Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda., as quais representam o valor patrimonial total de R$ 13.052.650,93 (treze milhões, cinquenta e dois mil, seiscentos e cinquenta reais e noventa e três centavos); l. 15.600.500 (quinze milhões, seiscentas mil e quinhentas) quotas, da controlada em conjunto com a Transportes Coletivos Grande Londrina Ltda., as quais representam o valor patrimonial total de R$ 0,50 (cinquenta centavos); m. 1.450.000 (um milhão, quatrocentas e cinquenta mil) quotas, da controlada em conjunto com a Viação Apucarana Ltda., as quais representam o valor patrimonial total de R$ 2.385.940,12 (dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, novecentos e quarenta reais e doze centavos); n. 9.295.500 (nove milhões, duzentas e noventa e cinco mil e quinhentas) quotas, da controlada em conjunto com a CMP Empreendimento Imobiliário Ltda., as quais representam o valor patrimonial total de R$ 12.330.007,23 (doze milhões, trezentos e trinta mil, sete reais e vinte e três centavos); o. 655.280 (seiscentas e cinquenta e cinco mil, duzentas e oitenta) quotas, da controlada em conjunto com a Transporte Coletivo de Rolândia Ltda., as quais representam o valor patrimonial total de R$ 127.841,43 (Cento e vinte sete mil, oitocentos e quarenta e um reais e quarenta e três centavos). Em 30 de setembro de 2021 a controlada em conjunto Compormax Participações Ltda., alterou o contrato social mediante Cisão total da Sociedade com versão integral de patrimônio para as controladoras: Comporte Participações S/A., Max Empreendimentos e Participações Ltda. e Bens Empreendimentos e Participações Ltda. a. O Patrimônio Líquido vertido para a controladora Comporte Participações S/A foi de R$ 80.048.225,83 (oitenta milhões, quarenta e oito mil, duzentos e vinte e cinco reais e oitenta e três centavos), demonstrado a seguir:

Ativo	**80.048.225,83**
Ativo Circulante	**418,83**
Caixa e equivalentes de caixa	418,83
Ativo Não circulante	**80.047.807,00**
Realizável a longo prazo	
Partes relacionadas	**139.500,00**
Comporte Participações S/A	139.500,00
Investimentos	
Participações societárias	**79.908.307,00**
Expresso Maringá Ltda.	0,66
Transporte Coletivo Grande Marília Ltda.	1,00
Tectransp Transportes e Tecnologia Ltda.	1,00
Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A	2.150.653,43
Transporte Coletivo Cidade Canção Ltda.	3.525.575,39
Viação Apucarana Ltda.	4.817.531,16
Cidade Verde Transporte Rodoviário Ltda.	5.266.166,81
CMP Empreendimentos Imobiliários Ltda.	14.887.508,48
Expresso Caxiense S/A	23.500.981,51
Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda.	25.759.887,56
Passivo	**80.048.225,83**
Patrimônio Líquido	**80.048.225,83**
Capital Social	82.985.241,86
Prejuízos Acumulados	(2.937.016,03)

Em 30 de dezembro de 2021 a Controladora Comporte Participações S/A, adquiriu 22.947.057 (vinte e dois milhões, novecentas e quarenta e sete mil e cinquenta e sete) ações detidas pela Controlada Viação Piracicabana S/A no capital social da Controlada BR Mobilidade Baixada Santista SPE S.A., passando a deter 99% (noventa e nove por cento) do capital social. Em 30 de dezembro de 2021 a Controladora Comporte Participações S/A, adquiriu 24.761.483 (vinte e quatro milhões, setecentas e sessenta e uma mil e quatrocentas e oitenta e três) quotas detidas pela Controlada Viação Piracicabana no capital social da controlada Blumob Concessionária de Transporte Urbano de Blumenau SPE Ltda., passando a deter 99% (noventa e nove por cento) do capital social. Em 01 de dezembro de 2021 a Controladora Comporte Participações S/A, retira-se da sociedade da Controlada Rental Express Transp. e Serviços Ltda., a Companhia cede e transfere, a título oneroso, 637.111 (seiscentas e trinta e sete mil e cento e onze) ações ás cessionárias Aller Participações S/A com 159.278 (cento e cinquenta e nove mil, duzentas e setenta e oito) ações, à Limmat Participações S/A com 159.278 (cento e cinquenta e nove mil, duzentas e setenta e oito) ações, à Thurgau Participações S/A com 159.277 (cento e cinquenta e nove mil, duzentas e setenta e sete) ações, à Vaud Participações S/A 159.277 (cento e cinquenta e nove mil, duzentas e setenta e sete) ações e a Glarus Serviços, Tecnologia e Participações Ltda., com 1 (uma) ação. **1.2 Relação de participação em entidades controladas e coligadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Comporte Participações S.A. e suas controladas diretas e indiretas, conforme relacionadas abaixo:



As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição de controle ou constituição e continuam sendo consolidadas até o momento em que esse controle deixa de existir. Os exercícios sociais e as políticas contábeis das controladas são coincidentes com os da Controladora. Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminadas as contas correntes, as receitas e despesas entre as empresas consolidadas e os resultados não realizados, bem como os investimentos, sendo destacada a participação dos não controladores. A partir de 30 de setembro de 2021, como resultado da reorganização societária descrita na nota explicativa 1.1, a Comporte Participações S.A. passou a consolidar mais onze empresas: Cidade Verde Transp. Rodoviário Ltda., CMP Empreendimentos Imobiliários Ltda., Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A, Empresa Transporte Coletivo Grande Marilia Ltda., Expresso Caxiense S/A, Expresso Maringá Ltda., Tectransp Transportes e Tecnologia Ltda., Tex Transp. de Encom. Expressas Ltda., Transp. Coletivo Cidade Canção Ltda., Transp. Coletivo Grande Bauru Ltda. E Viação Apucarana Ltda. **2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis adotadas –** A aprovação e autorização para a publicação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho da Administração realizada no dia 16 de março de 2022. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro da International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. No caso da Companhia e suas Controladas, essas práticas contábeis sobre as demonstrações financeiras diferem do International Financial Reporting Standards – IFRS, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em coligadas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional do Grupo Comporte. Todas as informações apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia não possui outros bens de resultado abrangente além do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em virtude disso, não é apresentada uma demonstração do resultado abrangente (DRA). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC09, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas. As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração. Sobretudo, a fim de complementar as demonstrações financeiras, a demonstração do valor adicionado está apresentada, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **2.2 Estimativas e premissas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversos métodos de avaliação que utilizam estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor recuperável dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para as demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo Comporte revisa suas estimativas e premissas, anualmente. **a) Reconhecimento de receitas:** O CPC 47/IFRS 15 estabelece estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida**:** Esta norma estabelece que uma entidade deva reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a entidade cumprir as obrigações de desempenho. Pelos novos requerimentos do CPC 47/IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelece maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes. A receita bruta de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades. **Receita de Prestação de Serviços** – A receita proveniente do transporte de passageiros rodoviários é reconhecida no momento em que os serviços são executados. São apresentadas pelo valor bruto e subsequentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre os serviços, abatimentos, descontos comerciais e taxas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa de sua realização. As receitas correspondentes ao transporte urbano de passageiros são reconhecidas levando em consideração as obrigações com o poder concedente, podendo ser mensuradas nas demonstrações financeiras mediante contraprestação de passageiros transportados ou venda de passagens. **Receita de alienação de bens utilizados na prestação de serviços –** A receita correspondente à venda de imobilizado é reconhecida no instante em que os riscos e benefícios econômicos mais significativos inerentes à propriedade dos bens são transferidos ao comprador. **Outras Receitas –** A receita proveniente de contraprestação, recebida do órgão concedente, referente ao transporte de passageiros VLT é reconhecida de acordo com cálculo de reajuste mensal estipulado no contrato de concessão e reajustado pelo IPC, a título de remuneração variável pelos serviços prestados. Este cálculo é feito com base no período em que os serviços são executados. São apresentadas pelo valor bruto e subsequentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre os serviços, abatimentos, descontos comerciais e taxas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. **Receita de juros** – Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no grupo de resultado financeiro, na demonstração do resultado. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atenderem a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. Entretanto, saldos bancários a descoberto, decorrentes de empréstimos obtidos por meio de instrumentos como contas correntes garantidas que são liquidados em curto lapso temporal compõem parte integral da gestão de caixa do Grupo Comporte. Nessas circunstâncias, saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, apenas e tão somente na Demonstração dos Fluxos de Caixa, em cumprimento as especificações do Pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **c) Contas a receber e provisão para estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber estão registradas pelos valores efetivamente faturados, líquidas da provisão para estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa – PECLD. A PECLD é um indicador contábil que informa o valor que a empresa pode perder com clientes inadimplentes, ou seja, é uma estimativa contábil de créditos dos clientes que possuem risco considerável de não serem quitados. Com o objetivo de chegar a um dimensionamento adequado da estimativa o Grupo Comporte considera os títulos vencidos igual ou superior a 180 dias com base no valor faturado e de acordo com as políticas contábeis adotadas pelo grupo. **d) Estoques:** São representados pelos materiais para consumo e manutenção mantidos em estoque para garantir a disponibilidade imediata do consumo e reduzir o custo da operação. Em sua maioria, referem-se a peças de reposição, materiais de carrocerias e combustíveis utilizados para prestação de serviços e na manutenção preventiva dos veículos operacionais. São apresentados pelo método de custo médio unitário (Média Ponderada Móvel – MPM), ajustados por provisões quando necessário para refletir o valor da realização. Os materiais obsoletos são representados por itens sem giro há mais de 180 dias , exceto itens de baixo giro. A provisão de obsolescência é devidamente registrada nas demonstrações financeiras com base neste critério não havendo movimentação física dos estoques. A baixa destes itens somente ocorrerá quando os mesmos forem considerados como sucata. **e) Investimentos em controladas e controladas em conjunto:** Os investimentos são avaliados com base no método da equivalência patrimonial para fins das demonstrações financeiras da Controladora. Um investimento é contabilizado inicialmente no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias após a aquisição. Os resultados de participação societária são apresentados na demonstração do resultado da Controladora e do Consolidado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas cotistas. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Controladora. **f) Imobilizado:** Bens registrados ao custo de aquisição ou formação, líquido de depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável. A depreciação é calculada e reconhecida na demonstração do resultado de forma linear ao longo da vida útil que varia de 5 a 8 anos.

As taxas que levam em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, são apresentados conforme abaixo:

	Vida útil % ao ano	
	2021	2020
Veículos de passageiros	7%	8%
Veículos de carga	12%	12%
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10%	10%
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	10%
Edificações e melhoramentos	4%	4%
Equipamentos de processamento de dados	20%	20%
Veículos de apoio	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%
Equipamentos de comunicação	10%	10%
Instalações	10%	10%

Um item de imobilizado é baixado na alienação, transferência para ativos disponíveis para venda, integralização na aquisição de cotas ou ações em investidas ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da transferência de titularidade do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado na rubrica "Resultado na alienação de imobilizado". As controladas, controladas em conjunto e coligadas da Comporte mantêm em seu ativo imobilizado a frota de veículos de passageiros e cargas com vida útil de 5 a 8 anos. Os percentuais de recuperação com a venda e do valor depreciável são estimados por meio do valor de aquisição e tipo de veículo conforme avaliação interna da companhia descrita abaixo:

Veículos de passageiros	Valor residual	Valor depreciável
Ônibus urbanos	45%	55%
Ônibus rodoviários	45%	55%
Vans e micro-ônibus	60%	40%
Veículos de carga	40%	60%

Revisão da estimativa da vida útil dos ativos imobilizados: Em 2021, a Companhia e suas controladas revisaram as estimativas de vida útil econômica para sua frota resultando em modificações na categoria de veículos de passageiros. A alteração mencionada foi em virtude dos efeitos ocasionados pela Pandemia da Covid-19 em relação ao tempo de utilização esperado dos ativos. Para fins desta análise, os avaliadores internos emitiram laudo de avaliação considerando o planejamento operacional do Grupo Comporte para os próximos exercícios, os antecedentes internos e o plano de manutenção e utilização dos itens do ativo. Também foram considerados elementos externos, tais como aumento nas taxas de juros e condições de pagamento de novos financiamentos. **Revisão do valor recuperável dos ativos:** O valor residual do ativo imobilizado é analisado anualmente para verificar possível perda no seu valor recuperável. Aos demais itens do ativo imobilizado não foi atribuído valor residual, uma vez que, devido às suas características e forma de utilização, esses ativos, quando realizados por venda, possuem valores irrelevantes. Durante os exercícios de 2021 e de 2020, o Grupo Comporte não constatou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável ("impairment") dos ativos imobilizados é necessária. **g) Intangível:** Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **i. Direitos de concessão:** As Controladas da Companhia operam serviços de transporte coletivo de passageiros por meio de contratos de concessão, firmados com os poderes concedentes. A infraestrutura utilizada pelas Controladas relacionada aos contratos de concessão de serviços é considerada controlada pelo poder concedente quando: • O poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço; e • O poder concedente controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão. Os direitos das Controladas da Companhia sobre a infraestrutura operada em conformidade com os contratos de concessão são contabilizados como intangível, uma vez que elas têm o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (passageiros) têm a responsabilidade principal de pagar pelos serviços. Ativos intangíveis de infraestrutura são amortizados pelo método linear de acordo com o prazo do contrato de concessão na rubrica de custos com amortização na demonstração do resultado. **ii. Softwares:** Os softwares são classificados

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

… continuação **Comporte Participações S.A.**

como intangíveis com vida útil definida, ou seja, são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício social e as mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa, consistente com a utilização do ativo intangível à taxa de 20% ao ano. Não foi atribuído valor residual para esta categoria uma vez que, devido às suas características e forma de utilização, esses ativos, quando realizados por venda, possuem valores irrelevantes. **h) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério também é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura:** Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **i) Tributação:** Impostos sobre vendas – Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis, hipótese em que os mesmos são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **Empresas tributadas com base no Lucro Real: Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) correntes e diferidos** – O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 por ano para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, limitada a 30% do lucro real. A despesa do imposto de renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro (CSLL) compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de Ajustes de avaliação patrimonial. **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente** – ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável de IR e base negativa de CSLL, respectivamente do exercício, a taxas de impostos decretadas na data da apresentação das demonstrações financeiras. **Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos)** – Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável a existência de lucro tributável futuro contra o qual possa ser utilizado, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial do ativo ou passivo na transação que: • Não é uma combinação de negócios; e • No momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal); Os créditos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros da Controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto: • Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro/prejuízo fiscal; • Impostos diferidos (IR e CSLL) estão reconhecidos no passivo circulante para as diferenças temporárias de curto prazo e não circulante para as diferenças em que há segregação de curto e longo prazo. São mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o passivo será liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço. • Impostos diferidos (IR e CSLL) relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial também são registrados no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. **Tributação sobre as receitas:** As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	12% a 18%
FECP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza-RJ	2%
COFINS – Contribuição para seguridade social **(cumulativo e não cumulativo)**	3% e 7,6%
PIS – Programa de integração social **(cumulativo e não cumulativo)**	0,65% e 1,65%
ISSQN – Impostos sobre serviços de qualquer natureza	2% a 5%
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – transporte de passageiros	2%
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – operações de logística	1,5%

A partir da Lei Nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 as contribuições de PIS e da COFINS passaram a ser apuradas pela sistemática não cumulativa, porém as receitas de transporte rodoviário de passageiros em qualquer modalidade estão sujeitas à tributação cumulativa. Exceção às receitas decorrentes da prestação de serviços regulares de transporte coletivo rodoviário no âmbito municipal e intermunicipal metropolitano de passageiros que passaram a ser tributadas com alíquota 0% a partir de maio de 2013, em relação às contribuições de PIS e da COFINS, conforme MP 617 de 31 de maio de 2013, convertida na Lei Nº 12.860, de 11 de setembro de 2013. **Empresas tributadas com base no Lucro Presumido:** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro é calculada aplicando-se uma alíquota de presunção à razão de 32% incidentes sobre as receitas de serviços, 8% e 12% respectivamente sobre receitas de vendas, cargas e encomendas, com exceção as demais receitas cuja base de cálculo é de 100%. Sobre estas bases de cálculo aplicam-se as alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Adicionalmente, receitas de prestações de serviços, revenda de veículos e demais receitas, com exceção as receitas financeiras estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pagas pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	12% a 18%
COFINS – Contribuição para seguridade social	3,00%
PIS – Programa de integração social	0,65%
ISSQN – Impostos sobre serviços de qualquer natureza	2% a 5%

Esses encargos são contabilizados como deduções das receitas de prestações de serviços. **j) Provisões de Contingências:** A provisão de contingência é uma obrigação presente registrado em balanço contábil decorrente de evento passado, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos, porém há incertezas quanto ao valor ou a data de liquidação. Temos como contingência um acontecimento incerto que pode levar (dependendo da classificação do Polo) a reconhecer valores a pagar ou a receber, sendo um desembolso econômico futuro, sem prazo definido. No Grupo Comporte temos provisões de contingências que são classificadas no passivo não circulante, com as seguintes classificações: • Provisão de Contingências de Processos Cíveis: Os processos cíveis correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais; • Provisão de Contingências de Processos Trabalhistas: Referem-se a diversas demandas trabalhistas movidas por ex-colaboradores e terceiros; • Provisão de Contingências de Processos Tributários: Referem-se substancialmente a autos de infração e execuções fiscais. **Reconhecimento:** No Grupo Comporte para efetuar uma provisão, utilizamos os seguintes critérios: • Há obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; • É provável que tenha uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação e; • Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Atendendo aos critérios acima, contabilizamos os casos definidos como prováveis, diante das faixas de risco dadas pelo escritório: • Possível: a perda é possível, porém, não há dados e/ou elementos possíveis para avaliação e confirmação dessa perda; • Remoto: remotamente trará perdas ou prejuízos e • Provável: maior probabilidade de que pagaremos por esse processo, ou seja, perderemos; quando temos esse prognóstico foram considerados e avaliados dados e/ou elementos que possibilitaram tal classificação. O reconhecimento dos valores de provisões de contingências do Grupo Comporte é feito trimestralmente. Os valores são apurados com base no sistema utilizado pelo Departamento Jurídico, chamado Projurid. O sistema Projurid é alimentado com as informações dos escritórios responsáveis pelos processos relacionados às empresas do Grupo Comporte. O Departamento Jurídico é responsável pela extração das informações e envio dos dados para o Departamento Contábil, para análise e reconhecimento dessas informações. **Ativos e Passivos Contingentes:** São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. No exercício de 2021 a Companhia e suas Controladas possuíam ativos contingenciais com probabilidade de ganho favoráveis no montante de R$ 91. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa de número 22, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. **Mensuração:** Para a mensuração da provisão, o valor reconhecido deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Essas estimativas são definidas pelos escritórios, baseando-se na experiência de atuação da sua área e históricos de outros processos. No Grupo Comporte temos as atualizações dos processos no sistema Projurid, onde os valores podem ser alterados de acordo com o andamento do processo, sendo considerado no início do processo o valor do pedido (valor pretendido no processo), e com o avanço do processo será considerado o valor estimado (valor considerado como a melhor estimativa no momento). **Revisão:** O reconhecimento dos valores provisionados é contabilizado trimestralmente, onde o Departamento Jurídico é responsável por manter as informações atualizadas conforme avanço dos processos e fornecer as informações extraídas do sistema Projurid ao Departamento Contábil. Na auditoria preliminar e na auditoria final é de responsabilidade do Departamento Jurídico realizar a circularização das provisões de contingências junto com os escritórios terceiros. **Baixas:** O Grupo Comporte realiza as baixas mensalmente a fim de refletir a despesa real no resultado. Temos dois tipos de baixas: • Perda do processo: quando pagamos pela condenação do processo, ou seja, perdemos a causa; • Ganho do processo: na execução favorável do processo para o Grupo Comporte. **k) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e suas Controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **l) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **m) Empréstimos e Financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **n) Instrumentos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração – Com exceção do grupo de contas a receber, que terá seu reconhecimento inicial de acordo com as normas do CPC 47, os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, mais ou menos, no vaso de ativos financeiros ou passivos financeiros que não seja ao valor justo por meio de resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros reconhecidos pelo Grupo Comporte são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar e fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros. Mensuração subsequente – A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. **Um ativo financeiro é baixado quando:** I. Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirar; e II. O Grupo transferir os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas assumir a obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa a um ou mais recebedores. **Um passivo financeiro é baixado quando:** I. Ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada; II. Um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes; e III. Ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo financeiro original e reconhecimento de um novo passivo financeiro, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis do passivo financeiro extinto ou transferido à outras partes, será reconhecida na demonstração do resultado. **o) Informações por segmento:** As informações por segmentos são segregadas para todas as atividades de negócios em que o Grupo pode obter receitas e incorrer em despesas cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo gestor das operações na tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e dos quais o desempenho e as informações financeiras possam ser avaliados individualmente. De acordo com as premissas definidas para divulgação no Pronunciamento Técnico CPC 22, o Grupo possui dois segmentos reportáveis: • **Mobilidade:** Transporte coletivo de passageiros e encomendas, por vias terrestres, em linhas regulares rodoviárias e urbanas, fretamento contínuo e eventual; e • **Logística:** Transporte de cargas pesadas. • **Outros segmentos:** Devido a sua imaterialidade, os segmentos da Holding e locação, estão apresentados na rubrica de "Outros segmentos". **p) Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto foi preparada e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. **q) Resultado por ação: Básico e diluído:** O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais conforme consta na Demonstração do Resultado do Exercício.

3. Caixa e equivalentes de caixa – Composição do saldo ativo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	5	46	13.207	11.413
Aplicações financeiras **(a)**	285	3.147	63.467	130.039
	290	**3.193**	**76.674**	**141.452**

(a) Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, são representadas por títulos privados – Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e remuneradas por taxas pós-fixadas que variam em média 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As remunerações Compromissadas iniciam em 50% e o Invest. Plus remunera a uma taxa de 20% do CDI. Caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	290	3.193	76.674	141.452
Contas garantidas	–	–	(227)	–
	290	**3.193**	**76.447**	**141.452**

4. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de estimativa para crédito de liquidação duvidosa – PECLD (a)	–	–	(4.955)	(4.374)
Cartões de Crédito e débito	–	–	48.231	8.383
Clientes de fretes e encomendas	–	–	16.290	5.116
Fretamentos	–	–	48.384	48.647
Órgãos públicos	–	–	2.260	4.342
Outras Contas a Receber	950	1.000	35.261	–
Turismo	–	–	817	470
Aluguéis a Receber	–	–	522	–
Vale transporte	–	–	61.757	18.916
Venda de passagens	–	–	5.478	15.729
	950	**1.000**	**214.045**	**97.229**
Circulante	–	–	190.694	93.795
Não Circulante	950	1.000	23.351	3.434
	950	**1.000**	**214.045**	**97.229**

(a) Os saldos referentes a Provisão para estimativas de perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa são substancialmente compostos pela empresa Viação Piracicabana S/A, que detém provisão total de R$2.109 principalmente para aos serviços de fretamento e pela empresa União Transportes de Encomendas e Comércio de Veículos Ltda., que detém provisão total de R$1.664. A seguir apresentamos o Aging List do contas a receber, conforme saldo apresentado acima.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Total a vencer	950	1.000	120.068	60.996
Vencidos em até 1mês	–	–	48.477	17.330
Vencidos de 1a 6 meses	–	–	33.201	5.204
Vencidos de 6 a 12 meses	–	–	884	4.154
Vencidos de 1 a 2 anos	–	–	1.896	4.580
Vencidos acima de 2 anos	–	–	14.474	9.339
Total	**950**	**1.000**	**219.000**	**101.603**
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	–	–	(4.955)	(4.374)
Total líquido da PCLD	**950**	**1.000**	**214.045**	**97.229**

Movimentação da provisão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**(4.374)**	**(4.672)**
(-) Adições	(706)	(125)
(+) Reversões	125	423
Saldo final	**(4.955)**	**(4.374)**

5. Estoques – O saldo deste grupo está composto por itens mantidos nas garagens para o abastecimento e manutenção preventiva e corretiva da frota. O Grupo Comporte teve a iniciativa de aumentar o estoque para que não faltem materiais para a revisão da frota devido as dificuldades de abastecimento de insumos e de matérias-primas que afetaram o setor produtivo no decorrer do exercício de 2021.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
(-) Provisão para obsolescência de estoque **(a)**	(936)	(404)
Combustíveis	5.190	2.694
Lubrificantes	2.198	1.761
Materiais de Carrocerias	1.252	1.404
Material de Expediente e Informática	20	10
Outros Materiais de Almoxarifado	427	1.878
Peças e acessórios	7.893	6.867
Pneus e Câmaras	5.519	2.291
Terrenos e Imóveis **(b)**	85.228	–
	106.791	**16.501**

(a) A provisão de perdas é constituída a partir de itens sem movimentação há mais de 180 dias. **(b)** Imóveis e terrenos pertencentes às controladas diretas e indiretas cuja atividade principal é a comercialização imobiliária.

6. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Antecipação de parcelamentos	–	–	417	386
PIS sobre serviço prestado	–	–	449	299
COFINS sobre serviço prestado	–	–	2.579	1.303
CSLL saldo negativo	–	1	667	853
CSLL sobre serviço prestado	–	–	153	4
ICMS Créditos de Apurações	–	–	22	6
ICMS Créditos de Ativo Imobilizado	–	–	15.591	17.409
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	–	–	88	56
INSS sobre serviço prestado	–	–	515	884
IRPJ saldo negativo	1.081	1.961	2.870	4.975
IRRF sobre aplicações	5	–	2.397	1.739
IRRF sobre serviço prestado	–	–	5.473	3.352
ISS sobre serviços prestado	–	–	1	–
Outros impostos e contribuições	–	–	20	3
	1.086	**1.962**	**31.242**	**31.269**
Circulante	1.086	1.962	22.836	21.687
Não circulante	–	–	8.406	9.582
	1.086	**1.962**	**31.242**	**31.269**

7. Partes relacionadas – No quadro a seguir, estão demonstrados os relacionamentos que a **controladora** e suas **controladas** mantêm saldo nas rubricas de partes relacionadas do balanço, o relacionamento será diferente, apenas quando, existir referência que o classifique de outra forma.

Razão social	Razão social abreviada	Controladora	Controladas
AAP Administração Patrimonial S.A	AAP	–	Ligada
Aller Participações S/A	Aller	Sócio	Ligada
Aurea Caixeta de Oliveira	Aurea	Ligada	Ligada
Belatrix Participações S/A	Belatrix	–	Ligada
Blumob Concessionária de Transporte Urbano de Blumenau SPE Ltda.	Blumob	Controlada	–
BR Mobilidade Baixada Santista S/A – SPE	BR Mobilidade	Controlada	–
BR Vias Holding VRD	BR Vias	Ligada	Ligada
Breda Logística Ltda.	Breda Logística	Controlada	–
Cidade Verde Transportes Rodoviários Ltda.	Cidade Verde	Controlada	Ligada
CMP Empreendimentos Imobiliários Ltda.	CMP	Controlada	Ligada
Consórcio Araraquara de Transportes	Consórcio Araraquara	–	Consorciada (b)
Consórcio 123 de Transportes	Consórcio 123	–	Consorciada (a)
Constantino de Oliveira Junior	Junior	Sócio	Sócio
Cruz Encomendas Rodoviárias Ltda	Cruz Encomendas	Controlada	–
Durban LLC	Durban	Ligada	Ligada
Empresa Cruz de Transportes Ltda	Empresa Cruz	Controlada	–

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

... continuação

Comporte Participações S.A.

Razão social	Razão social abreviada	Controladora	Controladas
Expresso Maringá do Vale S.A	Maringá do Vale	Controlada	
Empresa de Transportes Lider Ltda.	Líder	Ligada	–
Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A	Penha	Controlada	Ligada
Empresa de Ônibus Pássaro Marron S/A	Pássaro Marron	Controlada em conjunto	Ligada
Empresa Princesa do Norte S/A	Princesa	Controlada	–
Expresso Caxiense S/A	Caxiense	Controlada	Ligada
Expresso Itamarati S/A	Itamarati	Controlada em conjunto	Ligada
Expresso Maringá Ltda.	Maringá	Controlada	Ligada (c)
Expresso União Ltda.	Expresso União	Controlada	–
Glarus Serviços, Tecnologia e Participações S/A	Glarus	Ligada	Ligada
Henrique Constantino	Henrique	Sócio	Sócio
Ingá Turismo e Serviços Ltda.	Ingá	Controlada em conjunto	Ligada
Itamarati Express Transp Cargas e Encom Ltda.	Itamarati Express	Controlada em conjunto	Ligada
Joaquim Constantino Neto	Joaquim	Sócio	Sócio
Joseense Transportes de Passageiros Ltda.	Joseense	Controlada	–
Limmat Participações S/A	Limmat	Sócio	Ligada
Mapa Com., Locação e Manutenção de Veículos Ltda.	Mapa	Controlada em conjunto	Ligada
Mobitrans Administração e Participações S.A	Mobitrans	Ligada	Ligada
Noroestecom Telecomunicações Ltda.	Noroestecom	Ligada	Ligada
Paládio Administração e Participações Ltda.	Paládio	Ligada	Ligada
Patrimony Administradora de Bens S/A	Patrimony	Ligada	Ligada
Quality Bus Comércio de Veículos Ltda.	Quality Bus	Ligada	Ligada
Renpet Participações S/A	Renpet	–	Sócio
Rental Express Transportes e Serviços Ltda.	Rental	–	Ligada
Ricardo Constantino	Ricardo	Sócio	Sócio
Serviços Gráficos S/A	SGL	–	Ligada
Super Quadra Empreendimentos Imobiliários S/A	Super Quadra	Ligada	Ligada
Tectransp Transporte e Tecnologia Ltda.	Tectransp	Controlada	Ligada
Tex Transporte de Encomendas Expressas Ltda.	Tex	Controlada	Ligada
Thurgau Participações S/A	Thurgau	Sócio	Ligada
Titanium Administração Imobiliária Ltda.	Titanium	Ligada	Ligada
Transporte Coletivo Cidade Canção Ltda.	TCCC	Controlada	Ligada
Transporte Coletivo de Rolândia Ltda.	TCR	Controlada em conjunto	Ligada
Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda.	TCGB	Controlada	Ligada
Transporte Coletivo Grande Londrina Ltda.	TCGL	Controlada em conjunto	Ligada
Transporte Coletivo Grande Marília Ltda.	TCGM	Controlada	Ligada
Tua Transp. Urbano Arapongas Ltda.	Tua	Ligada	Ligada
Turb Transp. Urbano S/A	Turb	Controlada	–
TurpTransp. Urbano Ribeirão Pretano S.A.	Turp	Ligada	Ligada
União Administradora de Bens Ltda.	União Adm.	–	Ligada
União Transp. de Enc. e Comércio de Veículos Ltda.	União Transp.	Controlada	–
Vaud Participações S/A	Vaud	Sócio	Ligada
Viação Apucarana Ltda.	Apucarana	Controlada	Ligada
Viação Piracicabana S/A	Piracicabana	Controlada	–
VCB Transportes Ltda.	VCB	Ligada	Ligada
VRG Linhas Aéreas S/A	VRG	–	Ligada

(a) Apenas vínculo com as controladas Joseense Transportes de Passageiros Ltda. e Expresso Maringá do Vale S.A; (b) Apenas vínculo com a controlada Empresa Cruz de Transporte Ltda. (c) Sócia da Expresso Maringá do Vale S/A.

7.1. Resumo das operações: No quadro abaixo, estão demonstrados os saldos que a Controladora e suas Controladas mantêm em aberto na rubrica de partes relacionadas do balanço no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora				Consolidado			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
Natureza da principal operação	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Aluguel	–	–	3	2	486	–	4.765	1.589
Reembolso de software	30	1.468	–	–	3	1.036	4	–
Dividendos	10.829	11.896	–	–	1.112	11.805	26	22
AFAC					–	–	461	–
Consórcio	–	–	–	–	–	–	33.256	24.265
Debêntures	24.713	55.436	–	–	133.640	128.368	–	–
Mútuos	13.586	31.455	178.212	284.328	180.282	144.685	19.427	133.362
Outros créditos/obrigações	5.526	1.090	13.093	8.074	20.849	16.276	13.203	9.684
Cessão de crédito (a)	–	–	62.935	–	302	–	71	–
	54.684	**101.345**	**254.243**	**292.404**	**336.674**	**302.170**	**71.213**	**168.922**
Circulante	47.979	37.519	47.139	4.435	124.245	80.126	54.876	36.508
Não circulante	6.705	63.826	207.104	287.969	212.429	222.044	16.337	132.414
	54.684	**101.345**	**254.243**	**292.404**	**336.674**	**302.170**	**71.213**	**168.922**

(a) Aquisição de ações das Controladas Blumob Concessionária de Transporte Urbano de Blumenau SPE Ltda. e Br Mobilidade Baixada Santista S.A. SPE por meio de cessão de crédito entre a também Controlada Viação Piracicabana S.A. e a Controladora. Cessão de direitos creditórios decorrente da 2ª Emissão de debêntures da BR Vias S.A. entre a Controladora e a Controlada Br Mobilidade Baixada Santista S.A. SPE. Cessão de quotas da empresa Mapa Comércio , Locação e Manutenção de Veículos Ltda. entre as controladas Cidade Verde Transportes Rodoviários Ltda, Viação Apucarana Ltda. , Expresso Maringá Ltda. e a Controladora com as holdings Aller Participações S.A, Limmat Participações S.A., Vaud Participações S.A. e Thurgau Participações S.A.. Abaixo, estão demonstrados os saldos totais contabilizados no Ativo e Passivo da Companhia e suas Controladas e Controladas em Conjunto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme citado no quadro anterior. As transações são suportadas por contratos, que determinam prazos de validade e remunerações variáveis, quando aplicável: **7.1.1. Nos quadros a seguir, estão os saldos das transações entre a Controladora e o Consolidado:**

Ativo	Reembolso de software		Dividendos a receber		Debêntures (a)		Mútuos		Controladora Outros créditos	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aller	–	–	–	–	–	–	1.497	–	318	161
Amide	–	2	–	–	–	–	–	–	–	–
Apucarana	–	17	–	–	–	–	–	–	–	–
Blumob	–	–	–	–	–	–	–	–	51	8
BR Mobilidade	–	–	–	–	–	–	–	–	96	15
BR Vias	–	–	–	–	24.713	23.635	–	–	–	–
Breda Logística	–	–	–	–	–	–	–	–	8	15
Breda Serviços	–	–	–	–	–	–	–	6.750	–	40
Caxiense	3	31	–	–	–	–	–	–	–	–
CMP	–	2	–	–	–	–	235	221	–	–
Cidade verde	5	58	–	–	–	–	–	–	–	–
Cruz Encomendas	–	–	1.278	–	–	–	–	–	–	–
Empresa Cruz	–	48	8.439	–	–	–	400	–	20	18
Expresso União	–	71	–	–	–	–	–	4.683	40	34
Expresso Itamarati	–	201	1.021	1.371	–	–	–	1	2.097	1
Expresso Maringá	6	63	–	–	–	–	261	–	–	–
Elux	–	7	–	–	–	–	–	–	–	–
Itamarati Express	–	9	–	–	–	–	–	–	–	–
Inga	–	8	–	55	–	–	–	20	–	–
Joseense	–	–	–	–	–	–	–	–	14	8
Limmat	–	–	–	–	–	–	1.497	–	318	161
Líder	–	45	–	–	–	–	–	–	–	–
Luwasa	–	–	–	–	–	–	–	–	–	5
Manoel Rodrigues	–	–	–	–	–	–	–	8.801	–	11
Mapa	1	8	–	–	–	–	–	–	–	–
Maringá do Vale	–	26	–	–	–	–	–	5.610	14	12
Noroestecom	–	–	–	–	–	–	1.035	991	–	–
N.S. Penha	6	57	–	–	–	–	–	–	–	–
Pássaro Marron	–	232	–	10.379	–	–	–	56	–	–
Piracicabana	–	235	–	–	–	–	–	1	253	195
Princesa	–	13	–	–	–	–	–	–	60	38
Rental	–	–	91	91	–	–	–	–	–	–
São Geraldo	–	2	–	–	–	–	–	–	–	–
Super Quadra	–	–	–	–	–	31.801	–	–	–	–
TCCC	7	73	–	–	–	–	257	–	–	–
TCGB	–	62	–	–	–	–	–	–	–	–
TCGL	–	110	–	–	–	–	–	–	–	–
Tectransp	–	–	–	–	–	–	71	71	–	–
Tex	2	22	–	–	–	–	–	–	–	–
Thurgau	–	–	–	–	–	–	1.497	–	318	161
Til	–	27	–	–	–	–	–	–	–	–
Turb	–	39	–	–	–	–	–	4.250	1.579	36
União Transportes	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1
União Administradora	–	–	–	–	–	–	–	–	–	9
Vaud	–	–	–	–	–	–	6.836	–	318	161
Ingá	–	–	–	–	–	–	–	–	19	–
VCB	–	–	–	–	–	–	–	–	3	–
Total	**30**	**1.468**	**10.829**	**11.896**	**24.713**	**55.436**	**13.586**	**31.455**	**5.526**	**1.090**
Circulante	30	1.468	10.829	11.896	24.713	23.635	8.987	83	3.420	437
Não circulante	–	–	–	–	–	31.801	4.599	31.372	2.106	653
Total	**30**	**1.468**	**10.829**	**11.896**	**24.713**	**55.436**	**13.586**	**31.455**	**5.526**	**1.090**

Passivo	Aluguel		Mútuos		Outras obrigações		Controladora Cessão de crédito
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Aller	–	–	–	–	2.249	–	–
Apucarana	–	–	292	292	–	–	–
BR Mobilidade	–	–	25.165	25.165	–	–	24.713
Breda Logística	–	–	8.200	8.200	–	–	–
Breda Serviços	–	–	–	22.768	–	–	–
Caxiense	–	–	8.458	8.658	10	–	–
Cidade verde	–	–	468	717	–	–	–
Expresso União	–	–	15.800	15.800	2.580	2.580	–
Expresso Maringá	–	–	2.026	2.176	–	–	–
Glarus	–	–	–	–	–	14	–
Henrique	–	–	–	–	298	1.314	–
Joaquim	–	–	–	–	298	1.314	–
Joseense	–	–	44.485	44.520	–	–	–
Junior	–	–	–	–	298	1.314	–
Limmat	–	–	–	–	2.249	–	–
Manoel Rodrigues	–	–	–	1.010	–	–	–
Mapa	–	–	325	325	–	–	–
Maringá do Vale	–	–	786	3.750	–	–	–
Mobitrans	–	–	–	–	57	58	–
Patrimony	3	2	–	–	–	–	–
Piracicabana	–	–	46.239	16.444	–	–	38.222
Princesa	–	–	11.082	15.494	–	–	–
Ricardo	–	–	–	–	298	1.314	–
TCCC	–	–	6.753	7.353	–	–	–
TCGB	–	–	6.502	6.502	–	–	–
TCGL	–	–	–	6.297	–	–	–
Thurgau	–	–	–	–	2.249	–	–
Til	–	–	–	2.183	–	–	–
Vaud	–	–	–	–	2.249	–	–
Aurea	–	–	1.391	–	–	–	–
AAP	–	–	–	–	8	9	–
Durban	–	–	–	95.381	–	–	–
Ingá	–	–	195	195	94	–	–
Quality Bus	–	–	–	1.053	–	–	–
Tua	–	–	45	45	–	–	–
TCGM	–	–	–	–	156	157	–
Total	**3**	**2**	**178.212**	**284.328**	**13.093**	**8.074**	**62.935**
Circulante	3	2	6.601	–	1.405	4.433	39.130
Não circulante	–	–	171.611	284.328	11.688	3.641	23.805
Total	**3**	**2**	**178.212**	**284.328**	**13.093**	**8.074**	**62.935**

continua ...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

… continuação

Comporte Participações S.A.

Ativo	Aluguel	Reembolso de software		Dividendos a receber		Debêntures (a)		Mútuos		Cessão de crédito	Consolidado Outros créditos	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Aller	–	–	–	–	–	–	–	16	–	35	3.550	3.495
Belatrix	–	–	–	–	–	–	–	43	707	–	664	–
BR Vias	–	–	–	–	–	41.406	37.212	–	–	–	–	–
Expresso Itamarati	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	351	332
Expresso Maringá	–	–	–	–	–	–	–	–	4.105	–	–	–
Gol	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–
Limmat	–	–	–	–	–	–	–	–	–	35	3.375	3.494
Líder	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–
Mapa	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	50	–
N.S. Penha	–	–	–	–	–	–	–	–	4.539	–	–	6
Pássaro Marron	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	9
Patrimony	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2	–
Renpet	–	–	–	–	–	–	–	43	802	–	664	–
São Geraldo	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.000
Super Quadra	–	–	–	–	–	67.521	35.720	127.002	127.002	–	6	–
Thurgau	–	–	–	–	–	–	–	–	–	35	3.334	3.494
Til	–	–	–	–	–	–	–	1.050	–	–	–	–
União Administradora	–	–	–	–	–	–	–	1.857	6.169	–	–	–
Vaud	–	–	–	–	–	–	–	5.176	–	35	3.293	3.494
Ingá	–	–	–	–	–	–	–	1.899	–	–	15	–
Outras Empresas	486	–	–	–	–	–	–	30.402	1	142	2.172	298
Controladora	–	3	1.036	1.112	11.805	24.713	55.436	12.794	1.359	20	3.371	654
Total	**486**	**3**	**1.036**	**1.112**	**11.805**	**133.640**	**128.368**	**180.282**	**144.685**	**302**	**20.849**	**16.276**
Circulante	486	3	1.036	1.112	11.805	63.619	60.847	57.053	82	–	1.972	6.356
Não circulante	–	–	–	–	–	70.021	67.521	123.229	144.603	302	18.877	9.920
Total	**486**	**3**	**1.036**	**1.112**	**11.805**	**133.640**	**128.368**	**180.282**	**144.685**	**302**	**20.849**	**16.276**

Passivo	Aluguel		Reembolso de software	Dividendos a pagar		AFAC	Consórcio		Mútuos		Cessão de crédito	Consolidado Outras obrigações	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Expresso Maringá	–	–	–	–	22	–	–	–	–	–	–	–	–
Glarus	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	19
Junior	–	–	–	–	–	–	–	–	83	–	–	–	–
Mobitrans	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	271	158
Paládio	–	–	–	–	–	–	–	–	416	–	–	–	–
Patrimony	4.756	1.575	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3.300
Quality	–	6	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Rental	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	193	–
Super Quadra	–	–	–	–	–	–	–	–	1.945	2.000	–	–	–
União Administradora	6	6	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	653
Consórcio 123	–	–	–	–	–	–	33.256	24.265	–	–	–	–	–
Ingá	–	–	–	–	–	–	–	–	532	–	–	1.577	–
Quality Bus	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	42	–
Serviços Gráficos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	184	–	184	–
TCR	–	–	–	–	–	–	–	–	60	–	–	–	–
Outras Empresas	–	–	4	26	–	461	–	–	14.435	1	71	430	60
Controladora	3	2	–	–	–	–	–	–	1.956	131.177	–	10.505	5.494
Total	**4.765**	**1.589**	**4**	**26**	**22**	**461**	**33.256**	**24.265**	**19.427**	**133.362**	**71**	**13.203**	**9.684**
Circulante	1.465	1.589	4	26	22	–	33.256	24.265	16.617	2.001	–	3.508	8.631
Não circulante	3.300	–	–	–	–	461	–	–	2.810	131.361	71	9.695	1.053
Total	**4.765**	**1.589**	**4**	**26**	**22**	**461**	**33.256**	**24.265**	**19.427**	**133.362**	**71**	**13.203**	**9.684**

(a) Debêntures: Super Quadra: Na 2ª emissão de debêntures privadas, não conversíveis em ações, de espécie quirografária e sem garantias, a escritura de emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora ("AGE"), realizada em 25 de outubro de 2015 e registrada na Junta Comercial do Distrito Federal – JCDF sob nº 20151056030 em 01 de dezembro de 2015 a qual foi contraída sem intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e dar-se-á por meio de Boletim de Subscrição. As debêntures foram subscritas pelo seu valor unitário de R$ 1.000,00 (Um mil reais) no total de 40.000 (quarenta mil) unidades e serão emitidas e integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, em 03 (três) séries pelas debenturistas Comporte Participações S/A, Breda Transportes e Serviços S/A e Viação Piracicabana S/A. conforme os prazos descritos abaixo: 1ª série: 23.000 (vinte e três mil) – integralizado em 31/10/2015; 2ª série: 3.000 (três mil) – integralizado em 30/11/2015; 3ª série 14.000 (quatorze mil) – a integralizado em 31/12/2015. **Remuneração:** A partir da data da emissão as debêntures contemplam juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada do DI – Depósitos Interfinanceiros acrescidas de 6% ao ano. A remuneração será paga na data de vencimento e calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis, por dias úteis decorridos, incidente sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário apurado. **Data de vencimento:** O valor nominal unitário das debêntures será amortizado em parcelas única, no prazo de 6 (seis) meses, prorrogáveis por mais 6 (seis) meses, contados da data da integralização de cada série. Na 3ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, foi realizada em 1 (uma) única série, até o dia 05 de janeiro de 2016, o valor total foi de R$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), pela debenturista Comporte Participações S/A, os recursos obtidos destinam-se ao capital de giro da emissora. **Remuneração:** A partir da data de emissão das debêntures contemplam juros correspondentes à variação de 100% da acumulação das taxas de depósitos de certificado bancário (CDI) calculadas e divulgadas pela CETIP (taxa CDI) acrescida de um spread de 6% ao ano. **Vencimento:** As debêntures vencerão em seis meses, prorrogáveis por mais seis meses, contados da data de integralização. As debêntures emitidas pela empresa "Super Quadra" apresentam-se vencidas, entretanto, o objeto principal para a emissão destes títulos era o lançamento do empreendimento "Quadra 500" que foi viabilizado e começou sua comercialização em novembro de 2020. A Super Quadra pretende efetuar a quitação das Debêntures emitidas de acordo com o fluxo de caixa das unidades vendidas. **Vencimento antecipado:** Será considerado antecipadamente vencida as debêntures, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, tornando-se imediatamente exigível da emissora o pagamento do valor nominal unitário das debêntures em circulação, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis, desde a data de integralização ou da última data de pagamento da remuneração, conforme seja o caso, até a data do seu efetivo pagamento e demais encargos devidos e não pagos até a data do vencimento antecipado, na ocorrência de certas hipóteses, as quais serão apresentadas em sua relevância, tais como: • se a emissora não cumprir, no todo ou em parte, os termos presentes na Escritura de Emissão; • se a emissora se tornar insolvente, tiverem sua falência requerida, sofrer liquidação ou propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer de seus credores, ou ainda se ingressarem com pedido de recuperação judicial e este for deferido; e • Cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária em que os acionistas da Emissora não mantenham o controle acionário, sem que os debenturistas tenham manifestado, formalmente, a sua concordância antes de tal transferência. (Este item se refere somente à 2ª emissão). A Companhia avaliou todas as cláusulas relacionadas ao vencimento antecipado e entende que em 31 de dezembro de 2021 a emissora está adimplente a todas as condições estipuladas contratualmente. **Br Vias: 2ª Emissão:** Escritura particular da segunda emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, a escritura de emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora ("AGE"), realizada em 31 de agosto de 2018 a qual foi contraída sem intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e dar-se-á por meio de Boletim de Subscrição. As debêntures foram subscritas pelo seu valor unitário de R$ 1.000,00 (Um mil reais) no total de 110.000 (cento de dez mil) unidades e serão emitidas e integralizadas à vista em moeda corrente nacional ou em créditos detidos contra a Emissora, tendo na qualidade de alguns dos debenturistas as Companhias Comporte Participações S/A e Br Mobilidade Baixada Santista S.A. – SPE. **3ª Emissão:** Escritura particular da terceira emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, a escritura de emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora ("AGE"), realizada em 15 de julho de 2019 a qual foi contraída sem intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e dar-se-á por meio de Boletim de Subscrição. As debêntures foram subscritas pelo seu valor unitário de R$ 1.000,00 (Um mil reais) no total de 16.600 (dezesseis mil e seiscentos) unidades e serão emitidas e integralizadas à vista em moeda corrente nacional ou em créditos detidos contra a Emissora, tendo na qualidade de alguns dos debenturistas a Companhia Breda Transportes e Serviços S.A., incorporada em 2021 pela controlada Viação Piracicabana S/A. **Remuneração:** A partir da data da emissão as debêntures contemplam juros remuneratórios correspondentes a 103% da variação acumulada do DI – Depósitos Interfinanceiros. A remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário apurado. **Prazo de vigência e data de vencimento: 2ª Emissão:** As debêntures têm prazo de vigência de 3 (três) anos contados da data de emissão, vencendo-se em 31 de agosto de 2021. A amortização e o pagamento da remuneração serão efetuados em parcela única na data do vencimento. Através do aditamento de 24 de agosto de 2021, o vencimento foi prorrogado para 31 de agosto de 2022. **3ª Emissão:** As debêntures tem prazo de vigência de 778 (setecentos e setenta e oito) dias contados da data de emissão, vencendo-se em 31 de agosto de 2021. A amortização e o pagamento da remuneração serão efetuados em parcela única na data do vencimento. Através do aditamento de 24 de agosto de 2021, o vencimento foi prorrogado para 31 de agosto de 2022. **Vencimento antecipado:** Será considerado antecipadamente vencida as debêntures, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, tornando-se imediatamente exigível da emissora o pagamento do valor nominal unitário das debêntures em circulação, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis, desde a data de integralização ou da última data de pagamento da remuneração, conforme seja o caso, até a data do seu efetivo pagamento e demais encargos devidos e não pagos até a data do vencimento antecipado, na ocorrência de certas hipóteses, as quais serão apresentadas em sua relevância, tais como: • Descumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias, em especial referente ao pagamento do principal e juros; • Se a Emissora ou suas controladas sofrerem protestos individualmente ou de forma agregada de determinados valores; • Pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora , ou por suas controladas, diretas ou indiretas. • Vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras pela Emissora ou suas controladas no mercado local ou internacional em valor individual ou agregado, igual ou superior a cinco milhões desde que o débito não seja sanado em 15 dias do referido vencimento antecipado; • Ocorrência de qualquer alteração na composição acionária da Emissora ou qualquer venda, cessão, oneração ou transferência de ações que representem o controle da Emissora, em qualquer operação isolada ou qualquer série de operações sem o prévio consentimento dos Debenturistas. • Redução de capital social da Emissora sem que haja anuência prévia dos Debenturistas; A Companhia avaliou todas as cláusulas relacionadas ao vencimento antecipado e entende que em 31 de dezembro de 2021 a emissora está adimplente a todas as condições estipuladas contratualmente. A seguir, demonstramos o reflexo no resultado do exercício proveniente das operações com partes relacionadas:

Empresas	Tipo de operação	Controladora Despesas administrativas	Resultado financeiro	
		31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
BR Vias	Juros	–	1.078	648
Durban	Variação cambial/Juros	–	(1.752)	(6.984)
Noroestecom	Juros	–	43	–
Patrimony	Aluguel de imóvel	(31)	–	–
Turb	Outros	(20)	–	–
		(51)	**(631)**	**(6.336)**

Empresas	Tipo de operação	Consolidado Receita		Custos		Despesas administrativas		Resultado financeiro	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
BR Vias	Juros	–	–	–	–	–	–	2.661	711
Breda Serviços	Serviços administrativos	–	–	–	–	–	(262)	–	–
Cidade verde	Fretes e carretos/Fretamento	12	–	–	–	–	–	–	–
CMP	Aluguel de bens	–	–	(5)	–	–	–	–	–
Comporte	Serviços administrativos	–	–	–	–	(4.233)	(4.265)	908	–
Cruz Encomendas	Aluguel/ Fretes e carretos	124	118	–	–	–	(3)	–	–
Durban	Juros/Variação cambial	–	–	–	–	–	–	(1.752)	(6.984)
Empresa Cruz	Aluguel de imóvel/Locação de veículos	150	33	(118)	(260)	(20)	(22)	–	–
Expresso União	Locação de veículos	193	31	(174)	(172)	(101)	–	–	–
Expresso Itamarati	Aluguel de imóvel	262	150	–	(4)	–	–	–	–
Expresso Maringá	Fretamento/Fretes e carretos	9	–	–	–	–	–	–	–
Glarus	Serviços administrativos	–	–	–	–	(61)	(72)	–	–
Gol*	Fretamento	3.418	4.772	–	–	–	–	–	–
IngáTurismo	Aluguel de bens	–	–	(44)	–	–	–	–	–
Itamarati Express	Aluguel de imóvel/Fretes e carretos	44	137	(1)	–	(15)	(21)	–	–
Luwasa	Aluguel de imóvel	–	8	–	–	–	–	–	–
Manoel Rodrigues	Locação de veículos	–	–	–	(92)	–	–	–	–
Maringá do vale	Fretamento	–	18	–	–	–	–	–	–
Mobitrans	Serviços de consultoria	–	–	–	–	–	(1.600)	–	–
Noroestecom	Juros	–	–	–	–	–	–	43	26
Patrimony	Aluguel de imóvel	–	–	(15.680)	(17.871)	(1.208)	(1.176)	–	–
Penha	Locação de veículos/Aluguel	229	–	–	–	–	–	–	–
Piracicabana	Serviços adm/Locação de veículos/Aluguel	121	96	(642)	(467)	(16.457)	(17.285)	–	–
Princesa	Locação de veículos	26	–	(238)	(192)	(10)	–	–	–
Quality	Aluguel de imóvel	–	–	(17)	(68)	–	–	–	–
TCCC	Fretes e carretos	13	–	–	–	–	–	–	–
Tex	Aluguel de imóvel/Fretes e carretos	27	–	–	–	(21)	–	–	–
Turb	Fretes e carretos	–	–	–	–	(94)	–	–	–
União Transp.	Fretes e carretos	638	763	(80)	(45)	(8)	–	–	–
União Adm.	Aluguel de imóvel	–	–	–	–	(69)	(69)	–	–
VCB	Aluguel de imóvel/Fretes e carretos	40	–	(11)	–	–	–	–	–
		5.306	**6.126**	**(17.010)**	**(19.171)**	**(22.297)**	**(24.775)**	**1.860**	**(6.247)**

*Refere-se a serviços prestados de fretamento pela Controlada Viação Piracicabana S.A. a Gol Linhas Aéreas, a contrapartida de saldo a receber é devidamente registrado na rubrica de clientes.

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

… continuação

Comporte Participações S.A.

8. Depósitos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis	–	–	3.694	1.723
Depósitos judicial	–	–	–	72
Penhora de crédito	469	469	9.920	8.044
Trabalhistas	11	11	5.436	4.916
Tributário	–	1.010	10.447	1.683
	480	**1.490**	**29.497**	**16.438**
Circulante	–	–	–	72
Não circulante	480	1.490	29.497	16.366
	480	**1.490**	**29.497**	**16.438**

9. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos a funcionários	–	–	4.254	4.072
Alienação de Bens	–	–	67.080	56.057
Aluguéis a Receber	–	–	522	586
Consórcio	–	–	11.611	9.833
Depósitos Caucionados	–	–	23	–
Seguros	33	63	755	1.350
Despesas antecipadas	–	–	167	280
Valores e Créditos Vinculados	–	–	62	62
Outras Contas a Receber **(a)**	29.435	26.247	86.452	38.276
Outros	–	–	–	8.795
	29.468	**26.310**	**170.926**	**119.311**
Circulante	11.783	21.827	123.345	100.869
Não circulante	17.685	4.483	47.581	18.442
	29.468	**26.310**	**170.926**	**119.311**

(a) Os saldos referentes a outras contas a receber são substancialmente compostos no exercício de 2020 pela venda da empresa Turp Transporte Urbano de Petrópolis Ltda., em 2021 pela venda da participação do consórcio da controlada Turb Transporte Urbano S/A e a entrada das empresas que englobaram a reorganização societária.

10. Títulos e valores mobiliários – A Companhia concentra a totalidade de seus investimentos em Fundos de Investimentos em Participações no ativo não circulante, denominados de FIP, e em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia está avaliando estes investimentos ao valor justo por meio de resultado, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações em fundos de investimentos	8.162	8.176	8.162	8.176
	8.162	**8.176**	**8.162**	**8.176**

Informações adicionais:

Fundos de investimentos	**nº quotas**	**Resgate**	**Prazo**	**Início**	**Liquidação**
Bratus Middle Market – FIP (*) **(a)**	5,99999999	–	–	2019	–
Investidores institucionais II – FIP	5.429,37	Liquidação	8 anos	2014	2022
Investidores institucionais III – FIP	10.816,69	Liquidação	8 anos	2017	2025

(a) Fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado. Os ativos elegíveis na composição da carteira são: mínimo de 90% em valores mobiliários e 10% em outros ativos. Todos os fundos de investimento em participações, somente terão o resgate de suas cotas na data de liquidação dos fundos. Os fundos possuem a opção, mediante deliberação em assembleia, de prorrogação de seu encerramento e consequente amortização de suas cotas em até 1 ano da data prevista para liquidação.

11. Investimentos – 11.1 Participações em controladas

						Controladora	
Controladas	**Participação societária**	**Distribuição antecipada de lucros**	**Cotas a inte-gralizar**	**Adiantamento para futuro aumento de capital**	**Reserva de reavalia-ção**	**Saldo em 31/12/2021**	**Saldo em 31/12/2020**
Blumob Conc. De Transp. Urbano de Blumenau SPE Ltda.	17.627	–	–	–	–	17.627	–
BR Mobilidade Baixada Santista S/A – SPE	126.208	(23.265)	–	–	–	102.943	64.757
Breda Logística Ltda	31.655	–	–	–	–	31.655	30.058
Breda Transportes e Serviços S/A.	–	–	–	–	–	–	70.480
Cidade Verde Transp. Rodoviário Ltda.	5.407	–	–	–	356	5.763	–
CMP Empreendimentos Imobiliários Ltda.	15.995	(400)	–	–	–	15.595	–
Cruz Encomendas Rodoviárias Ltda.	1.286	(1.278)	–	–	–	8	892
Empresa Auto Ônibus Manoel Rodrigues S/A.	–	–	–	–	–	–	12.733
Empresa Cruz de Transportes Ltda.	18.151	(8.439)	–	–	–	9.712	18.677
Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A.	2.644	–	–	250	–	2.894	–
Empresa Princesa do Norte S/A.	25.875	–	–	–	–	25.875	25.682
Expresso Caxiense S/A	26. 288	(9.000)	–	–	–	17.288	–
Expresso Maringá do Vale S/A	(13.110)	–	–	–	–	(13.110)	(5.243)
Expresso Maringá Ltda.	(6.143)	–	–	–	712	(5.431)	–
Expresso União Ltda.	56.688	(3.000)	–	–	–	53.688	55.616
Joseense Transportes de Passageiros Ltda.	38.075	–	–	–	–	38.075	52.849
Morasol Comércio de Veículos Ltda.	–	–	–	–	–	–	27
Rental Express Transportes e Serviços Ltda.	–	–	–	–	–	–	625
Tectransp Transp. e Tecnologia Ltda.	(573)	–	–	–	–	(573)	–
Tex Transp. De Encom. Expressas Ltda.	7.998	(2.000)	–	–	–	5.998	–
Transp. Coletivo Cidade Canção Ltda.	11.269	–	–	–	–	11.269	–
Transp. Coletivo Grande Bauru Ltda.	29.710	(3.500)	–	–	–	26.210	–
Transp. Coletivo Grande Marília Ltda.	2.508	–	–	–	–	2.508	–
Turb Transporte Urbano SA	31.496	–	–	–	–	31.496	12.188
União Transp. De Encom. E Com. De Veículos Ltda.	30.578	(21.073)	(40)	–	–	9.465	16.773
Viação Apucarana Ltda.	5.959	(2.700)	–	–	–	3.259	–
Viacao Luwasa Ltda.	–	–	–	–	–	–	677
Viação Piracicabana S/A	142.844	–	–	–	–	142.844	76.048
	608.435	**(74.655)**	**(40)**	**250**	**1.068**	**535.058**	**432.839**

O saldo do investimento em controladas apresentado acima de R$ 535.058 (em dezembro de 2020 R$ 432.839) está somando as perdas de R$ 19.826 (em dezembro de 2020 R$5.243) que se refere a participações em controladas, registradas na rubrica de perdas em investimentos no passivo circulante e não circulante.

11.1.1 Movimentação dos investimentos em controladas

Controladas	**Saldo em 31/12/2020**	**Integralização/ Aumento (redução) Capital**	**Depreciação (Mais valia)/ Amortização (Ágio)**	**Distribuição de Lucros/ Dividendos**	**Resultado de equivalência patrimonial**	**Venda de quotas/ações**	**Reestruturação societária**	**Adiantamento para futuro aumento do capital**	**Outras movimentações**	**Saldo em 31/12/2021**
Blumob Conc. De Transp. Urbano de Blumenau SPE Ltda.	–	11.356	–	–	6.271	–	–	–	–	17.627
BR Mobilidade Baixada Santista S/A – SPE	64.757	33.681	–	(23.265)	27.770	–	–	–	–	102.943
Breda Logística Ltda	30.058	–	–	–	1.597	–	–	–	–	31.655
Breda Transportes e Serviços S/A.	70.480	–	–	–	(1.109)	–	(69.371)	–	–	–
Cidade Verde Transp. Rodoviário Ltda.	–	–	–	–	512	–	5.266	–	(15)	5.763
CMP Empreendimentos Imobiliários Ltda.	–	–	–	(400)	1.107	–	14.888	–	–	15.595
Cruz Encomendas Rodoviárias Ltda.	892	–	–	(1.278)	394	–	–	–	–	8
Empresa Auto Ônibus Manoel Rodrigues S/A.	12.733	–	–	–	(33)	–	(12.700)	–	–	–
Empresa Cruz de Transportes Ltda.	18.677	–	–	(8.439)	(526)	–	–	–	–	9.712
Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A.	–	–	–	–	493	–	2.151	250	–	2.894
Empresa Princesa do Norte S/A.	25.682	–	–	–	(12.508)	–	12.700	–	1	25.875
Expresso Caxiense S/A	–	–	–	(9.000)	2.787	–	23.501	–	–	17.288
Expresso Maringá do Vale S/A	(5.243)	–	–	–	(3.499)	–	–	–	(4.368)	(13.110)
Expresso Maringá Ltda.	–	–	–	–	2.215	–	–	–	(7.646)	(5.431)
Expresso União Ltda.	55.616	–	–	(3.000)	1.072	–	–	–	–	53.688
Joseense Transportes de Passageiros Ltda.	52.849	–	(11.635)	–	(3.131)	–	–	–	(8)	38.075
Morasol Comércio de Veículos Ltda.	27	–	–	–	–	–	–	–	(27)	–
Rental Express Transportes e Serviços Ltda.	625	–	–	–	(4)	(626)	–	–	5	–
Tectransp Transp. e Tecnologia Ltda.	–	–	–	–	(1)	–	–	–	(572)	(573)
Tex Transp. De Encom. Expressas Ltda.	–	4.705	–	(2.000)	3.293	–	–	–	–	5.998
Transp. Coletivo Cidade Canção Ltda.	–	–	–	–	7.744	–	3.525	–	–	11.269
Transp. Coletivo Grande Bauru Ltda.	–	–	–	(3.500)	3.950	–	25.760	–	–	26.210
Transp. Coletivo Grande Marília Ltda.	–	–	–	–	2.600	–	–	–	(92)	2.508
Turb Transporte Urbano SA	12.188	–	–	–	19.308	–	–	–	–	31.496
União Transp. De Encom. E Com. De Veículos Ltda.	16.773	–	–	(21.073)	13.765	–	–	–	–	9.465
Viação Apucarana Ltda.	–	–	–	(2.700)	1.141	–	4.818	–	–	3.259
Viacao Luwasa Ltda.	677	–	–	–	(534)	(143)	–	–	–	–
Viação Piracicabana S/A	76.048	–	–	–	(2.575)	–	69.371	–	–	142.844
	432.839	**49.742**	**(11.635)**	**(74.655)**	**72.099**	**(769)**	**79.909**	**250**	**(12.722)**	**535.058**

11.1.2 Equivalência patrimonial em controladas

Controladas	**Participação %**	**Patrimônio líquido**	**Dividendos antecipados**	**Resultado do exercício**	**Equivalência Patrimonial**	**Inves-timento**
Blumob Conc. De Transp. Urbano de Blumenau SPE Ltda.	99,00%	17.804	–	3.183	6.271	17.627
BR Mobilidade Baixada Santista S/A – SPE	99,00%	103.983	(23.500)	34.961	27.770	102.943
Breda Logística Ltda	100,00%	31.655	–	1.597	1.597	31.655
Breda Transportes e Serviços S/A.	0,00%	–	–	(1.882)	(1.109)	–
Cidade Verde Transp. Rodoviário Ltda.	100,00%	5.763	–	512	512	5.763
CMP Empreendimentos Imobiliários Ltda.	91,98%	16.955	–	1.204	1.107	15.595
Cruz Encomendas Rodoviárias Ltda.	80,00%	10	(1.597)	492	394	8
Empresa Auto Ônibus Manoel Rodrigues S/A.	0,00%	–	–	(33)	(33)	–
Empresa Cruz de Transportes Ltda.	80,00%	12.140	(10.548)	(658)	(526)	9.712
Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A.	100,00%	2.894	–	493	493	2.894
Empresa Princesa do Norte S/A.	100,00%	25.875	–	(12.508)	(12.508)	25.875
Expresso Caxiense S/A	100,00%	17.289	–	2.786	2.787	17.288
Expresso Maringá do Vale S/A	99,00%	(13.242)	–	(3.534)	(3.499)	(13.110)
Expresso Maringá Ltda.	66,67%	(8.147)	–	3.306	2.215	(5.431)
Expresso União Ltda.	100,00%	53.688	(3.000)	1.072	1.072	53.688
Joseense Transportes de Passageiros Ltda.	99,51%	26.896	–	(3.146)	(3.131)	38.075
Morasol Comércio de Veículos Ltda.	0,00%	–	–	(3)	–	–
Rental Express Transportes e Serviços Ltda.	0,00%	–	–	(59)	(4)	–
Tectransp Transp. e Tecnologia Ltda.	100,00%	(573)	–	(1)	(1)	(573)
Tex Transp. De Encom. Expressas Ltda.	100,00%	5.998	–	3.293	3.293	5.998
Transp. Coletivo Cidade Canção Ltda.	100,00%	11.270	–	7.744	7.744	11.269
Transp. Coletivo Grande Bauru Ltda.	100,00%	26.210	–	3.950	3.950	26.210
Transp. Coletivo Grande Marília Ltda.	100,00%	2.509	–	2.600	2.600	2.508
Turb Transporte Urbano SA	99,90%	31.527	–	19.326	19.308	31.496
União Transp. De Encom. E Com. De Veículos Ltda.	100,00%	9.465	(21.073)	13.765	13.765	9.465
Viação Apucarana Ltda.	100,00%	3.259	–	1.141	1.141	3.259
Viacao Luwasa Ltda.	0,00%	–	–	(534)	(534)	–
Viação Piracicabana S/A	100,00%	142.845	–	(2.575)	(2.575)	142.844
		526.074	**(59.718)**	**76.492**	**72.099**	**535.058**

(*) Em 30 de dezembro de 2021 a Controladora Comporte Participações S/A, passa a deter 99% do capital social.

11.1.3 Outras informações sobre os investimentos em controladas: Apresentamos a participação de ativos, passivos, receitas e despesas nas empresas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Controladas	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Ativo Total**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Patrimônio líquido**	**Passivo Total**	**Receitas**	**Custos e despesas**	**Resultado do exercício**
Blumob Conc. De Transp. Urbano de Blumenau SPE Ltda.	4.786	69.269	74.055	28.066	28.185	17.804	74.055	75.875	(72.692)	3.183
BR Mobilidade Baixada Santista S/A – SPE	84.266	207.482	291.748	88.421	99.343	103.984	291.748	274.931	(239.970)	34.961
Breda Logística Ltda	16.446	56.442	72.888	21.787	19.446	31.655	72.888	61.325	(59.728)	1.597
Cidade Verde Transp. Rodoviário Ltda.	13.540	39.979	53.519	27.360	20.396	5.763	53.519	12.813	(12.301)	512
CMP Empreendimentos Imobiliários Ltda.	18.292	1	18.293	867	471	16.955	18.293	1.358	(154)	1.204
Cruz Encomendas Rodoviárias Ltda.	537	817	1.354	1.344	–	10	1.354	1.356	(864)	492
Empresa Cruz de Transportes Ltda.	9.311	55.090	64.401	31.377	20.884	12.140	64.401	25.353	(26.011)	(658)
Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A.	33.833	53.232	87.065	41.115	43.056	2.894	87.065	31.114	(30.621)	493
Empresa Princesa do Norte S/A.	32.493	121.469	153.962	55.034	73.053	25.875	153.962	95.185	(107.693)	(12.508)
Expresso Caxiense S/A	29.616	18.900	48.516	19.951	11.276	17.289	48.516	10.761	(7.975)	2.786
Expresso Maringá do Vale S/A	13.346	38.325	51.671	36.410	28.503	(13.242)	51.671	55.514	(59.048)	(3.534)
Expresso Maringá Ltda.	18.828	53.441	72.269	41.248	39.168	(8.147)	72.269	20.865	(17.559)	3.306
Expresso União Ltda.	18.375	135.287	153.662	41.779	58.195	53.688	153.662	93.829	(92.757)	1.072
Joseense Transportes de Passageiros Ltda.	11.659	54.017	65.676	32.686	6.094	26.896	65.676	58.578	(61.724)	(3.146)
Tectransp Transp. e Tecnologia Ltda.	13	27	40	334	279	(573)	40	1	(2)	(1)
Tex Transp. De Encom. Expressas Ltda.	1.912	4.408	6.320	300	22	5.998	6.320	3.742	(449)	3.293
Transp. Coletivo Cidade Canção Ltda.	8.758	76.585	85.343	41.946	32.127	11.270	85.343	20.066	(12.322)	7.744

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

… continuação

Comporte Participações S.A.

Controladas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo Total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Passivo Total	Receitas	Custos e despesas	Resultado do exercício
Transp. Coletivo Grande Bauru Ltda.	2.374	64.593	66.967	15.705	25.052	26.210	66.967	16.698	(12.748)	3.950
Transp. Coletivo Grande Marília Ltda.	594	6.144	6.738	1.695	2.534	2.509	6.738	9.054	(6.454)	2.600
Turb Transporte Urbano SA	19.513	41.903	61.416	7.826	22.063	31.527	61.416	51.216	(31.890)	19.326
União Transp. De Encom. E Com. De Veículos Ltda.	5.131	10.200	15.331	2.411	3.455	9.465	15.331	36.002	(22.237)	13.765
Viação Apucarana Ltda.	2.909	10.241	13.150	4.757	5.134	3.259	13.150	5.835	(4.694)	1.141
Viação Piracicabana S/A	275.937	903.316	1.179.253	413.595	622.813	142.845	1.179.253	823.755	(826.330)	(2.575)
	622.469	**2.021.168**	**2.643.637**	**956.014**	**1.161.549**	**526.074**	**2.643.637**	**1.785.226**	**(1.706.223)**	**79.003**

11.2 Participações em controladas em conjunto

				Controladora e Consolidado	
Controladas em conjunto	**Participação societária**	**Distribuição antecipada de lucros**	**Reserva de reavaliação**	**Saldo em 31/12/2021**	**Saldo em 31/12/2020**
Cidade Verde Transp. Rodoviário Ltda.	–	–	–	–	6.779
CMP Empreendimentos Imobiliários Ltda.	–	–	–	–	208
EPM Investimentos Ltda.	–	–	–	–	8
Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A.	–	–	–	–	491
Empresa de Ônibus Pássaro Marron Ltda.	–	–	–	–	115.410
Expresso Caxiense S/A	–	–	–	–	13.238
Expresso Itamarati S/A	40.134	–	–	40.134	41.952
Expresso Maringá Ltda.	–	–	–	–	(1.741)
Ingá Turismo e Serviços Ltda.	786	–	1.454	2.240	3.757
Itamarati Exp. Transp. Cargas e Enc. Ltda	2.890	(2.750)	–	140	367
Tectransp Transp. e Tecnologia Ltda.	–	–	–	–	(277)
Tex Transp. De Encom. Expressas Ltda.	–	–	–	–	1.061
Til Transportes Coletivos S/A	–	–	–	–	11.446
Transp. Coletivo Cidade Canção Ltda.	–	–	–	–	4.535
Transp. Coletivo de Rolândia Ltda.	–	–	–	–	(16)
Transp. Coletivo Grande Bauru Ltda.	–	–	–	–	14.369
Transp. Coletivos Grande Londrina Ltda.	–	–	–	–	(13.853)
Transp. Coletivo Grande Marília Ltda.	–	–	–	–	723
VAP Negócios Imobiliários	2.740	–	–	2.740	2.436
Viação Apucarana Ltda.	–	–	–	–	2.079
	46.550	**(2.750)**	**1.454**	**45.254**	**202.972**

O saldo do investimento de R$ 202.972 em dezembro de 2020 apresentado acima, está somando as perdas de R$ 16.254 que se refere a participações em controladas em conjunto, registradas na rubrica perdas em investimentos no passivo circulante.

11.2.1 Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto

Controladas em conjunto	Saldo em 31/12/2020	Integralização/Aumento (redução) Capital	Aumento/Redução de Capital	Distribuição de Lucros/Dividendos	Resultado de equivalência patrimonial	Reestruturação societária	Adiantamento para futuro aumento do capital	Outras movimentações	Saldo em 31/12/2021
Cidade Verde Transp. Rodoviário Ltda.	6.779	–	–	–	(2.984)	(2.753)	–	(1.042)	–
CMP Empreendimentos Imobiliários Ltda.	208	9.090	–	(83)	8	(12.330)	–	3.107	–
Compormax Participações Ltda.	–	–	–	–	(2.937)	2.937	–	–	–
EPM Investimentos Ltda.	8	–	–	–	–	(2)	–	(6)	–
Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A.	491	–	–	–	355	(971)	125	–	–
Empresa de Ônibus Pássaro Marron Ltda.	115.410	–	–	–	(85.603)	(31.811)	1.750	254	–
Expresso Caxiense S/A	13.238	–	–	–	(928)	(11.766)	–	(544)	–
Expresso Itamarati S/A	41.952	–	–	–	(1.818)	–	–	–	40.134
Expresso Maringá Ltda.	(1.741)	–	–	–	(1.174)	–	–	2.915	–
Ingá Turismo e Serviços Ltda.	3.757	358	–	–	(188)	(1.687)	–	–	2.240
Itamarati Exp. Transp. Cargas e Enc. Ltda	367	–	–	(2.750)	2.523	–	–	–	140
Tectransp Transp. e Tecnologia Ltda.	(277)	–	–	–	(8)	–	–	285	–
Tex Transp. De Encom. Expressas Ltda.	1.061	(2.354)	–	(1.956)	3.273	–	–	(24)	–
Til Transportes Coletivos S/A	11.446	(341)	–	–	(7.706)	(3.399)	–	–	–
Transp. Coletivo Cidade Canção Ltda.	4.535	–	–	–	(2.001)	(2.534)	–	–	–
Transp. Coletivo de Rolândia Ltda.	(16)	–	–	–	144	(128)	–	–	–
Transp. Coletivo Grande Bauru Ltda.	14.369	1	–	–	(1.317)	(13.053)	–	–	–
Transp. Coletivos Grande Londrina Ltda.	(13.853)	–	–	–	(6.966)	–	55	20.764	–
Transp. Coletivo Grande Marília Ltda.	723	–	–	–	(697)	(26)	–	–	–
VAP Negócios Imobiliários	2.436	–	–	–	304	–	–	–	2.740
Viação Apucarana Ltda.	2.079	–	–	–	307	(2.386)	–	–	–
	202.972	**6.754**	**–**	**(4.789)**	**(107.413)**	**(79.909)**	**1.930**	**25.709**	**45.254**

11.2.2. Equivalência patrimonial em controladas em conjunto

Controladas em conjunto	Participação %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Investimento
Cidade Verde Transp. Rodoviário Ltda.		–	(6.207)	(2.984)	–
CMP Empreendimentos Imobiliários Ltda.		–	(1)	8	–
Compormax Participações Ltda.		–	(5.869)	(2.937)	–
Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A.		–	1.170	355	–
Empresa de Ônibus Pássaro Marron Ltda.		–	(171.206)	(85.603)	–
Expresso Caxiense S/A		–	(1.887)	(928)	–
Expresso Itamarati S/A	50,00%	80.266	(3.637)	(1.818)	40.134
Expresso Maringá Ltda.		–	(6.187)	(1.174)	–
Ingá Turismo e Serviços Ltda.	50,00%	4.418	(377)	(188)	2.240
Itamarati Exp. Transp. Cargas e Enc. Ltda	50,00%	281	5.047	2.523	140
Tectransp Transp. e Tecnologia Ltda.		–	(18)	(8)	–
Tex Transp. De Encom. Expressas Ltda.		–	6.546	3.273	–
Til Transportes Coletivos S/A		–	(15.413)	(7.706)	–
Transp. Coletivo Cidade Canção Ltda.		–	(5.545)	(2.001)	–
Transp. Coletivo de Rolândia Ltda.		–	287	144	–
Transp. Coletivo Grande Bauru Ltda.		–	(2.979)	(1.317)	–
Transp. Coletivos Grande Londrina Ltda.		–	–	(6.966)	–
Transp. Coletivo Grande Marília Ltda.		–	(1.538)	(697)	–
VAP Negócios Imobiliários	49,90%	5.491	609	304	2.740
Viação Apucarana Ltda.		–	659	307	–
		90.456	**(206.546)**	**(107.413)**	**45.254**

11.2.3 Outras informações sobre os investimentos em controladas em conjunto

Controladas em conjunto	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo Total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Passivo Total	Receitas	Custos e despesas	Resultado
Expresso Itamarati S/A	31.864	281.312	313.177	122.870	110.040	80.266	313.176	217.071	(220.708)	(3.637)
Ingá Turismo e Serviços Ltda.	2.409	4.770	7.179	6	2.755	4.418	7.179	2.710	(3.087)	(377)
Itamarati Exp. Transp. Cargas e Enc. Ltda.	1.023	607	1.630	859	490	281	1.630	11.338	(6.291)	5.047
VAP Negócios Imobiliários	3.661	4.773	8.434	2.943	–	5.491	8.434	813	(204)	609
	38.957	**291.462**	**330.419**	**126.678**	**113.285**	**90.456**	**330.419**	**231.932**	**(230.290)**	**1.642**

12. Imobilizado – 12.1 Controladora

	31/12/2021			31/12/2020		
Imobilizado de uso	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Valor líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Valor líquido**
Equipamentos de processamento de dados	2.166	(2.160)	6	2.165	(2.153)	12
Benfeitorias em propriedades de terceiros	530	(530)	–	530	(506)	24
Edificações e melhoramentos – Próprios	366	(236)	130	366	(221)	145
Edificações e melhoramentos – Direito de Uso	125	(74)	51	125	(49)	76
Móveis e utensílios	349	(343)	6	350	(338)	12
Máquinas, aparelhos e equipamentos	29	(29)	–	29	(29)	–
Instalações	19	(19)	–	19	(19)	–
Equipamentos de comunicação	9	(9)	–	9	(8)	1
	3.593	**(3.400)**	**193**	**3.593**	**(3.323)**	**270**

12.1.1. Movimentação da depreciação

Imobilizado de uso	Saldo 31/12/2020	Depreciação	Saldo 31/12/2021
Equipamentos de processamento de dados	(2.153)	(7)	(2.160)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(506)	(25)	(531)
Edificações e melhoramentos – Próprios	(221)	(15)	(236)
Edificações e melhoramentos – Direito de Uso	(49)	(25)	(74)
Móveis e utensílios	(338)	(5)	(343)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(29)	–	(29)
Instalações	(19)	–	(19)
Equipamentos de comunicação	(8)	–	(8)
	(3.323)	**(77)**	**(3.400)**

12.2. Consolidado

	31/12/2021			31/12/2020		
Imobilizado de uso	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Valor líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Valor líquido**
Veículos de passageiros – Próprios	1.496.976	(427.816)	1.069.160	1.237.824	(343.959)	893.865
Veículos de passageiros – Direito de Uso – Loc	13.077	(1.145)	11.932	1.182	(609)	573
Veículos de passageiros – Mais valia	8.747	(3.890)	4.857	8.747	–	8.747
Edificações e melhoramentos – Próprios	8.941	(6.220)	2.721	68.842	(1.274)	67.568
Edificações e melhoramentos – Direito de Uso	88.682	(58.872)	29.810	64.528	(40.406)	24.122
Veículos de carga	43.302	(20.918)	22.384	47.125	(18.207)	28.918
Benfeitorias em propriedades de terceiros	53.163	(22.221)	30.942	44.103	(17.646)	26.457
Máquinas, aparelhos e equipamentos	40.880	(27.703)	13.177	32.815	(21.007)	11.808
Adto a fornecedor de imobilizado	–	–	–	11	–	11
Obras em andamento	5.736	–	5.736	2.097	–	2.097
Equipamentos de processamento de dados	15.094	(12.709)	2.385	12.081	(10.263)	1.818
Veículos de apoio	4.890	(2.369)	2.521	3.757	(2.316)	1.441
Móveis e utensílios	7.996	(5.959)	2.037	6.840	(4.977)	1.863
Equipamentos de comunicação	1.703	(1.319)	384	1.558	(1.212)	346
Terrenos	11.688	–	11.688	5.797	–	5.797
Instalações	859	(476)	383	495	(103)	392
Aeronaves	37.502	(10.313)	27.189	37.502	(6.563)	30.939
Veículos em fase de montagem	48.662	–	48.662	14.622	–	14.622
	1.887.898	**(601.930)**	**1.285.968**	**1.589.926**	**(468.542)**	**1.121.384**

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

… continuação

Comporte Participações S.A.

12.2.1 Movimentação do custo

Imobilizado de uso	Saldo 31/12/2020	Adições de Bens	Baixa de Bens	Aquisições de Controle	Outras Movimentações	Saldo 31/12/2021
Veículos de passageiros – Próprios	1.237.824	158.018	(190.796)	278.221	13.709	1.496.976
Veículos de passageiros – Direito de Uso – Loc	1.182	1.090	(930)	11.736	(1)	13.077
Veículos de passageiros – Mais valia	8.747	–	–	–		8.747
Edificações e melhoramentos – Próprios	68.842	26	(8.210)	8.283	(60.000)	8.941
Edificações e melhoramentos – Direito de Uso	64.528	20.602	(13.539)	17.090	1	88.682
Veículos de carga	47.125	164	(3.989)	2	–	43.302
Benfeitorias em propriedades de terceiros	44.103	3.939	(566)	3.029	2.658	53.163
Máquinas, aparelhos e equipamentos	32.815	2.324	(1.115)	6.509	347	40.880
Adto a fornecedor de imobilizado	11	–	–	–	(11)	–
Obras em andamento	2.097	3.828	–	2.244	(2.433)	5.736
Equipamentos de processamento de dados	12.081	1.072	(729)	2.660	10	15.094
Veículos de apoio	3.757	1.084	(781)	830	–	4.890
Móveis e utensílios	6.840	432	(224)	940	8	7.996
Equipamentos de comunicação	1.558	140	(16)	21	–	1.703
Terrenos	5.797	(1)	–	5.892	–	11.688
Instalações	495	13	(29)	380	–	859
Aeronaves	37.502	–	–	–	–	37.502
Veículos em fase de montagem	14.622	33.481	–	15.179	(14.620)	48.662
	1.589.926	**226.212**	**(220.924)**	**353.016**	**(60.332)**	**1.887.898**

Outras movimentações refere-se em sua maioria a reclassificação de imóvel próprio para grupo de estoques no ativo. Aquisição de controle refere-se a obtenção de controle absoluto por meio de reorganização societária de empresas anteriormente controladas em conjunto.

12.2.2 Movimentação da depreciação

Imobilizado de uso	Saldo 31/12/2020	Depreciação	Baixa da Depreciação	Aquisições de Controle	Outras Movimentações	Saldo 31/12/2021
Veículos de passageiros – Próprios	(343.959)	(69.284)	95.963	(106.272)	(4.264)	(427.816)
Veículos de passageiros – Direito de Uso – Loc	(609)	(2.160)	934	–	690	(1.145)
Veículos de passageiros – Mais valia	–	(3.890)	–	–	–	(3.890)
Edificações e melhoramentos – Próprios	(1.274)	(72)	930	(5.854)	50	(6.220)
Edificações e melhoramentos – Direito de Uso	(40.406)	(21.249)	9.161	(3.767)	(2.611)	(58.872)
Veículos de carga	(18.207)	(4.454)	1.791	(2)	(46)	(20.918)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(17.646)	(3.865)	60	(897)	127	(22.221)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(21.007)	(1.847)	1.000	(5.628)	(221)	(27.703)
Equipamentos de processamento de dados	(10.263)	(935)	672	(2.234)	51	(12.709)
Veículos de apoio	(2.316)	(560)	559	(38)	(14)	(2.369)
Móveis e utensílios	(4.977)	(395)	203	(781)	(9)	(5.959)
Equipamentos de comunicação	(1.212)	(109)	16	(14)	–	(1.319)
Instalações	(103)	(52)	10	(335)	4	(476)
Aeronaves	(6.563)	(3.750)	–	–	–	(10.313)
	(468.542)	**(112.622)**	**111.299**	**(125.822)**	**(6.243)**	**(601.930)**

Aquisição de controle refere-se a obtenção de controle absoluto por meio de reorganização societária de empresas anteriormente controladas em conjunto.

13. Intangível – 13.1 Controladora

	31/12/2021			31/12/2020		
Intangível	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**
Softwares	1.370	(1.370)	–	1.370	(1.348)	22
	1.370	**(1.370)**	**–**	**1.370**	**(1.348)**	**22**

13.1.1. Movimentação da amortização

Intangível	Saldo 31/12/2020	Amortização	Saldo 31/12/2021
Softwares	(1.348)	(22)	(1.370)
	(1.348)	**(22)**	**(1.370)**

13.2 Consolidado

	31/12/2021			31/12/2020		
Intangível	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**
Direito de concessão	66.484	(53.302)	13.182	53.556	(34.160)	19.396
Direito de uso telefonia	53	–	53	–	–	–
Softwares	18.269	(15.404)	2.865	15.079	(11.621)	3.458
Ágio na combinação de negócios	26.153	(7.745)	18.408	25.539	–	25.539
Intangível em desenvolvimento	8.031	–	8.031	6.366	–	6.366
	118.990	**(76.451)**	**42.539**	**100.540**	**(45.781)**	**54.759**

O ativo intangível é composto principalmente pelos direitos de concessão e exploração das linhas de transporte de passageiros, municipal e rodoviário, das empresas controladas. Todos são amortizados de forma linear pelo prazo determinado em seus contratos.

13.2.1 Movimentação do custo

Intangível	Saldo 31/12/2020	Adições de Bens	Baixa de Bens	Apropriação de controle	Outras Movimentações	Saldo 31/12/2021
Direito de concessão	53.556	–	(10.606)	23.534	–	66.484
Direito de uso telefonia	–	–	–	53	–	53
Softwares	15.079	256	(56)	2.439	551	18.269
Ágio na combinação de negócios	25.539	614	–	–	–	26.153
Intangível em desenvolvimento	6.366	3.398	–	–	(1.733)	8.031
	100.540	**4.268**	**(10.662)**	**26.026**	**(1.182)**	**118.990**

O intangível em desenvolvimento se refere basicamente ao Projeto de Implantação de telemetria/gtfrota e obrigações de direito de concessão. Apropriação de controle, refere-se ao controle absoluto de empresas anteriormente controladas em conjunto (Grupo CMP).

13.2.2. Movimentação da amortização

Intangível	Saldo 31/12/2020	Amortização	Baixa da Amortização	Apropriação de controle	Saldo 31/12/2021
Direito de concessão	(34.160)	(1.881)	4.329	(21.590)	(53.302)
Softwares	(11.621)	(1.762)	52	(2.073)	(15.404)
Ágio na combinação de negócios	–	(7.745)	–	–	(7.745)
	(45.781)	**(11.388)**	**4.381**	**(23.663)**	**(76.451)**

14. Empréstimos e Financiamentos – O saldo é representado substancialmente por contratos na modalidade Finame firmados pelas empresas controladas do segmento de Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas, para renovação das frotas. Para aprovação e obtenção destes financiamentos, são necessárias quantias de entrada na aquisição dos bens. Eventualmente, as empresas de mobilidade, efetuam contratos de capital de giro para suprir tais necessidades. Apresentamos a composição destes saldos a seguir:

	Modalidade	Taxa média de juros efetiva (a.a.)	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Empréstimos – capital de giro			**363.117**	**215.573**
Banco Safra	Pós fixado	CDI 100%/4,90%/6,8%	69.149	50.588
Banco do Brasil	Pós fixado	CDI 100%/3%	150.095	60.657
Banco Santander	Pré/Pós fixado	TJLP+9,5%/100%CDI+3,32%/5,5%/CDI130%	66.326	62.908
Banco Bradesco	Pós fixado	CDI+3,35%/4,28%	8.935	7.178
Banco Mercedes Benz do Brasil	Pré fixado	16%/19%/9%/14,33%/14,61%/12,22%	1.923	5.324
Banco Bocom	Pós fixado	CDI100%/5%	5.925	6.023
Banco Luso	Pós fixado	CDI100%/6,17%	3.519	10.084
BRB Banco de Brasília	Pré fixado	3,35%/10,05%	41.668	12.811
Banco Pine	Pré fixado	100%CDI +6%	7.014	–
Caixa Econômica Federal	Pré fixado	0,0834	8.563	–
Empréstimos com consórcios			**–**	**536**
Caruana	Pós fixado	CDI100%/8,34%	–	874
Encargos			–	(338)
Empréstimos conta garantida			**227**	**–**
Banco Safra	Pós fixado	CDI100%+4,40%	209	–
Banco do Brasil			18	–
Financiamentos			**426.646**	**75.684**
Banco Safra	Pré fixado	6%/2,5%/4,2%/10%/4,38%	23.677	8.127
Banco Santander	Pré/Pós fixado	TJLP/6%	35.557	16.867
Banco Bradesco	Pré/Pós fixado	6%/10%/9,59%/9,75%	5.365	520
Banco Mercedes Benz do Brasil	Pré/Pós fixado	TJLP/9,29%/8,95%/9,15%/3,48%	350.759	45.783
Scania Banco	Pós fixada	TJLP/2,61%/2,53%	4.164	4.387
Banco Money Plus	Pré fixado	7,15%/8,16%/8,92%	5.041	–
Banco do Brasil	Pré fixado	6%	2.060	–
Banco Volvo	Pré fixado	12,37%/12,77%	23	–
			789.990	**291.793**
Circulante			359.032	152.407
Não Circulante			430.958	139.386
			789.990	**291.793**

Garantias: Os contratos das modalidades de empréstimos e financiamentos possuem garantias conforme mencionados abaixo:

Modalidade	Garantias
Empréstimos – Capital de giro	Sócios como garantidores
Financiamentos	Alienação fiduciária dos bens financiados

15. Debêntures

Debêntures	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Banco do Brasil	211.580	281.765
Banco Safra	104.886	45.405
	316.466	**327.170**
Circulante	238.689	92.932
Não circulante	77.777	234.238
	316.466	**327.170**

Banco do Brasil – 3ª Emissão: emitida pela Controlada Viação Piracicabana S.A. e refere-se a debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia flutuante e fidejussória adicional, para distribuição pública, a escritura de emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora (“AGE”), realizada em 08 de março de 2019 e registrada na JUCESP sob nº 249.070/19-4 em 20 de março de 2019 a qual foi contraída pelo Banco do Brasil. A partir da data da emissão as debêntures contemplam juros remuneratórios correspondentes a 128% da variação acumulada das taxas médias dos depósitos interfinanceiros de um dia denominada “taxa DI over extra grupo” , expressa na forma percentual ao ano base de 252 dias úteis , calculada e divulgada diariamente pela B3. **4ª Emissão:** emitida pela Controlada Viação Piracicabana S.A. e refere-se a debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia flutuante e fidejussória adicional, para distribuição pública, a escritura de emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora (“AGE”), realizada em 13 de janeiro de 2020 e registrada na JUCESP sob nº 33.472/20-8 em 21 de janeiro de 2020 a qual foi contraída pelo Banco do Brasil. A partir da data da emissão as debêntures contemplam juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias dos depósitos interfinanceiros de um dia denominada “taxa DI over extra grupo” , acrescida de sobretaxa equivalente a 2,30% ao ano expressa na forma percentual ao ano base de 252 dias úteis , calculada e divulgada diariamente pela B3. **Prazo de vigência e data de vencimento: 3ª Emissão:** as debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos, vencendo-se em 15 de março de 2024 (“data de vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado total das debêntures. A remuneração está sendo paga mensalmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de setembro de 2019 e o último na data do vencimento. **4ª Emissão:** as debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos, vencendo-se em 21 de janeiro de 2025 (“data de vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado total das debêntures. A remuneração está sendo paga mensalmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 21 de fevereiro de 2021 e o último na data do vencimento. **Vencimento antecipado:** O contrato estabelece que serão consideradas antecipadamente vencidas as debêntures, tornando-se imediatamente exigível da emissora o pagamento do valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures em circulação, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis, desde a data da primeira subscrição e integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento dos encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores devidos na data em que tomar ciência da ocorrência de certas hipóteses, as quais são apresentadas em sua relevância, tais como: • Descumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias estabelecidas na emissão de Debêntures pela emissora ou pelos fiadores ; • Se a emissora ou os garantidores sofrerem protestos individualmente ou de forma agregada com valores correspondentes ao montante imposto na escritura; • Se a emissora, Controladora ou suas controladas requererem a sua recuperação extrajudicial ou judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; • Decretação do vencimento antecipado de qualquer operação financeira contratada pela Emissora ou pelos fiadores com valores correspondentes ao montante imposto na escritura; • Cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária em que os acionistas da Emissora não mantenham o controle acionário; • Não observância, pela emissora, da destinação dos recursos da Emissão prevista na Escritura; • Transformação da Emissora em sociedade limitada; • Redução de capital social da emissora ou da Controladora sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral dos Debenturistas; • Pagamento de dividendos pela emissora ou fiadores superior a 25% do lucro líquido apurado no exercício social, exceto aos dividendos referente a exercícios anteriores conforme montante estipulado na escritura; • Sequestro, aresto ou penhora de ativos da Emissora ou dos fiadores, desde que impossibilite o cumprimento das obrigações relativas a oferta restrita; A Companhia avaliou todas as cláusulas relacionadas ao vencimento antecipado e entende que em 31 de dezembro de 2021 está adimplente a todas as condições estipuladas contratualmente, exceto em relação ao disposto na cláusula 5.4.1 do inciso XXXIV, da 3ª e 4ª emissões de debêntures, considerando que referido desenquadramento será objeto de deliberação dos Debenturistas, a serem convocados pelo agente fiduciário, para a Assembleia Geral, nos termos do disposto na cláusula 5.4.3 das Escrituras de Emissões. Diante disso, a Companhia classificou todo o valor relativo a 3ª e 4ª emissões de debêntures no passivo circulante, em atendimento ao que está definido no CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. **Garantias:** Como garantias, os debenturistas contarão com privilégio geral sobre os ativos da emissora, sem qualquer impedimento à negociação ou oneração desses bens. **Banco Safra:** Se trata da 5ª emissão de debêntures da Controlada Viação Piracicabana S.A, a emissão refere-se a debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública, a escritura de emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora (“AGE”), realizada em 22 de junho de 2021 e registrada na JUCESP sob nº 323.561/21-4 em 06 de julho de 2021 a qual foi contraída pelo Banco do Safra. A partir da data da emissão as debêntures contemplam juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada do DI – Depósitos Interfinanceiros mais 3,65% ao ano. **Prazo de vigência e data de vencimento:** As debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos, vencendo-se em 28 de junho de 2026 (“data de vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate antecipado total das debêntures. A remuneração está sendo paga mensalmente, observado o período de carência de seis meses contados da data de emissão, sendo que o primeiro pagamento foi realizado em 28 de janeiro de 2022 e o último na data do vencimento. **Vencimento antecipado:** Serão consideradas antecipadamente vencidas as debêntures, tornando-se imediatamente exigível da emissora o pagamento do valor nominal unitário não amortizado das debêntures em circulação, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis, desde a data da primeira subscrição e integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, dos encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores devidos na data em que tomar ciência da ocorrência de certas hipóteses, as quais serão apresentadas em sua relevância, tais como: • Descumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias estabelecidas na emissão de Debêntures pela emissora ou pelos fiadores ; • Se a emissora ou os garantidores sofrerem protestos individualmente ou de forma agregada de determinados valores; • Se a emissora, Controladora ou suas controladas requererem a sua recuperação extrajudicial ou judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; • Decretação do vencimento antecipado de qualquer operação financeira contratada pela Emissora ou pelos fiadores de determinados valores; • Cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária em que os acionistas da Emissora não mantenham o controle acionário; • Não observância, pela emissora, da destinação dos recursos da Emissão prevista na Escritura; • Transformação da Emissora em sociedade limitada; • Redução de capital social da emissora ou da Comporte sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral dos Debenturistas; • Sequestro, aresto ou penhora de ativos da Emissora que representem ao menos 10% do Patrimônio Líquido imediatamente anterior ao fato; • Alteração do objeto social da emissora que resulte em alteração relevante no setor de atuação sem prévia autorização da maioria dos Debenturistas; • Pagamento de dividendos pela emissora ou fiadores superior a 25% do lucro líquido apurado no exercício social, se estiver em mora com o cumprimento das obrigações pecuniárias da escritura. A Companhia avaliou todas as cláusulas relacionadas ao vencimento antecipado e entende que em 31 de dezembro de 2021 está adimplente a todas as condições estipuladas contratualmente. **Garantias:** Como garantias, as debêntures contarão com hipoteca os imóveis indicados: • Imóvel objeto da matrícula nº 37.319 do Segundo Oficial de Registro de Imóveis de São Bernardo do Campo-SP; • Imóvel objeto da matrícula nº 107.538 do Quarto Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo-SP; • Imóvel objeto da matrícula nº 107.539 do Quarto Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo-SP; • Imóvel objeto da matrícula nº 137.481 do Terceiro Oficial de Registro de Imóveis de Campinas-SP. • Imóvel objeto da matrícula nº 174.454 do Décimo Quarto Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo-SP. • Imóvel objeto da matrícula nº 120.963 do Décimo Oitavo Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo-SP.

16. Arrendamentos financeiros

	Indexador	Taxa média de juros efetiva (a.a.)	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Arrendamento Mercantil			**–**	**–**	**112.127**	**310.581**
Banco Safra	Pré fixado	12,22%/3,70%/10,26%/4,65%	–	–	91.854	73.412
Banco Santander	Pré fixado	4,48%/3,41%/4,52%	–	–	18.598	25.027
Banco Mercedes Benz do Brasil	Pré fixado	12,17%/10,92%/11,61%/11,82%	–	–	1.675	206.406
Banco Volvo	Pré fixado	12,37%/12,77%	–	–	–	150
Money Plus	Pré fixada	8,51%/9,20%/7,65%	–	–	–	2.668
Banco Moneo	Pré fixada	9%	–	–	–	2.918
Arrendamento – Direito de uso			**57**	**83**	**29.685**	**26.884**
Arrendamento a pagar		8,72%	62	94	32.818	28.914
AVP – Ajuste a valor presente			–	–	(7)	(15)
Juros a apropriar			(5)	(11)	(3.126)	(2.015)
			57	**83**	**141.812**	**337.465**
Circulante			27	30	57.675	125.463
Não circulante			30	53	84.137	212.002
			57	**83**	**141.812**	**337.465**

O Grupo Comporte, possui arrendamento mercantil financeiro que, em sua relevância, referem-se a aquisições de veículos de apoio. Os arrendamentos classificados neste grupo têm características de financiamentos, onde as Controladas assumem os riscos dos bens adquiridos e a opção de compra está intrínseco em suas parcelas. O Grupo Comporte anteriormente adotou a norma do CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos no que se refere a contratos de aluguéis de imóveis e locação de veículos no qual eram mantidos até a adoção da norma como arrendamento operacional.

17. Endividamento por vencimento – A seguir apresentamos a composição do endividamento por vencimento da controladora e consolidado, conforme os saldos nas notas explicativas: **14. Empréstimos e financiamentos, 15. Debêntures e 16. Arrendamento financeiro.**

Controladora	2022	2023	Total
Arrendamentos – Direito de uso	27	30	57
	27	**30**	**57**

Consolidado	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2029	Total
Arrendamentos financeiros	42.858	39.818	21.203	5.315	2.933	–	–	112.127
Capital de giro	219.435	75.535	42.090	20.807	3.634	685	931	363.117
Conta Garantida	227	–	–	–	–	–	–	227
Debêntures	238.689	36.994	27.835	9.296	3.652	–	–	316.466
Financiamentos	139.371	133.665	95.446	40.589	15.435	965	1.176	426.646
Arrendamentos – Direito de uso	14.816	6.954	4.198	2.518	1.159	27	12	29.684
	655.396	**292.065**	**190.772**	**78.526**	**26.813**	**1.677**	**2.119**	**1.248.267**

18. Obrigações tributárias

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
(-) Depósito judicial ICMS	–	–	(93.436)	(97.539)
COFINS à recolher	19	297	3.155	1.890
Créditos tributários **(a)**	–	–	68.266	54.122
ICMS à recolher	–	–	100.207	100.412
INSS retido de autônomos e pessoas jurídicas	–	–	57	213
IRRF à recolher	2	8	3.114	2.459
ISS à recolher	–	–	7.312	4.530

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

… continuação

Comporte Participações S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ISS retido de terceiros à recolher	1	1	62	44
PIS/COFINS/CSLL retenções de 3º a recolher	6	26	295	165
PIS à recolher	3	64	680	381
Outros	–	–	9	62
INSS à recolher	–	–	5.050	–
FAP à recolher	–	–	1.047	–
CPRB à recolher	–	–	626	–
	31	**396**	**96.444**	**66.739**
Circulante	31	396	17.690	8.852
Não circulante	–	–	78.754	57.887
	31	**396**	**96.444**	**66.739**

(a) Em 2016, o departamento jurídico do grupo admitiu teses sobre a apuração, que excluem o ICMS e ISS da base do de cálculo do INSS. Para isto o Grupo Comporte, iniciou um processo administrativo para recuperação destes créditos. Considerando que todas as tomadas de créditos ainda não foram homologadas, a título de garantir o postulado da prudência, adotamos o registro dos passivos referentes a esta obrigação até que o processo esteja transitado e julgado.

19. Parcelamentos fiscais

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Refinanciamentos fiscais	83.358	72.723
	83.358	**72.723**
Circulante	19.981	14.942
Não Circulante	63.377	57.781
	83.358	**72.723**

Em 2020, o Grupo Comporte aderiu aos parcelamentos dos impostos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, INSS, CPRB, IRPJ e CSLL) disponibilizados pelo governo federal para minimizar os impactos da pandemia na economia. Adicionalmente, em 2021 houve aumento relevante nos saldos devido ao ingresso de novas empresas por meio de reorganização societária.

20. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contribuições	–	–	77	51
Férias e 13º salário	–	–	60.334	44.967
FGTS à recolher	–	–	4.761	3.321
INSS à recolher	1	1	12.325	16.861
Pró-labore	–	–	189	–
Salários à pagar	6	6	17.474	15.876
	7	**7**	**95.160**	**81.076**

21. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de clientes	4	100	20.883	19.960
Consórcio Pró Urbano	–	–	6.092	13.808
Fretamento contínuo e eventual	–	–	224	180
Venda de bens	320	–	755	915
Venda de passes – Transporte Urbano	–	–	2	20
Venda de passagens rodoviárias	–	–	13.630	4.244
Venda de passagem – guichê virtual	–	–	2.127	89
Outros	–	–	–	704
	324	**100**	**43.713**	**39.920**
Circulante	324	100	43.713	39.216
Não circulante	–	–	–	704
	324	**100**	**43.713**	**39.920**

22. Passivos contingenciais – Durante o curso normal de seus negócios, a Controladora e suas Controladas são partes envolvidas, direta e indiretamente, em processos judiciais de ordem cível, tributária e trabalhistas, deixando o Grupo Comporte exposto a riscos de desembolso. Durante o período de discussão dos processos, estes riscos são tratados como contingências e são suportados por provisões quando requerido pelas normas contábeis. A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso. A seguir apresentamos os detalhamentos deste grupo de contas: **22.1. Composição:** Os passivos contingenciais estão dispostos da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Processos cíveis	11.520	2.523
Processos trabalhistas	10.547	9.161
Processos tributários	3.490	603
	25.557	**12.287**

(a) **Processos cíveis:** Os processos cíveis correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais, por parte de seus clientes. (b) **Processos trabalhistas:** Referem-se a diversas demandas trabalhistas movidas por ex-colaboradores da Companhia, de suas controladas, ou de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem principalmente horas extras, seus reflexos e respectivos encargos. (c) **Processos tributários:** Referem-se substancialmente a autos de infração e execuções fiscais da Companhia e suas controladas. **22.2. Mapa de movimentação dos passivos contingenciais:** A seguir, apresentamos movimentação do grupo durante o exercício:

					Consolidado
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Apropriação de controle	Saldos em 31/12/2021
Processos cíveis	2.523	8.958	(1.735)	1.774	11.520
Processos trabalhistas	9.161	4.745	(4.634)	1.275	10.547
Processos tributários	603	3.059	(741)	569	3.490
	12.287	**16.762**	**(7.110)**	**3.618**	**25.557**

Em função da vasta quantidade de processos dos quais o Grupo Comporte está envolvido e as particularidades de cada processo não é possível determinar ou estimar o prazo de desembolso deste grupo de passivos contingentes. Além das provisões para contingências registradas, as Controladas da Companhia encontram-se envolvidas em outras demandas judiciais, que nos nossos assessores jurídicos julgam como sendo de perda possível, portanto, não requerem registros contábeis. Vide composição abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Processos cíveis	107.211	21.011
Processos trabalhistas	28.642	7.023
Processos tributários	36.016	147.630
	171.869	**175.664**

Outras contingências poderão advir de eventuais fiscalizações, pois os livros fiscais da Companhia estão sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes, quer seja nos âmbitos federal, estadual ou municipal, retroativamente, por períodos variáveis de tempo, de acordo com a legislação vigente. A Administração é de opinião que em 31 de dezembro de 2021 não era conhecida qualquer contingência significativa, além das já registradas e divulgadas em suas demonstrações financeiras.

23. Patrimônio líquido – 23.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social subscrito no valor de R$236.091 (R$ 402 a integralizar), sendo capital social total de R$ 235.689 é composto por 2.087.332 ações ordinárias nominativas, possuídas por pessoas jurídicas residentes no País, sendo assim distribuídas.

	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social (em Reais)	**236.090.871**	**236.090.871**
(-) Capital Social a Integralizar:	**(402.144)**	**(402.144)**
Aller Participações S/A	(100.536)	(100.536)
Limmat Participações S/A	(100.536)	(100.536)
Vaud Participações S/A	(100.536)	(100.536)
Thurgau Participações S/A	(100.536)	(100.536)
	235.688.727	**235.688.727**

		Quantidade de ações	
Acionistas	%	31/12/2021	31/12/2020
Aller Participações S/A	25,00%	521.833	521.833
Limmat Participações S/A	25,00%	521.833	521.833
Vaud Participações S/A	25,00%	521.833	521.833
Thurgau Participações S/A	25,00%	521.833	521.833
	100,00%	**2.087.332**	**2.087.332**

23.2. Reserva de capital – 23.2.1 Reserva especial na incorporação: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor de R$ 65.309 na Controladora refere-se a reserva especial de ágio na incorporação. **23.2.2. Reserva de subvenção:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor de R$6.993 refere-se a subvenção governamental da controlada Viação Piracicabana decorrente da Lei do Bem Nº 11.196/05. **23.3. Reserva de reavaliação:** A reserva de reavaliação reflete, de forma equivalente, a diferença entre o valor de ativo fixo no balanço patrimonial e seu valor estimado de mercado, nas seguintes investidas:

	31/12/2021	31/12/2020
Cidade Verde Transporte Rodoviário Ltda.	356	1.613
Ingá Turismo e Serviços Ltda.	1.455	1.455
Expresso Maringá Ltda.	712	178
	2.523	**3.246**

23.4. Retenção de lucros – Reserva de lucros: A reserva de lucros foi constituída dentro dos preceitos legais, está representada da seguinte maneira:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Retenção de lucros	131.793	272.015
Ajustes de exercícios anteriores	(4.412)	–
Ajuste de avaliação patrimonial	–	15
Dividendos distribuídos	(37.889)	(39.388)
Resultado do exercício	(35.687)	(100.849)
	53.805	**131.793**

(a) Reserva legal: A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia. Em atendimento ao § 1º da Lei 6.404/76 – SEÇÃO II, que trata: (..) "§ 1º A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.".(..) A Companhia não constituiu reservas legais neste exercício por entender que suas reservas legais e de capital superam o limites previstos em Lei, sendo R$16.961 em 31 de dezembro de 2021 e o mesmo em 31 de dezembro de 2020.

23.5. Participação dos acionistas não controladores: A seguir apresentamos a composição da movimentação em 2021 da participação dos acionistas não controladores.

	31/12/2021
Participação dos acionistas não controladores em 2020	19.992
Resultado líquido do exercício	(26)
Distribuição de dividendos	(2.432)
Adiantamento para futuro aumento de capital	22
Efeitos com a reorganização societária **(a)**	(8.632)
	8.924

(a) O saldo reflete a incorporação da Empresa Auto de Ônibus Manoel Rodrigues S/A., a venda e transferência da totalidade das ações da empresa Rental Express Transp. e Serviços Ltda., distrato social da empresa Morasol Comércio de Veículos Ltda., e a controlada Expresso Maringá do Vale S/A que no exercício de 2021 é sucedida a controlada indireta Expresso Maringá Ltda. O detalhamento da reorganização societária consta na nota explicativa 1.1.

24. Receita líquida

				Consolidado
	31/12/2021	%	31/12/2020	%
Receita	**1.778.379**	**109,88%**	**1.379.318**	**110,68%**
Transporte de passageiros rodoviários	**501.247**	**30,97%**	**392.739**	**31,51%**
ANTT	143.170	8,85%	68.583	5,50%
ARTESP	118.129	7,30%	122.068	9,80%
DER Minas Gerais	44.828	2,77%	19.136	1,54%
AGR Goiás	7.422	0,46%	4.885	0,39%
DER Paraná	11.293	0,70%	9.068	0,73%
EMTU	171.617	10,60%	168.999	13,56%
DAER Rio Grande do Sul	4.788	0,30%	–	0,00%
Transporte de passageiros urbanos	**747.416**	**46,18%**	**532.299**	**42,71%**
Governo do Distrito Federal	320.878	19,83%	173.053	13,89%
Prefeitura Municipal de Araraquara	6.941	0,43%	8.526	0,68%
Prefeitura Municipal de Apucarana	5.906	0,36%	–	0,00%
Prefeitura Municipal de Bauru	15.812	0,98%	–	0,00%
Prefeitura Municipal de Blumenau	54.747	3,38%	33.929	2,72%
Prefeitura Municipal de São José dos Campos	92.781	5,73%	84.980	6,82%
Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes	35.926	2,22%	32.010	2,57%
Prefeitura Municipal de Petrópolis	–	0,00%	29.744	2,39%
Prefeitura Municipal de Praia Grande	12.743	0,79%	17.988	1,44%
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	11.976	0,74%	20.861	1,67%
Prefeitura Municipal de Marília	4.300	0,27%	191	0,02%
Prefeitura Municipal de Santos	89.974	5,56%	90.294	7,25%
Prefeitura Municipal de Maringá	19.355	1,20%	–	0,00%
Reequilíbrio financeiro	76.076	4,70%	40.723	3,27%
Fretamento contínuo	359.195	**22,19%**	**304.097**	**24,40%**
Fretamento Turismo	6.628	**0,41%**	**4.352**	**0,35%**
Locação de veículos	90	**0,01%**	**92**	**0,01%**
Outras receitas	38.143	**2,36%**	**34.722**	**2,79%**
Receita de aluguéis	1.580	**0,10%**	**813**	**0,07%**
Transporte de cargas e outras	109.952	**6,79%**	**94.569**	**7,59%**
Transporte de veículos leve sobre trilho	14.127	**0,87%**	**15.635**	**1,25%**
Impostos e contribuições	**(115.001)**	**-7,11%**	**(87.437)**	**-7,02%**
COFINS	(24.107)	-1,49%	(19.343)	-1,55%
Contribuição Previdenciária	(34.055)	-2,10%	(25.640)	-2,06%
ICMS	(45.517)	-2,81%	(32.881)	-2,64%
ISS	(6.097)	-0,38%	(5.394)	-0,43%
PIS	(5.226)	-0,32%	(4.179)	-0,34%
Outras deduções (a)	**(44.939)**	**-2,78%**	**(45.682)**	**-3,67%**
	1.618.439	**100,00%**	**1.246.199**	**100,00%**

(a) Os saldos referente a outras deduções são compostos pelas taxas sobre as prestações de serviços e pelo desconto na venda de passagem eletrônica, com a reestruturação no exercício de 2019 o Grupo Comporte implantou o BPE – Bilhete de passagem eletrônica que é um documento fiscal eletrônico, que deve ser emitido pelas empresas de transporte rodoviário, sendo possível registrar o desconto na venda da passagem.

25. Custos, receitas (despesas) operacionais – Apresentamos a seguir, as receitas, custos e despesas da Companhia e suas Controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

25.1. Controladora

				31/12/2021
	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total	%
Prestação de serviços	(3.891)	–	(3.891)	-23,62%
Despesas tributárias	(1.016)	–	(1.016)	-6,17%
Viagens, refeições e representações	(3)	–	(3)	-0,02%
Propaganda e publicidade	(50)	–	(50)	-0,30%
Materiais de expediente e informática	(2)	–	(2)	-0,01%
Ganhos/Perdas em investimentos	(6.733)	27.987	21.254	129,02%
Provisão para contingências	(20)	–	(20)	-0,12%
Outras receitas ou recuperações eventuais	–	300	300	1,82%
Depreciação	(77)	–	(77)	-0,47%
Amortização	(22)	–	(22)	-0,13%
	(11.814)	**28.287**	**16.473**	**100,00%**

				31/12/2020
	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total	%
Prestação de serviços	(1.651)	–	(1.651)	60,28%
Despesas tributárias	(3.602)	–	(3.602)	131,51%
Multas do poder concedentes	(32)	–	(32)	1,17%
Despesas Legais e judiciais	(1.132)	–	(1.132)	41,33%
Ganhos/Perdas em investimentos	1.334	–	1.334	-48,70%
Provisão para contingências	2	–	2	-0,07%
Outras receitas ou recuperações eventuais	–	45	45	-1,64%
Depreciação	(276)	–	(276)	10,08%
Amortização	(143)	–	(143)	5,22%
Outros	(1.116)	3.832	2.716	-99,16%
	(6.616)	**3.877**	**(2.739)**	**100,00%**

25.2. Consolidado

						31/12/2021
	Custos	Despesas comerciais	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total	%
Pessoal	(642.390)	(14.413)	(46.996)	–	(703.799)	46,99%
Combustíveis e lubrificantes	(346.401)	–	–	–	(346.401)	23,13%
Prestação de serviços	(42.650)	(174)	(73.412)	–	(116.236)	7,76%
Peças, Componentes e acessórios	(37.475)	–	–	–	(37.475)	2,50%
Arrendamento mercantil e locação de bens	(854)	(5.592)	(1.833)	–	(8.279)	0,55%
Outros custos com veículos	(26.930)	–	–	–	(26.930)	1,80%
Despesas com venda de passagens e agências	–	(16.613)	–	–	(16.613)	1,11%
Custos com acidentes	(14.471)	–	–	–	(14.471)	0,97%
Energia elétrica, água e esgoto	(10.128)	(176)	(320)	–	(10.624)	0,71%
Pneus e materiais de rodagem	(12.649)	–	–	–	(12.649)	0,84%
Materiais de Carrocerias	(7.660)	–	–	–	(7.660)	0,51%
Despesas tributárias	–	–	(39.566)	–	(39.566)	2,64%
Viagens, refeições e representações	(2.848)	(579)	(2.774)	–	(6.201)	0,41%
Telefone e outros meios de comunicação	(528)	(456)	(594)	–	(1.578)	0,11%
Multas do poder concedentes	–	–	(1.655)	–	(1.655)	0,11%
Multas e infrações	–	–	(1.877)	–	(1.877)	0,13%
Legalização de veículos	(4.329)	(10)	(324)	–	(4.663)	0,31%
Propaganda e publicidade	–	(1.425)	(327)	–	(1.752)	0,12%
Materiais de expediente e informática	(389)	(146)	(1.426)	–	(1.961)	0,13%
Higienização, Limpeza e lavanderia de ônibus	(3.651)	–	–	–	(3.651)	0,24%
Veículos de Apoio	(549)	(12)	(2.077)	–	(2.638)	0,18%
Bens de uso permanente	(841)	(16)	(165)	–	(1.022)	0,07%
Brindes, presentes e doações	–	(1)	(1.981)	–	(1.982)	0,13%
Despesas Legais e judiciais	–	–	(3.005)	–	(3.005)	0,20%
Despesas eventuais	–	(367)	–	–	(367)	0,02%
Ganhos/Perdas em investimentos	–	–	(8.476)	28.208	19.732	-1,32%
Crédito PIS	–	–	–	50	50	0,00%
Crédito COFINS	–	–	–	228	228	-0,02%
Baixas e indenizações de sinistro	–	–	(98)	1.579	1.481	-0,10%
Receita com aluguéis	–	–	–	2.589	2.589	-0,17%
Provisão para contingências	–	–	(11.037)	–	(11.037)	0,74%
Reversão da provisão para contingências	–	–	4.336	–	4.336	-0,29%
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	–	78	–	–	78	-0,01%
Provisão para obsolescência de estoque	(530)	–	–	–	(530)	0,04%
Outras receitas ou recuperações eventuais	–	–	225	30.313	30.538	-2,04%
Depreciação	(102.737)	–	(9.886)	–	(112.623)	7,52%
Amortização	(1.744)	–	(9.644)	–	(11.388)	0,76%
Outros	(10.703)	(9.637)	(26.767)	2.808	(44.299)	2,96%
	(1.270.457)	**(49.539)**	**(239.679)**	**65.775**	**(1.493.900)**	**100,00%**

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

… continuação

Comporte Participações S.A.

	Custos	Despesas comerciais	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total 31/12/2020	%
Pessoal	(598.977)	(14.253)	(37.763)	–	(650.993)	51,25%
Combustíveis e lubrificantes	(213.622)	–	–	–	(213.622)	16,82%
Prestação de serviços	(41.137)	(66)	(62.774)	–	(103.977)	8,19%
Peças, Componentes e acessórios	(29.336)	–	–	–	(29.336)	2,31%
Arrendamento mercantil e locação de bens	(1.175)	(2.633)	(2.380)	–	(6.188)	0,49%
Outros custos com veículos	(20.059)	–	–	–	(20.059)	1,58%
Despesas com venda de passagens e agências	–	(11.275)	–	–	(11.275)	0,89%
Custos com acidentes	(4.977)	–	–	–	(4.977)	0,39%
Energia elétrica, água e esgoto	(8.960)	(131)	(438)	–	(9.529)	0,75%
Pneus e materiais de rodagem	(8.540)	–	–	–	(8.540)	0,67%
Materiais de Carrocerias	(5.363)	–	–	–	(5.363)	0,42%
Despesas tributárias	–	–	(29.866)	–	(29.866)	2,35%
Viagens, refeições e representações	(2.018)	(455)	(1.309)	–	(3.782)	0,30%
Telefone e outros meios de comunicação	(2.303)	(430)	(580)	–	(3.313)	0,26%
Multas do poder concedentes	–	–	(1.369)	–	(1.369)	0,11%
Multas e infrações	–	–	(8.827)	–	(8.827)	0,69%
Legalização de veículos	(3.856)	(17)	(85)	–	(3.958)	0,31%
Propaganda e publicidade	–	(949)	(338)	–	(1.287)	0,10%
Materiais de expediente e informática	(214)	(127)	(1.171)	–	(1.512)	0,12%
Higienização, Limpeza e lavanderia de ônibus	(3.112)	–	–	–	(3.112)	0,25%
Veículos de Apoio	(468)	(8)	(1.593)	–	(2.069)	0,16%
Bens de uso permanente	(774)	(25)	(160)	–	(959)	0,08%
Brindes, presentes e doações	–	(2)	(681)	–	(683)	0,05%
Despesas Legais e judiciais	–	–	(2.207)	–	(2.207)	0,17%
Despesas eventuais	–	(240)	–	–	(240)	0,02%
Ganhos/Perdas em investimentos	–	–	1.294	–	1.294	-0,10%
Crédito PIS	–	–	–	81	81	-0,01%
Crédito COFINS	–	–	–	375	375	-0,03%
Baixas e indenizações de sinistro	–	–	–	1.784	1.784	-0,14%
Receita com aluguéis	–	–	–	2.288	2.288	-0,18%
Provisão para contingências	–	–	3.043	–	3.043	-0,24%
Reversão da provisão para contingências	–	–	7.341	–	7.341	-0,58%
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	–	298	–	–	298	-0,02%
Provisão para obsolescência de estoque	(404)	–	–	–	(404)	0,03%
Outras receitas ou recuperações eventuais	–	–	–	20.916	20.916	-1,65%
Depreciação	(114.373)	–	(5.737)	–	(120.110)	9,46%
Amortização	(4.380)	–	(3.572)	–	(7.952)	0,63%
Outros	(8.529)	(6.260)	(39.098)	1.778	(52.109)	4,10%
	(1.072.577)	**(36.573)**	**(188.270)**	**27.222**	**(1.270.198)**	**100,00%**

26. Resultado financeiro

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receitas financeiras	**1.376**	**1.621**	**17.361**	**15.255**
Receitas de aplicações financeiras	20	86	3.787	2.063
Juros ativos	1.078	648	4.587	1.488
Descontos obtidos	–	221	514	1.468
Juros sobre empréstimos	43	26	164	107
Ganhos com participação em fundos de investimento	168	417	169	428
Receita financeira – Consórcio	–	–	32	139
Variações monetárias ativas	67	223	7.912	3.913
Variações cambiais ativas	–	–	5	5.535
Outras receitas financeiras	–	–	191	114
Despesas financeiras	**(8.612)**	**(28.856)**	**(112.418)**	**(104.640)**
IOF	(11)	(12)	(4.368)	(685)
Juros passivos	(911)	–	(2.640)	(1.261)
Descontos concedidos	(370)	–	(1.585)	(81)
Tarifas bancárias	(6)	(28)	(2.253)	(1.510)
Comissão sobre captação de recurso	–	(1)	(223)	(111)
Custo com emissão de debêntures	–	(118)	(2.827)	(321)
Juros sobre debêntures **(a)**	–	(719)	(21.194)	(16.544)
Juros sobre arrendamento de direitos de uso	(6)	(17)	(11.952)	(3.111)
Juros/encargos sobre empréstimos e financiamentos	(1.752)	(7.425)	(57.995)	(51.169)
Perdas com participações em fundos de investimentos	(342)	(541)	(342)	(541)
Despesas financeiras – Consórcio	–	–	(100)	(611)
Antecipação de recebíveis	–	–	(160)	(59)
Variações monetárias passivas	(50)	(2.429)	(681)	(3.666)
Variações cambiais passivas	(1.609)	(17.490)	(1.609)	(22.741)
Outras despesas financeiras	(3.555)	(76)	(4.489)	(2.229)
	(7.236)	**(27.235)**	**(95.057)**	**(89.385)**

(a) Debêntures com a controladora e a controlada Viação Piracicabana S/A, maiores detalhes na nota explicativa número **15. Debêntures.**

27. Imposto de renda e contribuição social – Provisão para o imposto de renda e a contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
IRPJ sobre Prejuízos Fiscais	–	–	75.469	42.787
CSLL sobre base negativa	–	–	27.169	15.403
Diferenças Temporárias:				
Provisão de estimativa para crédito de liquidação duvidosa	–	–	1.450	1.510
Provisão para demandas judiciais e administrativas	–	–	5.339	4.195
Provisão para obsolescência	–	–	276	–
Impacto do arrendamento de direitos de uso	2	2	417	840
Depreciação econômica x fiscal	–	–	(188.566)	(154.276)
Total débitos/créditos fiscais líquidos	**2**	**2**	**(78.446)**	**(89.541)**
Ativo não circulante	2	2	110.120	64.735
Passivo não circulante	–	–	(188.566)	(154.276)
	2	**2**	**(78.446)**	**(89.541)**

Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Tributos correntes	**–**	**–**	**(22.787)**	**(14.136)**
Imposto de renda corrente	–	–	(17.025)	(12.205)
Contribuição social corrente	–	–	(6.514)	(4.644)
Receita Subvenção IRPJ	–	–	549	1.982
Receita Subvenção CSLL	–	–	203	731
Tributos diferidos	**–**	**1**	**39.919**	**39.196**
Imposto de renda diferido	–	1	29.222	28.821
Contribuição social diferida	–	–	10.697	10.375
	–	**1**	**17.132**	**25.060**

28. Informações por segmento – As demonstrações por segmento são apresentadas através de relatório interno, fornecido para diretoria e acionistas, de modo que permitam avaliar os efeitos financeiros das atividades, para tomada de decisão favorável aos negócios. A Companhia atua em duas operações, sendo eles: transportes de passageiros e encomendas, por vias terrestres e operações de logística. O resultado desses segmentos é avaliado regularmente e apresentado de forma consolidada.

	Mobilidade	Logística	Outros segmentos	Eliminações (a)	Consolidado
Receita líquida	1.564.343	52.628	3.166	(1.698)	1.618.439
Custos	(1.225.626)	(46.529)	–	1.698	(1.270.457)
Custos com pessoal	(618.565)	(23.824)	–	–	(642.389)
Custos com materiais	(400.298)	(8.443)	–	–	(408.741)
Custos diversos	(106.930)	(9.614)	–	1.698	(114.846)
Depreciação	(98.089)	(4.648)	–	–	(102.737)
Amortização	(1.744)	–	–	–	(1.744)
Resultado bruto	**338.717**	**6.099**	**3.166**	**1.698**	**347.982**
Receitas (despesas) operacionais	(225.897)	(2.076)	4.530	–	(223.443)
Despesas comerciais	(49.538)	(1)	–	–	(49.539)
Despesas gerais e administrativas	(208.797)	(7.108)	(23.774)	–	(239.679)
Outras receitas operacionais	32.438	5.033	28.304	–	65.775
Resultado sobre participações societárias	5.141	–	(35.315)	(77.239)	(107.413)
Resultado na alienação dos investimentos	–	–	2.025	–	2.025
Resultado na alienação do imobilizado	25.833	(158)	–	–	25.675
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**143.794**	**3.865**	**(25.594)**	**(75.541)**	**44.826**
Resultado financeiro	(86.975)	(898)	(7.184)	–	(95.057)
Receitas financeiras	15.183	747	1.431	–	17.361
Despesas financeiras	(102.158)	(1.645)	(8.615)	–	(112.418)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**56.819**	**2.967**	**(32.778)**	**(75.541)**	**(50.231)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(20.516)	(1.941)	(330)	–	(22.787)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.346	573	–	–	39.919
Resultado líquido do exercício	**75.649**	**1.599**	**(33.108)**	**(75.541)**	**(33.099)**
Resultado atribuido aos acionistas não controladores		–	–	–	(2.588)
Resultado atribuido aos acionistas controladores	**75.649**	**1.599**	**(33.108)**	**(75.541)**	**(35.687)**
Ativos totais por segmento	2.556.453	72.888	786.334	(946.541)	2.469.134
Passivos totais por segmento	(2.076.805)	(41.233)	(298.432)	357.540	(2.058.930)

(a) Eliminações de consolidação entre as controladas nos segmentos de mobilidade, imóveis e logística. **29. Informações suplementares do fluxo de caixa –** As demonstrações financeiras dos fluxos de caixa pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. **A. Obtenção do controle:** No terceiro trimestre de 2021, a Controladora aumentou sua participação societária em 11 empresas anteriormente controladas em conjunto com Grupo CMP por meio de uma reorganização societária, sendo elas: Cidade Verde transportes Rodoviários Ltda., CMP Empreendimentos Imobiliários Ltda., Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A., Expresso Caxiense S/A., Expresso Maringá Ltda., Tectransp Transporte e Tecnologia Ltda., Tex Transportes de Encomendas Expressas Ltda., Transporte Coletivo Cidade Canção Ltda., Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda., Transporte Coletivo Grande Marília Ltda. e Viação Apucarana Ltda., as quais, passaram a ser consolidadas. Os valores dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos estão apresentados a seguir, em milhares de reais.

Ativo	**459.165**
Caixa e equivalentes de caixa	26.527
Contas a receber	15.217
Estoques	22.897
Tributos a recuperar	5.420
Partes relacionadas	137.913
Depósitos	12.489
Adiantamentos	5.660
Outros créditos	2.012
Tributos diferidos	2.442
Investimentos	69
Imobilizado	226.177
Intangível	2.342
Passivo	**(392.169)**
Empréstimos e financiamentos	(183.409)
Arrendamentos financeiros	(39.839)
Fornecedores	(35.099)
Obrigações tributárias	(9.965)
Imposto de renda e contribuição social	27
Parcelamentos fiscais	(13.337)
Perdas em investimentos	(4.272)
Obrigações trabalhistas	(20.069)
Adiantamentos	(2.023)
Outras obrigações	(1.771)
Partes relacionadas	(44.207)
Tributos diferidos	(31.015)
Passivos contingenciais	(7.190)
Total ativos adquiridos e passivos assumidos	**66.996**
Caixa adquirido na obtenção do controle	(26.527)
Obtenção de controle, líquido do caixa obtido no controle	**40.469**

30. Cobertura de seguros (não auditado) Devido à natureza de suas operações, as controladas estão expostas a riscos de desembolsos ocasionados, principalmente, por sinistros de trânsito. Para garantir exposição menor a estes riscos a Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguros conforme necessidades específicas de cada filial, contratos de prestações de serviços ou contratos de concessão, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros em conformidade com o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. As coberturas de seguros são: **Responsabilidade civil para danos causados a terceiros**: São contratados Seguros de Responsabilidade Civil Obrigatórios (RCO), Seguros de Responsabilidade Civil Facultativos de Veículos (RCF-V) e Seguros de Responsabilidade Civil (RC/VLT).

Seguros contratados	RCO	RCF -V	RCF -VLT	Vigência
Danos corporais e/ou materiais causados a passageiros	4.034.748,00	700.000,00	–	06/11/2021 à 06/12/2022
Danos morais causados a passageiros e terceiros não transportados	300.000,00	100.000,00	–	06/11/2021 à 06/12/2022
Despesas de recomposição de documentos de passageiros	300,00	300,00	–	06/11/2021 à 06/12/2022
Danos corporais causados a terceiros não transportados	–	100.000,00	–	06/11/2021 à 06/12/2022
Danos materiais causados a terceiros não transportados	–	100.000,00	–	06/11/2021 à 06/12/2022
Danos materiais inclusive decorrentes de incêndio de qualquer natureza	–	–	100.000.000,00	23/05/2021 à 23/05/2022

Garantia obrigatória contratual: Os seguros de garantia são contratados pela concessionaria, conforme exigência do poder concedente, em caso de irregularidades na prestação de serviço de transportes de passageiros.

Beneficiário	Controladas	Garantia	LMI	Vigência
Prefeitura de Mogi das Cruzes	Empresa Princesa do Norte S.A	Executante concessionário	307.837,32	20/02/2021 à 20/02/2022
Prefeitura de Blumenau	Blumob Concess Transp Urbano de Blumenau SPE Ltda	Concessão	7.058.850,13	04/04/2021 à 04/04/2022
Prefeitura do Distrito Federal	Viacã o Piracicabana S.A	Executante concessionário	6.356.021,12	06/06/2021 à 06/06/2022
EMTU – VLT	BR Mobilidade Bx Santista S.A. – SPE	Executante concessionário	29.648.561,80	31/10/2021 à 31/10/2022
EMTU	BR Mobilidade Bx Santista S.A. – SPE	Prestação de serviços	24.518.389,25	31/12/2021 à 31/12/2022
Prefeitura de Praia Grande	Viacão Piracicabana S.A	Executante concessionário	1.707.605,34	28/12/2021 à 28/12/2022
Casa da Moeda	Expresso União Ltda	Prestação de serviços	777.644,10	29/08/2021 à 29/08/2022
CPFL	BR Mobilidade Bx Santista S.A. – SPE	Compra e venda de energia	349.273,89	11/12/2021 à 11/12/2022

*LMI – Limite máximo de indenização

Acidentes Pessoais a Passageiros (APP) As controladas contratam seguros de acidentes à passageiros em caráter obrigatório de acordo com a exigência do contratante na prestação de serviço de fretamento contínuo e em caráter facultativo pelos passageiros na prestação de serviço de transporte rodoviário.

Seguros contratados	APP3	Vigência	APP5	Vigência
Morte acidental	13.380,00 à 102.633,00	01/07/2021 à 01/07/2022	18.000,00	01/05/19 à 01/05/23
Invalidez permanente por acidente	13.380,00 à 102.633,00	01/07/2021 à 01/07/2022	18.000,00	01/05/19 à 01/05/23
Desp. Médico hospitalares e odontológicas	3.000,00 à 15.000,00	01/07/2021 à 01/07/2022	18.000,00	01/05/19 à 01/05/23

Outros seguros: As demais situações de seguros contratadas pelo Grupo Comporte são:

Seguros contratados	Cobertura	Vigência
Contra incêndios em edificações	50.000,00 à 1.000.000,00	23/05/2021 à 03/08/2022
Roubo de valores em guichês e garagens de ônibus	5.000,00 à 25.000,00	23/05/2021 à 03/08/2022
Veículos de apoio	10.000,00 à 100.000,00	16/01/2021 à 11/03/2022
Fiança locatícia	204.000,00	07 /06/2021 à 07/06/2022
Vida em grupo para colaboradores	10.000,00 à 32.864,10	01/12/2021 à 30/11/2022

O transporte de encomendas não dispõe de seguro em virtude de ser transportado nos compartimentos de bagagens das controladas, e as principais corretoras não disponibilizam cobertura para essa atividade. As mercadorias transportadas no segmento de logística (toras e cavaco de madeiras) não possuem histórico de roubo, por conseguinte, não disponibilizam seguros para esta operação. **31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos** – Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia e suas Controladas correspondem a caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e a pagar nacionais e estrangeiros, arrendamentos financeiros e os empréstimos e financiamentos, contratados em condições normais de mercado. . Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos, classificados como instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Companhia adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir: **(a) Política de gestão de riscos financeiros:** A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados às atividades de suas controladas, à flutuação das taxas de juros com o intuito de minimizar os efeitos, a Controladora utiliza instrumentos de acordo com a política de gerenciamento de risco estabelecida, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos adequadamente a cada circunstância e riscos inerentes para suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. **(b) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

Publicidade Legal

… continuação

Comporte Participações S.A.

nível de flexibilidade financeira. **(c) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. **(d) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração. **(e) Risco com taxas de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas. **(f) Valorização dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **Caixa e equivalentes de caixa:** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. **Conta a receber e a pagar:** Registrados com base no valor nominal dos títulos e avaliado pelo conceito de custo amortizado. **Empréstimos, financiamentos e arrendamentos:** Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado, foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrado com base nos juros contratuais de cada operação, não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
Mensurados pelo custo amortizado	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	290	3.193	76.674	141.452
Contas a receber	–	–	190.694	93.795
Ativo não circulante				
Contas a receber	950	1.000	23.351	3.434
Total Ativo	**1.240**	**4.193**	**290.719**	**238.681**

	Controladora		Consolidado	
Mensurados pelo custo amortizado	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	–	–	359.032	152.407
Arrendamentos financeiros	27	30	57.675	125.463
Fornecedores	4.265	4.358	173.787	109.047
Outras obrigações	3.211	8.193	8.080	12.054
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	–	–	430.958	139.386
Arrendamentos financeiros	30	53	84.137	212.002
Fornecedores	13.099	13.678	13.107	25.570
Outras obrigações	7.340	–	8.895	4.485
Total Passivo	**27.972**	**26.312**	**1.135.671**	**780.414**

(g) Gestão de capital: A Companhia busca a otimização de sua estrutura de capital com a finalidade de satisfazer suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura que considera parâmetros adequados para os custos financeiros. O quadro a seguir demonstra a estrutura de capital da Companhia com o financiamento por capital próprio e por capital de terceiros.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Empréstimos e financiamentos (capital terceiros)	–	–	(789.990)	(291.793)
Debêntures (capital terceiros)	–	–	(316.466)	(327.170)
Arrendamentos financeiros (capital terceiros)	(57)	(83)	(141.812)	(337.465)
Caixa e equivalentes de caixa	290	3.193	76.676	141.452
Dívida líquida	**233**	**3.110**	**(1.171.592)**	**(814.976)**
Patrimônio Líquido (capital próprio)	**(394.366)**	**(455.574)**	**(403.290)**	**(483.116)**
Total do capital	**(394.133)**	**(452.464)**	**(1.574.882)**	**(1.298.092)**
Índice de alavancagem financeira	**-0,1%**	**-1%**	**74%**	**63%**

* Total do capital é determinado por meio da somatória da dívida líquida com o patrimônio líquido
* Índice de alavancagem financeira é determinado pela divisão da dívida líquida pelo capital total

Diretoria

Paulo Sérgio Coelho – Diretor

Maria Zélia R.S. França – Diretora

Contadora

Kelly C. Tonin Damasceno – CRC SP 214.086/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos: Acionistas e Administradores da
Comporte Participações S.A.
São Bernardo do Campo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Comporte Participações S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Comporte Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus [respectivos] fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases – Direitos de concessão: Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, por meio de suas controladas, a Comporte Participações S.A. viabiliza a operacionalização de algumas linhas de transporte mediante direitos de concessão, sendo que algumas linhas de transporte intermunicipais estão sendo operadas com contratos vigentes por prazo indeterminado, uma vez que estão vinculados a abertura de novas licitações públicas. O efeito desse assunto não está mensurado nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Demonstração do resultado abrangente: Conforme nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras, a Companhia não possui outros itens de resultado abrangente além do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em virtude disso, não é apresentada uma demonstração do resultado abrangente (DRA). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2022.

RSM Brasil Auditores Independentes Sociedade Simples
CRC 2SP 030.002/O-7

Anderson Marques Yoshimura
Contador
CRC 1SP 293.997/O-3

Simpar tem lucro líquido recorde de R$ 1,3 bilhão em 2021

A Simpar (SIMH3), holding que controla seis empresas independentes – JSL, Movida, Grupo Vamos, CS Brasil, Original Concessionárias e BBC Leasing e Conta Digital, obteve um lucro líquido recorde em sua história: R$1,3 bilhão, 155% superior ao de 2020.

O EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização da empresa em 2021 foi de R$ 4,2 bilhões, 80,6% acima do ano anterior e também um recorde da companhia. Já a receita líquida de serviços em 2021 foi de R$ 11 bilhões, uma alta de 58,4% em relação a 2020, graças ao crescimento orgânico de 48% em serviços essenciais na economia real.

Ao longo de 2020, a empresa fez 11 aquisições, ampliando a diversificação dos negócios e adicionando R$3,2 bilhões à receita líquida de serviços. A CS Frotas foi incorporada à Movida e a CS Infra (Ciclus) à Simpar.

Do total de R$ 8,8 bilhões de Capex líquido do ano, 3,1 vezes acima ao de 2020, a maior parte foi destinada à ampliação de frota em locação. Foram captados mais de R$ 21 bilhões nos mercados de renda fixa local e internacional, bem como no mercado de ações com o IPO (oferta pública inicial na bolsa de valores) e follow on (novas ofertas de ações no mercado) da Vamos, promovendo a mudança do perfil da dívida.

Isto é Dinheiro

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa
Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

Publicidade Legal

Atlântica Holding S.A.

(CNPJ em Constituição)

Ata da Assembleia Geral de Constituição

1. Data, Hora e Local: Aos 20 (vinte) dias do mês de maio de 2019, às 10:00 horas, na Av. Paulista, nº 460, 7º andar, sala T, Bela Vista, CEP: 01310-000, São Paulo/SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do parágrafo 4º do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), em vista da presença da totalidade dos acionistas subscritores, conforme atestam as assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Presidente: Ivan Henrique Moraes Lima; Secretário: João Gabriel Gomes Pereira. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Sr. Presidente declarou instalada a assembleia e por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer restrições, foram tomadas as seguintes deliberações: (i) Aprovar a constituição da **Atlântica Holding S.A.** ("Companhia"), que se regerá pelo Estatuto Social, que lido e aprovado, passa a integrar a presente na qualidade de Anexo I, com capital subscrito de R$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos dos Boletins de Subscrição, que seguem na forma do Anexo II, e do recibo de depósito do capital social integralizado em moeda corrente nacional, realizado em atendimento ao disposto no art. 80, II, da Lei nº 6.404/76, que segue na forma do Anexo III; (ii) A eleição dos Srs. **Ivan Henrique Moares Lima**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, maior, advogado, portador da cédula identidade RG nº 29.411.704-0 – SSP/SP, inscrito na OAB/SP sob o nº 236.578, inscrito no CPF/MF 214.711.178-39 e **João Gabriel Gomes Pereira**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 43558438-8 SSP/SP, inscrito na OAB/SP sob o nº 296.798 e no CPF/MF sob o nº 317.735.218-61, ambos com endereço profissional em São Paulo, SP, na Avenida Paulista, nº 460, 7º andar, Bela Vista, CEP: 01310-904, respectivamente aos cargos de Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente da Companhia, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos. A remuneração dos Diretores será definida oportunamente pelos acionistas. **5. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e ninguém se manifestando, o Sr. Presidente declarou constituída a Companhia, e encerrou os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, foi autorizada a lavratura da Ata na forma de sumário, conforme previsto no § 1º do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76. Após a lavratura da presente ata, lida em voz alta, foi reconhecida como expressão fiel do ocorrido e assinada por todos os presentes. Desta ata serão extraídas 03 (três) cópias para os fins legais. São Paulo/SP, 20 de maio de 2019. **Mesa: Ivan Henrique Moraes Lima** – Presidente da Mesa; e **João Gabriel Gomes Pereira** – Secretário da Mesa. Advogado Responsável: **Eduardo Augusto Medeiros de Oliveira** OAB/SP nº 296.228. **Anexo I – Da Ata da Assembleia Geral de Constituição. Atlântica Holding S.A., realizada em 20 de maio de 2019. Estatuto Social da Atlântica Holding S.A. – Capítulo I – Denominação, Duração, Objeto e Sede. Art. 1º**. A Companhia tem a denominação de **Atlântica Holding S.A.**, sendo uma sociedade anônima de capital fechado, com duração por tempo indeterminado, e se regerá por este estatuto e leis aplicáveis a sua espécie ("Companhia"). **Art. 2º**. O objeto social da Companhia contempla a participação societária em outras sociedades, empresárias ou simples, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista. **Art. 3º**. A Companhia tem sede e foro no endereço Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 460, 7º andar, sala T, Bela Vista, CEP: 01310-000. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, a todo tempo, criar, montar, transferir ou extinguir filiais, agências, sucursais, escritórios de contato e representações, depósitos, terminais e estabelecimentos do gênero, em qualquer localidade do país ou do exterior, a cada qual sendo atribuído um capital em separado. **Capítulo II – Capital Social e Transferência de Ações. Art. 4º**. O capital social é de R$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Art. 5º**. As ações são indivisíveis em relação à Companhia, cabendo a cada ação ordinária o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo Único.** As ações serão registradas no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia e sua transferência operar-se-á por termos lançados em livro próprio. **Art. 6º**. No caso de qualquer acionista desejar alienar suas ações a terceiros, os demais acionistas terão preferência para adquiri-las, em igualdade de condições, respeitadas as demais disposições aplicáveis por lei. **Capítulo III – Administração. Art. 7º**. A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 02 (dois) membros, acionistas ou não, residentes no país, sendo um Diretor Presidente e um Diretor Vice-Presidente, eleitos em Assembleia Geral, com mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro.** Os membros da Diretoria serão investidos em suas funções mediante assinatura de Termo de Posse lavrado no Livro de Atas das Reuniões de Diretoria, dispensada qualquer caução para garantia de sua gestão. **Parágrafo Segundo.** Mesmo após o término do prazo do mandato, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a eleição e posse da nova Diretoria, eleita pela Assembleia Geral. **Art. 8º.** Compete aos Diretores gerir a Companhia e exercer as atribuições que a Assembleia Geral e este Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, observados os limites fixados por este Estatuto Social e pela lei. **Art. 9º.** Com as exceções previstas neste Estatuto Social, qualquer ato ou negócio jurídico que implique em assunção de responsabilidade ou obrigação pela Companhia perante terceiros, ou na exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados: (i) pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente, isoladamente, (ii) por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador, com poderes específicos; ou, (iii) por 01 (um) procurador, com poderes específicos, observado o disposto no Parágrafo Único abaixo. **Parágrafo Único.** Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia deverão ser sempre assinados pelo Diretor Presidente, e não poderão ter prazo superior a 01 (um) ano, com exceção dos mandatos outorgados para fins de representação em processos judiciais e administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado. Os instrumentos de mandato deverão conter uma descrição pormenorizada dos poderes outorgados aos procuradores da Companhia. **Art. 10**. Competirá ao Diretor Presidente convocar, instalar e presidir as reuniões de Diretoria. **Art. 11**. Os membros da Diretoria poderão receber os honorários e participações, globais ou individuais, que a Assembleia Geral determinar. **Capítulo IV – Assembleia Geral. Art. 12**. A Assembleia Geral é o órgão soberano da Companhia e se reunirá, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. **Parágrafo Único.** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente, no seu impedimento ou ausência, pelo Diretor Vice-Presidente, que convidará um dos presentes para servir de secretário da mesa. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Art. 13**. A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e igual número de suplentes com as atribuições e competências previstas em lei. **Parágrafo Primeiro**. O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral por solicitação de acionistas que atendam aos requisitos legais para tanto, encerrando-se seu mandato na Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação, permitida a reeleição. **Parágrafo Segundo**. As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por quaisquer 02 (dois) membros do Conselho Fiscal. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas de reuniões do Conselho Fiscal e assinadas pelos membros de tal órgão que estiverem presentes. **Capítulo VI – Exercício Social. Art. 14**. O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrará em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as formalidades exigidas pela legislação vigente. **Art. 15**. Feitas as necessárias anotações, do lucro líquido apurado no balanço anual deduzir-se-ão: (i) 5% para a Reserva Legal, até atingir 20% do capital social; (ii) 5% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202, da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas; e, (iii) o saldo que se verificar após as destinações acima terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais. **Parágrafo Primeiro**. Os dividendos não reclamados não vencerão juros e, no prazo de 03 (três) anos, reverterão em benefício da Companhia. **Parágrafo Segundo**. A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer presente, deliberar a distribuição inferior ao obrigatório ou, ainda, a retenção de todo lucro. **Parágrafo Terceiro**. A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, em cumprimento a requisitos legais, ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e juros sobre o capital próprio, mediante deliberação dos acionistas e atendidos os requisitos legais. Estes dividendos e juros sobre o capital próprio, caso distribuídos, deverão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VII – Das Disposições Gerais. Art. 16.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei e/ou por deliberação da Assembleia Geral. Caberá à Assembleia Geral determinar a forma de liquidação, nomear liquidante e fixar a sua remuneração. **Art. 17**. Nos casos omissos ou duvidosos do presente Estatuto Social, aplicar-se-á as disposições pertinentes da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. São Paulo/SP, 20 de maio de 2019. **Ivan Henrique Moraes Lima** – Presidente da Mesa; e **João Gabriel Gomes Pereira** – Secretário da Mesa. Advogado Responsável: **Eduardo Augusto Medeiros de Oliveira** OAB/SP nº 296.228. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.537.220 em 04/06/2019. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Tekno S.A. – Indústria e Comércio

Companhia Aberta – CNPJ/ME nº 33.467.572/0001-34

Assembleia Geral Ordinária – Edital de Convocação

São convocados os Srs. acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 4º, § 2º, inciso I e artigo 21-C, §§ 2º e 3º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("IN CVM 481"), a ser realizada no dia **28 de abril de 2022, às 10h00**, através da plataforma digital ZOOM, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia. a) Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2021; b) Orçamento de Capital; c) Destinação do lucro do exercício findo e distribuição dos dividendos; d) Definição do número de membros e eleição do Conselho de Administração; e) Fixação da verba anual da remuneração dos administradores; f) Instalação do Conselho Fiscal. **Orientações Gerais:** 1. A Proposta da Administração contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia e o boletim de voto a distância foram disponibilizados aos Acionistas da Companhia nesta data, na forma prevista na IN CVM 481, e podem ser acessados através dos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.teknokroma.com.br). 2. Os documentos do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia localizada na Rua Alfredo Mário Pizzotti, nº 51, Vila Guilherme, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no website da Companhia (www.teknokroma.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br), e foram publicados nos termos do artigo 133, § 3º, da Lei das S.A. 3. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do Acionista somente poderá ser: (a) via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam no Boletim de Voto à Distância que pode ser acessado nos websites mencionados acima; e (b) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 21-C, §§ 2º e 3º da INCVM481, caso em que o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia, observando-se que, mesmo que o Acionista já tenha enviado o Boletim de Voto à Distância, poderá, caso queira, votar na Assembleia, hipótese em que todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. 4. Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital: Os Acionistas que desejem participar da Assembleia deverão enviar para o e-mail ri@tekno.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 26 de abril de 2022, os seguintes documentos: (i) pessoas físicas: documento válido de identidade com foto e número do CPF; (ii) pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, CNPJ e documento de identidade com foto do representante legal; (iii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade, demonstrando a titularidade das ações em até 3 (três) dias antes da data da realização da Assembleia; (iv) instrumento de mandato, na hipótese de representação do Acionista, acompanhado dos documentos indicados no item (ii), caso o Acionista seja pessoa jurídica; e/ou (v) relativamente aos Acionistas participantes da custódia de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela entidade competente, demonstrando a titularidade das ações em até 3(três) dias antes da data da realização da Assembleia. Nos termos do artigo 5º, § 3º da IN CVM 481, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta Assembleia, a Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notarização, a consularização, e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. Os acionistas que atenderem os requisitos para a participação da Assembleia receberão da Companhia, por e-mail, um link de acesso da Plataforma Digital, até 24hs antes do Assembleia. 5. O percentual mínimo do capital social votante necessário à requisição da adoção do procedimento de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), de acordo com a Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, devendo ser referido procedimento requisitado em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral. 6. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim de Voto a Distância, constam do Manual para Participação de Acionistas na Assembleia, da Proposta de Administração da Companhia e próprio Boletim de Voto a Distância, disponíveis nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.teknokroma.com.br). São Paulo, 25 de março de 2022.

Fernando Antonio Albino de Oliveira – Presidente do Conselho de Administração.

(25, 26 e 28/03/2022)

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,5114
Dólar (EUA) - 4,8067
Franco (Suíça) - 5,1641
Iene (Japão) - 0,03939
Libra (Inglaterra) - 6,3381
Peso (Argentina) - 0,04365
Peso (Chile) - 0,006109
Peso (México) - 0,2389
Peso (Uruguai) - 0,1144
Yuan (China) - 0,7549
Rublo (Rússia) - 0,04807
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,2912Europeia) - 6,5958

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 4,8061 / R$ 4,8067 **
Câmbio livre mercado - R$ 4,8310 / R$ 4,8330 *
Turismo - R$ 4,8300 / R$ 4,9970

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado
no dia: -0,20%

OURO BM&F
R$ 300,000

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 1,36%
Pontos: 119.052
Volume financeiro: R$ 30,861 bilhões
Maiores altas: Banco Inter UNT (10,12%), Magazine Luiza ON (10,00%), Méliuz ON (9,05%)
Maiores baixas: Locaweb ON (-7,05%), Hapvida ON (-5,09%), PetroRio ON (-4,50%)

S&P 500 (Nova York): 1,43%
Dow Jones (Nova York): 1,02%
Nasdaq (Nova York): 1,93%
CAC 40 (Paris): -0,39%
Dax 30 (Frankfurt): -0,07%
Financial 100 (Londres): 0,09%
Nikkei 225 (Tóquio): 0,25%
Hang Seng (Hong Kong): -0,94%
Shanghai Composite (Xangai): -0,63%
CSI 300 (Xangai e Shen-

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa
Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64

Relatório da Administração – 2021

1. Aos Acionistas: Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades do ano de 2021, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), acrescidas do balanço social, de modo a divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários, o compromisso com a transparência da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2. Introdução: 2.1. A Transbrasiliana: A Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia" ou "Triunfo Transbrasiliana") é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP), no km 183 + 800 metros, no município de Lins, no estado de São Paulo, e controlada indiretamente pela Triunfo Participações e Investimentos S.A. - TPI ("Triunfo" ou "Controladora"), controladora da BRVias Holding TBR S.A., Companhia aberta de capital nacional, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sob a categoria "B", sem ações negociáveis no mercado. Em setembro de 2014, a Triunfo firmou contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas da empresa detentora de 100% do capital social da Companhia. Dessa forma, desde 5 de janeiro de 2015, o trecho paulista da rodovia BR-153 passou a ser administrado pela Triunfo Transbrasiliana. Neste período, a Companhia realizou diversos investimentos, além de gerar emprego e renda para as cidades lindeiras. São mais de 600 profissionais, entre empregos diretos e indiretos, que atuam na operação, conservação e administração da rodovia, sendo 22 municípios lindeiros que originam os profissionais. Com suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Triunfo Transbrasiliana administra o trecho de 321,6 quilômetros de extensão da Rodovia Transbrasiliana no estado de São Paulo. Iniciando no município de Icém, divisa com o estado de Minas Gerais, e terminando na cidade de Ourinhos, divisa com o estado do Paraná, a rodovia passa por 22 municípios. Importante corredor viário para o escoamento de mercadorias e com interligações de rodovias estaduais, a via recebe em média 24,0 milhões de veículos equivalentes a cada ano. O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP – DIVISA SP/PR, até 17 de fevereiro de 2033. Uma vez extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia atualmente opera com 04 (quatro) praças de pedágio: P1 localizada no km 35+800 em Onda Verde, P2 localizada no km 98+900 em José Bonifácio, P3 localizada no km 183+800 em Lins e a P4 localizada no km 268+100 em Vera Cruz. Também estão em operação 07 (sete) Bases de Serviços Operacionais: BSO1 localizada no km 23+700 em Nova Granada, BSO2 localizada no km 71+800 em São José do Rio Preto, BSO3 localizada no km 122+500 em Ubarana, BSO4 localizada no km 173+700 em Guaiçara, BSO5 localizada no km 217+500 em Marilia, BSO6 localizada no km 278+300 em Ocauçu e BSO7 localizada no km 322+700 em Ribeirão do Sul. **2.2. Destaques do Ano:** A atividade econômica brasileira fechou o ano de 2021 avançando 4,06% do Produto Interno Bruto - PIB em relação a 2020. A taxa de desemprego de 2021 média foi de 13,2%, contra 14,4% de 2020, o que corresponde a cerca de 13,9 milhões de desempregados, afetando diretamente a renda das famílias, em consequência da lenta retomada do crescimento econômico e da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em meados de março de 2020. Como forma de mitigar os efeitos desses impactos, a Companhia promoveu grandes esforços para otimizar o uso dos seus recursos. A seguir, os destaques do ano de 2021: **2.2.1. Sustentabilidade:** Na Triunfo Transbrasiliana, a sustentabilidade constitui parte fundamental da estratégia de negócios. O compromisso assumido busca contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das regiões onde a empresa está inserida, investindo em iniciativas e projetos que estejam alinhados à Política Triunfo de Sustentabilidade. A Concessionária também conta com o apoio do Instituto Triunfo, uma instituição sem fins lucrativos que, desde 2007, trabalha para que as empresas da Triunfo gerem benefícios sociais e incentivem o desenvolvimento sustentável das localidades que as acolhem, identificando e viabilizando oportunidades de ampliação do legado social em três eixos estratégicos: Educação e Cidadania, Proteção à Infância e Cultura. **2.2.2. Responsabilidade Social:** A Companhia atua por meio de campanhas de conscientização sobre a responsabilidade de cada um no trânsito. Mensalmente são realizadas campanhas educativas que abordam temas como os perigos de beber e dirigir, o risco de utilizar celular ao volante, os problemas causados com o descarte irregular de lixo na rodovia, utilização dos equipamentos de transporte de crianças, cinto de segurança, entre outros. Além disso, a Triunfo Transbrasiliana desenvolve projetos e contribui para o desenvolvimento social: • A Concessionária faz parte da Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa que engaja o setor empresarial em ações voltadas ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que é uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015 composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030; • A Triunfo Transbrasiliana é signatária do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras. Em parceria com a Childhood Brasil, a Concessionária faz parte do Programa Na Mão Certa desde 2015 que tem como objetivo promover uma ampla união de esforços para acabar com a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras; • A Concessionária adota a causa da proteção à infância por meio do projeto "Agentes de Proteção. Lançado em 2018, com apoio do Instituto Triunfo, o projeto que é premiado e reconhecido capacitou todos os profissionais da Companhia para o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias; • A Concessionária reforça o compromisso de promover a garantia de direitos das crianças e adolescentes. Conhecido como o dia nacional de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, o dia 18 de maio é uma data marcada por ações de conscientizações sobre o tema. Nessa data, a campanha Faça Bonito é divulgada em todos os canais de comunicação da empresa. A campanha é uma mobilização do Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em parceria com as Redes Nacionais de Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; • Em parceria com o Instituto Triunfo, a Triunfo Transbrasiliana iniciou em 2018 o projeto Educação para Sustentabilidade que estimula alunos a desenvolverem iniciativas de impacto social por meio de uma plataforma online que auxilia na criação e no planejamento estratégico de negócios empreendedores, tendo como referência os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O projeto já beneficiou alunos de Lins, São José do Rio Preto e Bady Bassitt; • Em parceria com o Serviço Social da Indústria – SESI, a Concessionária é uma das empresas madrinhas do programa Atleta do Futuro que incentiva a prática esportiva de crianças e adolescentes em diversas modalidades, além de promover a inclusão social e a cidadania. Alunos dos municípios lindeiros de Guaiçara, Getulina, Promissão e Lins participam do programa; • Um Freio na Fome: a campanha de arrecadação de alimentos faz parte de algumas das ações da entidade de atuação social da Triunfo, o Instituto Triunfo. Todo final de ano, em dezembro, os profissionais da Concessionária arrecadam alimentos que são destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas por alguma instituição beneficente ao longo da BR -153/SP; • Operação Inverno: a campanha é focada na arrecadação de roupas de frio e cobertores pelos profissionais da empresa. Todas as doações são destinadas às famílias em situação de vulnerabilidade social de municípios lindeiros com baixos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH; • Maio Amarelo: a Concessionária é apoiadora do movimento que chama a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito. Durante todo o mês de maio, o tema se torna uma campanha educativa sobre segurança viária que é divulgada em todos os canais de comunicação da empresa. **2.2.3. Responsabilidade Ambiental:** A Concessionária desenvolve dez programas ambientais, que auxiliam nas principais questões de preservação ao longo do trecho paulista da BR-153. São eles: 1) Plano de Ação de Emergência (PAE); 2) Programa de Conscientização para Ocupação da Faixa de Domínio (PCONS); 3) Programa de Comunicação Social (PCS); 4) Programa de Educação Ambiental (PEA); 5) Programa de Gestão Ambiental (PGA); 6) Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR); 7) Programa de Levantamento, Monitoramento e Recuperação dos Passivos Ambientais (PLMRPA); 8) Programa de Monitoramento de Atropelamento da Fauna (PMAF); 9) Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos (PMRH); 10) Programa de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente (PRAPP). Além dos programas, a empresa possui projetos voltados às comunidades lindeiras com o objetivo de deixar um legado ambiental, como: • **Nascentes de Vida:** o projeto promove a educação ambiental, com foco na proteção das nascentes, junto às crianças da rede municipal de ensino de Lins (SP). Realizado no Horto Municipal de Lins, os alunos fazem uma trilha ecológica, aprendem sobre a importância de preservar os recursos hídricos e confeccionam um mini terrário, no qual adquirem conhecimentos sobre o ciclo da água. Iniciado em 2018, o projeto atendeu quase 2 mil alunos da rede pública de ensino. Devido a pandemia, o projeto ficou suspenso durante o ano de 2020 e 2021; • **Programa de Multiplicadores em Educação Ambiental:** Desde 2015, a Concessionária capacita os professores da rede pública para ensinarem seus alunos sobre como devem preservar o meio ambiente com o programa "Multiplicadores em Educação Ambiental". O objetivo é incentivar o desenvolvimento de ações ambientais adequadas à realidade das comunidades. Os educadores participam de atividades teóricas e práticas sobre o meio ambiente que são divididos em quatro módulos e que resultam na edição do Caderno do Professor. **2.2.4. Responsabilidade Econômica:** A Triunfo Transbrasiliana contribui para o desenvolvimento socioeconômico das cidades que margeiam à BR-153/SP. Mensalmente, a Concessionária faz o repasse para os 22 municípios lindeiros do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN. O repasse segue a Lei Complementar nº 116 de 2003, que estabelece o pagamento do tributo aos municípios de rodovias pedagiadas. Todos os municípios os quais possuem território onde a rodovia está inserida recebem o imposto sobre a arrecadação, independentemente da localização das praças de pedágio (Onda Verde, José Bonifácio, Lins e Vera Cruz). O valor é destinado à gestão municipal para que possa ser investido em saúde, educação e infraestrutura, por exemplo.

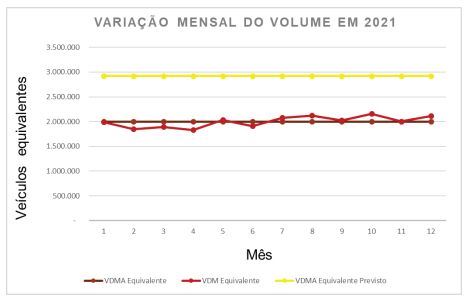
3. Prêmios e Certificações: A Triunfo Transbrasiliana se mantém disposta a estabelecer relações transparentes e éticas com as comunidades em que está inserida, por meio do diálogo aberto e do envolvimento com iniciativas de interesse da população local. Como resultado destes esforços recebe prêmios e reconhecimentos constantes. • Certificada, desde 2010, nas normas internacionais ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, respectivamente qualidade, meio ambiente e segurança do trabalho, devido ao compromisso com a sustentabilidade e a preservação da natureza. Em 2020, a Concessionária foi certificada na norma internacional 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional substituindo a OHSAS 18001. • Premiada em 3º lugar no Ranking Benchmarking Brasil 2015, com o projeto "Multiplicadores em Educação Ambiental – Caderno do Professor". A premiação, concedida pelo programa Benchmarking Brasil, do Instituto Mais, valoriza as ações voltadas à sustentabilidade no dia a dia das organizações. • Premiada em 2016 com o Troféu Dourado pela atuação conjunta à ONG SOS Rio Dourado, em atividades e projetos ambientais realizados durante o ano. A organização não governamental, sem fins lucrativos, desenvolve ações e programas de proteção, recuperação e preservação ambiental na região de atuação da Concessionária. • Certificada e reconhecida pela Childhood Brasil por suas ações em defesa da infância e contra a exploração de crianças e adolescentes em rodovias brasileiras (2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021). • Certificada e reconhecida pela Childhood Brasil pela execução do Projeto Soluções e Ferramentas versão 1.0, com a estratégia de atuação focada em Lideranças e Público interno, voltada ao combate e à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras (2018). • Certificada em 2018 pelo Great Place To Work (GPTW) como uma das melhores empresas para trabalhar no Ranking Bauru e Região. O GPTW é uma renomada consultoria internacional que avalia empresas e identifica aquelas que possuem os melhores ambientes de trabalho em 50 países no mundo. A pesquisa avaliou a satisfação dos profissionais da Concessionária sobre temas como carreira, desenvolvimento e qualidade de vida. • Reconhecida, em 2018, como empresa parceira do 7º FESTUB – Festival de Teatro de Ubarana. A Concessionária incentiva iniciativas de interesse das comunidades onde está inserida e contribui para o desenvolvimento cultural da região. • Reconhecida, em 2019, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) de Lins com o selo "Empresa Amiga" durante o evento "Proteção em rede: o papel de cada um de nós na proteção de crianças e adolescentes". O encontro reconheceu a Companhia pelas boas práticas no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de campanhas de conscientização dos usuários e pela capacitação dos profissionais quanto a importância de reportar as ocorrências para o canal de denúncias de violações de Direitos Humanos, o Disque 100. • Reconhecida durante o Prêmio ODS Pacto Global 2019 como uma das melhores práticas do país inspiradas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O projeto "Agentes de Proteção", desenvolvido em parceria com o Instituto Triunfo no ano de 2018, capacitou os profissionais da Concessionária no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias e foi finalista da primeira edição do prêmio, na categoria Pequenas e Médias Empresas (PMEs), no Eixo Parcerias. • Reconhecida, em 2019, como uma das melhores práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos com os cases "Gestão de Contratos: Efetividade e Economia"; "Danos ao Patrimônio: Recuperação de Crédito" e "Elaboração de Políticas e Procedimentos: Otimização do Trabalho" durante o V Prêmio de Melhores Práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos realizado pela Inteligência Jurídica – InteliJur e Fórum de Departamentos Jurídicos e os Advogados e Prestadores de Serviços – FDJUR. O prêmio reconhece os melhores projetos desenvolvidos pelos jurídicos de empresas dentro do cenário nacional, valorizando o trabalho dos profissionais da área e promovendo a troca de experiências e conhecimentos. • Reconhecida, em 2019, com o selo "Melhores Práticas Jurídicas – prática certificada" pela Inteligência Jurídica – InteliJur. • Reconhecida como uma das empresas destaque no setor de infraestrutura pelo Guia Exame de Sustentabilidade 2019. Considerado o maior levantamento de sustentabilidade corporativa do país, a publicação reconhece as empresas e iniciativas de referência no ano, em diferentes áreas. A Exame chegou à lista das 77 melhores empresas, divididas em 19 setores. • Vencedora do Prêmio Destaque Circuito de Cinema Na Mão Certa 2019, na categoria Serviços, com sessões do filme "Mundo Sem Porteira". Ao todo, 92 empresas se inscreveram na premiação que foi dividida nas categorias: Embarcador, Transportador e Serviços. A Concessionária realizou 11 sessões e contou com a participação de mais de 500 espectadores. • Vencedora do Prêmio Ozires Silva de Empreendedorismo Sustentável 2020, na categoria Empreendedorismo Social – modalidade Médio Porte, com o projeto de proteção à infância "Agentes de Proteção". O projeto foi reconhecido como uma das melhores práticas empreendedoras sociais do país. Mais de 100 projetos inscritos, 48 foram selecionados para a etapa final e apenas 20 foram premiados. • Reconhecida, em 2020 e 2021, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) como a primeira colocada entre as cinco concessionárias federais mais bem avaliadas, no Índice de Desempenho Ambiental (IDA). A Agência analisou a evolução e o comprometimento socioambiental das concessionárias no setor de infraestrutura de transportes do país. O IDA avaliou 15 indicadores de desempenho socioambiental e 34 critérios, como: Política Ambiental Institucional, práticas voltadas à biodiversidade, tecnologias e boas práticas socioambientais inovadoras. • Certificada, em 2020 e 2021, pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ), como Empresa Cidadã. O reconhecimento é conferido às empresas que reportam informações contábeis e socioambientais de qualidade nos relatórios anuais da Companhia. • Signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

3. Contexto Setorial: 3.1. Receitas e Mercados: Em 26 de novembro de 2020, através da publicação no Diário Oficial da União - D.O.U. da Deliberação nº 476 de 24 de novembro de 2020, a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, aprovou a 12ª Revisão Ordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de 2,69950 para R$ 2,72175 e a 12ª Revisão Extraordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de R$ R$ 2,72175 para R$ 2,40346. O Reajuste indicou o percentual positivo de 3,27% (três inteiros e vinte e sete centésimos por cento), correspondente a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, com vista a recomposição tarifária, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, de R$ 5,20 para R$ 4,70, nas praças de pedágio P1 (Onda Verde); P2 (José Bonifácio); P3 (Lins); e P4 (Marília). Ocorre que, em 27 de novembro de 2020, por meio da publicação no D.O.U. da Deliberação nº 481 de 26 de novembro de 2020, a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em virtude de determinação judicial constante nos autos da Ação Judicial nº 1065836-19.2020.4.013400 que deferiu o pedido de suspensão da redução tarifária, suspendeu a aplicação da Deliberação nº 476, de 24 de novembro de 2020 (publicada em 26 de novembro de 2020) e, por conseguinte, a prática da Tarifa Básica de pedágio nela aprovada, tendo sido inclusive referendada pela Deliberação nº 02 de 22 de janeiro de 2021 (publicada no D.O.U em 26 de janeiro de 2021), estando portanto, vigente, a Deliberação nº 989 de 12 de novembro de 2019, devidamente publicada no D.O.U em 14 de novembro de 2019, da qual a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, aprovou a 11ª Revisão Ordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de 2,84787 para R$ 2,84577 e a 11ª Revisão Extraordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de R$ R$ 2,84577 para R$ 2,69950. O Reajuste indicou o percentual positivo de 4,04% (quatro inteiros e quatro centésimos por cento), correspondente à variação do IPCA no período, com vista à recomposição tarifária, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, antes do arredondamento, de R$ 5,22275 para R$ 5,15044. Portanto, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, ficou em R$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), nas praças de pedágio P1, em Onda Verde/SP; P2, em José Bonifácio/SP; P3, em Lins/SP; e P4, em Marília/SP. Em 15 de abril de 2021, após decisão prolatada pelo TRF da 1ª Região, que deu provimento, por unanimidade, ao Recurso de Apelação interposto pela Transbrasiliana no Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400, foi publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) a Deliberação ANTT nº 134, de 14 de abril de 2022 por meio da qual a ANTT autorizou a Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S/A a implementar a tarifa de pedágio de que trata a Resolução nº 4.973, de 16 de dezembro de 2015, de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) nas praças de pedágio P1, em Onda Verde/SP; P2, em José Bonifácio/SP; P3, em Lins/SP; e P4, em Marília/SP.

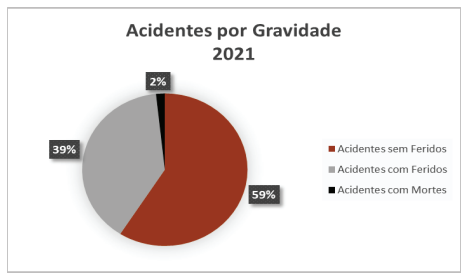
3.2. Meios de Cobrança

Meios de Cobrança - mil	2021	2020	Δ%
Veículos Pagantes	**10.621**	**10.653**	**-0,3%**
Manual	5.477	6.080	-9,9%
Automática	5.144	4.573	12,5%

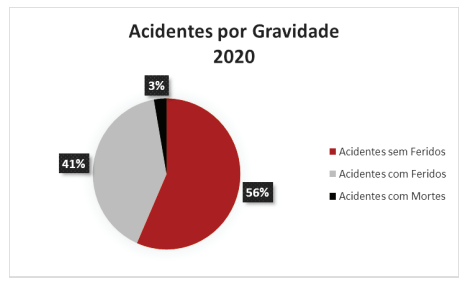
A Companhia dispõe de dois meios de cobrança: a cobrança realizada nas cabines pelos nossos arrecadadores (Cobrança Manual) e a cobrança por meio de dispositivos eletrônicos – das operadoras Sem Parar/Via Fácil, ConectCar, Move Mais, Greenpass, e Veloe, nas pistas automáticas (Cobrança Automática). O tráfego das pistas manuais apresentou queda de 603 mil veículos (-9,9%). O tráfego das pistas automáticas apresentou um aumento de 571mil veículos 12,5%. **4. Indicadores Operacionais: 4.1. Caracterização do Tráfego: 4.1.1. Volume:** No gráfico abaixo é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



O VDMA equivalente realizado ficou abaixo do VDMA equivalente previsto no contrato de concessão, principalmente, em função da lenta retomada da economia e em decorrência da pandemia (COVID-19), e visando a contenção da doença no país, vários estados e municípios brasileiros começaram a decretar Estado de Emergência. Em 20 de março de 2020, foi reconhecido o Estado de Calamidade Pública pelo Congresso Nacional. Dentre as medidas implementadas pelos governantes, foi determinado em vários estados e municípios o fechamento de estabelecimentos comerciais e a recomendação do isolamento social, tendo uma leve retomada da economia em 2021. **4.1. Segurança do Trânsito: 4.1.1. Acidentes:** Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e a quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior. O gráfico abaixo apresenta o percentual dos principais acidentes por gravidade detectados no trecho concedido da rodovia.

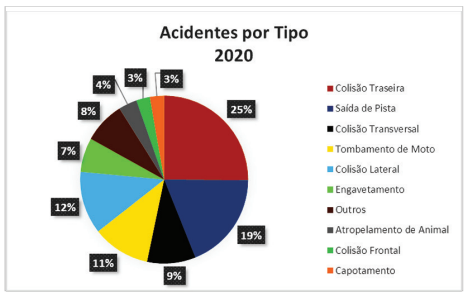


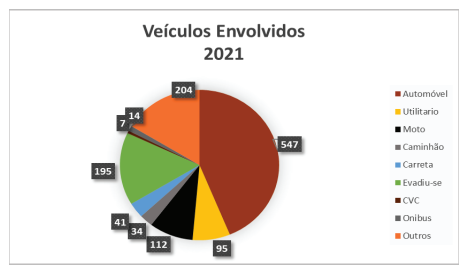
Percentual e acidentes por gravidade em 2021



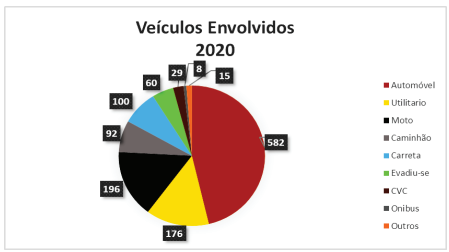
Percentual e acidentes por gravidade em 2020

O gráfico abaixo apresenta o valor em percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

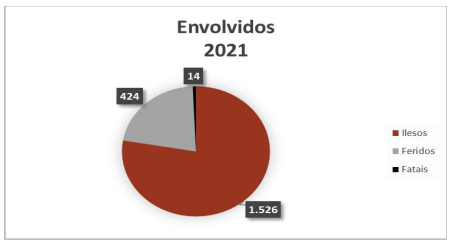


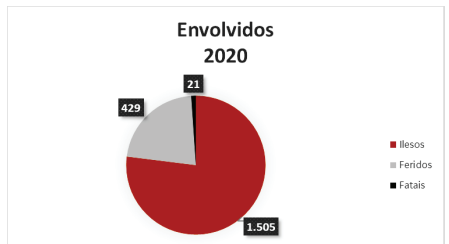


O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de sinistros por tipo de veículos no trecho concedido da rodovia.



O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de pessoas envolvidas nos sinistros no trecho concedido da rodovia. O número de sinistros de 2021 houve um leve aumento em relação ao ano de 2020.





4.3. Dados de Operação da Concessão: 4.3.1. Veículos Alocados: Na tabela abaixo são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação em dezembro/2021. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor do resultado da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/100km
Inspeção de Tráfego	5	1,55
Vigilancia Patrimonial	1	0,31
Guincho Leve	8	2,49
Guincho Pesado	2	0,62
Plataforma Elevatória	1	0,31
Resgate	8	2,49
UTI	2	0,62
Apreensão de animais	1	0,31
Combate à Incêndios	1	0,31
Total de veículos operacionais	**29**	**9,02**
Administração Operações	1	0,31
Administração Tráfego	1	0,31
Administração Pedágio	1	0,31
Administração Faixa de Domínio	1	0,31
Manutenção Predial	2	0,62
Manutenção Eletroeletrônica	5	1,55
Conservação de Rotina	5	1,55
Apoio à Conservação Rotina	7	2,18
Veículo Administrativo	4	1,24
Veículo Engenharia	1	0,31
Veículo Obras	3	0,93
Roçada Mecânica	6	1,87
Manutenção Meio Ambiente	1	0,31
Veículo ANTT	2	0,62
Transporte Roçada	8	2,49
Veículo Meio Ambiente	1	0,31
Mini Retroescavadeira	1	0,31
Retroescavadeira	1	0,31
Mini carregadeira	1	0,31
Veículo Segurança do Trabalho	1	0,31
Veículo Diretoria	3	0,93
Total de veículos de apoio	**56**	**17,41**
Total de veículos	**85**	**26,43**

Tipos de veículos alocados na concessão

4.3.2. Funcionários Alocados

São apresentados na tabela abaixo as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão em dezembro/2021. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre as concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor do resultado da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na operação da concessão

Tipo de Função	Quantidade	Qtde/VDMA
Gerente de Operações e Segurança Viária	1	0,42
Supervisor de Trafego	1	0,42
Assistente de Operações	4	1,67
Inspetor de Trafego	16	6,67
Operador de Guincho Leve	32	13,33
Operador de Guincho Pesado	10	4,17
Operador de Caminhão Boiadeiro	4	1,67
Operador de Caminhão Pipa	4	1,67
Operador de Guindauto	1	0,42
Auxiliar de Operações	7	2,92
Operador de CCO	9	3,75
Atendente de 0800	4	1,67
Médico	17	7,08
Enfermeiro	24	10,00
Socorrista	102	42,49
Total de pessoal Operacional	**236**	**98,32**
Supervisor de Arrecadação	1	0,42
Controlador de Pedágio	16	6,67
Agente de Pedágio	84	34,99
Auxiliar de serviços Gerais	4	1,67
Total de Pessoal de Pedágio	**105**	**43,74**
Total	**341**	**142,06**

4.4. Aspectos Financeiros

4.4.1. Receitas (em R$ mil)

R$ mil	2021	Acumulado
Receita com Pedágio	172.819	1.317.387
Receita extraordinária	3.830	43.363
Total	**176.649**	**1.360.750**

A seguir apresentamos a receita da concessionária em 2021 e o valor da receita acumulada desde o início da concessão, correspondente à receita obtida com pedágios e com outras fontes, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados. As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais realizados em 2021, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

4.4.2. Investimentos (em R$ mil)

R$ mil	2021	Acumulado
Investimentos	44.681	799.055

4.4.3. Custos Operacionais (em R$ mil)

R$ mil	2021	Acumulado
Custos Operacionais	91.858	768.428

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Tarifas de Pedágio: A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria e veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio (em R$ mil)

	Categoria de veículos												
Categoria	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**61**	**62**	**63**	**64**
Eixos	**2**	**2**	**3**	**3**	**4**	**4**	**5**	**6**	**1**	**7**	**8**	**9**	**10**
Rodagem	**Simples**	**Dupla**	**Simples**	**Dupla**	**Simples**	**Dupla**	**Dupla**	**Dupla**	**Simples**	**Dupla**	**Dupla**	**Dupla**	**Dupla**
Praça 1 - Onda Verde (Km 35,800)	7,70	15,40	11,55	23,10	15,40	30,80	38,50	46,20	3,85	53,90	61,60	69,30	77,00
Praça 2 - José Bonifácio (Km 98,900)	7,70	15,40	11,55	23,10	15,40	30,80	38,50	46,20	3,85	53,90	61,60	69,30	77,00
Praça 3 - Lins (Km 183,800)	7,70	15,40	11,55	23,10	15,40	30,80	38,50	46,20	3,85	53,90	61,60	69,30	77,00
Praça 4 - Marília (Km 268,100)	7,70	15,40	11,55	23,10	15,40	30,80	38,50	46,20	3,85	53,90	61,60	69,30	77,00

5. Desempenho Operacional: 5.1. Veículos Equivalentes Pedagiados

Volume de Tráfego - mil	**2021**	**2020**	**Δ%**
Veículos Equivalentes Pagantes	**24.004**	**23.556**	**1,9%**
Leves	6.704	6.786	-1,2%
Pesados	17.300	16.770	3,2%

Em 2021, foram pedagiados 24,0 milhões de veículos equivalentes, aumento de 1,9% em relação a 2020. O tráfego foi impactado pela lenta recuperação econômica e principalmente pela pandemia. **6. Desempenho Econômico-Financeiro: 6.1. Valor adicionado:** Em 2021, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R$ 86,8M, aumento de 70,9% em relação a 2020, cujo valor adicionado foi de R$ 50,8M. Esta variação deve-se principalmente a alteração no valor da tarifa de pedágio para R$ 7,70 a partir do dia 06/03/2021.

R$ - mil	**2021**	**2020**	**Δ%**
Receita Líquida	**205.263**	**132.562**	**54,8%**
Receitas de Pedágio	172.819	122.491	41,1%
Receitas Acessórias	3.830	3.700	3,5%
Receitas de Construção (IFRS)	43.788	17.219	154,3%
Tributos incidentes	(15.174)	(10.848)	39,9%
Receita Líquida Ajustado[1]	**161.475**	**115.343**	**40,0%**

[1] Exclui Receitas de Construção e Provisões

6.2. Receita Operacional: • Receita de Pedágio – A receita com pedágio em 2021 foi de R$ 172,9M, o que representou um aumento de R$ 50,3M em relação ao ano anterior, devido a alteração no valor da tarifa de pedágio para R$ 7,70 a partir do dia 06/03/2021, em função da decisão proferida no mandado de segurança que autoriza o início das obras de duplicação (Lotes 01 e 03). **• Receitas Acessórias** – As receitas acessórias somaram R$ 3,8M em 2021, aumento de R$ 0,1M em relação à 2020, proveniente do recebimento do uso da faixa de domínio. **• Receitas de Construção –** Foram apurados como receita de construção (IFRS) para 2021 e 2020 os valores de R$ 43,8M e R$ 17,2M, respectivamente sem qualquer impacto no resultado, uma vez que esse montante é totalmente anulado com os custos de construção, devido à adoção de margem zero para os serviços de construção.

6.3. Custos e Despesas

R$ - mil	**2021**	**2020**	**Δ%**
Custos e Despesas	**161.706**	**121.532**	**33,1%**
Custo de Contrato de concessão	6.791	6.037	12,5%
Provisão de manutenção	1.417	631	124,6%
Custo de Construção	43.788	17.219	154,3%
Depreciação e Amortização	37.155	34.461	7,8%
Serviços de terceiros	30.686	19.639	56,3%
Custo com pessoal	26.688	27.429	-2,7%
Material, equipamentos e veículos	701	686	2,2%
Outros	14.480	15.430	-6,2%
Custos e Despesas Ajustados[1]	**80.763**	**69.852**	**15,6%**

[1] Exclui Custo de Construção, Depreciação e Amortização

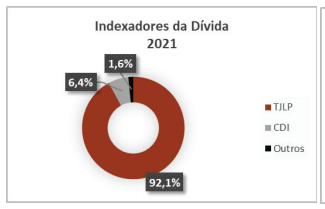
• Custo de Contrato de concessão – Aumento dos gastos relacionados ao uso da faixa de domínio. **• Serviços de terceiros –** Aumento com serviços relacionados **à** consultoria jurídica e terceirização dos gastos com manutenção do pavimento. **• Custos com pessoal –** Redução de equipe devido a terceirização nos serviços de conservação da rodovia impactando na redução dos custos com pessoal. **• Outros –** Redução referente aos gastos com viagens e contingenciamento cível e trabalhista.

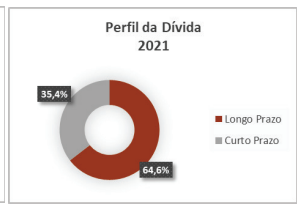
6.4. Resultado Financeiro:

R$ - mil	**2021**	**2020**	**Dif.**	**Δ%**
Receitas Financeiras	**355**	**271**	**84**	**31,0%**
Rendimento de aplicações financeiras	355	271	84	31,0%
Despesas Financeiras	**(13.061)**	**(12.646)**	**(415)**	3,3%
Juros sobre Financiamentos	(8.955)	(9.870)	915	-9,3%
Outras	(4.106)	(2.776)	(1.330)	47,9%
Resultado Financeiro	**(12.706)**	**(12.375)**	**(331)**	**2,7%**

O resultado financeiro da Companhia em 2021 totalizou R$ 12,7M de despesas financeiras líquidas, o que representa um aumento de R$ 0,3M em relação a 2020. Este aumento ocorreu principalmente pelo aumento nas taxas de juros. **6.5. Disponibilidade e Endividamento: 6.5.1. Captações de Recursos:** Em 14 de maio de 2010, a Companhia firmou em conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R$ 272,2M. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,91% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal. Em 28 de janeiro de 2016, a Companhia firmou em conjunto com o ABC contrato de capital de giro no valor total de R$ 25M. Sobre o principal da dívida incidem juros CDI + 3,0% a.a., com exigibilidade trimestral e com vencimento final em 31 de outubro de 2023. Em 30 de junho de 2016, a Companhia firmou em conjunto com o BTG Pactual contrato de Cédula de Crédito Bancário ("CCB") no valor total de R$75.031, com vencimento original para 01 de fevereiro de 2017. Em 28 de dezembro de 2017 foi liquidado o valor de R$82.000, e o saldo remanescente foi renegociado para o dia 28 de dezembro de 2021. A Controladora da Companhia é avalista deste contrato. Em 09/08/2021 a Companhia realizou a quitação do empréstimo. A Companhia encerrou o exercício com saldo de caixa e equivalente de caixa de R$ 2,1M, inferior ao saldo de 2020 que foi de R$ 6,1M. O saldo da dívida bruta em dezembro/2021 é de R$ 100,8M, uma redução de R$ 39,4M em relação ao saldo de dezembro/2020 motivada pela amortização dos financiamentos e quitação da BTG Pactual. A dívida está concentrada ao longo prazo em que temos 64,6% do total.

Endividamento R$ mil	**2021**	**2020**	**Δ%**
Curto Prazo	**35.720**	**37.772**	**-5,4%**
Empréstimos e Financiamentos	35.720	37.772	-5,4%
Longo Prazo	**65.093**	**102.458**	-36,5%
Empréstimos e Financiamentos	65.093	102.458	-36,5%
Dívida Bruta	**100.813**	**140.230**	**-28,1%**
Caixas e Equivalentes de Caixa	**2.115**	**6.103**	**-65,3%**
Dívida Líquida	**98.698**	**134.127**	**-26,4%**
EBITDA	65.185	35.918	81,5%
Dívida Líquida/ EBITDA	1,51	3,73	-59,5%





6.6. Principais Investimentos

Investimentos - R$ milhões	**2021**	**Acumulado**
Recuperação e Manutenção da Rodovia	18.363	553.987
Manutenção da Infraestrutura Operacional	472	45.726
Obras e Melhoramentos	24.954	183.005
Outros	892	16.339
Total	**44.681**	**799.057**

Desde o início da concessão, em 2008, a Concessionária trabalha para oferecer segurança e conforto a todos que utilizam a rodovia por meio de serviços de recuperação, manutenção, conservação, execução de obras e uma ampla estrutura de atendimento ao usuário. Serviços de fresagem e recomposição, reparos profundos, microrevestimento asfáltico à frio, sinalização vertical e horizontal, além de duplicações de trechos importantes nos municípios de Ourinhos, Marília e São José do Rio Preto, aproximadamente R$ 799 milhões de investimentos foram realizados nos treze primeiros anos da companhia.

6.7. Concessionária em números

Tabela - Rodovias															
Dados anuais															
Quilômetros da rodovia	Km 321,6.														
Número de veículos que transitaram	**CATEGORIA VEICULOS**	1	2	3	4	5	6	7	8	9	61	62	63	64	TOTAL
		6.429.871	832.084	68.613	669.710	8.690	447.453	330.536	1.161.416	306.909	169.442	3.835	192.314	52	10.620.925

Número de praças de pedágios	São quatro praças de Pedágio em operação, P1 Km 35+800, P2 Km 98+900, P3 Km 183+800 e P4 Km 268+100.
Tarifa	Motocicletas, Motonetas e Bicicletas Motorizadas R$ 3,85; Automóvel, Caminhonete e Furgão R$ 7,70; Automóvel com Semi-reboque e Caminhoneta com Semi-Reboque R$ 11,55; Caminhão leve, Ônibus, Caminhão-Trator e Furgão R$ 15,40; Automóvel com reboque e Caminhoneta com reboque R$ 15,40; Caminhão, Caminhão-Trator, Caminhão-Trator com Semi-Reboque e Ônibus R$ 23,10; Caminhão com Reboque, Caminhão-Trator com Semi-Reboque R$ 30,80; Caminhão com Reboque, Caminhão-Trator com Semi-Reboque R$ 38,50 e Caminhão com Reboque, Caminhão-Trator com Semi-Reboque R$ 46,20.
Número de quilômetros mantidos	Km 321,6.
	Não se aplica.
Transito Médio Diário Equivalente	5.480
Trânsito Médio Anual Equivalente	2.000.292
Equipes utilizadas pelo concessionário	7 Bases Operacionais, 122 Câmeras de monitoramento, 2 Estação meteorológica, 8 Guinchos leves, 2 Guinchos pesados, 4 Painéis de mansagens fixo, 5 Painéis de mensagens móvel, 2 UTI - Móvel, 8 Ambulância simples , 5 Viaturas de Inspeção 1 Viatura de vigilância patrimonial, 1 Veículo apreensão de animais, 1 Caminhão pipa e 01 Caminhão plataforma elevatória.
Índice de qualidade de estrada	Não se aplica.
Receita de Pedágio	172.819
Custos associados às receitas de pedágio	107.032

6.7. Principais Investimentos

Fator Trabalho	**Administrativo**	**Operação**	**Conservação**
Número de Trabalhadores	60	341	223
Despesas de Pessoal	8.997	19.364	18.723

Fator Capital		
Despesas de Depreciação/Amortização	230.102	O método de Depreciação é a Taxa fiscal. Para a amortização, é a curva de trafego respeitando o prazo de concessão da rodovia.
Ativo Líquido	568.953	
Ativo Bruto	799.055	

Série Histórica dos Investimentos	Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
		124.470	23.325	16.321	53.499	62.180	109.431	90.884	97.102	47.693	34.143	51.298	26.144	17.886	44.679

Fatores Intermediários	
Despesas em Administração	12.590
Despesas em Manutenção	701
Outras Despesas	1.525

Seguridade	**Acidentes por Gravidade**	**Quant.**
Quantidade de acidentes	Acidentes com Mortes	13
	Acidentes com Feridos	296
	Acidentes sem Feridos	446
	Total	**755**

Indicadores	
Receita por veículo	16,27
Custo por veículo	10,08

6.8. Balanço Social

Transbrasiliana Concessionaria de Rodovia S/A

Balanço Social

Exercicios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em mil)

1 - Base de cálculo	**2021-Valor**			**2020-Valor**		
Faturamento bruto	220.437			143.410		
Receita liquida (RL)	205.263			132.562		
Resultado operacional (RO)	43.557			11.030		
Folha de pagamento bruta (FPB)	47.085			43.980		
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	26.688			27.429		
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	20.397			16.551		
2 - Indicadores sociais internos	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	2.582	5,5%	1,3%	2.492	5,7%	1,9%
Encargos Sociais	4.550	9,7%	2,2%	3.918	8,9%	3,0%
Saúde	4.107	8,7%	2,0%	3.914	8,9%	3,0%
Segurança e Saúde no trabalho	369	0,8%	0,2%	274	0,6%	0,2%
Educação	25	0,1%	0,0%	12	0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	11	0,0%	0,0%	10	0,0%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	1.593	3,4%	0,8%	1.088	2,5%	0,8%
Outros	307	0,7%	0,1%	287	0,7%	0,2%
Total - Indicadores sociais internos	13.544	28,8%	6,6%	11.993	27,3%	9,0%
3 - Indicadores sociais externos	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Cultura	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Outros brindes	123	0,3%	0,1%	8	0,0%	0,0%
Educação	7	0,0%	0,0%	1	0,0%	0,0%
Total de contribuições à sociedade	130	0,3%	0,1%	9	0,0%	0,0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Total - Indicadores sociais externos	130	0,3%	0,1%	9	0,0%	0,0%
4 - Indicadores ambientais	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	291	0,6%	0,1%	304	0,7%	0,2%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	149	0,3%	0,1%	87	0,2%	0,1%
Total de investimentos em meio ambiente	440	1%	0,2%	391	1%	0,3%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar residuos, ou consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	( ) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 70% (X) Cumpre de 75 a 100%			( ) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 70% (X) Cumpre de 75 a 100%		

5 - Indicadores do corpo funcional	**2021**	**2020**
N° de colaboradores no final do período	383	420
Tempo de serviço	11% até seis meses 8% de seis meses a um ano 15% entre um e dois anos 40% entre dois e cinco anos 26% mais de cinco anos	11% até seis meses 8% de seis meses a um ano 15% entre um e dois anos 40% entre dois e cinco anos 26% mais de cinco anos
N° de admissões durante o período	75	90
N° de demissões durante o período	84	98
N° de estagiários (as)	1	1
N° de colaboradores terceirizados		224
N° de colaboradores com até 18 anos	0	6
N° de colaboradores entre 18 e 25 anos	37	71
N° de colaboradores entre 25 e 45 anos	255	265
N° de colaboradores acima de 45 anos	91	68
N° de mulheres que trabalham na concessionária	155	164
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	25%	25%
Remuneração paga a mulheres no período	4.931	4.179
N° de negros (as) que trabalham na concessionária	171	24
N° de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	14	13
Total de horas extras trabalhadas	12.690	17.888
Total de horas extras pagas	12.690	17.888
Total de INSS pagos	3.643	3.006
Total de FGTS pagos	907	912
Total de contribuição sindical paga	-	-
Total dos demais encargos sociais pagos	0	0
Total de ICMS recolhido no período	0	0
Total de IR recolhido no período	4.492	998
Total de CSLL recolhida no período	1.666	377
Total de PIS recolhida no período	1.157	833
Total de COFINS recolhida no período	5.343	3.846
Total de outros tributos recolhidos no período (ISSQN)	8.675	5.993

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2021**	**2020**
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	15,96	14,26
Número total de acidentes de trabalho	34	40
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores	( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) todos + CIPA	( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) direção e todos os colaboradores	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) direção e todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos
Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	( ) não se envolve ( ) apoia (X) organiza e incentiva	( ) não se envolve ( ) apoia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	100 % na Concessionária 100 % no PROCON 100 % na justiça	100 % na Concessionária 100 % no PROCON 100 % na justiça
7 - Valor adicionado total a distribuir:	**50.795**	**50.795**
Distribuição do Valor Adicionado	34% governo 0% acionistas 27% colaboradores 16% terceiros 23% retido	27% governo 0% acionistas 48% colaboradores 27% terceiros -2% retido

6.9. Declaração da Diretoria: Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Triunfo Transbrasiliana declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente da BDO RCS Auditores Independentes SS e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

6.10. Demais Assuntos: 6.10.1. Desequilíbrio Contratual: São apresentados na relação abaixo os principais pleitos da Companhia junto à ANTT, que visam manter o equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão. A citada relação não deve ser interpretada de forma exaustiva, uma vez que os pleitos formulados pela Concessionária não se limitam aos indicados neste relatório. Importante destacar que os pleitos de duplicação da Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP) decorrem da constatação da saturação do nível de serviço operacional da Rodovia e da premente necessidade de reestabelecer esse nível de serviço previsto no Contrato de Concessão, garantindo-se segurança e qualidade aos usuários, em prol do interesse público. Cumpre esclarecer que a única obra capaz de reestabelecer o nível de serviço contratual é a duplicação da rodovia, conforme relatórios e pareceres elaborados por terceiros especialistas. (i) Duplicação dos Lotes 01 (km 0+000 ao km 51+700) e 03 (km 162+000 ao km 195+200) da Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP) diante da saturação do nível de serviço operacional previsto em Contrato de Concessão; (ii) Duplicação dos Lotes 02 (km 99+800 ao km 162+000), 04 (km 195+200 ao km 227+961), 05 (km 268+000 ao km 280+340) e 06 (km 280+340 ao km 335+720) da Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP) diante da saturação do nível de serviço operacional previsto em Contrato de Concessão; (iii) Contorno de Marília (km 227+960 ao km 268+000); (iv) Correção da alíquota do PIS/COFINS; (v) Pagamento de Receita Acessória para uso da faixa de domínio da Concessionária Entrevias; (vi) Perda de Receita em decorrência da Greve dos Caminhoneiros; (vii) Edição da Lei Federal nº 13.103/2015 (Lei dos Caminhoneiros), que trouxe expressivo desequilíbrio ao Contrato de Concessão, como resultado do maior desgaste do pavimento; (viii) Efeitos produzidos pela Instrução Normativa nº 1.731/2017, publicada pela Receita Federal em 24 de agosto de 2017; e, (ix) Perda de Receita em decorrência da pandemia da COVID-19. **6.11 Agradecimentos:** A Diretoria agradece a todos os usuários da rodovia, bem como aos acionistas, fornecedores e demais instituições governamentais, e a todos os profissionais pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades.

A ADMINISTRAÇÃO

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos (Em milhares de reais, exceto o prejuízo (lucro) por ação)*

Balanço patrimonial

Ativo	Notas	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	**2.115**	6.103
Aplicações financeiras vinculadas	4	**9.831**	9.692
Contas a receber	5	**8.560**	5.076
Impostos a recuperar		**665**	923
Despesas antecipadas		**1.275**	361
Outros créditos	6	**12.283**	1.090
Total do ativo circulante		**34.728**	23.245
Não circulante			
Contas a receber	5	**764**	764
Tributos diferidos	13.a	**14.563**	16.927
Depósitos judiciais		**3.158**	3.043
Ativos de Direito de uso		**426**	705
Imobilizado	8	**4.402**	5.432
Intangível	9	**473.830**	484.888
Ativo de contrato	9	**90.721**	70.465
Total do ativo não circulante		**587.864**	582.224
Total do ativo		**622.592**	605.469

Passivo	Notas	2021	2020
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	**35.720**	37.772
Fornecedores	11	**35.916**	18.860
Impostos, taxas e contribuições		**6.595**	2.521
Obrigações sociais		**4.818**	6.565
Provisão para manutenção	12	**4.600**	-
Partes relacionadas	7	**603**	925
Dividendos a pagar		**1.438**	1.261
Obrigações infraestrutura a realizar	25.c	**11.564**	10.865
Passivos de arrendamento		**452**	537
Outras contas a pagar		**6.935**	5.266
Total do passivo circulante		**108.641**	84.572
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	**65.093**	102.458
Fornecedores	11	**362**	427
Impostos, taxas e contribuições		**3.035**	957
Provisão para manutenção	12	**4.172**	6.326
Partes relacionadas	7	**34.048**	31.566
Tributos diferidos	13.a	**13.271**	11.208
Provisão para demandas judiciais	14	**4.870**	4.322
Passivos de arrendamento		**62**	263
Outras contas a pagar		**9.714**	8.794
Total do passivo não circulante		**134.627**	166.321
Patrimônio líquido	15		
Capital social		**320.535**	320.535
Adiantamento para futuro aumento de capital		**58.221**	53.434
Prejuízos acumulados		**568**	(19.393)
Total do patrimônio líquido		**379.324**	354.576
Total do passivo e patrimônio líquido		**622.592**	605.469

Demonstração do resultado

	Notas	2021	2020
Receita operacional líquida	16	**205.263**	132.562
Custos dos serviços prestados	17	**(135.646)**	(102.018)
Lucro bruto		**69.617**	30.544
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	**(26.060)**	(19.514)
		43.557	11.030
Outras receitas (despesas) operacionais		**421**	567
Outras receitas operacionais		**(548)**	(459)
		43.430	11.138
Receita financeira		**355**	271
Despesa financeira		**(13.061)**	(12.646)
Resultado financeiro líquido	18	**(12.706)**	(12.375)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**30.724**	(1.237)
Imposto de renda e contribuição social correntes	13.b	**(6.158)**	(1.375)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.b	**(4.428)**	1.605
		(10.586)	230
Lucro (prejuízo) do exercício		**20.138**	(1.007)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação em reais - R$	15.b	**0,04704**	(0,00235)

Demonstração do resultado abrangente

	2021	2020
Lucro (prejuízo) do exercício	**20.138**	(1.007)
Total de resultado abrangente do exercício	**20.138**	(1.007)

Demonstração do Valor Adicionado

	2021	2020
Receitas	**220.859**	143.977
Arrecadação de pedágios	**172.819**	122.491
Receitas de construção - ativos da concessão	**43.788**	17.219
Outras receitas	**4.252**	4.267
Insumos adquiridos de terceiros	**(97.253)**	(58.992)
Custos serviços prestados	**(37.484)**	(24.209)
Custo de construção - ativos da concessão	**(43.788)**	(17.219)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(15.982)**	(17.564)
Valor adicionado bruto	**123.605**	84.985
Retenções	**(37.155)**	(34.461)
Depreciação e amortização	**(37.155)**	(34.461)
Valor adicionado líquido	**86.450**	50.524
Valor recebido em transferência	**355**	270
Receitas financeiras	**355**	270
Valor adicionado total a distribuir	**86.805**	50.795
Distribuição do valor adicionado	**(86.805)**	(50.795)
A - Pessoal e encargos	**23.047**	24.425
Remuneração direta	**13.706**	15.465
Benefícios	**6.998**	6.695
FGTS	**907**	912
Outros	**1.436**	1.353
B - Impostos, taxas e contribuições	**29.468**	13.686
Federais	**20.728**	7.453
Estaduais	**65**	62
Municipais	**8.675**	6.171
C - Remuneração de capitais de terceiros	**14.153**	13.691
Juros	**8.955**	9.870
Aluguéis	**793**	1.045
Outras	**4.405**	2.775
D - Remunerações de capital próprio	**20.138**	(1.007)
Lucro (prejuízo)	**20.138**	(1.007)

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do exercício	**20.138**	(1.007)
Ajustes para conciliar o resultado às atividades operacionais		
Amortização e depreciação	**37.155**	34.461
Amortização e depreciação arrendamentos	**280**	279
Provisão para manutenção	**2.446**	1.480
Provisão para demandas judiciais	**1.075**	2.976
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	**9.850**	11.521
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	**2.652**	1.578
Rendimento aplicação financeira	**(394)**	(347)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**4.428**	(1.605)
Redução (aumento) no ativo:		
Contas a receber	**(3.485)**	(3.227)
Despesas antecipadas	**(914)**	41
Impostos a recuperar	**258**	37
Outros créditos	**(11.193)**	(56)
Depósitos judiciais	**(115)**	(1.039)
Aumento (redução) no passivo:		
Fornecedores	**16.993**	(3.381)
Impostos, taxas e contribuições	**6.152**	(661)
Obrigações sociais	**(1.747)**	1.423
Partes relacionadas	**2.160**	664
Outros passivos	**2.062**	(1.479)
Amortização de juros e encargos de empréstimos e financiamentos	**(8.965)**	(6.029)
Caixa gerado nas atividades operacionais	**78.836**	35.629
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	**(2.881)**	(5.639)
Resgate de aplicações financeiras	**2.743**	4.342
Aquisição de imobilizado	**(1.568)**	(1.357)
Adição ao intangível e ativo de contrato (intangível em construção)	**(46.382)**	(19.311)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(48.088)**	(21.965)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	**289**	859
Amortização de empréstimos e financiamentos	**(39.812)**	(20.287)
Adiantamento para futuro aumento de capital	**4.787**	9.846
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**(34.736)**	(9.582)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(3.988)**	4.082
Saldo inicial de caixa e equivalentes	**6.103**	2.021
Saldo final de caixa e equivalentes	**2.115**	6.103

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	(Prejuízos) lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		320.535	43.587	-	-	(18.386)	345.736
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	9.847	-	-	-	9.847
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(1.007)	(1.007)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		320.535	53.434	-	-	(19.393)	354.576
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	**4.787**	-	-	-	**4.787**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	**20.138**	**20.138**
Destinação do lucro:	15		-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	**37**	-	**(37)**	-
Constituição de dividendos a pagar		-	-	-	-	**(177)**	**(177)**
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	**531**	**(531)**	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**320.535**	**58.221**	**37**	**531**	-	**379.324**

Notas Explicativas às demostrações financeiras

1. Contexto operacional: A Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rodovia Transbrasiliana (BR-153) KM 183 + 800 metros, Município de Lins - Estado de São Paulo e controlada indiretamente pela TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo" ou "Controladora"), controladora da acionista BRVias Holding TBR S.A. O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos, até 14 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Em 12 de dezembro de 2007, por meio da Resolução nº 2.479 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), homologou o resultado do Leilão de Concessão do Lote 1 à Rodovia BR-153/SP. Em 13 de fevereiro de 2008, por meio da Resolução nº 2.537 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), emitiu o Ato de Outorga em favor da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e autorizou a assinatura do Contrato de Concessão. Dessa forma, a Companhia se comprometeu a realizar um programa de investimentos durante os 25 anos de concessão em contrapartida da cobrança de pedágio. Conforme resolução nº 4.973 emitida pela ANTT, de 16 de dezembro de 2015, a ANTT aprovou o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio de R$4,30 para R$7,40, sujeito à: (i) submissão do projeto executivo para obras de duplicação, com respectiva análise e não objeção da ANTT; (ii) realização da audiência pública pela ANTT; (iii) deliberação da Diretoria Colegiada da ANTT; e (iv) comunicação prévia ao Ministério dos Transportes e ao Ministério da Fazenda à entrada em vigência da Nova Tarifa Básica. O processo foi para audiência pública em abril de 2016, tendo como finalidade a inclusão de novos investimentos no Programa de Exploração Rodoviária (PER), para obras de duplicação do trecho da Rodovia BR-153/SP entre o km 0 e o km 51,7 (Lote 1) e entre o km 162 e o km 195,2 (Lote 3). Ocorre que, em dezembro de 2016, embora atendidas todas as condições legais e contratuais para inclusão de novos investimentos, a Companhia e a ANTT foram intimadas a se manifestar em face do pedido cautelar formulado pela equipe da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária - SeinfraRodovia que, por meio de representação proposta junto ao TCU (Tribunal de Contas da União), pediu a suspensão cautelar da inclusão destas novas obras. A Concessionária já apresentou todos os esclarecimentos necessários e suficientes ao TCU, sendo que a ANTT, através do Ofício nº 043/2017/DG/ANTT, decidiu não incluir as obras no Contrato de Concessão até que haja conclusão definitiva da questão pelo TCU. Como o Contrato de Concessão prevê as obras de ampliação de capacidade com o objetivo de assegurar a manutenção do nível de serviço estabelecido, bem como os critérios destes investimentos, e o direito da Companhia ao correspondente reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão quando da inclusão de novas obras, a Companhia entende que a não inclusão destas obras de duplicação no Contrato de Concessão acarretaria na inexecução contratual pelo Poder Concedente. Em linha com o entendimento da Companhia, o Ministério Público Federal (MPF) - Procuradoria da República de Marília (SP) manifestou-se através do Inquérito Civil Público nº 1.34.007.000319/2014-45 com Recomendação nº 05 (PRM-MII-SP-00003316/2017) a ANTT, onde considerou que as objeções jurídicas apresentadas pela SEINFRA-Rodovia/TCU nº TC032.829/2016 não encontram amparo na ordem jurídica pátria, consoante doutrina e decisões do TCU. Nesse sentido, em face da omissão do Diretor Geral da ANTT em autorizar o início das obras, a Companhia impetrou o Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400 e em 15 de outubro de 2018 tomou conhecimento pelo site do Tribunal Regional Federal da 1ª Região de que foi deferida a liminar pleiteada para determinar à Autoridade Impetrada (ANTT) que, no prazo de 15 (quinze) dias, autorizasse o imediato início das obras de duplicação dos Lotes 01 (km 0+000 ao km 51+700) e 03 (km 162+000 ao 195+200) da Rodovia BR-153/SP, nos termos aprovados pela própria ANTT (resolução nº 4.973 emitida pela ANTT), a fim de garantir a segurança dos usuários da Rodovia e restabelecer o nível de serviço contratual, mediante o concomitante reequilíbrio do Contrato de Concessão, por meio da revisão da tarifa de pedágio já aprovada pela ANTT e autorizada pelo Ministério da Fazenda. Em 23 de outubro de 2018, o Ministério Público Federal se manifestou nos autos do Mandado de Segurança afirmando que "mostra-se imperiosa, no caso em apreço, a execução das obras de ampliação da Rodovia BR-153/SP, nos trechos compreendidos entre a divisa de MG/SP e SP/PR, para restabelecer o nível de serviço, sobretudo em razão da proteção da segurança e da vida dos usuários" e em 06 de novembro de 2018, através da Deliberação nº 887, a ANTT autorizou o início imediato das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03 da Rodovia BR 153/SP. A liminar foi revogada e a ANTT publicou a Deliberação nº 992, de 04 de dezembro de 2018 que revogou a Deliberação nº 887, de 06 de novembro de 2018. Em 11 de fevereiro de 2020 o processo foi sentenciado e em face da decisão, publicada em 21 de fevereiro de 2020, a Companhia opôs Recurso de Embargos de Declaração visando sanar os vícios de (i) omissão, (ii) erro de fato decorrente de premissa equivocada e (iii) obscuridade. Os Embargos de Declaração opostos pela Companhia foram analisados pela mesma Juíza que proferiu a sentença e rejeitados. Diante da manutenção da decisão, a Companhia interpôs Recurso de Apelação, em 15 de junho de 2020, que será analisado pelo Tribunal Regional Federal. Em 25 de setembro de 2020, a Companhia apresentou pedido de Tutela Antecipada, requerendo o deferimento da antecipação de tutela recursal, para determinar que a ANTT expedisse a liberação para que a Companhia realizasse os investimentos relacionados à Duplicação dos Lotes 01 e 03, com o concomitante reequilíbrio do Contrato de Concessão. O pedido de antecipação da tutela foi indeferido em 07 de outubro de 2020. A Concessionária protocolou pedido de reconsideração, que também foi indeferido. Em 1º de março de 2021, a Concessionária tomou conhecimento de que o TRF da 1ª Região deu provimento, por unanimidade, ao Recurso de Apelação interposto pela Transbrasiliana no Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400, o que autoriza o início das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03 da Rodovia BR-153/SP, bem como o consequente reequilíbrio da tarifa de pedágio de modo a contemplar a inclusão de referidas obras no contrato de concessão. Em 06 de março de 2021 passou a ser aplicada, em todas as praças de pedágio administradas pela Concessionária, a tarifa de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), conforme previsto na Resolução ANTT nº 4.973, de 16 de dezembro de 2016. No âmbito de processo administrativo de proposta de aplicação de medida cautelar, a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") deliberou por notificar a Transbrasiliana para que a Concessionária reduzisse a Tarifa Básica de Pedágio ("TBP") para R$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), contra os R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) então vigentes desde o dia 06 de março de 2021, sob pena de instauração de processo de caducidade (Deliberação ANTT nº 113, de 31 de março de 2021), por entender que o acórdão proferido nos autos do Mandado de Segurança não teria aplicação imediata. Embora tivesse a Companhia a mais absoluta convicção de que havia obedecido os estritos termos da decisão judicial, a Transbrasiliana acatou à deliberação da ANTT e promoveu a redução tarifária em 06 de abril de 2021, de modo que a TBP voltou a ser de R$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos). Em face da ordem emanada pela ANTT pela redução tarifária, a Transbrasiliana ajuizou Reclamação nº 1011453-72.2021.4.01.0000 perante o TRF1, obtendo decisão liminar para suspender os efeitos da Deliberação da ANTT nº 113, de 31 de março de 2021. Deste modo, a ANTT publicou a Deliberação nº 134, de 14 de abril de 2021, determinando que a Transbrasiliana implementasse a TBP de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) em todas as praças de pedágio. Assim, desde a zero hora do dia 16 de abril de 2021 a TBP é de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos). A nova tarifa também deverá ser objeto de reajuste a ser homologado pela ANTT para o integral reequilíbrio, vez que o referido valor remonta ao ano de 2015 e encontra-se corroído pela inflação. Continuidade operacional: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$72.669 (R$61.791 em 31 de dezembro de 2020), sendo que desse montante R$603 (R$925 em 31 de dezembro de 2020) referem-se a dívidas com partes relacionadas classificadas no passivo circulante. Em adição ao pleito de reajuste de Tarifa Básica de Pedágio mencionado anteriormente, a Administração da Companhia tem adotado outras ações para sua reestruturação, como: • Aumento de receita acessória com novos projetos em área de concessão. Desde o início da gestão pela Triunfo, em janeiro de 2015, a Companhia vem passando por reestruturações e otimizações de processos de forma a incrementar sua geração de caixa, e outras medidas vêm sendo tomadas no sentido de alavancar o faturamento; • Parcelamento de tributos; • Renegociação com fornecedores e instituições financeiras, com o objetivo de redução de custos e alongamento da dívida; e • Aporte de capital realizada pela sua controladora conforme nota explicativa nº 14. A Companhia está também inserida no plano de reestruturação financeira desenvolvido por sua controladora (Triunfo), que compreende a alienação de sua participação em investidas e a repactuação do endividamento das empresas do grupo. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia, em conjunto aos acionistas controladores, avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que os planos de reestruturação financeira da Controladora são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações. Impactos da pandemia da Covid-19 nas operações da Companhia: Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde ("OMS") declarou a pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus. Em decorrência da pandemia, e visando a contenção da doença no país, vários estados e municípios brasileiros começaram a decretar Estado de Emergência e em 20 de março de 2020 foi reconhecido o Estado de Calamidade Pública pelo Congresso Nacional. Dentre as medidas implementadas pelos governantes, foi determinado em vários estados e municípios o fechamento de estabelecimentos comerciais e a recomendação do isolamento social. A Companhia implementou um plano de contingências visando proteger a saúde dos colaboradores, seus familiares, prestadores de serviço, usuários e sociedade em geral. As principais medidas do plano são: afastamento dos profissionais dos grupos de risco, isolamento domiciliar de profissionais com sintomas de gripe ou com suspeita de infecção; intensificação das medidas de higienização e fornecimento de álcool gel nos escritórios, postos de atendimento e principalmente nas praças de pedágio; divulgação de campanhas educativas e informativas, seguindo orientações das autoridades sanitárias; adoção de regime de teletrabalho ("home office") para todos os profissionais enquadrados; adoção de turnos de trabalho e uso de máscaras de proteção para os profissionais não afastados ou em home office; suspensão de viagens não essenciais; suspensão de eventos e reuniões presenciais; disponibilização de ferramentas e incentivo para realização de reuniões por meio de videoconferência. Com as restrições de funcionamento à diversos estabelecimentos considerados não essenciais, além das recomendações de isolamento social, o volume de tráfego das rodovias foi diretamente afetado desde o final de março de 2020, consequentemente impactando na redução da receita de arrecadação de pedágio da Companhia. O período com maior queda de tráfego foi entre abril e agosto de 2020, sendo possível notar uma gradual retomada após este período, principalmente de veículos pesados. Em 2021 o principal impacto da Covid-19 nas operações da Companhia ocorre no tráfego de veículos leves, que ainda apresenta redução em comparação ao mesmo período do ano anterior, apresentando uma leve recuperação, em contra partida houve um aumento no tráfego de veículos pesados. Apesar das novas medidas de flexibilização nos últimos meses, ainda não é possível dimensionar por quanto tempo serão mantidas as restrições e recomendações de isolamento, que inevitavelmente estão impactando a economia mundial. A Companhia vem adotando medidas para compensar o impacto da queda da receita no fluxo de caixa e garantir a manutenção de suas operações. As principais medidas que auxiliaram no impacto de caixa desde o início da pandemia foram: (i) negociação com credores para suspensão temporária do pagamento de principal e juros de algumas dívidas, bem como redução dos montantes pagos em outros casos; (ii) adoção dos diversos normativos emitidos pela União nos âmbitos tributário, previdenciário e trabalhista, que permitiram a postergação e o parcelamento de alguns tributos; e (iii) negociação com demais credores da operação. No entanto, é importante ressaltar que a Companhia realizou grande esforço para redução de suas despesas e custos operacionais para adequar às reduções de receita ocorridas, sendo necessária a contínua otimização de sua estrutura de custos para se adequar à geração de caixa que permanece sendo impactada pelos efeitos da crise. Em relação ao risco de inadimplemento dos usuários, não foi percebida deterioração no risco de recebimento. Importante mencionar que aproximadamente 32% das receitas de pedágio são recebidas à vista e o restante, majoritariamente, através de usuários que utilizam os sistemas de cobrança automática, no qual o risco de inadimplemento é repassado para as Administradoras de Meios de Pagamentos para Arrecadação de Pedágio - Amaps. O contrato de concessão possui garantia de reequilíbrio econômico-financeiro no caso de pandemia e, portanto, as perdas de receitas e consequentes alterações no fluxo de caixa durante o período da crise deverão ser compensadas pelas formas previstas no contrato por análise e definição em conjunto ao Poder Concedente, podendo ser aumento de tarifa, redução de investimentos, prorrogação do prazo de concessão, dentre outros. O direito do reequilíbrio foi corroborado pelo Parecer nº 261/2020 da AGU – Advocacia Geral da União. A Administração da Companhia está adotando providências com a finalidade de garantir o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, junto aos órgãos reguladores. A Administração da Companhia entende que as medidas que foram e que estão sendo tomadas para compensar a queda de arrecadação no fluxo de caixa são efetivas e suficientes para garantir a continuidade de seus negócios no curto prazo. Importante ressaltar que a Administração envida os maiores esforços para preservação de emprego e manutenção da renda e permanece em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de garantir a saúde e segurança dos profissionais e usuários, bem como para garantir o caixa necessário para manutenção da operação da Companhia. **2. Base para preparação e apresentação das informações:** A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Demonstrações financeiras em 22 de março de 2022. **2.1. Base de preparação e declaração de conformidade:** As Demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. As Demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. As Demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Companhia faz o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021. A Administração ainda está avaliando as seguintes normas ou alterações que forma emitidas, mas ainda não estavam vigentes em 31 de dezembro de 2021, e até o momento não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia quando da adoção, a saber: • Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37). Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato; • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado – Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022; • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022; • Alteração na norma IFRS 3 – inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IFRS 17 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e • Alteração nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência – IBOR "fase 2") - As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e esclarecem aspectos referentes a definição da taxa de juros de referência para aplicação nessas normas.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa geral	**524**	515
Saldos bancários	**1.591**	5.588
	2.115	6.103

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4. Aplicações financeiras vinculadas

	2021	2020
Aplicações financeiras	**9.831**	9.692
	9.831	9.692

Trata-se de aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco do Brasil, com liquidez diária, sendo remunerada a taxa de 94% do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES, vide mais detalhes na nota explicativa nº 09.

5. Contas a receber

Descrição	2021	2020
Arrecadação de pedágio	**8.439**	4.998
Receitas acessórias	**6.101**	6.058
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)	**(5.216)**	(5.216)
Total	**9.324**	5.840
Circulante	**8.560**	5.076
Não Circulante	**764**	764

(i) Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia mantém provisionado os montantes de R$5.216 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2020) para crédito de liquidação duvidosa o qual representa apenas um cliente do contas a receber em atraso das receitas acessórias. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, não foram identificados riscos adicionais nos recebíveis em decorrência da pandemia da Covid-19, tendo em vista que os créditos de pedágio, principal fonte de recursos da Companhia, são repassados à concessionária pelas Administradoras de Meios de Pagamento para Arrecadação de Pedágio - Amaps).

6. Outros créditos

	2021	2020
Construtora Triunfo S.A. – Partes relacionadas (i)	**11.313**	-
Outros	**970**	1.090
	12.283	1.090

(i) Valores referente a adiantamento para mobilização de equipamentos e montagem do canteiro de obras para execução da obra de duplicação do KM 0+000 ao KM 51+700 e KM 74+900 ao KM 99+800. **7. Partes relacionadas:** A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com os termos acordados entre as partes. Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com outras sociedades que estão sob controle comum de seus acionistas, conforme demonstramos a seguir:

	Nota	Saldo aberto em 2021	Saldo aberto em 2020	Compras em 2021	Compras em 2020
Passivo					
Triunfo Participações e Investimentos S.A .	(i)	**33.153**	31.206	**1.951**	2.479
Construtora Triunfo S.A.	(ii)	**1.472**	1.255	**5.148**	5.509
Centro Tec. de Infraestrutura Viária Ltda.	(iii)	**26**	30	**-**	-
		34.651	32.491	**7.099**	7.988
Circulante		**603**	925		
Não Circulante		**34.048**	31.566		

(ii) O valor devido à Triunfo é composto por despesas da Companhia pagas pela controladora, bem como de créditos cedidos para liquidação de débitos tributários, conforme nota (i) item (b) da Nota explicativa 12 - Imposto de renda e contribuição social, e que serão reembolsados pela Companhia. (iii) Referente à execução dos serviços de fresagem, recuperação emergencial do pavimento e outros serviços de construção. (iv) Referente a valores a pagar oriundos do contrato de prestação de serviço com o Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária Ltda, pela prestação de serviços de engenharia, por meio da avaliação das condições funcionais e estruturais do pavimento e avaliação dos elementos rodoviários de sinalização e de proteção e segurança em atendimento ao estabelecimento no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

8. Imobilizado

Custo	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2020	**1.691**	**2.123**	**417**	**8.708**	**751**	**13.690**
Adições	579	645	30	310	4	1.568
Baixas	(23)	(370)	-	(472)	-	(865)
Saldo em 31/12/2021	**2.247**	**2.398**	**447**	**8.546**	**755**	**14.393**
Depreciação						
Saldo em 31/12/2020	**(1.268)**	**(943)**	**(271)**	**(5.592)**	**(184)**	**(8.258)**
Adições	(253)	(266)	(37)	(1.655)	(36)	(2.247)
Baixas	23	25		466		514
Saldo em 31/12/2021	**(1.498)**	**(1.184)**	**(308)**	**(6.781)**	**(220)**	**(9.991)**
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2020	**423**	**1.180**	**146**	**3.116**	**567**	**5.432**
Saldo em 31/12/2021	**749**	**1.214**	**139**	**1.765**	**535**	**4.402**
Taxas medias de depreciação %	20	10	10	20	10 a 20	

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

i. Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada. O custo de bens adquiridos após a adoção do custo atribuído inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. **ii. Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil de cada componente e são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados a cada encerramento das demonstrações contábeis e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas contábeis é contabilizado prospectivamente. **9. Intangível e Ativo de Contrato (Intangível em construção)**

	Recuperação da rodovia (iii)	Operação da rodovia/ melhoramentos (i)	Total do intangível	Intangível em andamento (ii)	Infraestrutura a realizar (nota explicativa 23.c)	Total do intangível em construção
Custo						
Saldo em 31/12/2020	535.620	130.725	666.345	64.897	9.442	74.339
Adições	**4.325**	**3.106**	**7.431**	**38.951**		**38.951**
Baixas	**(1.195)**	**(211)**	**(1.406)**	**(998)**	**-**	**(998)**
Transferências	**15.230**	-	**15.230**	**(15.230)**	-	**(15.230)**
Saldo em 31/12/2021	**553.980**	**133.620**	**687.600**	**87.620**	**9.442**	**97.062**
Amortização						
Saldo em 31/12/2020	(155.926)	(25.531)	(181.457)	(3.874)	-	(3.874)
Adições	**(25.335)**	**(7.043)**	**(32.378)**	**(2.530)**	**-**	**(2.530)**
Baixas	**22**	**43**	**65**	**63**	**-**	**63**
Saldo em 31/12/2021	**(181.239)**	**(32.531)**	**(213.770)**	**(6.341)**	**-**	**(6.341)**
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2020	379.694	105.194	484.888	61.023	9.442	70.465
Saldo em 31/12/2021	**372.741**	**101.089**	**473.830**	**81.279**	**9.442**	**90.721**
Taxa de amortização %	**6,64**	**6,64**		-	-	-

(i) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER), por exemplo, implantação dos sistemas operacionais. (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER). (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados. Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, dessa forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão. As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada "Custos dos serviços prestados", nas demonstrações de resultado. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças econômicas ou operacionais, que possam indicar que os ativos intangíveis possam ter sofrido desvalorização. Caso exista algum indicador de perda de valor recuperável, o teste de *impairment* é realizado na data identificada. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o menor entre o valor contábil e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2021 e no plano de negócios de longo prazo, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e consideram: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual; (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos; (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão; e (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. O resultado apurado no teste de *impairment* foi superior aos saldos contábeis de ativo intangível e intangível em construção, sendo assim não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos avaliados no exercício. Não foram identificados riscos adicionais de recuperabilidade de ativos em decorrência da pandemia da Covid-19, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, uma vez que os contratos de concessão possuem garantia de reequilíbrio econômico-financeiro no caso de eventos extraordinários, como a pandemia. Ativo de contrato (Intangível em construção): O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das Informações Trimestrais. O valor do intangível em construção em 31 de dezembro de 2021, era de R$ 81.279 de intangível em andamento e R$ 9.442 de infraestrutura a realizar (R$ 61.023 de intangível em andamento e R$ 9.442 de infraestrutura a realizar em 31 de dezembro de 2020).

10. Empréstimos e financiamentos

Tipo de operação	Taxa de juros (% a.a.)	Indexador	Vencimento	2021	2020
Finem - BNDES (i)	2,91%	TJLP	2028	**92.574**	123.296
CCB ABC (ii)	3,0%	CDI	2022	**6.603**	9.200
CCB BTG (iii)	3,0%	CDI	2021	**-**	5.937
CCB	12,70%	-	2025	**1.636**	1.797
Total				**100.813**	140.230
Circulante				**35.720**	37.772
Não circulante				**65.093**	102.458

(i) Em 14 de maio de 2010, a Companhia firmou em conjunto com o BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R$272.231, com exigibilidade mensal o financiamento possui as seguintes garantias: · Cessão da totalidade dos direitos creditórios no valor de R$9.705 (nota explicativa nº 4); • Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do contrato de concessão; • Caução da totalidade das ações emitidas pela Concessionária. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava em cumprimento com os *covenants* estabelecidos nos contratos de empréstimos. (ii) Em 28 de janeiro de 2016, a Companhia firmou em conjunto com o ABC contrato de capital de giro no valor total de R$24.998, com exigibilidade trimestral. (iii) Em 30 de junho de 2016, a Companhia firmou em conjunto com o BTG Pactual contrato de Cédula de Crédito Bancário ("CCB") no valor total de R$75.031, com vencimento original para 01 de fevereiro de 2017. Em 28 de dezembro de 2017 foi liquidado o valor de R$82.000, e o saldo remanescente foi renegociado para o dia 28 de dezembro de 2021. A Controladora da Companhia é avalista deste contrato. Em 09/08/2021 a Companhia realizou a quitação do empréstimo. Os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2021, possuem taxa média ponderada de 8,56% a.a. (7,24% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	R$
2023	**23.102**
2024	**15.251**
2025	**15.759**
2026	**5.587**
2027 – 2028	**5.394**
	65.093

11. Fornecedores	2021	2020
Fornecedores diversos	**27.855**	11.452
Retenções (i)	**8.423**	7.835
	36.278	19.287
Circulante	**35.916**	18.860
Não Circulante	**362**	427

(i) A Companhia adota como procedimento realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Esses percentuais e prazos de retenção são determinados por meio dos contratos de prestação de serviço assinado entre as partes. **12. Provisão para manutenção:** Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A manutenção da rodovia compreende o conjunto de intervenções físicas programadas que a Concessionária deverá realizar com o objetivo de recompor e aprimorar as características técnicas e operacionais das estruturas físicas da concessão dentro de padrões estabelecidos, ou, ainda, prevenir que sejam alcançados níveis indesejados. De modo geral, a manutenção inicia-se após a fase de recuperação da rodovia e desenvolve-se até o final da concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Esta etapa somente se inicia após a conclusão e o aceite da ANTT das obras que compõe a fase de Recuperação da Rodovia. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A movimentação da provisão de manutenção durante o período é como segue:

Resumo da movimentação	2021	2020
Saldo inicial	**6.326**	4.846
Adições	**2.446**	1.480
Saldo final	**8.772**	6.326
Circulante	**4.600**	-
Não Circulante	**4.172**	6.326

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Período	R$
2022	**4.600**
2023	**1.364**
2024	**2.808**
	8.772

13. Imposto de Renda e Contribuição Social: Imposto de Renda e Contribuição Social correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos: Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais/bases negativas não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos/bases negativas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R$ 22.187 acumulados até 31 de dezembro de 2021. Estes valores não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - ativo e passivo:

	2021	2020
Ativo		
Provisões	**7.019**	6.684
Prejuízo fiscal e base negativa	**7.544**	10.243
	14.563	16.927
Passivo		
Intangíveis - efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	**(9.096)**	(9.734)
Outros	**(4.175)**	(1.474)
	(13.271)	(11.208)
	1.292	6.016

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R$22.187. A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, encontra-se a seguir demonstrada:

Ano	R$
2022	1.318
2023	1.372
2024	2.201
2025	2.653
Total	**7.544**

b) Imposto de Renda e Contribuição Social - resultado: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como segue:

Descrição	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**30.724**	(1.237)
Alíquota nominal	**34%**	34%
Despesas com imposto à alíquota nominal	**(10.446)**	420
Adições permanentes	**(83)**	(383)
Outros	**(57)**	193
	(10.586)	230
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(6.158)**	(1.375)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(4.428)**	1.605
(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado	**(10.586)**	230
Alíquota efetiva	**34%**	19%

14. Provisão para demandas judiciais e administrativas: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que ocorra uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2021, está provisionado o montante de R$4.870 (R$4.322 em 31 de dezembro de 2020), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.814	508	4.322
Adições	**1.431**	**132**	**1.563**
Pagamentos	**(449)**	**(78)**	**(527)**
Reversões	**(349)**	**(139)**	**(488)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**4.447**	**423**	**4.870**

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda é possível, de acordo com a análise dos advogados externos responsáveis e da Administração da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Essas ações totalizam R$29.017 em 31 de dezembro de 2021 (R$57.845 em 31 de dezembro de 2020).

	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade	R$	Quantidade	R$
Cíveis	**118**	**26.823**	104	55.606
Trabalhistas	**59**	**2.194**	49	2.239
Total	**177**	**29.017**	153	57.845

15. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia era de R$320.535 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2020) totalmente integralizado, representado por 428.071.224 (mesma quantidade em dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pertencentes à BRVias Holding TBR S.A. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R$500.000. Até 31 de dezembro de 2021, o acionista controlador da Companhia realizou adiantamentos em dinheiro à Companhia a título de futuro aumento de capital no montante de R$58.221, com previsão de ser convertido em capital social no próprio exercício. b) Dividendos: O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei.

Os Dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**20.138**	(1.007)
(-) Absorção prejuízo acumulado	**(19.393)**	
(=) Base para constituição da reserva legal	**745**	
(-) Constituição da reserva legal (5%)	**(37)**	-
(=) Base para constituição de dividendos mínimos obrigatórios	**708**	-
(=) Dividendos constituídos (25%)	**(177)**	-
(-) Dividendos distribuídos	-	-
(=) Dividendos a pagar	**(177)**	-

c) Resultado por ação: O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis nesse período. O resultado diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias. A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Memória de cálculo do resultado por ação

Exercício findo em	Resultado do período	Quantidade ponderada de ações	Resultado por ação básico e diluído - R$ - expresso em reais
31/12/2020	(1.007)	428.071.224	(0,00273)
30/12/2021	**20.138**	**428.071.224**	**0,04704**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidores que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária. **16. Receita operacional líquida:** A seguir a composição da receita operacional líquida:

	2021	2020
Receita de pedágios	**172.819**	122.491
Receitas acessórias	**3.830**	3.700
Receita de construção - ativos da concessão	**43.788**	17.219
Tributos incidentes	**(15.174)**	(10.848)
	205.263	132.562

A receita de pedágios do trimestre findo em 31 de dezembro de 2021 sofreu impacto do reajuste de 41% em virtude do aumento praticado em 06/03/2021, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. A variação da receita de construção para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 se teve pelo inicio da obra da duplicação do KM 0+000 ao KM 51+700 e KM 74+900 ao KM 99+800. Com relação aos impactos da Covid-19, o quarto trimestre de 2021 acompanhou o movimento de retomada gradual do volume de tráfego percebido a partir do terceiro trimestre de 2020 nos veículos pesados, para os veículos leves houve uma leve recuperação com o mesmo período do ano anterior. Reconhecimento e mensuração: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Receita de pedágio: As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. Na avaliação da Companhia, não há impacto material na adoção do CPC 47 para esse grupo de contratos. Receita de construção: Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida a um ativo de contrato (Intangível em construção) durante o período de construção e posteriormente, quando concluído, transferido ao ativo intangível de concessão. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela concessionária. Consequentemente, de acordo com a CPC 47, a receita desses contratos é reconhecida ao longo do tempo ao invés de ser de forma pontual. É aplicado assim, um método de porcentagem de conclusão, equivalente ao "Método de insumo" apresentado no CPC 47, para mensuração e reconhecimento dos custos e receitas relacionados às obras. A mensuração e reconhecimento pelas normas atuais é equivalente ao das novas normas, portanto, a Companhia concluiu não haver ajustes relevantes a serem reconhecidos em relação às receitas de construção, com exceção do reconhecimento de um ativo de contrato durante o período de construção. Receitas acessórias: Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia. Tributos incidentes sobre Prestação de Serviços: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social – Cumulativa	3,00%
PIS - Programa de Integração Social – Cumulativa	0,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natura	3,00% a 5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

17. Gastos por natureza: A seguir a composição das despesas por natureza:

	2021	2020
Custo operacional		
Custo de contrato de concessão	**6.791**	6.037
Provisão de manutenção	**1.417**	631
Custo de construção	**43.788**	17.219
Depreciação e amortização	**34.908**	32.540
Serviços de terceiros	**18.096**	15.875
Custo com pessoal	**17.691**	18.089
Outros	**12.955**	11.627
	135.646	102.018
Despesas administrativas		
Custo com pessoal	**8.997**	9.340
Serviços de terceiros (i)	**12.590**	3.764
Depreciação e amortização	**2.247**	1.921
Material, equipamentos e veículos	**701**	686
Outros	**1.525**	3.803
	26.060	19.514

(i) O principal impacto refere-se a prestação de serviços advocatícios em mandado de segurança impetrado pela Companhia, conforme nota explicativa nº 1. **18. Resultado financeiro líquido:** As receitas e despesas financeiras incorridas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram:

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	**355**	271
Total receitas financeiras	**355**	271
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(8.955)**	(9.870)
Outras	**(4.106)**	(2.776)
Total despesas financeiras	**(13.061)**	(12.646)
Resultado financeiro líquido	**(12.706)**	(12.375)

19. Instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias: Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não há saldo de ativos financeiros a valor justo. Recebíveis: São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, esses ativos estão basicamente representados pelo saldo de contas a receber de clientes. (i) Passivos financeiros: Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros designados ao seu valor justo em seu reconhecimento inicial (*fair value option*): O IAS 39 permite que uma entidade designe um passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial, quando: • A aplicação do *fair value option* reduz ou elimina um descasamento contábil que ocorreria caso a mensuração dos ativos e passivos financeiros fosse realizado em separado com bases diferentes; • Um grupo de ativos e/ou passivos financeiros é gerido conjuntamente e seu desempenho é medido com base nos valores justos, de acordo com as políticas e estratégias de gestão de riscos e investimentos. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não há saldos desta categoria reconhecidos na Companhia. Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, são representados pelos saldos demonstrados na rubrica de empréstimos e financiamentos. a) Classificação contábil e valores justos: Os valores justos dos ativos e passivos financeiros equivalem aos seus respectivos valores contábeis em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. b) Mensuração do valor justo: Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, e seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2021. c) Gerenciamento dos riscos financeiros: A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco de crédito. *Estrutura do gerenciamento de risco:* O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. *Risco de liquidez:* A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Cronograma de amortização da dívida: A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

	Menos de 3 meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Empréstimos e financiamentos	10.735	30.883	75.358	**116.976**
Fornecedores e outras contas a pagar	10.827	32.480	9.714	**53.021**
Total	**21.561**	**63.363**	**85.072**	**169.997**

i) *Risco de mercado:* O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2021 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente, não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia também não tem ações negociadas em mercado. Risco de taxa de juros: Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). *Perfil:* Na data das informações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia era: O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. *Risco de preço e valor de mercado:* A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro. iii) *Risco de crédito:* O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

Publicidade Legal

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito. d) Análise de sensibilidade: Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, principal exposição de risco de mercado da Companhia. As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a essa variável são apresentadas a seguir: • Seleção dos riscos: A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros CDI e TJLP. • Seleção dos cenários: A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenário provável (Cenário I), adotamos a taxa de juros CDI e TJLP de acordo com as informações obtidas na CETIP e BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em 31 de dezembro de 2021. Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI e TJLP, foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III). • Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros: A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa do CDI e TJLP é apresentada a seguir:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas

				Cenários					
	Exposição		Taxa de juros	Provável (I)		Aumento do índice em 25% (II)		Aumento do índice em 50% (III)	
Instrumentos	31/12/2021	Risco	efetiva	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Empréstimos e financiamentos	**6.603**	Aumento CDI	9,15	9,15	604	11,44	755	13,73	907
Empréstimos e financiamentos	**95.574**	Aumento TJLP	5,32	5,32	5.085	6,65	6.356	7,98	7.627

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, pois entende que o risco atrelado a essas aplicações não são materiais nas informações financeiras em 31 de dezembro de 2021. e) Gestão do capital social: O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações. **20. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2021, estavam contratados os seguros demonstrados a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura - R$
Responsabilidade civil	Maio/2021 a outubro/2024	15.000
Engenharia	Maio/2021 a outubro/2025	314.569
Operacionais	Maio/2021 a maio/2022	47.735
Garantia	Março/2021 a março/2022	72.220

Em virtude da aquisição de veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais). **21. Benefícios a empregados:** Em 6 de janeiro de 2012, a Controladora firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev., cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas. A Transbrasiliana aderiu ao Plano de Previdência em julho de 2016, sendo que as contribuições da Companhia e dos funcionários no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 totalizaram R$ 387 e R$ 365, respectivamente. **22. Remuneração dos diretores:** A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores:

Descrição	2021	2020
Pró-labore	**1.383**	1.238
Encargos sociais	**451**	247
Benefícios diretos e indiretos	**298**	204
Participação nos resultados	**845**	-
Total	**2.977**	1.689

23. Aspectos ambientais: A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais e diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **24. Risco regulatório:** A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da Rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota. Importante ressaltar, que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros conforme apresentado na nota explicativa nº 19. **25. Compromissos vinculados a contratos de concessão:** a) Decorrente da verba de fiscalização: Refere-se à verba de fiscalização recolhida à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ao longo de todo o prazo da concessão, com o objetivo de cobrir as despesas de fiscalização da concessão. O valor do pagamento anual é de R$3.873, dividido em 12 parcelas iguais e mensais e o valor é corrigido com base no mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio. Esses compromissos, com base nas estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2021, estão assim distribuídos:

Ano	Valor
2022	3.873
2023	3.873
2024 até 2032	30.986
	38.732

Não existem verbas variáveis adicionais a serem pagas à ANTT. b) Investimentos - PER (Programa de Exploração da Rodovia): De acordo com o Programa Nacional de Concessão de Rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão, sendo que a previsão, em 31 de dezembro de 2021, dos gastos a serem realizados até o prazo final da concessão totaliza R$334.719, demonstrados conforme abertura abaixo:

Ano	Valor
2022	37.153
2023	26.771
2024	20.932
2025	29.621
2026	19.841
2027 até 2033	200.401
	334.719

c) Termo de Acordo de Conduta (TAC): A Companhia firmou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com a ANTT, nos termos em que prevê a Resolução ANTT nº 4.071/2013, visando medidas de compensação de penalidades verificadas no âmbito de Processos Administrativos Simplificados (PAS) no valor de R$ 31.597 em obras ou serviços voltados à melhoria da rodovia. Do montante total de investimento em obras previstas no TAC, a Companhia realizou a compensação tarifária no valor de R$ 6.159 na 9ª Revisão Ordinária ocorrida em 18 de dezembro de 2016. Conforme Ofício nº 394/2017/GEINV/SUINF/ANTT da ANTT, concluiu-se que na 10ª Revisão Ordinária realizada em 23/12/2017, o valor de R$15.247 foi aplicado para compensação tarifária. Finalmente, resta a obrigação da Companhia pela execução da obra do dispositivo da Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO) no Km 339, estimado em R$ 11.563 pela Concessionária. O cronograma da referida obra está em consonância com reprogramações aprovadas pela Agência Nacional dos Transportes Terrestres – ANTT, de modo que se encontra adimplente com o referido Termo. Cumpre informar que a obra do TAC que se refere a Melhoria de Acesso localizada no km 150+900 metros na BR-153/SP foi concluída em 07 de dezembro de 2018, conforme carta TBR 1140/2018 protocolada sob nº 50515.081696/2018-72 na data de 18 de dezembro de 2018. Adicionalmente e, consoante às reprogramações realizadas, informamos que através do Ofício SEI nº 23036/2021/SUROD/DIR-ANTT a ANTT deferiu a reprogramação do dispositivo da Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO) para que conste como início de obra em Julho/2021 e término de obra em Abril/2023, sem prejuízo de novos pedidos de reprogramação, objetivando a reprogramação das obras do Km 339 (mais recente pedido foi apresentado dia 06/01/2022) para início em Janeiro/2022 e término em Outubro/2023, bem como de eventuais novos outros pedidos subsequentes que se fizerem necessários.

DIRETORIA

Marcos Paulo Fernandes Pereira – Diretor Presidente
Rodrigo Moreira Martins Barboza – Diretor de Operações
Adriano Freire de Brito – Diretor Administrativo - Financeiro e Relações com Investidores
Daniel Ramos Victorino – Diretor de Engenharia

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Carlo Alberto Bottarelli — João Villar Garcia — Roberto Solheid da Costa de Carvalho

CONTADOR

Sandro Henrique Boni - CRC 1SP 224.261/O-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A. - Lins - SP.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da **Transbrasiliana – Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Transbrasiliana – Concessionária de Rodovia S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).* **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante sobre a continuidade operacional da Companhia:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que a continuidade das atividades operacionais da Companhia depende de aportes de capital próprio e/ou de terceiros, os quais estão sendo viabilizados por sua Administração para cumprir as obrigações assumidas, principalmente aquelas divulgadas nas Notas Explicativas nº 9 e 24. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia. **Principais assuntos de auditoria (PAA):** Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Avaliação de *impairment* do ativo intangível e impostos diferidos:** Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 09 e 13 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém registrados, em 31 de dezembro de 2021, impostos diferidos – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e, ativo intangível composto principalmente pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias que representam aproximadamente 81% do total de seus ativos. A avaliação do valor recuperável dos impostos diferidos e do ativo intangível da Companhia foi significativa para a nossa auditoria, devido à complexidade do processo de avaliação que envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração, base dos em premissas que poderão ser afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação, por nossos especialistas, da metodologia de *impairment* utilizada pela Administração de acordo com os requerimentos do CPC 01 (R1) / IAS 36; • Análise, por nossos especialistas, das premissas adotadas e metodologia de cálculo, também com as considerações de projeções em função do cenário da pandemia Covid-19; • Análise, por nossos especialistas, das bases, premissas e cálculos aplicados na constituição das provisões de impostos diferidos; • Confronto das projeções aprovadas pela Administração com os orçamentos utilizados pela Companhia para determinação da recuperabilidade do ativo intangível e dos impostos diferidos; • Questionamos e corroboramos com informações setoriais as principais premissas adotadas pela Administração; • Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação do valor recuperável dos impostos diferidos e dos ativos intangíveis de concessão de rodovias atendem aos requisitos descritos no CPC 01 (R1) / IAS 36, bem como se as respectivas divulgações das Notas Explicativas nºs 09 e 13 estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato a governança da Companhia e ao seu correspondente órgão regulador. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-1

Bolsas da Europa fecham mistas, de olho em encontro de líderes sobre guerra

As bolsas europeias fecharam sem direção única nesta quinta-feira, em meio à viagem do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, à Bruxelas, onde discute a situação na Ucrânia e a adoção de medidas contra a ofensiva militar da Rússia. PMIs de economias importantes do Velho Continente e comentários de dirigentes dos bancos centrais de EUA e zona do euro também ficaram em foco.

Neste contexto, o índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em baixa de 0,21%, aos 453,07 pontos.

Uma das praças que terminaram o dia em território positivo, o índice FTSE 100, de Londres, fechou em alta de 0,09%, aos 7.467,38, apoiado por ações de empresas ligadas à extração de metais preciosos, como a anglo-mexicana Fresnillo (+5,73%) e a anglo-russa Polymetal (+20,73%).

Discussões sobre o conflito na Ucrânia por lideranças globais movimentaram os mercados europeus nesta quinta. O Grupo dos Sete (G7), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e a Casa Branca divulgaram comunicados em que condenaram a ação russa. O G7 ainda afirmou que está dando passos para reduzir a dependência da energia russa, embora sem especificar eventuais medidas.

Segundo a Capital Economics, um bloqueio completo das importações de commodities energéticas produzidas na Rússia teria um forte impacto sobre a economia europeia e ações no continente, que acabariam por ter apresentar performance inferior ao mercado acionário americano nos próximos anos.

De olho nesta conjuntura e no resultado melhor que o esperado de índices de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) da Alemanha, o índice DAX, de Frankfurt, fechou em baixa modesta de 0,07%, aos 14.273,79 pontos. Já o parisiense CAC 40 terminou em baixa de 0,39%, aos 6.555,77 pontos.

Isto é Dinheiro

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

RCB Investimentos S.A

CNPJ: 08.823.301/0001-27

Sede: Pc General Gentil Falcão, 108, Conj 132, Cidade Monções, São Paulo, SP

Relatório de Administração

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da RCB Investimentos S.A, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2021, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou lucro de R$65.304.666, Patrimônio Líquido de R$ 33.679.789 e Ativos Totais de R$ 88.832.260. A Companhia realizou a antecipação de dividendos em agosto de 2021, com base no balanço semestral, no montante de R$ 27.500.000, conforme deliberado em Ata de Reunião do Conselho datada de 02 de agosto de 2021. Em 9 de fevereiro de 2022, o conselho de administração aprovou a distribuição de dividendos no valor de R$ 25.000.000. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. **Diretoria**

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2021 *(Em Reais)*

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	2020 Consolidado	2020 Controladora	2021 Consolidado	2021 Controladora
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	10	54.676.606	1.615.008	68.469.222	8.345.381
Contas a receber de clientes	11	-	-	3.152.750	-
Pagamentos antecipados	12	31.615	435	64.437	33.996
Impostos a recuperar	13	315.906	307.624	2.539.220	256.567
Outros créditos	14	377.292	163.502	332.447	137.576
Dividendos a receber		-	–	–	36.534.940
		55.401.419	**2.086.569**	**74.558.076**	**45.308.460**
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Outros créditos -	14	202.398	202.398	130.101	130.101
Depósitos judiciais	15	4.682	4.682	30.058	-
		207.080	**207.080**	**160.159**	**130.101**
Investimentos em controladas	17	–	38.898.001	–	6.715.738
Imobilizado	18	3.353.066	26.734	4.465.491	1.293.657
Intangível	19	9.537.694	8.835.528	9.648.534	8.835.528
		12.890.760	**47.760.263**	**14.114.025**	**16.844.923**
Total do ativo		**68.499.259**	**50.053.912**	**88.832.260**	**62.283.484**

Passivo	Nota	2020 Consolidado	2020 Controladora	2021 Consolidado	2021 Controladora
Circulante					
Fornecedores	20	481.262	83.980	434.781	59.700
Obrigações trabalhistas	21	9.953.759	1.881.946	11.469.657	2.162.239
Obrigações fiscais e tributárias	22	5.011.906	13.991	7.916.817	13.517
Dividendos propostos	26 c	25.000.000	25.000.000	–	-
Outros débitos	23	1.653.516	14.782	6.094.510	9.295
Outras provisões	24	52.475	24.326	276.799	80.402
Arrendamento a pagar	25.a	630.096	–	861.067	166.442
		42.783.014	**27.019.026**	**27.053.631**	**2.491.595**
Não Circulante					
Arrendamento a pagar	25.b	2.681.348	–	3.098.822	1.112.100
		2.681.348	**–**	**3.098.822**	**1.112.100**
Patrimônio líquido					
Capital Social	26.a	13.699.162	13.699.162	13.699.162	13.699.162
Reserva de Capital	26.b	329.056	329.056	329.056	329.056
Reserva Legal	26.c	4.529.190	4.529.190	2.739.831	2.739.831
Reserva de retenção de lucros	26.d	4.015.293	4.015.293	16.209.318	16.209.318
Opção de Ações	26.e	462.185	462.185	702.422	702.422
Dividendos propostos		–	–	25.000.000	25.000.000
		23.034.886	**23.034.886**	**58.679.789**	**58.679.789**
Acionistas não controladores					
Participação de não controladores	10	–		18	–
Total do passivo e patrimônio líquido		**68.499.259**	**50.053.912**	**88.832.260**	**62.283.484**

Demonstrações de resultados

	Nota	2020 Consolidado	2020 Controladora	2021 Consolidado	2021 Controladora
(+) Receita operacional líquida					
Receita Bruta	27	79.234.718	712.524	116.446.363	392.645
Deduções	27	(6.814.193)	(67.719)	(10.057.060)	(36.320)
(=) Lucro bruto		**72.420.525**	**644.805**	**106.389.303**	**356.325**
Despesas com pessoal	28	(20.724.990)	(2.689.971)	(23.894.411)	(4.649.544)
Despesas cobrança	29	(500.596)	(480.957)	(1.054.710)	(399.166)
Despesas administrativas	30	(2.589.080)	(518.912)	(3.812.483)	(594.243)
Demais despesas	31	(1.676.232)	(770.564)	(1.105.125)	(497.053)
(=) Lucro (prejuízo) operacional		**46.929.626**	**(3.815.599)**	**76.522.574**	**(5.783.681)**
(+/-) Resultado financeiro líquido	32	342.705	3.190	1.519.248	225.090
Outras receitas	33	405.345	700.858	926.504	526.760
Equivalência patrimonial	17	-	42.726.844	-	70.336.497
(=) Resultado antes IRPJ/CSLL		**47.677.676**	**39.615.293**	**78.968.326**	**65.304.666**
(+/-) Imposto sobre Lucro IRPJ e CSLL - correntes	34	(8.041.630)	-	(13.638.935)	-
IRPJ e CSLL - diferidos	34	(20.748)	-	(24.721)	-
(=) Lucro do exercício antes da participação de não controladores		**39.615.298**	**39.615.293**	**65.304.670**	**65.304.666**
(+/-) Participação de não controladores		(5)	-	(4)	-
(=) Lucro líquido dos exercícios	3	**9.615.293**	**39.615.293**	**65.304.666**	**65.304.666**
Lucro por ação em R$		15,13	15,13	24,94	24,94
Patrimônio líquido por ação em R$		8,80	8,80	12,86	12,86

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Opção de Ações	Reserva de retenção de lucros	Dividendos Propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido controladora	Acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Em 31 de dezembro de 2019	**13.699.162**	**329.056**	**4.529.190**	**-**	**6.817.239**	**-**	**-**	**25.374.647**	**5**	**25.374.652**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	39.615.293	39.615.293	-	39.615.293
Opção de Ações	-	-	-	462.185	-	-	-	462.185	-	462.185
Participação dos minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5
Dividendos	-	-	-	-	(42.417.239)	-	-	(42.417.239)	-	(42.417.239)
Constituição de Reserva de Lucros										
Compensação de Prejuízo	-	-	-	-	39.615.293	-	(39.615.293)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	**13.699.162**	**329.056**	**4.529.190**	**462.185**	**4.015.293**	**-**	**-**	**23.034.886**	**10**	**23.034.896**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	65.304.666	65.304.666	-	65.304.666
Opção de Ações	-	-	-	240.237	-	-	-	240.237	-	240.237
Participação dos minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8
Dividendos	-	-	-	-	(29.900.000)	-	-	(29.900.000)	-	(29.900.000)
Dividendos propostos a pagar	-	-	-	-	(25.000.000)	25.000.000	-	-	-	-
Constituição de Reserva de Lucros	-	-	-	-	65.304.666	-	(65.304.666)	-	-	-
Compensação de Prejuízo										
Em 31 de dezembro de 2021	**13.699.162**	**329.056**	**4.529.190**	**702.422**	**14.419.959**	**25.000.000**	**-**	**58.679.789**	**18**	**58.679.807**

Demonstrações de resultados abrangentes

	2020 Consolidado	2020 Controladora	2021 Consolidado	2021 Controladora
Lucro do exercício antes da participação de não controladores	**39.615.298**	**39.615.293**	**65.304.670**	**65.304.666**
Resultado abrangente total do exercício	**39.615.298**	**39.615.293**	**65.304.670**	**65.304.666**
Atribuível aos				
Acionistas controladores	39.615.293	39.615.293	65.304.666	65.304.666
Acionistas não controladores	5	-	4	-
Resultado abrangente total	**39.615.298**	**39.615.293**	**65.304.670**	**65.304.666**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

	2020 Consolidado	2020 Controladora	2021 Consolidado	2021 Controladora
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido dos Exercícios	39.615.295	39.615.295	65.304.666	65.304.666
Ajuste no lucro líquido				
Depreciação e amortização	1.121.273	92.436	1.555.001	456.465
Provisão PLR	3.576.731	1.198.349	1.503.956	279.816
Provisão auditoria	(69.040)	(24.423)	157.075	49.711
Provisão de despesas operacionais	7.367	1.883	(6.229)	(745)
Provisão Perdas Judiciais	16.354	3.691	65.357	(4.612)
IRPJ e CSLL diferidos	20.748	-	24.721	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	(42.726.844)	-	(70.336.497)
Participação de não controladores	5	-	8	-
Baixa de ativo Imobilizado	-	-	-	-
	44.288.733	**(1.839.614)**	**68.604.555**	**(4.251.196)**
(Aumento)/redução de ativos operacionais				
(Aumento)/redução em contas a receber	615.356	549.960	(3.040.591)	-
(Aumento)/redução em pagamentos antecipados	154.334	30.336	(32.821)	(33.560)
(Aumento)/redução em impostos a recuperar	184.484	186.134	(2.223.314)	51.057
(Aumento)/redução em outros créditos	46.800	(73.549)	255.257	98.223
(Aumento)/redução em depósitos judiciais	(4.682)	(4.682)	(25.376)	4.682
Aumento/(redução) de passivos operacionais				
Aumento/(redução) em prestadores de serviços (fornecedores)	(195.690)	36.479	(46.481)	(24.280)
Pagamento de impostos sobre o lucro	(7.206.510)	-	(10.786.558)	-
Aumento/(redução) em obrigações fiscais/trabalhistas	8.806.349	(52.209)	13.678.689	3
Aumento/(redução) em outros débitos	1.386.951	3.713	4.198.842	6.235
Arrendamento a pagar	3.311.444	-	648.445	1.278.542
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**51.387.569**	**(1.163.431)**	**71.230.647**	**(2.870.293)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos de controladas	-	18.352.426	-	65.983.819
Aquisições de ativos imobilizados	(3.584.244)	-	(657.784)	(7.812)
Aquisições de ativos intangíveis	(9.947)	-	(404.906)	-
Imóveis de Arrendamento - CPC 06	-	-	(1.715.578)	(1.715.578)
Opção de ações	462.185	462.185	240.237	240.237
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimento	**(3.132.006)**	**18.814.611**	**(2.538.031)**	**64.500.666**
Fluxo de Caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(18.352.426)	(18.352.426)	(54.900.000)	(54.900.000)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamento	**(18.352.426)**	**(18.352.426)**	**(54.900.000)**	**(54.900.000)**
Aumento/(Redução) das disponibilidades	**29.903.137**	**(701.247)**	**13.792.616**	**6.730.373**
Caixa e equivalentes de caixa em 1° janeiro	24.773.469	2.316.255	54.676.606	1.615.008
Caixa e equivalentes de caixa em 31 dezembro	54.676.606	1.615.008	68.469.222	8.345.381
	29.903.137	**(701.247)**	**13.792.616**	**6.730.373**

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Valores em Reais)*

1. Contexto operacional: A RCB Investimentos S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Praça General Gentil Falcão, nº108, 13º andar, conjunto 132, foi constituída em 28 de março de 2007, com a denominação social de Floriac Holdings S.A. e tem por objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou cotista; investir em portfólios de empréstimos realizáveis ou não realizáveis e contas a receber. A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto. As demonstrações financeiras do exercício de 2021 da RCB Investimentos S.A foram aprovadas pelo Conselho na Reunião de Conselho Administrativo no dia 09 de fevereiro de 2022. **2. Relação de entidades controladas:** ***a) Itapeva Recuperação de Créditos Ltda.:*** A Itapeva Recuperação de Créditos Ltda. ("Itapeva"), constituída em 04 de outubro de 2007, tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, 108, conjunto 132, Brooklin Novo, CEP 04571-150 e tem por objeto social a prestação de serviços de *call center, telemarketing*, telecobrança e de teleatendimento em geral; o gerenciamento e a cobrança de portfólios de empréstimos e/ou direitos creditórios inadimplidos realizáveis ou não-realizáveis e contas a receber, que sejam de titularidade da Sociedade ou de terceiros; e a participação, na qualidade de acionista, quotista, associada ou mantenedora em outras sociedades. ***b) RCB Portfolios Ltda.:*** A RCB Portfólios Ltda. ("Portfolios"), constituída em 04 de janeiro de 2016, tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, n° 108, 13º andar, conjunto 132, CEP 04571- 150, e tem por objeto social o gerenciamento de recursos financeiros provenientes dos investimentos em valores mobiliários e outros ativos financeiros realizados pela RCB Portfólios; prestação de serviços de consultoria e assessoria, a pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, na área de finanças e planejamento de negócios, para identificação, análise e avaliação de oportunidades de investimento em direitos creditórios relacionados a empréstimos ao consumidor ou comerciais ou, ainda, outros tipos de crédito de recuperação duvidosa, excluídas todas as atividades que dependam de autorização de órgãos de classe e/ou governamentais; a administração de carteira de valores mobiliários e a gestão profissional de recursos ou valores mobiliários, sujeito ao correspondente registro junto à Comissão de Valores Mobiliários e; a participação em outras Empresas cujo objeto seja relacionado ao objeto social da Empresa

Entidade	Porcentagem de participação no capital social 2021	2020
Participação direta		
Itapeva Recuperação de Créditos Ltda.	99,99%	99,99%
RCB Portfolios Ltda.	99,99%	99,99%

3. Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC - Comitê de pronunciamentos contábeis). **4. Moeda Funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, a qual é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: — Nota explicativa 22 - reconhecimento de receita: se a receita ao recebimento da prestação se serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo; — Nota explicativa 16 - equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida; — Nota explicativa 20 - prazo do arrendamento: se Companhia e suas controladas têm razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. — Nota explicativa 36 - contingências: método utilizado pela Companhia e suas controladas para determinar a provisão de contingências judiciais. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas**: — Nota explicativa 15 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; — Nota explicativa 8 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; **6. Mudanças nas principais práticas contábeis:** A RCB Investimentos decidiu que a partir do exercício de 2021 irá substituir a adoção do CPC PME (Pequenas e Médias Empresas) para as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Esse ajuste gerou uma reclassificação do ágio da conta de Investimentos em controladas para a conta de Intangível, conforme apresentado nas notas 17 e 19. **7. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **8. Principais politicas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Base de consolidação:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ("Companhia e suas controladas") a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **b. Benefícios a empregados: Acordo de pagamentos baseados em ações (Opção de Ações):** A companhia aprovou o plano de opção de compras de ações em 13 de outubro de 2020. Os beneficiários são diretores não estatutários, superintendentes executivos e gerentes das empresas. O contrato de opção de compra de ações será formalizado mediante ao pagamento do prêmio pelo beneficiário em razão de outorga das opções de compra de ações. O valor justo na data de concessão das Opção de Ações foi mensurado pela aplicação do modelo de precificação "Black-Scholes-Merton". O preço do exercício de cada opção de compra de ações, será determinado com base no "Enterprise value", considerando EBITDA anual médio da Companhia dos dois últimos exercícios fechado anteriores à data de assinatura do contrato. As variações entre os períodos serão corrigidas pelo indexador – IPCA. O beneficiário que desejar exercer sua opção de compra, deve manifestar interesse mediante a entrega de notificação de exercício a Diretoria Estatutária, por escrito, no prazo mínimo de 45 dias antes do prazo de vencimento da opção de compra. A opção poderá ser exercida somente após o decurso do prazo (vencimento) mínimo de três anos contados da data de outorga prevista no contrato. O reconhecimento do plano de Opção de compras de ações está de acordo com CPC 10. **c. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicaçãoes financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivo. **d. Imposto de renda e contribuição:** O Imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma Companhia sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **e. Imobilizado:** ***Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. ***Custos subsequentes:*** Custos subsequentes são capitalizados na medida em que for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. ***Depreciação:*** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente e no valor depreciável, que seria o custo de aquisição subtraído de seu valor residual. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Máquinas e Equipamentos	5-10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos de Informática	5 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Benfeitoria em propriedade de terceiros (*)	3 anos
Benfeitoria em propriedade de terceiros	25 anos
Aparelhos de comunicação	10 anos

(*) Vida útil calculada com base no vencimento do contrato de locação.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro. **f. Ativos intangíveis e Ágio:** O ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) é um ativo que representa benefícios econômicos futuros resultantes dos ativos adquiridos em combinação de negócios. O ágio é mantido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Para mensurar estas perdas é necessária uma avaliação de expectativa de rentabilidade futura periodicamente por uma instituição independente. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021, não foram identificados *impairment* no valor do ágio, desta forma, nenhuma provisão foi realizada. Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas o e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **g. Instrumentos financeiros - Ativos e Passivos financeiros:** Os instrumentos financeiros básicos e, em específico, as aplicações financeiras realizadas pela Empresa são classificadas pelo método do custo amortizado, conforme CPC 48.

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

>>>Continuação...

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando as mesmas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros:** ***Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados nas obrigações de curto prazo. ***Aplicações em cotas de fundos de investimento:*** As aplicações financeiras são contabilizadas com base nos extratos de movimentação de aplicações financeiras enviados mensalmente pelas instituições financeiras e os seus resultados são reconhecidos pelo regime de competência. **Passivos financeiros:** A Companhia e suas controladas reconhecem seus passivos emitidos inicialmente na data em que são originados pelo respectivo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos calculados com base "*pro rata die*" e das variações monetárias e cambiais, se houver, auferidas até a data do balanço e ajustados, quando aplicável, pelo valor presente. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas contoladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas. ***h. Capital social: Ações ordinárias:*** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. ***i. Reservas: Reserva Legal:*** A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido de cada exercício, até 20% do capital social realizado, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. ***Reserva de Retenção de Lucros:*** A Reserva de Retenção de Lucros é constituída pelo montante que excede a distribuição de dividendos e opção de ações. ***j.*** **Redução ao valor recuperável (*impairment*):** ***Ativos financeiros (incluindo recebíveis):*** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e a expectativa atualizada de realização dos fluxos de caixa futuro do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de reserva contra recebíveis. ***Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que são os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2021 não houve a indicação de perda no valor recuperável sobre os ativos financeiros e não financeiros. **k. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões de perdas judiciais registradas são revisadas trimestralmente e o conjunto de ações recebe um valor potencial de perda, que é estimado através de análises históricas e modelos internos. **l. Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para contratos de arrendamentos. A norma introduz para os arrendatários um modelo único de contabilização no balanço patrimonial, em que é reconhecido um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos e o direito de uso do ativo arrendado. A natureza da despesa relacionada a estes arrendamentos foi alterada, deixando de ser uma despesa linear. **m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os critérios utilizados pela administração para mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes são: **Ativos contingentes -** Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Contingências passivas -** São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando da existência de uma obrigação presente como resultado de um evento passado e com base na opinião de assessores jurídicos e da administração for considerado provável uma saída de recurso que incorporam os benefícios econômicos para liquidar esta obrigação, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para contingências trabalhistas, as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida em primeira instância em vara trabalhista. **Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias -** Referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qu/alquer desembolso na liquidação. **n. Dividendos:** De acordo com o Acordo de Acionista celebrado em 20 de dezembro de 2018, a Companhia distribuirá como dividendos obrigatórios, em cada exercício social, no mínimo 33% (trinta e três por cento) do lucro do exercício ajustado nos termos do Artigo 202 das Leis das Sociedades por ações. Os lucros serão distribuídos semestralmente. **o. Receitas de prestação de serviço:** Conforme o CPC 47, a Companhia e suas controladas mensuram as receitas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. Companhia e suas controladas reconhece a receita quando transfere o controle sobre serviço ao cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de Serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Master Servicing	A Portfólios presta serviço de gestora de fundos de investimentos e gestora de carteiras de crédito. O trabalho inicia no momento em que a empresa traça estratégias de cobrança para que o cliente obtenha maiores resultados. Não há uma duração fixa das carteiras de créditos. As notas são emitidas mensalmente	A receita é reconhecida ao longo do tempo com base na recuperação líquida das operações.
Performance Fee	Os clientes que adquirem as carteiras créditos dos fundos podem aderir a performance fee para que a Portfólios acompanhe o retorno de cada carteira e tome as devidas decisões estratégicas que maximizem o retorno do ativo.	A receita é reconhecida após o retorno das carteiras ultrapassarem o investimento conforme tabela alinhada com o cliente.
Cobrança	A Companhia e suas controladas fornecem serviços de cobrança. Notas são emitidas conforme a prestação dos serviços, podendo ser mensurada por um % da recuperação ou por um valor fixo por negociador alocado.	A Receita e reconhecida após a realização dos serviços.
Gestão de contencioso passivo	A Itapeva fornece o serviço de gestão de cobrança dos clientes.	A Receita é reconhecida após a realização dos serviços.

9.Receitas de Recuperação de Crédito: Conforme o CPC 47, a Companhia e suas controladas mensuram as receitas de recuperação de créditos conforme o pagamento identificado de todos os devedores.

10. Caixa e equivalentes de caixa

	2020		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Caixa	760	–	7.597	–
Bancos	1.657.875	3.513	6.106.474	4.878
Aplicações financeiras (a)	53.017.971	1.611.495	62.355.152	8.340.503
	54.676.606	**1.615.008**	**68.469.222**	**8.345.381**

(a) As aplicações financeiras referem-se a quotas dos fundos de renda fixa, Aplicação Auto Mais, Invest Fácil e Conta Max, conforme abaixo demonstrados. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem prejuízo da remuneração já apropriada.

Consolidado		
Fundo	**Saldo R$ em 31/12/2020**	**Saldo R$ em 31/12/2021**
Itaú Soberano Renda Fixa Simples LP FCFI	44.032.608	57.247.132
Banco Votorantim FI Soberano RF Referenciado DI	2.602.415	2.699.374
Aplicação Auto Mais Itaú	2.947	2.047
Invest Fácil Bradesco	2.061	45.803
Santander Conta Max Empresarial	6.320	1.519
Bradesco Fic Rf Di Federal Extra	6.371.620	2.347.277
Titulos De Capitalizações	0	12.000
Totais	**53.017.971**	**62.355.152**

Controladora		
Fundo	**Saldo R$ em 31/12/2020**	**Saldo R$ em 31/12/2021**
Itaú Soberano Renda Fixa Simples LP FCFI	1.569.873	8.177.659
Aplicação Auto Mais Itaú	346	1.033
Santander Conta Max Empresarial	6.320	1.519
Invest Fácil Bradesco	1.654	41.660
Bradesco Fic Rf Di Federal Extra	33.302	118.633
Totais	**1.611.495**	**8.340.503**

11. Contas a receber

	2020		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Serviços de cobrança (a)	-	-	3.152.750	-
	-	**-**	**3.152.750**	**-**

(a) Os valores a receber do Bradesco e Itapeva XI FIDC NP referem-se à prestação de serviços de cobrança.

12. Pagamentos antecipados

	2020		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Adiantamentos de férias	30.787	-	25.747	-
Adiantamento de fornecedores	828	435	38.689	33.996
	31.615	**435**	**64.437**	**33.996**

13. Impostos a recuperar

	2020		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Antecipação IRPJ e CSLL	280.542	273.848	2.480.980	199.648
IR retido de Aplicações Financeiras	11.768	11.768	33.758	33.759
Outros	23.597	22.008	24.482	23.161
	315.906	**307.624**	**2.539.220**	**256.567**

Refere-se substancialmente a créditos de imposto de renda retido na fonte, referente aos resgates de aplicações financeiras, a serem compensados pela Companhia e suas controladas, no decorrer de suas atividades. A diminuição sucedida refere-se à restituição de saldo pela Receita Federal à Companhia e as demais compensações realizadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

14. Outros créditos

	2020		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Outros créditos (a)	377.293	62.336	332.448	47.932
Créditos entre compahias	–	101.166	–	89.645
Outros créditos a longo prazo (b)	202.397	202.398	130.100	130.101
	579.690	**365.900**	**462.548**	**267.677**

(a) Refere-se substancialmente a despesas operacionais de partes relacionadas e/ou fundos pré-operacionais geridos pelas controladas, pagos inicialmente pelas respectivas Companhia e suas controladas e posteriormente reembolsadas pelas respectivas contra partes. (b) Refere-se a valores em depósito caução realizado pela Companhia a locatórios. Em 2021 houve devolução de parte do depósito devido ao encerramento do contrato.

15. Deposito judicial

	2020		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Deposito judicial	4.682	4.682	30.058	-
	4.682	**4.682**	**30.058**	**-**

16. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Movimentação do controle de Crédito Tributário (não ativado): A Controladora realizou a reversão dos saldos diferidos em 2016 por não haver expectativa de lucro tributável. Conforme o CPC 32, os valores advindos de prejuízos fiscais poderão ser reconhecidos contabilmente, a partir do momento que se tenha previsibilidade de lucros tributáveis. O valor que não está mensurado ("off balance"), mas que poderá ser remensurado na Controladora nos próximos exercícios diante das exigências estabelecidas pelo CPC 32 é de R$ 7.678.595 (R$ 6.109.042 em 2020), conforme a tabela abaixo:

	Consolidado	Controladora
Saldo do imposto diferido em 2019	**5.453.049**	**5.453.049**
Constituição de Crédito Tributário	655.993	655.993
Saldo do imposto diferido em 2020	**6.109.042**	**6.109.042**
Constituição de Crédito Tributário	1.569.553	1.569.553
Saldo do imposto diferido em 2021	**7.678.595**	**7.678.595**

17. Investimentos em controladas: Referem-se a investimentos em controladas diretas cujas principais informações podem ser assim demonstradas:

Descrição	**Itapeva Recuperação de Créditos Ltda.**	**RCB Portfólios Ltda.**
Quantidade de ações detidas	989.999	3.981.463
% de participação	99,99%	99,99%
Capital Social	990.000	3.981.464
Resultado do Exercício	6.604.344	63.732.159
Patrimônio líquido (31/12/2021)	1.578.001	5.137.755
Participação atribuível a RCB Investimentos S.A.	**1.577.990**	**5.137.748**

A movimentação dos investimentos está assim apresentada:

	Itapeva Recuperação de Crédito Ltda.	Rcb Portfólios Ltda.	Total
Em 31 de Dezembro 2019	**1.859.498**	**12.664.086**	**14.523.584**
Equivalência Patrimonial	558.046	42.168.797	42.726.843
Dividendos Distribuídos	-	(18.352.426)	(18.352.426)
Em 31 de Dezembro 2020	**2.417.544**	**36.480.457**	**38.898.001**
Equivalência Patrimonial	6.604.337	63.732.159	70.336.496
Dividendos Distribuídos no ano	(83.819)	(65.900.000)	(65.983.819)
Dividendos Provisionados a serem pagos	(7.360.070)	(29.174.870)	(36.534.940)
Em 31 de Dezembro 2021	**1.577.992**	**5.137.746**	**6.715.738**

18. Imobilizado

a. Composição do imobilizado - Consolidado

		2020	2021		
	Taxa de Depreciação (a.a. %)	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Benfeitorias	4	-	1.156.190	(701.639)	454.551
Computadores e periféricos	20	201.853	868.292	(568.010)	300.282
Equipamentos telefônicos	10	8.611	118.683	(114.359)	4.324
Instalações e reformas	10	-	21.402	(21.402)	-
Maquinas e equipamentos	10	1.575	7.739	(6.689)	1.050
Moveis e utensílios	10	30.992	339.908	(306.528)	33.380
Arrendamento	5	3.110.036	5.236.373	(1.564.468)	3.671.905
Total		**3.353.066**	**7.748.587**	**(3.283.096)**	**4.465.491**

b. Movimentação do custo do imobilizado - Consolidado

	2020	2021		
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Benfeitorias	693.066	463.124	-	1.156.190
Computadores e periféricos	682.750	185.542	-	868.292
Equipamentos telefônicos	118.683	-	-	118.683
Instalações e reformas	21.402	-	-	21.402
Máquinas e equipamentos	7.739	-	-	7.739
Móveis e utensílios	330.791	9.117	-	339.908
Arrendamento	3.520.795	1.715.578	-	5.236.373
Total	**5.375.226**	**2.373.361**	**-**	**7.748.587**

c. Movimentação da depreciação acumulada - Consolidado

	2020	2021		
	Saldo Final	Adições	Baixas	Saldo Final
Benfeitorias	(693.066)	(8.573)	-	(701.639)
Computadores e periféricos	(480.898)	(87.112)	-	(568.010)
Equipamentos telefônicos	(110.072)	(4.287)	-	(114.359)
Instalações e reformas	(21.402)	-	-	(21.402)
Máquinas e equipamentos	(6.164)	(525)	-	(6.689)
Móveis e utensílios	(299.799)	(6.729)	-	(306.528)
Arrendamento	(410.759)	(1.153.709)	-	(1.564.468)
Total	**(2.022.161)**	**(1.260.935)**	**-**	**(3.283.096)**

d. Composição do imobilizado – Controladora

	2020		2021		
	Taxa de Depreciação (a.a. %)	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Benfeitorias	4	-	693.066	(693.066)	-
Computadores e periféricos	20	1.232	96.206	(95.006)	1.200
Equipamentos telefônicos	10	-	3.720	(3.720)	-
Instalações e reformas	10	-	21.402	(21.402)	-
Maquinas e equipamentos	10	1.575	7.739	(6.689)	1.050
Moveis e utensílios	10	23.927	321.662	(296.281)	25.381
Arrendamento	5	-	1.715.578	(449.550)	1.266.028
Total		**26.734**	**2.859.373**	**(1.565.714)**	**1.293.659**

e. Movimentação do custo do imobilizado - Controladora

	2020	2021		
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Benfeitorias	693.066	-	-	693.066
Computadores e periféricos	94.965	1.241	-	96.206
Equipamentos telefônicos	3.720	-	-	3.720
Instalações e reformas	21.402	-	-	21.402
Máquinas e equipamentos	7.739	-	-	7.739
Móveis e utensílios	315.091	6.571	-	321.662
Arrendamento	-	1.715.578	-	1.715.578
Total	**1.135.983**	**1.723.390**	**-**	**2.859.373**

f. Movimentação da depreciação acumulada – Controladora

	2020	2021		
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Saldo Final
Benfeitorias	(693.066)	-	-	(693.066)
Computadores e periféricos	(93.732)	(1.274)	-	(95.006)
Equipamentos telefônicos	(3.720)	-	-	(3.720)
Instalações e reformas	(21.402)	-	-	(21.402)
Máquinas e equipamentos	(6.164)	(525)	-	(6.689)
Móveis e utensílios	(291.164)	(5.117)	-	(296.281)
Arrendamento	-	(449.550)	-	(449.550)
Total	**(1.109.248)**	**(456.466)**	**-**	**(1.565.714)**

19. Intangível

a. Composição do intangível - Consolidado

	2020	2021		
	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Pesquisas e Softwares	702.166	3.356.918	(2.543.912)	813.006
Ágio de investimentos (a)	8.835.528	8.835.528	-	8.835.528
Total	**9.537.694**	**12.192.446**	**(2.543.912)**	**9.648.534**

(a) A Companhia possui o valor de R$ 8.835.528 referente ágio proveniente da aquisição pela empresa A.W.W.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A. ("Empresa") do controle das empresas RCB Portfólios Ltda., Itapeva Recuperação de Créditos Ltda. e RCB Participações S.A.. Após aquisição, foi feita incorporação reversa da A.W.W.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A. pela RCB Investimentos S.A. Este ágio não foi alocado em função de ter sido justificado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia, sendo reclassificado assim no consolidado para rubrica "Intangível.

b. Movimentação do custo do intangível - Consolidado

	2020	2021		
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Pesquisas e Softwares	2.952.012	404.906	-	3.356.918
Ágio de investimentos	8.835.528	-	-	8.835.528
Total	**11.787.540**	**404.906**	**-**	**12.192.446**

c. Movimentação da amortização acumulada - Consolidado

	2020	2021		
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Custo
Pesquisas e Softwares	(2.249.846)	(294.066)	-	(2.543.912)
Ágio de investimentos	-	-	-	-
Total	**(2.249.846)**	**(294.066)**	**-**	**(2.543.912)**

20. Fornecedores

	2020		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
No país - Terceiros (a)	481.262	83.980	434.780	59.700
	481.262	**83.980**	**434.780**	**59.700**

(a) Refere-se substancialmente a valores a pagar, decorrente de serviços prestados de auditoria, consultoria jurídica, contabilidade, serviços de recrutamento entre outros, realizado por terceiros a Controladora e suas Controladas em 31 de dezembro de 2020 e 2021.

21. Obrigações trabalhistas

	2020		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
INSS e FGTS	208.802	7.421	219.081	7.900
Provisão férias	922.625	-	924.315	-
Salários a pagar	25	-	-	-
Provisão para gratificações ("PLR")	8.822.306	1.874.523	10.326.261	2.154.339
9.953.757	**1.881.944**	**11.469.657**	**2.162.238**	

22. Obrigações fiscais e tributárias

	2020		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
ISS a recolher	597.282	-	1.162.655	-
Contribuições a recolher	461.556	6.434	863.081	5.505
Tributos retidos na fonte	91.874	7.558	107.053	8.012
IRPJ a recolher	2.814.689	-	4.157.612	-
CSLL a recolher	1.025.757	-	1.580.946	-
IRPJ e CSLL - Receita a Realizar	20.748	-	45.469	-
5.011.906	**13.992**	**7.916.817**	**13.517**	

24. Outros Débitos

	2020		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Adiantamento a cliente (a)	1.644.199	-	6.094.511	-
Outros	9.317	14.782	-	9.295
	1.653.516	**14.782**	**6.094.511**	**9.295**

(a) Os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 2021 trata-se da prestação de serviço da controlada RCB Portfólios para o Bradesco. Valor recuperado oriundo da gestão de cobrança, após isso o Bradesco faz a transferência para uma conta interna e remunera a RCB Portifólio (Master fee).

25. Outras provisões

	2020		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Outras provisões (a)	31.509	16.125	190.478	76.813
Provisões para contingências juridicas (b)	20.965	8.201	86.321	3.589
	52.474	**24.326**	**276.799**	**80.402**

(a) Os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 2021 são referentes as provisões da empresa e das empresas controladas: contabilidade, auditoria, órgãos regulamentares, entre outras, inerentes as atividades da Companhia e suas controladas.

(b) Os valores de provisões para contigências jurídicas são estimativas de perdas referentes a processos cíveis, conforme nota 36. Abaixo movimentação:

Controladora:	2020	Adições	Baixas	2021
Contingência Judicial	8.201	-	4.612	3.589
	8.201	**-**	**4.612**	**3.589**
Consolidado:	**2020**	**Adições**	**Baixas**	**2021**
RCB Portfólios Ltda.	12.764	69.968	-	82.732
RCB Investimentos S.A.	8.201	-	4.612	3.589
	20.965	**69.968**	**4.612**	**86.321**

26. Arrendamento: No exercício de 2021 a companhia e suas controladas adquiriram dois novos arrendamentos. Um com prazo de 60 meses e outro com prazo de 10 meses, o qual foi finalizado ainda em 2021. Ambos com taxa incremental de 14,1% ao ano. Foram reconhecidos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento nos dois contratos.

	2020		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Direitos de uso - curto prazo (a)	630.096	-	694.626	-
Direitos de uso - longo prazo (b)	2.681.348	-	1.986.722	-
Imóvel de Arrendamento - curto prazo (a)	-	-	166.441	166.442
Imóvel de Arrendamento - longo prazo (b)	-	-	1.112.100	1.112.101
	3.311.444	**-**	**3.959.889**	**1.278.543**

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

Publicidade Legal

>>>Continuação...

Reconhecimento de ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento no exercício de 2020 e 2021, pela Itapeva Recuperação de Créditos Ltda e RCB Investmentos SA. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontandos a taxa de juros, conforme CPC 06 (R2). (a) Pagamentos de 0 a 1 ano. (b) Pagamentos de 1 a 5 anos. **27. Capital social e reservas: a. Capital social:** O capital social da controladora é representado por 2.617.962 ações ordinárias subscritas e integralizadas, conforme demonstrado abaixo:

Ações ordinárias em quantidade	**2020**	**2021**
Em 1° de janeiro	2.617.962	2.617.962
Emitidas em 31 de dezembro e integralizadas	**2.617.962**	**2.617.962**

Ações ordinárias: Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia e no Acordo de Acionistas. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. **b. Natureza e propósito das Reservas:** ***(i) Reserva de capital:*** Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da reserva de capital da Companhia é composto pelo montante de R$ 329.056 (R$ 329.056 em 31 de dezembro de 2020). ***(ii) Reservas de lucros:*** **Reserva legal -** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social realizado. A empresa reverteu parte da Reserva de Lucros em 31 de dezembro de 2021, devido o limite de 20% ter sido excedido. O saldo acumulado de reserva legal é de R$ 2.739.832 em 31 de dezembro de 2021 (R$4.529.190 em 31 de dezembro de 2020). **Reserva de retenção de lucros -** É constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital. A destinação final será aprovada em Assembleia Geral Ordinária. Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa possuía saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R$3.404.652 (R$4.015.293 em 31 de dezembro de 2020)

c. Dividendos provisionados a pagar	**2020**	**2021**
USA Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	2.916.668	2.917.500
Bradesco Holding de Investimentos S.A. (antiga Alvorada Serviços e Negócios Ltda.)	16.250.007	16.250.000
Wattana Empreendimentos e Participações S.A.	5.833.325	5.832.500
Total	**25.000.000**	**25.000.000**

(i) RCB Investimentos S.A.

Descrição	**Valores em 2021**
Lucro Líquido	65.304.666
(-) Reserva Legal (5% do lucro líquido)	-
(=) Base para distribuição de dividendos	**65.304.666**
Dividendos mínimo obrigatório 33% após reserva legal	21.550.540
(-) Antecipação de dividendos em 2021	**(27.500.000)**
(-) Provisionamento de Opção de Ações	(12.451.935)
(=) Saldo disponível para Dividendos	25.352.731
(=) Dividendos Propostos	**25.000.000**
Dividendos totais 2021	**52.500.000**

A Companhia realizou a antecipação de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com base no balanço semestral, no montante de R$ 27.500.000, conforme deliberado em Ata de Reunião do Conselho datada de 02 de agosto de 2021. No dia 9 de fevereiro de 2022 o conselho de administração aprovou a distribuição de dividendos no valor de R$ 25.000.000. **d. Composição dos acionistas da controladora:** A quantidade de ações emitidas pela companhia e seus respectivos titulares está assim demonstrada:

31 de dezembro de 2020	**Quantidade de**	
Nome do acionista	**ações detidas**	**% participação**
Alvorada Serviços e Negócios Ltda.	1.701.676	65,00%
Wattana Empreendimentos e Participações S.A.	610.857	23,33%
USA Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	305.429	11,67%
	2.617.962	**100,00%**

31 de dezembro de 2021	**Quantidade de**	
Nome do acionista	**ações detidas**	**% participação**
Bradesco Holding de Investimentos S.A (antiga Alvorada Serviços e Negócios Ltda.)	1.701.676	65,00%
Wattana Empreendimentos e Participações S.A.	610.857	23,33%
USA Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	305.429	11,67%
	2.617.962	**100,00%**

e. Remuneração com base em ações (Opção de Ações): (a) Objetivo e Diretrizes do plano: A Companhia aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações em 06 de Maio de 2020 na Ata de Reunião de Conselho de Administração, limitado a 157.078 ações a serem outorgadas até a data de 31 de Dezembro de 2024, tem por objetivo a criação de mecanismo que favorecem a identificação, formação e desenvolvimento dos seus profissionais, por meio de uma operação mercantil, onde serão oferecidas Opção de Ações da Companhia a valor justo, na qual o profissional realizará o pagamento a Companhia por tais opções **(b) Características do plano:** Os participantes do plano além de serem superiores ao cargo de gestão precisam estar elegíveis as características criadas pelo Conselho de Administração da Companhia ("Conselho de Administração"), formado pelos sócios, administradores e diretores executivos. O Comitê Executivo possui uma prática de avaliar os colabores, com o objetivo de identificar os potenciais de destaques para a Companhia, sendo assim uma fora de identificar quais serão os colaboradores elegíveis ao SOP. Algumas das características de análise e enquadramento pelo Conselho são as seguintes: (i) meritocracia; (ii) engajamento com a cultura e ética da Companhia; (iii) histórico do colaborador, considerando o período na Companhia; (iv) proatividade e engajado com o futuro da Companhia; e (v) dentre outros fatores qualitativos. **(c) Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos:** a) O valor justo da data de concessão das Opção de Ações foi calculado considerando o EBTIDA; (b) Valor do prêmio nas outorgadas das opções foi mensurado pelo modelo black-Scholes-Merton; (c) Variação entre os períodos, são corrigidos pelo indexador–IPCA; (d) Valores em reais - R$; (e) o registro contábil do plano de opção na data da outorga foi realizado considerando a data da aquisição do direito pelo beneficiário e seguindo as diretrizes do CPC 10, com o respectivo reconhecimento do caixa em contrapartida ao patrimônio líquido, ao valor registrado de R$ 702.422.

	Preço médio de exercício por ação R$	**Opções**
Em 1º de Janeiro de 2020	-	-
Concedida durante o período	100,37	47.910
Prescrita durante o período	-	-
Exercída durante o período	-	-
Expirada durante o período	-	-
Em aberto em 31 de dezembro de 2020	**100,37**	**47.910**
Concedida durante o período	195,60	35.997
Prescrita durante o período	-	-
Exercida durante o período	-	-
Expirada durante o período	-	-
Em aberto em 31 de dezembro de 2021	**141,22**	**83.907**
	2020	**2021**
Total de opções do programa	157.078	157.078
Reunião do Conselho de Administração	24/06/2020	28/04/2021
Total de opções outorgadas	47.910	35.997
Total de opções em circulação	47.910	83.907
Preço de exercício da ação	R$ 100,37	R$ 195,60
Valor Justo da opção	R$ 100,37	R$ 195,60
Vencimento médio remanescente	3 meses	2 anos e 3 meses
Duração da ação	1 ano e 5 meses	2 anos e 7 meses

28. Receita operacional líquida: Abaixo, apresentamos a conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2020		**2021**	
	Consolidado	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Recuperação de Crédito (a)	3.805.833	712.524	2.394.455	392.645
Receita Serviços Prestados (b)	75.428.886	-	114.051.908	-
(-) ISS, PIS e COFINS s/receita	(6.814.193)	(67.719)	(10.057.060)	(36.320)
Total	**72.420.526**	**644.805**	**106.389.303**	

(a) Nas receitas de recuperação de crédito estão registradas as recuperações brutas de crédito referente as carteiras adquiridas pela Companhia e suas controladas. (b) As receitas de serviços prestados são provenientes de taxas de gestão de fundos de investimento e aos serviços prestados de gestão de cobrança das carteiras de crédito, dos fundos e empresas abaixo relacionados:

Nome do Fundo	**CNPJ**
Itapeva XII Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados	30.366.229/0001-05
Itapeva XI Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados	30.366.204/0001-01
Itapeva X Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados	22.443.425/0001-08
SPDA - Habitação FIDC NP	25.316.863/0001-01
Nome da Empresa	**CNPJ**
Banco Bradesco S.A.	60.746.948/0001-12

29. Despesas com pessoal

	2020		**2021**	
	Consolidado	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Salários	4.763.326	-	5.088.203	-
INSS	1.317.438	71.929	1.413.523	74.740
Gratificações	10.500.000	1.198.349	12.713.390	4.090.821
PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador	902.150	17.500	1.001.250	17.780
Assistência Médica	788.183	75.066	1.002.584	88.803
FGTS	420.278	-	432.558	-
Férias	744.159	-	822.810	-
13º salário	543.705	-	608.797	-
Pró-labore	360.026	360.026	373.700	373.700
Outras	385.724	967.101	437.599	3.701
	20.724.989	**2.689.971**	**23.894.414**	**4.649.545**

30. Despesas de cobrança

	2020		**2021**	
	Consolidado	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Despesa com cobrança extrajudicial	331.131	377.052	612.021	328.084
Despesa com cobrança judicial	43.341	30.060	83.797	11.114
Despesa com contencioso passivo	34.097	2.588	266.526	28.300
Despesa com gestão de cobrança	390	25	4.967	49
Despesa de taxa de liquidação	91.638	71.232	87.399	31.619
	500.597	**480.957**	**1.054.710**	**399.166**

31. Despesas administrativas

	2020		**2021**	
	Consolidado	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Despesa com contabilidade e auditoria	974.256	330.405	858.511	231.563
Serviços prestados por terceiros	238.550	295	715.633	54.213
Despesas com comunicação/telefônia	182.204	12.632	160.591	11.107
Assessoria jurídica	95.829	70.646	153.814	145.035
Assessoria de recursos humanos	202.897	18.097	342.172	20.013
Despesa com informática	257.454	47.335	299.953	18.177
Direito de uso	410.760	-	735.795	-
Outras despesas administrativas	227.130	39.502	546.014	114.135
	2.589.080	**518.912**	**3.812.483**	**594.243**

33. Demais despesas

	2020		**2021**	
	Consolidado	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Despesas com ocupação	115.378	(1.221)	120.211	2.085
Depreciação e amortização	1.386.202	768.123	824.058	455.804
Tributárias	109.949	3.315	147.993	39.147
Outras Despesas	64.702	347	12.863	17
	1.676.231	**770.564**	**1.105.125**	**497.053**

34. Resultado financeiro líquido

	2020		**2021**	
Receitas financeiras	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Rendimentos de aplicação em renda fixa	592.238	50.363	1.887.088	284.396
Outras receitas financeiras	12.986	8.503	15.167	10.971
	605.225	**58.866**	**1.902.255**	**295.367**
	2020		**2021**	
Despesas financeiras	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Tarifas bancárias	(9.611)	(2.940)	(16.547)	(2.857)
Juros s/ arrendamento	(245.583)	(49.588)	(350.132)	(53.601)
Juros passivos	(201)	(2)	(348)	(62)
Outras despesas financeiras	(7.124)	(3.146)	(15.979)	(13.758)
	(262.519)	**(55.676)**	**(383.006)**	**(70.277)**
Resultado financeiro líquido	**342.705**	**3.190**	**1.519.249**	**225.090**

35. Outras Receitas

	2020		**2021**	
	Consolidado	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Reembolso de Despesa dos clientes - aluguel	405.346	-	926.499	-
Reembolso de Aluguel entre companhias do mesmo Grupo	-	700.859	-	526.760
Outras Receitas	-	-	5	-
	405.346	**700.859**	**926.504**	**526.760**

36. Imposto de Renda e Contribuição Social

Impostos conforme alíquotas da legislação vigente	**2020**		**2021**	
	Consolidado	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Imposto de renda pessoa jurídica - 15%	3.558.089	-	6.003.025	-
Imposto de renda pessoa jurídica adicional - 10%	2.337.021	-	3.996.164	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - 9%	2.146.519	-	3.639.747	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**8.041.629**	**-**	**13.638.935**	**-**
Corrente	8.041.629	-	13.638.935	-
Provisão sobre receitas financeiras a realizar	20.748	-	24.721	-
Despesas dos exercícios	**8.062.377**	**-**	**13.663.656**	**-**

37. Partes relacionadas

Descrição das controladas: A composição e o percentual de participação da Companhia nas controladas em 31 de dezembro de 2020 e 2021, está descrita na nota explicativa nº 2. **Participação em controladas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2021 assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas respeitando as condições normais de mercado, conforme apresentado abaixo:

RCB Investimentos S.A.	**Ativo / (Passivo)**		**Receitas / (Despesas)**	
	2020	**2021**	**2020**	**2021**
Itapeva Recuperação de Créditos Ltda.				
Outros créditos	68.866	53.948	-	-
Outros débitos	(9.317)	(9.295)	-	-
Serviço de Cobrança	-	-	(265.743)	(216.403)
RCB Portóflios Ltda.				
Outros créditos	32.301	35.697	-	-
Total	**91.850**	**80.349**	**(265.743)**	**(216.403)**

38. Contingências: A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração define um modelo próprio de constituição de provisão para contingências perdas jurídicas. Este modelo consiste em provisionar o valor esperado de condenações a serem pagos para todas as ações judiciais movidas por terceiros e de responsabilidade da Companhia e suas controladas, com base histórica no risco de perda de cada ação e o valor médio da condenação por ação. A Companhia possui o valor de provisão para contingencia judicial no montante de R$ 3.589, confome nota explicativa n° 19 ("Outras provisões").

	2021	
	Consolidado	**Controladora**
Provisões para contingências jurídicas (a)	86.321	3.589
	86.321	**3.589**

(a) Os valores de provisões para contigências e perda jurídicas são estimativos considerando as perdas referentes a processos cíveis. Abaixo a movimentação:

Consolidado	**2020**		**2021**
	Ações	**Perda Média**	**Provisão**
Primeira Instância Indenizatória	101	4.102	164.803
Revisional	6	1.221	338
Segunda Instância Indenizatória	17	9.678	81.978
(-) Reembolso do Cedente	-	-	160.797
Provisão Total	**20.965**		**86.322**

Controladora	**2020**		**2021**
	Ações	**Perda Média**	**Provisão**
Primeira Instância Indenizatória	2	4.102	3.251
Revisional	6	1.221	338
Provisão Total	**8.201**		**3.589**

39. Gerenciamento de Risco: Devido a natureza de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito, liquidez, mercado e risco operacional, que pode afetar de forma substancial seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos é suportado por metodológias, políticas e procedimentos que definem diretrizes para identificar, avaliar e mitigar os principais riscos e, assim, proporcionar suporte as áreas de negócio e planejamento. Entre as principais estratégias de gerenciamento de risco estão: análise swot anual, avaliação operacional trimestral, análise de liquidez (capex), ajuste periódico de provisões e implementação de politica de privacidade aderente a LGPD (Lei geral de proteção de dados pessoais). **40. Eventos subsequentes:** Em 09 de Fevereiro de 2022 a Empresa aprovou a distribuição de dividendos no valor de R$ 25.000.000, emissão de novas ações, em função do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (Plano SOP), e o exercício das Opção de Ações e imediata recompra pela Companhia das ações exercidas.

Diretoria

Alexandre do Rosário Nobre - Sócio-diretor

Antonio Carvalho Morais Junior - Contador - CRC Nº 047683-O

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Conselho de Administração da RCB Investimentos S.A. São Paulo-SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da RCB Investimentos S.A. ("RCB Investimentos"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da RCB Investimentos em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à RCB Investimentos e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da RCB Investimentos continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a RCB Investimentos e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da RCB Investimentos e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da RCB Investimentos e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da RCB Investimentos e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a RCB Investimentos e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2022.

KPMG **KPMG Auditores Independentes Ltda.** CRC 2SP-028567/F

Gustavo Mendes Bonini Contador CRC 1SP296875/O-4

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

TEKNO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ nº 33.467.572/0001-34

COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (EM MILHARES DE REAIS)

Senhores acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. e ao público em geral as Demonstrações Financeiras Patrimoniais ("DFP´s"), individuais e consolidadas, e as respectivas notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre a auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o Relatório da Administração contendo os principais destaques do exercício. Os valores deste relatório estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **1. Mercado:** A TEKNO atua no mercado industrial e tem como atividade principal a aplicação de revestimentos orgânicos em diferentes tipos de metais base, tais como aço laminado a frio, aço galvanizado, aço eletrozincado, inox, flandres e alumínio, através de uma linha contínua de pré-pintura. Os setores que mais utilizam os produtos pré-pintados são: construção civil, eletrodoméstico, automobilístico, refrigeração industrial, eletroeletrônico, embalagens e alimentação, entre outros. A TEKNO possui participação em outras sociedades, sendo: ALUKROMA, que fabrica painéis compostos de alumínio utilizados como revestimento de fachadas e em projetos de comunicação visual; PROFINISH, cuja principal atividade econômica é a fabricação de produtos químicos para tratamento superficial de metais, plásticos e congêneres, utilizados no processo de produção da controladora. Também é acionista da empresa PERFILOR, que tem na industrialização de telhas de aço utilizadas na cobertura e fechamento de imóveis industriais e comerciais sua atividade essencial; e WOLVERINE/TEKNO, voltada à industrialização de produtos laminados à indústria automobilística. As receitas são obtidas pela venda de produtos (bobinas, tiras, chapas ou blanks), pela prestação de serviços de pré-pintura em bobinas metálicas fornecidas pelos clientes, bem como pelas atividades das empresas controladas e controladas em conjunto. O exercício de 2021 apresentou um crescimento das operações acima das expectativas, concentrado principalmente nos setores da construção civil, linha branca e latas de alumínio. Em decorrência deste crescimento, houve uma variação significativa na Receita Operacional Liquida e também no Lucro Líquido, quando comparados aos valores do exercício anterior. As controladas em conjunto PERFILOR, confirmando o crescimento do setor da construção civil, e WOLVERINE/TEKNO, em decorrência do maior volume de vendas e do mix de produtos, apresentaram expressivo incremento na Receita Operacional Líquida e no Lucro Líquido, em comparação com o exercício anterior. A controlada ALUKROMA apresentou um aumento da Receita Operacional Líquida em comparação com o exercício anterior, no montante de R$ 11.383, sendo que R$ 7.192 foi referente venda de insumos (alumínio) à Tekno. No entanto, o volume de vendas de produtos acabados (painéis compostos de alumínio) foi insuficiente para diluir os custos fixos e contribuir para um melhor resultado no exercício de 2021. A controlada PROFINISH, sob sua anterior denominação - CASAMOB, conforme anunciado ao mercado na época, assinou em 12 de maio de 2020 os contratos definitivos com a empresa New Order Comércio, Importação e Exportação Ltda ("New order"), concretizando a alienação de seus ativos da área de fabricação de móveis de aço para a New Order. Em virtude da referida negociação e da consequente descontinuidade da operação de fabricação de móveis pela CASAMOB, foram realizadas as respectivas baixas contábeis, impactando o Resultado Líquido consolidado, especialmente com relação aos números de 2020, como se observa no item Resultado líquido do exercício de operações descontinuadas, na alínea "a", do item 2 deste relatório. A PROFINISH continuou somente com a atividade de fabricação e comercialização de produtos químicos. De uma maneira geral, as atividades da TEKNO e de suas empresas controladas e controladas em conjunto apresentaram bom desempenho no atual exercício. A TEKNO e suas controladas, desde o início da pandemia da covid 19, vem adotando as medidas divulgadas pelo Ministério de Saúde e pela Organização Mundial de Saúde, bem como acompanham atentamente a movimentação do mercado, dos seus clientes e fornecedores, no intuito de analisar e minimizar os impactos que a pandemia possa vir a causar em suas atividades e assim implementar ações adequadas na tentativa de mitigar os seus efeitos.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Indicadores Financeiros (acumulados no exercício)

	Consolidado				
	2021	Análise Vertical	2020	Análise Vertical	Variação 2021/2020
Receita operacional líquida	**311.648**	100%	**182.413**	100%	**71%**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(228.854)	-73%	(133.842)	-73%	**71%**
Resultado bruto	**82.794**	27%	**48.571**	27%	**70%**
Despesas operacionais	(34.802)	-11%	(27.923)	-15%	**25%**
Outras receitas operacionais	8.798	3%	822	0%	**970%**
Resultado de equivalência patrimonial	15.982	5%	3.194	2%	**400%**
Resultado antes do resultado financeiro	**72.772**	23%	**24.664**	14%	**195%**
Resultado financeiro	6.045	2%	271	0%	**2.131%**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**78.817**	25%	**24.935**	14%	**216%**
Imposto de renda e contribuição social	(12.741)	-4%	(7.215)	-4%	**77%**
Resultado líquido do exercício de operações continuadas	**66.076**	21%	**17.720**	10%	**273%**
Resultado líquido do exercício de operações descontinuadas	(8)	0%	(4.920)	-3%	**100%**
Resultado líquido do exercício	**66.068**	21%	**12.800**	7%	**416%**

Receita operacional líquida: A Receita operacional líquida consolidada apresentou aumento de 71% no exercício de 2021, se comparado com exercício anterior, devido ao aumento do volume faturado, principalmente nos setores da construção civil, linha branca e de latas de alumínio, mix de produtos e dos reajustes de preços implementados devidos aos aumentos nos insumos. **Custo dos produtos vendidos e serviços prestados:** O Custo dos produtos vendidos e serviços prestados consolidado apresentou aumento de 71% no ano de 2021, se comparado com o ano anterior, em razão, principalmente: **i)** do maior gasto com matérias-primas, energia elétrica e gás natural, decorrente do crescimento das vendas realizadas e da industrialização a terceiros e também dos aumentos nos insumos e **ii)** do aumento dos gastos com salários, decorrente do aumento de quadro de funcionários. Os números demonstram que entre os anos de 2020 e 2021 houve um aumento nos custos dos produtos vendidos e serviços prestados no mesmo patamar da receita operacional líquida, mantendo a mesma margem bruta apurada no exercício anterior. **Despesas operacionais**: As Despesas operacionais consolidadas apresentaram aumento de 25% no ano de 2021, se comparadas com o ano de 2020, em decorrência, principalmente, **i)** da provisão dos valores do plano de participação dos colaboradores no lucros e nos resultados; **ii)** da provisão dos honorários advocatícios relativos aos mandados de segurança que resultaram no reconhecimento dos créditos de PIS e COFINS, em razão da exclusão do ICMS das suas respectivas bases de cálculo, e no reconhecimento dos créditos de IRPJ e CSLL recolhidos sobre a atualização monetária SELIC de indébitos tributários, descritos na nota explicativa 7; **iii)** dos gastos com manutenção de softwares; e **iv)** das despesas com fretes de venda devido ao maior volume de vendas. No entanto, o aumento das despesas operacionais foi proporcionalmente menor em relação à receita líquida auferida no respectivo exercício, com impacto positivo na margem operacional. **Outras receitas operacionais:** As Outras receitas operacionais foram impactadas pelos créditos de PIS e COFINS, em razão da exclusão do ICMS das suas respectivas bases de cálculo, e pelos créditos de IRPJ e CSLL recolhidos sobre atualização monetária SELIC de indébitos tributários, conforme mencionado na nota explicativa nº 7. **Resultado de equivalência patrimonial:** O aumento apresentado no Resultado de equivalência patrimonial consolidado no exercício de 2021, em comparação ao exercício anterior, ocorreu principalmente do aumento dos lucros apresentados pelas controladas em conjunto Perfilor e Wolverine/Tekno. **Resultado financeiro:** O aumento apresentado no resultado financeiro no exercício de 2021, se comparado com ao exercício anterior, é decorrente da atualização monetária dos créditos de PIS e COFINS, gerados pela exclusão do ICMS das suas respectivas base de cálculo (nota explicativa nº 7). **b) Lucro líquido básico e diluído por Ação em R$:** Para calcular o valor do lucro líquido por ação foi utilizada a média ponderada de ações em circulação no exercício.

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Lucro básico e diluído por ação	22,413	4,342

c) EBIT/EBITDA

	Consolidado	
	2021	2020
Lucro antes dos Impostos	78.817	24.935
Despesas financeiras	2.460	995
Receitas financeiras	(8.505)	(4.903)
EBIT	**72.772**	**21.027**
Depreciação e Amortização	5.337	6.276
EBITDA	**78.109**	**27.303**

O EBIT é apurado antes dos juros e impostos e o EBITDA é apurado antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

d) Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Propostos

	Controladora		
	2021	2020	Variação %
Juros s/ capital próprio líquido de IR	7.647	1.801	324,60%
Dividendos mínimos obrigatórios a creditar	8.118	1.313	518,28%
Dividendos adicionais propostos	–	2.342	-100,00%
	15.765	**5.456**	**188,95%**

3. Política da qualidade: A Companhia está certificada pela NBR-ISO 9001:2015 (produção de chapas de aço pré-pintado e serviços de pré-pintura em bobinas metálicas), e mantém a sua política de investir continuamente na melhoria da qualidade de seus produtos, por meio de melhoria de processos, dos equipamentos e no treinamento e aperfeiçoamento contínuo da mão-de-obra. **4. Política de recursos humanos:** A Companhia ofereceu benefícios sociais a todos os seus colaboradores, dentre os quais destacamos: plano de aposentadoria complementar, seguro de vida em grupo, programa de alimentação, transporte coletivo, assistência médica extensiva aos dependentes, área de lazer e recreação, participação nos resultados - PLR. A Companhia mantém, ainda, um programa de treinamento profissional orientado, no sentido de possibilitar o desenvolvimento profissional de todos os seus colaboradores. **5. Impostos e contribuições:** Em 2021, as atividades geraram impostos e contribuições, devidos aos setores públicos federais, estaduais e municipais, no montante de R$ 46.989 na Controladora (R$ 32.361 em 2020), e R$ 46.137 no Consolidado (R$ 33.433 em 2020), correspondentes em 2021 a aproximadamente 15.33% e 14.80% da receita operacional líquida na controladora e consolidado, respectivamente.

6. Controladas e Companhias controladas em conjunto

	Lucro (prejuízo) do exercício	
Controladas	2021	2020
Profinish Indústria e Comércio Ltda.	31	(4.899)
Alukroma Indústria e Comércio Ltda.	(4.173)	(1.307)
	Lucro do exercício	
Controladas em conjunto	2021	2020
Wolverine/Tekno Laminates and Composites Ltda.	2.585	845
Perfilor S.A. Construções, Indústria e Comércio	30.030	5.963

7. Aviso legal: As informações no relatório de administração são diretamente derivadas das demonstrações financeiras como, por exemplo, cálculo do EBIT e EBITDA. Nós fazemos declarações sobre eventos futuros que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia. As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Tekno. Adicionalmente, informações adicionais não auditadas ou revisadas por auditoria aqui contidas refletem a interpretação da Administração da Companhia sobre informações provindas de suas informações anuais e seus respectivos ajustes, que foram preparados em conformidade com as práticas de mercado e para fins exclusivos de uma análise mais detalhada e específica dos resultados da Companhia. Dessa forma, tais considerações e dados adicionais devem ser também analisados e interpretados de forma independente pelos acionistas e agentes de mercado que deverão fazer suas próprias análises e conclusões sobre os resultados aqui divulgados. Nenhum dado ou análise interpretativa realizada pela Administração da Companhia deve ser tratado como garantia de desempenho ou de resultado futuro e são meramente ilustrativas da visão da Administração da Companhia sobre os seus resultados. As informações financeiras gerenciais devem ser consideradas apenas para fins informativos e não de forma a substituir a análise de nossas demonstrações individuais e consolidadas auditadas ou informações anuais revisadas por auditores independentes para fins de decisão de investimento em nossas ações, ou para qualquer outra finalidade. **8. Relacionamento com Auditores Independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes Ernst Young Auditores Independentes S.S. ("EY"), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. A Companhia contratou a EY para prestação de serviços técnicos especializados em auditoria contábil. Em 24 de julho de 2020, a Companhia contratou e teve serviços prestados de natureza tributária com a EY relacionados a revisão dos cálculos de IRPJ e CSLL e da obrigação acessória SPED ECF de 2020, no montante de R$ 23. Em 29 de janeiro de 2021, a Companhia contratou serviços de natureza tributária com a EY relacionados a revisão dos cálculos de IRPJ e CSLL e da obrigação acessória SPED ECF de 2021, no montante de R$ 27. Em 26 de fevereiro de 2021, a Controlada ALUKROMA contratou serviços de natureza tributária com a EY relacionados a consultoria para aproveitamento dos saldos credores de ICMS, no montante de R$ 62. Em 02 de agosto de 2021, a Companhia contratou serviços de natureza tributária com a EY relacionados a consultoria para aproveitamento dos saldos de prejuízos fiscais acumulados pela controlada PROFINISH, no montante de R$ 52. Em 20 de agosto de 2021, a Companhia contratou serviços de natureza tributária com a EY relacionados a revisão dos cálculos sobre exclusão do ICMS da Base de cálculo do PIS e COFINS, no montante de R$ 55. O montante total dos serviços não relacionados a auditoria externa, contratados em 2021, representa cerca de 75,56% (9,00% em 2020) do total dos honorários das auditorias de demonstrações contábeis. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. **9. Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **10. Covid-19:** A Companhia efetuou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao Covid-19 e não identificou nenhum impacto relevante até o momento que requeresse ajuste sobre as demonstrações financeiras. (nota explicativa nº 33 – Covid 19)

São Paulo, 14 de março de 2022.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

		Controladora		consolidado	
Ativo	**Nota**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	44.810	44.120	48.800	44.391
Contas a receber de clientes	5	64.639	42.107	55.994	42.267
Estoques	6	74.678	38.416	83.092	43.119
Tributos a recuperar	7	12.722	5.477	12.960	5.591
Despesas antecipadas		622	395	678	410
Outros créditos		1.059	580	941	73
Ativos não correntes a venda	10.4	–	–	355	678
Ativos de operações descontinuadas	10.4	1.922	947	1.569	392
Total do ativo circulante		200.452	132.042	204.389	136.921
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar	7	6.542	341	10.853	2.656
Depósitos judiciais		147	9	147	9
Ativos de operações descontinuadas	10.4	1.038	3.349	1.038	3.349
Total do realizável a longo prazo		7.727	3.699	12.038	6.014
Investimentos	10	49.082	37.053	37.070	21.088
Imobilizado	11	70.110	64.265	79.601	73.971
Intangível	12	3.389	2.708	3.430	2.769
Total do ativo não circulante		130.308	107.725	132.139	103.842
Total do ativo		**330.760**	**239.767**	**336.528**	**240.763**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Circulante					
Fornecedores	13	23.174	15.895	23.938	16.252
Obrigações sociais e trabalhistas	14	10.746	9.417	11.053	9.671
Empréstimos e financiamentos	15	19.095	3.872	21.432	3.892
Instrumentos financeiros derivativos	15.d	518	93	673	93
Obrigações fiscais		5.450	2.104	5.460	2.173
Adiantamentos de clientes		292	173	2.252	174
Participações estatutárias	16	328	361	328	361
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	17	256	199	256	199
Juros sobre o capital próprio a pagar	18.f	7.647	1.801	7.647	1.801
Dividendos mínimos obrigatórios	18.g	8.118	1.313	8.118	1.313
Passivos de operações descontinuadas	10.4	–	–	2	123
Outras exigibilidades		2.828	1.900	3.031	2.061
Total do passivo circulante		78.452	37.128	84.190	38.113
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	1.854	703	1.884	714
Impostos diferidos	8a	6.713	4.900	6.713	4.900
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	17	473	391	473	391
Provisão para passivo pós - emprego	30	1.142	1.541	1.142	1.541
Provisão para aposentadoria compulsória	31	4.528	4.687	4.528	4.687
Total do passivo não circulante		14.710	12.222	14.740	12.233
Total do passivo		**93.162**	**49.350**	**98.930**	**50.346**
Patrimônio líquido					
Capital social	18.a	177.000	177.000	177.000	177.000
Retenção de lucros	18.b	25.665	8.154	25.665	8.154
Reserva legal	18.c	4.078	759	4.078	759
Reserva de incentivos fiscais	18.d	1.450	1.450	1.450	1.450
Reserva de lucros a realizar	18.e	28.438	–	28.438	–
Dividendos adicionais propostos	18.g	–	2.342	–	2.342
Ajuste de avaliação patrimonial	18.h	1.179	1.491	1.179	1.491
Outros resultados abrangentes	18.i	(212)	(779)	(212)	(779)
Total do patrimônio líquido		237.598	190.417	237.598	190.417
Patrimônio líquido		**330.760**	**239.767**	**336.528**	**240.763**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação expresso em reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Receita de venda de bens e serviços	20	306.566	175.305	311.648	182.413
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	21	(221.895)	(126.856)	(228.854)	(133.842)
Lucro bruto		84.671	48.449	82.794	48.571
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas	22	(7.105)	(5.822)	(8.846)	(6.953)
Despesas gerais e administrativas	23	(24.469)	(20.192)	(24.978)	(20.311)
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber		(781)	(156)	(781)	(156)
Outras receitas operacionais	7	8.696	985	8.798	822
Outras despesas operacionais		(185)	(501)	(197)	(503)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	11.848	1.907	15.982	3.194
Lucro antes do resultado financeiro		72.675	24.670	72.772	24.664
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	8.355	1.080	8.505	1.212
Despesas financeiras	24	(2.213)	(815)	(2.460)	(941)
		6.142	265	6.045	271
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		78.817	24.935	78.817	24.935
Imposto de renda e contribuição social corrente	8.C	(11.219)	(4.920)	(11.219)	(4.920)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8.C	(1.522)	(2.295)	(1.522)	(2.295)
Lucro líquido das operações continuadas		66.076	17.720	66.076	17.720
Prejuízo líquido das operações descontinuadas	10.3	(8)	(4.920)	(8)	(4.920)
Lucro líquido do exercício		66.068	12.800	66.068	12.800
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		66.068	12.800	66.068	12.800
Lucro básico e diluído por ação	19			22,413	4,342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro líquido do exercício		66.068	12.800	66.068	12.800
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados subsequentementepara a demonstração do resultado:					
Ganhos atuariais sobre provisão pós-emprego	30	506	(429)	506	(429)
Ganhos (perdas) atuariais sobre provisão para aposentadoria compulsória	31	351	(825)	351	(825)
Impostos diferidos sobre ganhos / (perdas) atuariais	8.b	(291)	426	(291)	426
		566	(828)	566	(828)
Resultado abrangente do exercício		66.634	11.972	66.634	11.972
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		66.634	11.972	66.634	11.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

>>>Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

>>>Continuação...

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	(Prejuízos) lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores
Saldos em 31 de dezembro de 2019		177.000	1.450	103	–	1.471	1.803	49	–	181.876
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	12.800	12.800
Outros resultados abrangentes:										
Ganhos atuariais sobre provisão pós-emprego	30	–	–	–	–	–	–	(429)	–	(429)
Perdas atuariais sobre provisão para aposentadoria compulsória	31	–	–	–	–	–	–	(825)	–	(825)
Impostos diferidos sobre ganhos e perdas atuariais	8.b	–	–	–	–	–	–	426	–	426
Depreciação do custo atribuído	18.e	–	–	–	–	–	(312)	–	312	–
Reserva legal	18.c	–	–	656	–	–	–	–	(656)	–
Juros sobre o capital próprio - Lei 9.249/95	18.f	–	–	–	–	–	–	–	(2.118)	(2.118)
Dividendos mínimos obrigatórios	18.g	–	–	–	–	–	–	–	(1.313)	(1.313)
Dividendos adicionais propostos	18.g	–	–	–	–	2.342	–	–	(2.342)	–
Retenção de lucros acumulados	18.b	–	–	–	–	6.683	–	–	(6.683)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		177.000	1.450	759	–	10.496	1.491	(779)	–	190.417
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	66.068	66.068
Outros resultados abrangentes:										
Ganhos atuariais sobre provisão pós-emprego	30	–	–	–	–	–	–	506	–	506
Perdas atuariais sobre provisão para aposentadoria compulsória	31	–	–	–	–	–	–	351	–	351
Impostos diferidos sobre ganhos e perdas atuariais	8.b	–	–	–	–	–	–	(291)	–	(291)
Depreciação do custo atribuído	18.e	–	–	–	–	–	(311)	–	311	–
Reserva legal	18.c	–	–	3.319	–	–	–	–	(3.319)	–
Dividendos	18.g	–	–	–	–	(2.342)	–	–	–	(2.342)
Juros sobre o capital próprio - Lei 9.249/95	18.f	–	–	–	–	–	–	–	(8.993)	(8.993)
Dividendos mínimos obrigatórios	18.g	–	–	–	–	–	–	–	(8.118)	(8.118)
Constituição de reserva de lucros a realizar	18.e	–	–	–	28.438	–	–	–	(28.438)	–
Retenção de lucros acumulados	18.b	–	–	–	–	17.511	–	–	(17.511)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		177.000	1.450	4.078	28.438	25.665	1.180	(213)	–	237.598

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais:					
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social das operações continuadas		78.817	24.935	78.817	24.935
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social das operações descontinuadas		(8)	(4.920)	(8)	(4.920)
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	11 e 12	4.972	4.567	5.337	5.149
Provisão (reversão) para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	5.c	578	(59)	578	(111)
Provisão (reversão) para perdas por redução ao valor recuperável dos estoques	6.b	1.672	(220)	1.660	69
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	17	12	228	12	204
Provisão para obrigações pós-emprego	30	107	73	107	73
Provisão para aposentadoria compulsória	31	192	242	192	242
Provisão (reversão) para comissões		(2)	5	28	4
Despesa com juros sobre empréstimos e financiamentos		853	238	928	245
Créditos tributários de PIS e COFINS gerados pela exclusão do ICMS da base de cálculo	7	(11.931)	–	(11.931)	–
Perda por redução ao valor recuperável		–	–	–	15
Variações cambiais não realizadas		558	(80)	496	(79)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos		490	93	645	93
Resultado na venda de ativo imobilizado	11	–	7	25	2.373
Equivalência patrimonial	10.3	(11.840)	3.013	(15.982)	(3.194)
Atualização monetária de indébitos tributários de IRPJ e CSLL		(456)	–	(456)	–
		64.014	28.122	60.448	25.098
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		(23.119)	(6.119)	(13.238)	(6.433)
Estoques		(37.934)	(8.707)	(41.344)	(6.440)
Tributos a recuperar		2.913	9.333	847	9.626
Outros créditos, despesas antecipadas e depósitos judiciais		(717)	(656)	(1.142)	(84)
Fornecedores		6.376	(6.831)	6.775	(8.109)
Participações estatutárias		(33)	171	(33)	171
Outras exigibilidades e demais contas		989	3.286	4.274	3.272
		(51.525)	(9.523)	(43.861)	(7.997)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(11.864)	–	(11.864)	–
Pagamento de juros sobre financiamentos		(482)	(237)	(486)	(244)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		143	18.362	4.237	16.857
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	11, 12 e 32	(10.224)	(4.780)	(10.329)	(4.800)
Recebimento por vendas de ativo imobilizado	11	87	60	120	4.384
Redução de capital social em controlada	10.3	1.147	3.353	–	–
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(8.990)	(1.367)	(10.209)	(416)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:					
Pagamentos de dividendos		(5.394)	(490)	(6.802)	(490)
Captação de empréstimos e financiamentos	15	28.877	2.389	31.173	2.389
Amortização de empréstimos e financiamentos	15	(13.881)	(1.573)	(13.925)	(1.619)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		(65)	–	(65)	–
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		9.537	326	10.381	280
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		690	17.321	4.409	16.721
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa:					
No início do exercício		44.120	26.799	44.391	27.670
No fim do exercício		44.810	44.120	48.800	44.391
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		690	17.321	4.409	16.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Distribuição do valor adicionado					
Empregados:					
Remuneração direta		27.342	24.273	28.866	25.625
Benefícios		9.833	8.897	10.209	9.269
Fgts		2.323	1.843	2.508	1.988
Tributos					
Federais		35.664	24.223	35.778	25.042
Estaduais		11.055	7.866	10.089	8.118
Municipais		270	272	270	272
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		44	115	47	118
Aluguéis		127	33	209	102
Remuneração de capitais próprios					
Juros sobre o capital próprio		8.993	2.118	8.993	2.118
Dividendos mínimos obrigatórios		8.118	1.313	8.118	1.313
Lucros retidos		49.268	9.681	49.268	9.681
		153.037	80.634	154.355	83.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Tekno S.A. Indústria e Comércio ("Companhia" ou "Tekno") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo - SP, na Rua Alfredo Mario Pizzotti, 51 e com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA sob as siglas "TKNO3" e "TKNO4". A Companhia tem por objeto social a industrialização, comercialização e pintura de bobinas metálicas e também a participação societária em outras sociedades no Brasil e no exterior. Fazem parte das demonstrações financeiras as seguintes empresas: Controladas: • Profinish - Indústria e Comércio Ltda. ("Profinish"): fabricação de produtos químicos para tratamento superficial de metais e plásticos e congêneres, destinados aos mercados interno e externo. Em 12 de maio de 2020 a controlada Profinish Indústria e Comércio, anteriormente denominada Casamob Industria e Comércio Ltda, descontinuou a atividade de fabricação de moveis de aço, continuando somente com a atividade de fabricação e comercialização de produtos químicos. • Alukroma Indústria e Comércio Ltda. ("Alukroma"): fabricação, industrialização, distribuição e comercialização de painéis compostos de alumínio e outros metais. Controladas em conjunto: • Wolverine/Tekno Laminates and Composites Ltda. ("Wolverine/Tekno"): industrialização e comercialização de produtos laminados destinados à indústria automobilística. • Perfilor S.A. Construções, Indústria e Comércio ("Perfilor"): industrialização e comercialização de telhas de aço, utilizadas na cobertura e fechamento de imóveis, principalmente industriais e comerciais. O exercício social da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 compreendem: • As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), identificadas como Controladora e Consolidado. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado, atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 individuais e consolidadas em um único conjunto, inclusive as notas explicativas, lado a lado. As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para divulgação pelo Conselho da Administração em reunião ocorrida em 14 de março de 2022. **2.2. Bases de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** As presentes demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Quando existentes, transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. Eram as seguintes as taxas em Reais das moedas a seguir relacionadas por ocasião do encerramento do balanço:

	USD (Dólar Americano)	EUR (Euro)
31 de dezembro de 2020 - R$	5,196	6,378
31 de dezembro de 2021 - R$	5,581	6,321

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas: Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme seguem: (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: São utilizadas projeções de resultados preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, objetivando mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros que sustentem a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e da contribuição social diferidos a serem registrados nas demonstrações financeiras. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos. (b) Vida útil do ativo imobilizado: A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis de seu ativo imobilizado. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo. (c) Redução dos valores de recuperação dos ativos: A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise do valor recuperável com base no valor em uso do ativo, utilizando os fluxos de caixa futuros estimados e descontados a valor presente. Para as empresas controladas e controladas em conjunto, na existência de tais indicativos, a administração efetua a análise do valor recuperável para cada ativo pelo seu valor justo de mercado, descontando as despesas necessárias para venda, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. (d) Perda por redução ao valor recuperável dos estoques: A perda por redução ao valor recuperável dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas incorridas nos esforços de vendas, bem como na análise de itens obsoletos ou com baixa movimentação. (e) Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber: É constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos, adotando o critério de constituir perdas estimadas para a totalidade dos títulos junto a clientes concordatários e/ou falidos e para títulos vencidos avaliados com risco de perda. (f) Provisão para riscos fiscais trabalhistas e cíveis: A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. (g) Obrigações pós-emprego: A provisão para benefícios pós-emprego é constituída com base em laudo atuarial realizado por empresa especializada, utilizando as premissas descritas na nota explicativa nº 30. (h) Provisão para despesas com aposentadoria compulsória A Companhia constitui provisão para despesas com aposentadoria compulsória de gerentes e supervisores com base nos valores das multas rescisórias, ajustadas a valor presente, com base nas premissas descritas na nota explicativa n° 31. **3. Resumo das principais políticas contábeis**: O sumário das principais práticas contábeis aplicadas para as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as quais foram aplicadas de forma consistente nestes exercícios são como segue: **3.1 Bases de consolidação e investimentos em controladas e em controladas em conjunto:** A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras da Companhia e de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. No consolidado, as demonstrações financeiras das controladas em conjunto foram registradas pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional da Tekno, no patrimônio líquido, no resultado do exercício e nos resultados abrangentes em uma única rubrica que está apresentada no balanço patrimonial consolidado, bem como na demonstração consolidada do resultado ou do resultado abrangente como "Investimentos" e "Resultado de equivalência patrimonial", respectivamente. Considera–se existir controle compartilhado somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas com controladas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. **3.2 Instrumentos financeiros:** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece o contas a receber de clientes inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. • Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. • Passivos financeiros: A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, e outras contas a pagar. Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações com *Non Deliverable Forwards* (NDF) para proteção de exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado na rubrica de Resultado Financeiro na demonstração do resultado. **3.3 Ativos financeiros:** a) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, têm liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração serem, essas aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo dessas aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. As aplicações financeiras incluídas em equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado". b) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto. A provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. c) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros: Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo de caixa futuro estimado do investimento. **3.4 Estoques:** Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. A provisão para perdas por redução ao valor recuperável dos estoques são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, com base na análise do valor de venda menos despesas e na análise de itens obsoletos ou com baixa movimentação. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. **3.5 Imobilizado:** É avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e construções em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis em 31 de dezembro de 2010, descrita na nota explicativa nº 11, foram avaliados a valor justo os custos das classes de imobilizado de edificações e máquinas e equipamentos, com base na adoção do custo atribuído aos ativos destas classes. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensu-

>>>Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

>>>Continuação...

ráveis de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício ou período em que ocorre a alienação ou baixa. **3.6 Intangível:** Os ativos intangíveis que são adquiridos ou desenvolvidos pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **3.7 Redução ao valor recuperável (*Impairment*):** • Ativos não financeiros: No fim de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso são submetidos ao teste de redução ao valor líquido recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução do valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente (exceto ágio), ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **3.8 Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.9 Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto tem uma obrigação legal ou contratual de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O imposto de renda é calculado com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R$240, e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o resultado tributável. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data base das demonstrações financeiras. Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.11 Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. A provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos considerados prováveis de perda. **3.12 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. • Venda de bens e serviços: A receita operacional é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **3.13 Lucro básico e diluído por ação:** Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas em circulação durante os exercícios apresentados. Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais potenciais diluidoras em circulação durante os exercícios apresentados. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação. **3.14 Demonstração de valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto que para as IFRS estas demonstrações representam informação complementar. **3.15 Informações por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis. Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos. **3.16 Novos pronunciamentos contábeis IFRS**: **3.16.1 Efetivos:** Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2021 pelo "International Accounting Standards Board-IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021: • Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. • Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid - 19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **3.16.2 Não efetivos:** Novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. • IFRS 17 - Contratos de seguro: • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante A Companhia não espera que tais normas alteradas e interpretações terão impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	309	107	324	171
Aplicações financeiras de liquidez imediata	44.501	44.013	48.476	44.220
Total	**44.810**	**44.120**	**48.800**	**44.391**

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a investimentos em fundos de renda fixa classificados de baixo risco, remunerados a taxa média de 121,80% (90,48% em 31 de Dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

5. Contas a receber de clientes

a) Composta por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
No país	48.882	36.974	49.667	38.594
No exterior	665	802	665	802
Total	**49.547**	**37.776**	**50.332**	**39.396**
Partes Relacionadas (Nota 9)	16.059	4.720	6.629	3.260
(-) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	(967)	(389)	(967)	(389)
	64.639	**42.107**	**55.994**	**42.267**

b) Por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A vencer				
Até 30 dias	25.000	18.176	25.605	19.390
De 31 a 60 dias	16.312	13.533	16.428	13.845
De 61 a 90 dias	3.343	2.627	3.343	2.627
De 91 a 180 dias	397	502	397	502
Acima de 181 dias	–	2	–	2
Total a vencer	**45.052**	**34.840**	**45.773**	**36.366**
Vencido				
Até 30 dias	3.528	2.140	3.592	2.234
De 31 a 60 dias	–	2	–	2
De 91 a 180 dias	325	84	325	84
Acima de 181 dias	642	710	642	710
Total vencido	4.495	2.936	4.559	3.030
Total	**49.547**	**37.776**	**50.332**	**39.396**

c) Movimentação da provisão para perdas por redução ao valor recuperável:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(389)	(448)	(389)	(640)
Adições	(940)	(275)	(940)	(334)
Baixas por recebimento	159	119	159	119
Perdas realizadas	197	210	197	300
Baixa de provisões constituídas em exercícios anteriores	6	5	6	26
Transferência de saldo para ativos de operações descontinuadas	–	–	–	140
Saldo final	**(967)**	**(389)**	**(967)**	**(389)**

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber no valor das perdas estimadas em decorrência da incapacidade dos clientes de efetuar os pagamentos de títulos vencidos e possuem como procedimento rever tais perdas estimadas trimestralmente a fim de serem ajustadas, se necessário, adotando o critério de constituir perdas estimadas para a totalidade dos títulos junto a clientes concordatários e/ou falidos e para títulos vencidos avaliados com risco de perda. Historicamente não têm sido verificadas perdas significativas nas contas a receber de clientes.

6. Estoques

a) Compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Produtos acabados	29.343	13.247	33.150	15.573
Produtos em elaboração	50	36	403	488
Matérias-primas	46.194	25.010	51.146	27.673
Material de consumo e outros	5.614	4.974	5.686	5.018
	81.201	**43.267**	**90.385**	**48.752**
(-) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável no estoques de:				
Produtos acabados	(2.295)	(1.643)	(3.054)	(2.394)
Matérias-primas	(2.660)	(1.603)	(2.671)	(1.633)
Material de consumo e outros	(1.568)	(1.605)	(1.568)	(1.606)
	(6.523)	**(4.851)**	**(7.293)**	**(5.633)**
	74.678	**38.416**	**83.092**	**43.119**

b) Movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(4.851)	(5.071)	(5.633)	(6.330)
Adições	(4.382)	(2.243)	(4.837)	(3.067)
Reversões	2.710	2.463	3.177	2.998
Transferência de saldo para ativos não correntes a venda	–	–	–	766
Saldo final	**(6.523)**	**(4.851)**	**(7.293)**	**(5.633)**

A despesa com constituição de provisão para perdas por redução ao valor recuperável dos estoques foi registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados" na demonstração do resultado.

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS - Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços	885	215	3.596	1.506
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	11.171	4.135	12.543	5.035
PIS - Programa de integração social	2.436	983	2.736	1.179
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	26	–	150	–
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	3.512	393	3.552	433
CSLL- Contribuição social sobre lucro líquido	1.234	92	1.236	94
	19.264	**5.818**	**23.813**	**8.247**
Circulante	12.722	5.477	12.960	5.591
Não circulante	6.542	341	10.853	2.656
	19.264	**5.818**	**23.813**	**8.247**

Os saldos a recuperar do PIS e COFINS decorrem, substancialmente, de dois Mandados de Segurança impetrados pela Companhia, nos quais se pretendia assegurar o direito ao não recolhimento das contribuições do PIS e da COFINS sobre os valores relativos ao ICMS, bem como o direito à compensação dos referidos valores recolhidos indevidamente. Em relação ao primeiro mandado de segurança, com decisão transitada em julgado em 13 de setembro de 2018, foi apurado um crédito de R$14.788, relativo ao período de 29/11/2002 a 29/11/2007, que restou integralmente compensado pela Companhia até 30 de setembro de 2020. Após a modulação dos efeitos pelo Superior Tribunal Federal (STF) no julgamento dos embargos de declaração opostos pela União, realizado em 13 de maio de 2021, a Companhia entendeu possuir direito ao reconhecimento de um crédito complementar relativo ao período entre 30/11/2007 e 11/05/2012, no valor de R$ 11.931. O referido crédito complementar foi registrado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021 nas rubricas de outras receitas operacionais (R$ 6.007) e receitas financeiras (R$ 5.924). No que tange ao segundo mandado de segurança, com decisão transitada em julgado em 07 de maio de 2019, foi apurado um crédito no valor de R$ 11.759, referente ao período de 12/05/2012 a 30/04/2017, que restou integralmente compensado pela Companhia até 31 de dezembro de 2021. A Companhia impetrou ainda um mandado de segurança, visando assegurar o seu direito a não inclusão dos valores correspondentes à SELIC na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, quando da apuração do indébito tributário, bem como o direito à compensação dos valores recolhidos à maior a tal título. Em decorrência da decisão do Superior Tribunal Federal (STF) proferida em 24 de setembro de 2021, com efeito vinculante, que tornou inconstitucional a inclusão, na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, da taxa SELIC recebida pelos contribuintes em suas repetições de indébito, a Companhia apurou um crédito no valor de R$ 4.660 e o registrou nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 nas rubricas de imposto de renda e contribuição social corrente (R$ 4.204) e receitas financeiras (R$ 456). **8. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido**: **a. Diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Ativo fiscal diferido - não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável dos estoques	6.523	4.851	7.293	5.633
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	967	389	967	389
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	729	717	729	717
Provisão para obrigações pós-emprego	1.142	1.541	1.142	1.541
Provisão para despesa com aposentadoria compulsória	4.528	4.687	4.528	4.687
Provisão para comissões a pagar	2	–	12	38
Redução de ágio por rentabilidade futura	1.193	1.193	1.193	1.193
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	–	–	69.269	64.323
Provisão para indenizações trabalhistas	88	215	88	215
Passivo de arrendamento	–	36	–	38
Provisão para serviços prestados por terceiros	1.544	36	1.640	141
Provisão para perdas em operações de hedge	518	93	673	93
Ajuste de Receitas - CPC 47	104	–	104	–
Provisões de operações descontinuadas	–	–	360	1.023
Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)	–	–	15	15
	17.338	13.758	88.013	80.046
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
	5.895	4.678	29.924	27.216
Impostos diferidos ativos não constituídos das controladas Alukroma e Profinish (i)	–	–	(23.064)	(21.678)
	5.895	4.678	6.860	5.538
Compensação com impostos diferidos passivo	(5.895)	(4.678)	(6.860)	(5.538)
Impostos diferidos ativo	–	–	–	–

Passivo fiscal diferido - não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação referente ajuste de vida útil	(29.266)	(25.913)	(32.105)	(28.441)
Custo atribuído do imobilizado	(1.787)	(2.258)	(1.787)	(2.258)
Recuperação de indébitos tributários a tributar na primeira compensação	(6.007)	–	(6.007)	–
Passivo de arrendamento	(21)	–	(21)	–
	(37.081)	(28.171)	(39.920)	(30.699)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
	(12.608)	(9.578)	(13.573)	(10.438)
Compensação de impostos diferidos ativo	5.895	4.678	6.860	5.538
Impostos diferidos passivo	**(6.713)**	**(4.900)**	**(6.713)**	**(4.900)**

(i) A Administração da Companhia tem por regra constituir o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos quando há expectativa de lucro tributável futuro ou até o limite dos saldos de impostos diferidos passivos. Na controladora, os impostos diferidos ativos foram constituídos em sua totalidade.

b. Movimentação dos impostos diferidos

Controladora	Impostos diferidos ativo	Impostos diferidos passivo	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**5.563**	**(8.594)**	**(3.031)**
Movimentação no resultado do período	(1.311)	(984)	(2.295)
Movimentação outros resultados abrangentes	426	–	426
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**4.678**	**(9.578)**	**(4.900)**
Movimentação no resultado do exercício	1.508	(3.030)	(1.522)
Movimentação outros resultados abrangentes	(291)	–	(291)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**5.895**	**(12.608)**	**(6.713)**

Consolidado	Impostos diferidos ativo	Impostos diferidos passivo	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**7.209**	**(10.240)**	**(3.031)**
Movimentação no resultado do período	(2.097)	(198)	(2.295)
Movimentação outros resultados abrangentes	426	–	426
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**5.538**	**(10.438)**	**(4.900)**
Movimentação no resultado do exercício	1.613	(3.135)	(1.522)
Movimentação outros resultados abrangentes	(291)	–	(291)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**6.860**	**(13.573)**	**(6.713)**

c. Conciliação com o resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas	78.817	24.935	78.817	24.935
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social das operações descontinuadas	(8)	(4.920)	(8)	(4.920)
(+) Equivalência patrimonial de operações continuadas	(11.848)	(1.907)	(15.982)	(3.194)
(+) Equivalência patrimonial de operações descontinuadas	8	4.920	–	–
(+) Benefício fiscal do juros s/capital próprio	(8.993)	(2.118)	(8.993)	(2.118)
(+) Participações estatutárias	290	322	290	322
(–) Exclusão da atualização monetária de indébitos tributários	(7.187)	–	(7.187)	–
(+) Outras adições (exclusões) permanentes, líquidas	494	(11)	559	(1)
	51.573	21.221	47.496	15.024
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(17.535)	(7.215)	(16.149)	(5.108)
(+) Incentivos fiscais de IRPJ	590	–	590	–
(+) Crédito de IRPJ e CSLL sobre a atualização monetária de indébitos tributários (nota explicativa nº 7)	4.204	–	4.204	–
	(12.741)	**(7.215)**	**(11.355)**	**(5.108)**
Resultado do exercício das controladas Alukroma e Profinish	–	–	(4.142)	(6.206)
(+) Outras adições (exclusões) permanentes, líquidas	–	–	67	8
	–	–	(4.075)	(6.198)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
(=) Imposto de renda e contribuição social ativo não constituído das controladas Alukroma e Profinish (2)	–	–	(1.386)	(2.107)
(Despesa) receita de imposto de renda e contribuição social (1+2)	**(12.741)**	**(7.215)**	**(12.741)**	**(7.215)**
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	(11.219)	(4.920)	(11.219)	(4.920)
Diferidos	(1.522)	(2.295)	(1.522)	(2.295)
	(12.741)	**(7.215)**	**(12.741)**	**(7.215)**

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e suas partes relacionadas, as quais foram realizadas em preços e condições definidos entre as partes. **a. Saldos de ativos e passivos:** Os saldos de ativos e passivos com partes relacionadas, estão registrados no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 nas rubricas de:

1. Contas a receber de clientes (nota 5):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladas				
Alukroma (i)	9.430	1.460	–	–
Controladas em conjunto				
Wolverine/Tekno (i)	11	87	11	87
Perflor (i)	6.553	3.173	6.553	3.173
	6.564	**3.260**	**6.564**	**3.260**
Outras partes relacionadas				
Marko Sistemas Metálicos (ii)	65	–	65	–
	16.059	**4.720**	**6.629**	**3.260**

2. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladas				
Profinish (iii)	2	–	–	–
Alukroma (iv)	694	500	–	–
Alukroma (iii)	19	4	–	–
	715	**504**	**–**	**–**
Controladas em conjunto				
Wolverine/Tekno (iii)	36	36	36	36
	751	**540**	**36**	**36**

3. Fornecedores (nota 13)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladas				
Profinish (v)	304	48	–	–
Controladas em conjunto				
Wolverine/Tekno (vi)	1	32	–	32
Perflor (vii)	3	–	3	–
	4	**32**	**3**	**32**
Outras partes relacionadas				
Albino Advogados (viii)	954	–	954	–
	1.262	**80**	**957**	**32**

>>>Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

>>>Continuação...

5. Outras exigibilidades

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladas				
Profinish (ix)	–	5	–	–
Controladas em conjunto				
Perfilor (ix)	192	38	192	38
	192	**43**	**192**	**38**

5. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladas				
Alukroma (x)	–	2.070	–	–

6. Remunerações a pagar aos administradores

	Controladora e consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração a pagar aos administradores (xi)	147	149

(i) Saldos a receber referentes a operações de venda de produtos e prestação de serviços de industrialização realizados pela Companhia para suas controladas e controladas em conjunto. (ii) Saldos a receber referentes a operações de venda de produtos e prestação de serviços de industrialização realizados pela Companhia para a empresa Marko Sistemas Metálicos de Construção Ltda, que possui como sócios a conselheira administrativa Flávia de Almeida Borges e o acionista Carlos Alberto de Almeida Borges. (iii) Saldos a receber referentes a contratos de aluguéis e de serviços administrativos realizados pela Companhia para suas controladas e controladas em conjunto. (iv) Saldos a receber referente a contrato de mútuo financeiro celebrado entre a controladora e sua controlada Alukroma. (v) Saldos a pagar referentes a aquisição de produtos químicos da controlada em conjunto Profinish. (vi) Saldos referentes a aquisição de matéria–prima da controlada em conjunto Wolverine/Tekno. (vii) Saldos referentes a aquisição de produtos fabricados pela controlada em conjunto Perfilor. (viii) Saldos a pagar referentes a serviços advocatícios prestados pela Sociedade Albino de Advogados, relativo ao mandato de segurança visando a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS. Possui como quotista o conselheiro administrativo Fernando Antonio Albino de Oliveira. (ix) Saldos referentes a materiais recebidos para industrialização de suas controladas e controladas em conjunto; (x) Adiantamento a fornecedores efetuado pela Companhia à sua controlada Alukroma, para aquisição de bobinas de alumínio; (xi) Os saldos a pagar aos administradores (Honorários) estão registrados no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, na rubrica de Obrigações Sociais e Trabalhistas.

b. Transações com partes relacionadas:

1. Venda líquida de produtos e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Controladas				
Profinish	–	155	–	–
Alukroma	8.191	1.790	–	–
	8.191	**1.945**	**–**	**–**
Controladas em conjunto				
Wolverine/Tekno	1.868	1.199	1.868	1.199
Perfilor	23.402	17.380	23.402	17.380
	25.270	**18.579**	**25.270**	**18.579**
Outras partes relacionadas				
Marko Sistemas Metálicos	1.996	–	1.996	–
Guilherme Luiz do Val	7	–	7	1
Guilherme Madeira do Val	–	–	–	1
	35.464	**20.524**	**27.273**	**18.581**

2. Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Controladas				
Aluguéis e condomínios (xii)	21	51	–	–
Serviços compartilhados (xiii)	78	112	–	–
	99	**163**	**–**	**–**
Controladas em conjunto				
Aluguéis e condomínios (xii)	163	172	163	172
Serviços compartilhados (xiii)	294	280	294	280
	457	**452**	**457**	**452**
	556	**615**	**457**	**452**

3. Compra de produtos e serviços, líquido de impostos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Controladas				
Profinish	1.639	1.818	–	–
Alukroma	7.192	30	–	–
	8.831	**1.848**	**–**	**–**
Controladas em conjunto				
Wolverine/Tekno	–	106	2	106
Perfilor	22	145	22	145
	22	**251**	**24**	**251**
Outras partes relacionadas				
Albino Advogados (xiv)	954	22	954	22
	9.807	**2.121**	**978**	**273**

4. Venda de ativo imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Controladas				
Alukroma	2	–	–	–
Outras partes relacionadas				
Guilherme Luiz do Val	14	–	14	–
	16	**–**	**14**	**–**

6. Compra de ativo imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Controladas				
Profinish	32	–	–	–
	32	**–**	**–**	**–**

7. Receita de mútuos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Controladas				
Alukroma	44	–	31	–
	44	**–**	**31**	**–**

(xii) Contratos de aluguel de imóveis: Celebrado com a controlada Profinish e com as controladas em conjunto Wolverine/Tekno e Perfilor, com prazo de vigência de 12 meses, reajustado anualmente pelo IGPM - FVG. **(xiii) Contratos de prestação de serviços administrativos:** Referem-se aos rateios das despesas administrativas diversas para a controlada Profinish e para a controlada em conjunto Wolverine/Tekno, com prazo de vigência indeterminado, reajustável nas mesmas datas e pelos mesmos índices de aumentos concedidos pela controladora a seus funcionários. **(xiv) Contratos de prestação de serviços advocatícios**: Refere-se a serviços advocatícios prestados pela Sociedade Albino de Advogados, relativos aos processos judiciais visando a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS. Possui como quotista o conselheiro administrativo Fernando Antonio Albino de Oliveira.

	Controladora e consolidado	
c. Remuneração dos administradores	**2021**	**2020**
C.1. Remuneração dos administradores:		
Honorários do conselho de administração e fiscal	1.101	1.054
Honorários da diretoria estatutária	1.576	1.554
	2.677	**2.608**
Outras remunerações:		
Benefícios (Seguro de vida, plano de saúde, previdência privada e veículos)	181	210
Encargos sociais (FGTS e INSS)	657	644
	838	**854**
	3.515	**3.462**

	Controladora e consolidado	
C.2. Remuneração do pessoal chave:	**2021**	**2020**
Salários	502	421
Outras remunerações:		
Benefícios e encargos sociais (Seguro de vida, plano de saúde, previdência privada, veículos, FGTS e INSS)	224	202
	726	**623**

	Controladora e consolidado	
	2021	**2020**
C.3. Participações estatutárias	290	323

A Companhia não possui outros benefícios ou obrigações pós-emprego de longo prazo, exceto os detalhados nas notas explicativas nº 29 e 30. Os benefícios de curto prazo para a diretoria executiva são os mesmos dos demais funcionários. De acordo com a legislação societária brasileira e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixar e aprovar em Assembleia Geral Ordinária o montante global da remuneração anual dos administradores. Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 foi aprovado o limite máximo de remuneração global para os administradores no montante de R$ 2.933, já inclusos os benefícios. Os encargos sociais e a remuneração do pessoal chave não fazem parte do montante global da remuneração anual dos administradores.

10. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos em controladas	12.012	15.965	–	–
Investimentos em controladas em conjunto	37.037	21.055	37.037	21.055
	49.049	**37.020**	**37.037**	**21.055**
Outros	33	33	33	33
	49.082	**37.053**	**37.070**	**21.088**

10.1 Informações relativas aos investimentos em controladas

	Profinish (i)		Alukroma	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	3.590	4.840	27.600	20.504
Passivo	271	405	15.947	4.678
Capital social	45.635	46.782	32.253	32.253
Patrimônio líquido	3.319	4.435	11.653	15.826
Receita operacional líquida	1.900	3.105	20.465	9.082
Resultado do exercício	**31**	**(4.899)**	**(4.173)**	**(1.307)**
Percentual de participação	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%

10.2 Informações relativas aos investimentos em controladas em conjunto

	Wolverine/Tekno		Perfilor	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	12.992	9.872	113.381	66.314
Passivo	1.537	1.001	49.252	32.215
Capital social	4.748	4.748	57.705	57.705
Patrimônio líquido	11.455	8.871	64.129	34.099
Receita operacional líquida	12.619	8.775	248.853	111.630
Resultado do exercício	**2.585**	**845**	**30.030**	**5.673**
Percentual de participação	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%

10.3 Movimentação dos investimentos das controladas e controladas em conjunto

	Controladora				
	Profinish	Wolverine/ Tekno	Perfilor	Alukroma	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**12.688**	**3.933**	**13.928**	**17.133**	**47.682**
Resultado da equivalência patrimonial de operações continuadas	20	414	2.780	(1.307)	**1.907**
Resultado da equivalência patrimonial de operações descontinuadas	(4.920)	–	–	–	**(4.920)**
Transferência de saldo para ativos de operações descontinuadas (i)	(4.296)	–	–	–	**(4.296)**
Redução de capital social em controlada (ii)	(3.353)	–	–	–	**(3.353)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**139**	**4.347**	**16.708**	**15.826**	**37.020**
Resultado da equivalência patrimonial de operações continuadas	39	1.266	14.716	(4.173)	11.848
Resultado da equivalência patrimonial de operações descontinuadas	(8)	–	–	–	(8)
Redução de capital social em controlada (ii)	(1.147)	–	–	–	(1.147)
Ativos de operações descontinuadas realizados no período	1.336	–	–	–	1.336
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**359**	**5.613**	**31.424**	**11.653**	**49.049**

	Consolidado		
	Wolverine/Tekno	Perfilor	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**3.933**	**13.928**	**17.861**
Resultado da equivalência patrimonial de operações continuadas	414	2.780	3.194
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**4.347**	**16.708**	**21.055**
Resultado da equivalência patrimonial de operações continuadas	1.266	14.716	15.982
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**5.613**	**31.424**	**37.037**

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante de R$ 4.296 referente ao investimento no segmento de móveis, foi transferido para ativos de operações descontinuadas no circulante (R$ 947) e não circulante (R$ 3.349), conforme a expectativa de realização dos ativos e passivos descritos na nota 10.4. (ii) Redução de capital social realizado pela controlada Profinish, mediante transferências bancárias e pela baixa de títulos de crédito, conforme aprovado na reunião de sócios quotistas de 29 de dezembro de 2021.

10.4 Operações descontinuadas: Em 12 de maio de 2020, a controlada Profinish–Indústria e Comércio ("Profinish"), anteriormente denominada Casamob Indústria e Comércio Ltda, assinou os contratos definitivos com a empresa New Order Comércio, Importação e Exportação Ltda ("New Order"), concretizando a alienação de seus ativos da área de fabricação de móveis de aço para a New Order. A Profinish, portanto, continuou somente com a atividade de fabricação e comercialização de produtos químicos, descontinuando a atividade de fabricação de móveis de aço. Em 31 de dezembro de 2021, os ativos e passivos do segmento de móveis estavam classificados como ativos mantidos para venda e como operação descontinuada. O resultado do exercício apresentado pelo segmento de móveis é apresentado a seguir:

	2021	2020
Receita operacional líquida	**261**	**1.287**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(264)	(2.898)
Resultado bruto	**(3)**	**(1.611)**
Despesas operacionais	(12)	(3.308)
Perda por redução ao valor recuperável	–	(15)
Resultado antes do resultado financeiro	**(15)**	**(4.934)**
Resultado financeiro	7	14
Prejuízo líquido proveniente de operações descontinuadas	**(8)**	**(4.920)**

As principais classes de ativos e passivos do segmento de móveis, classificados como mantidos para venda e operação descontinuada em 31 de dezembro de 2021 são:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativos não recorrentes a venda	355	678
Ativos de operações descontinuadas - Circulante	1.569	392
Passivos de operações descontinuadas	(2)	(123)
Total de ativos líquidos de operações descontinuadas - Circulante	**1.922**	**947**
Total de ativos líquidos de operações descontinuadas - Não circulante	**1.038**	**3.349**
Total de ativos líquidos de operações descontinuadas	**2.960**	**4.296**

	Consolidado	
Ativo	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Estoques	102	391
Imobilizado	253	287
Ativos não correntes a venda	**355**	**678**
Contas a receber de clientes	1.505	307
Tributos a recuperar	64	80
Outros ativos	–	5
Ativos de operações descontinuadas - circulante	**1.569**	**392**
Contas a receber de clientes	–	2.274
Tributos a recuperar	1.038	1.075
Ativos de operações descontinuadas - não circulante	**1.038**	**3.349**
Total de ativos de operações descontinuadas	**2.962**	**4.419**
Passivo	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	–	115
Provisão para comissões	2	2
Outros exigibilidades	–	6
Total de passivos de operações descontinuadas	**2**	**123**
Total de ativos líquidos de operações descontinuadas	**2.960**	**4.296**

11. Imobilizado

Controladora										
Custo do imobilizado bruto	**Terrenos**	**Edificações**	**Instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Computadores e periféricos**	**Veículos**	**Direito de uso arrendamento**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**250**	**18.312**	**2.056**	**128.015**	**1.038**	**5.373**	**318**	**–**	**2.039**	**157.401**
Adições	–	–	17	278	21	427	115	–	2.551	3.409
Adições de arrendamento mercantil	–	–	–	–	–	–	–	534	–	534
Baixas	–	–	–	(14)	(9)	(37)	(85)	(14)	–	(159)
Transferências	–	–	–	2.608	9	206	–	–	(2.823)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**250**	**18.312**	**2.073**	**130.887**	**1.059**	**5.969**	**348**	**520**	**1.767**	**161.185**
Adições	–	–	–	726	119	752	–	–	8.302	9.899
Adições de arrendamento mercantil	–	–	–	–	–	–	–	452	–	452
Transferências	–	55	–	251	–	–	–	–	(306)	–
Baixas	–	–	–	(176)	(2)	(311)	(55)	(534)	–	(1.078)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**250**	**18.367**	**2.073**	**131.688**	**1.176**	**6.410**	**293**	**438**	**9.763**	**170.458**
Depreciação acumulada										
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**–**	**(5.886)**	**(1.172)**	**(80.688)**	**(912)**	**(3.990)**	**(195)**	**–**	**–**	**(92.843)**
Adições	–	(273)	(59)	(3.086)	(27)	(403)	(30)	(291)	–	(4.169)
Baixas	–	–	–	4	–	26	48	14	–	92
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**–**	**(6.159)**	**(1.231)**	**(83.770)**	**(939)**	**(4.367)**	**(177)**	**(277)**	**–**	**(96.920)**
Adições	–	(272)	(59)	(3.248)	(33)	(533)	(25)	(249)	–	(4.419)
Baixas	–	–	–	164	2	306	37	482	–	991
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**–**	**(6.431)**	**(1.290)**	**(86.854)**	**(970)**	**(4.594)**	**(165)**	**(44)**	**–**	**(100.348)**
Imobilizado líquido										
Saldo em 31 de dezembro de 2021	250	11.936	783	44.834	206	1.816	128	394	9.763	70.110
Saldo em 31 de dezembro de 2020	250	12.153	842	47.117	120	1.602	171	243	1.767	64.265
Taxa média ponderada anual de depreciação - 2021	–	1,6%	4,9%	3,2%	8,2%	11,3%	8,4%	57,8%	–	
Taxa média ponderada anual de depreciação - 2020	–	1,6%	4,9%	3,0%	7,6%	9,7%	9,3%	57,8%	–	

Consolidado										
Custo do imobilizado bruto	**Terrenos**	**Edificações**	**Instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Computadores e periféricos**	**Veículos**	**Direito de uso arrendamento**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**1.700**	**24.318**	**2.069**	**141.400**	**1.173**	**6.009**	**564**	**–**	**2.051**	**179.284**
Adições	–	–	17	281	22	448	116	–	2.551	3.435
Adições de arrendamento mercantil	–	–	–	–	–	–	–	611	–	611
Baixas	–	–	–	(8.887)	(79)	(109)	(286)	(14)	–	(9.375)
Transferências	–	–	–	2.608	9	206	–	–	(2.823)	–
Operações descontinuadas	–	–	–	(250)	(41)	(332)	(46)	–	–	(669)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.700**	**24.318**	**2.086**	**135.152**	**1.084**	**6.222**	**348**	**597**	**1.779**	**173.286**
Adições	–	–	–	823	118	770	–	–	8.301	10.012
Adições de arrendamento mercantil	–	–	–	–	–	–	–	527	–	527
Baixas	–	–	–	(219)	(1)	(324)	(55)	(618)	–	(1.217)
Transferências	–	55	–	262	–	–	–	–	(317)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.700**	**24.373**	**2.086**	**136.018**	**1.201**	**6.668**	**293**	**506**	**9.763**	**182.608**
Depreciação acumulada										
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**–**	**(6.432)**	**(1.173)**	**(84.742)**	**(975)**	**(4.460)**	**(256)**	**–**	**–**	**(98.038)**
Adições	–	(356)	(60)	(3.431)	(32)	(426)	(35)	(339)	–	(4.679)
Baixas	–	–	–	2.812	34	74	101	14	–	3.035
Perda por redução ao valor recuperável	–	–	–	(13)	(2)	–	–	–	–	(15)
Operações descontinuadas	–	–	–	100	20	249	13	–	–	382
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**–**	**(6.788)**	**(1.233)**	**(85.274)**	**(955)**	**(4.563)**	**(177)**	**(325)**	**–**	**(99.315)**
Adições	–	(354)	(59)	(3.466)	(35)	(552)	(25)	(273)	–	(4.764)
Baixas	–	–	–	178	1	307	37	549	–	1.072
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**–**	**(7.142)**	**(1.292)**	**(88.562)**	**(989)**	**(4.808)**	**(165)**	**(49)**	**–**	**(103.007)**
Imobilizado líquido										
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.700	17.231	794	47.456	212	1.860	128	457	9.763	79.601
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.700	17.530	853	49.878	129	1.659	171	272	1.779	73.971
Taxa média ponderada anual de depreciação - 2021	–	1,5%	4,9%	3,2%	8,3%	11,1%	8,4%	58,3%	–	
Taxa média ponderada anual de depreciação - 2020	–	1,5%	4,9%	3,1%	7,3%	9,3%	7,9%	58,3%	–	

Os saldos de imobilizado em andamento na controladora e consolidado, referem-se aos investimentos em máquinas e equipamentos e infraestrutura, realizados pela controladora e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2021, o ativo imobilizado de máquinas e equipamentos inclui R$ 1.787 (R$ 2.258 em 31 de dezembro de 2020) correspondentes à mais - valia proveniente do custo atribuído registrado em 2010, retroativo a 2009, com base em laudos preparados por peritos independentes, deduzidos das subsequentes depreciações e baixas de bens. O custo atribuído constituído, líquido dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizado a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre referido custo atribuído em 31 de dezembro de 2021 no montante de R$ 608 (R$ 767 em 31 de dezembro de 2020) está classificado no passivo não circulante, liquido de impostos diferidos ativo da mesma entidade legal, na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos". Anualmente, a Companhia revisa as taxas de depreciação e vida útil dos bens do ativo imobilizado e efetua a análise do valor recuperável (*impairment*) relacionado ao custo líquido remanescente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).*

>>>Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

>>>Continuação...

12. Intangível

	Controladora			
Custo do intangível bruto	**Marcas e patentes**	**Direito de uso de softwares**	**Softwares em desenvolvimento**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**30**	**6.729**	**152**	**6.911**
Adições	–	–	1.458	1.458
Transferências	–	1.072	(1.072)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**30**	**7.801**	**538**	**8.369**
Adições	–	–	1.234	1.234
Transferências	–	95	(95)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**30**	**7.896**	**1.677**	**9.603**
Amortização acumulada				
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**(30)**	**(5.233)**	**–**	**(5.263)**
Adições	–	(398)	–	(398)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(30)**	**(5.631)**	**–**	**(5.661)**
Adições	–	(553)	–	(553)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(30)**	**(6.184)**	**–**	**(6.214)**
Intangível líquido				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–	1.712	1.677	3.389
Saldo em 31 de dezembro de 2020	–	2.170	538	2.708
Taxa média ponderada anual de amortização - 2021	20,0%	12,2%	–	
Taxa média ponderada anual de amortização - 2020	20,0%	10,1%	–	

	Consolidado			
Custo do intangível bruto	**Marcas e patentes**	**Direito de uso de softwares**	**Softwares em desenvolvimento**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**41**	**8.809**	**152**	**9.002**
Adições	–	–	1.458	1.458
Baixas	(11)	(1.681)	–	(1.692)
Transferências	–	1.072	(1.072)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**30**	**8.200**	**538**	**8.768**
Adições	–	–	1.234	1.234
Transferências	–	95	(95)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**30**	**8.295**	**1.677**	**10.002**

	Consolidado			
Custo do intangível bruto	**Marcas e patentes**	**Direito de uso de softwares**	**Softwares em desenvolvimento**	**Total**
Amortização acumulada				
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**(34)**	**(6.770)**	**–**	**(6.804)**
Adições	(1)	(469)	–	(470)
Baixas	5	1.270	–	1.275
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(30)**	**(5.969)**	**–**	**(5.999)**
Adições	–	(573)	–	(573)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(30)**	**(6.542)**	**–**	**(6.572)**
Intangível líquido				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–	1.753	1.677	3.430
Saldo em 31 de dezembro de 2020	–	2.231	538	2.769
Taxa média ponderada anual de amortização - 2021	20,0%	11,7%	–	
Taxa média ponderada anual de amortização -2020	5,0%	9,1%	–	

Anualmente, a Companhia revisa as taxas de amortização e vida útil dos bens do ativo intangível e efetua a análise do valor recuperável (*impairment*) relacionado ao custo líquido remanescente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).*

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
No País	21.842	15.789	22.911	16.194
No exterior	70	26	70	26
	21.912	**15.815**	**22.981**	**16.220**
Partes Relacionadas (Nota 9)	1.262	80	957	32
	23.174	**15.895**	**23.938**	**16.252**

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Obrigações sociais				
INSS	1.421	1.188	1.465	1.225
FGTS	245	210	261	220
Outros	79	80	82	84
	1.745	**1.478**	**1.808**	**1.529**
Obrigações trabalhistas				
Provisão de férias e encargos	3.252	2.810	3.399	2.945
Participação nos lucros e resultados	4.068	3.819	4.107	3.845
Salários	907	500	946	521
Provisão para indenizações rescisórias	88	215	88	215
Remuneração de administradores	147	149	147	149
Acordos trabalhistas	4	–	4	–
IRRF sobre salários	535	446	554	467
	9.001	**7.939**	**9.245**	**8.142**
	10.746	**9.417**	**11.053**	**9.671**

15. Empréstimos e financiamentos

a. Composto por:

			Controladora			
			Circulante		Não circulante	
Banco ou Instituição Financeira	**Moeda de captação**	**Taxa de juros**	**Última data vencimento**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Bradesco - capital de giro (i)	Real	2,40% a.a. + CDI	Junho/2022	513	1.024	–	511
HP financial (ii)	Real	1,38% a.m.	Janeiro/2022	15	167	–	15
HP financial (iii)	Real	1,06% a.m.	Março/2023	54	48	15	68
BB leasing (iv)	Real	1,03% a.m.	Agosto/2022	74	102	–	75
Banco Itaú - FINIMP (v)	Dólar	3,80% a.a.	Maio/2021	–	2.310	–	–
Banco Itaú - FINIMP (v)	Dólar	3,75% a.a.	Abril/2022	6.656	–	–	–
Banco do Brasil - FINIMP (v)	Dólar	4,38% a.a.	Março/2022	2.972	–	–	–
Banco Itaú - FINIMP (v)	Dólar	3,80% a.a.	Julho/2022	1.546	–	–	–
Banco Itaú - FINIMP (v)	Dólar	3,80% a.a.	Julho/2022	1.523	–	–	–
Bradesco - FINAME BNDES (vii)	Real	6,49% a.a.	Junho/2026	342	–	1.573	–
Banco Itaú - Operação 4131 (viii)	Euro	3,55% a.a.	Julho/2022	5.265	–	–	–
Passivo de arrendamento (nota 15.c)	Real	12% a.a.	Setembro/2022	135	221	266	34
				19.095	**3.872**	**1.854**	**703**

			Consolidado				
			Circulante		Não circulante	
Banco ou Instituição Financeira	**Moeda de captação**	**Taxa de juros**	**Última data vencimento**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Bradesco - capital de giro (i)	Real	2,40% a.a. + CDI	Junho/2022	513	1.024	–	511
HP financial (ii)	Real	1,38% a.m.	Janeiro/2022	15	167	–	15
HP financial (iii)	Real	1,06% a.m.	Março/2023	54	48	15	68
BB leasing (iv)	Real	1,03% a.m.	Agosto/2022	74	102	–	75
Banco Itaú - FINIMP (v)	Dólar	3,80% a.a	Maio/2021	–	2.310	–	–
Banco Itaú - FINIMP (v)	Dólar	3,75% a.a.	Abril/2022	6.656	–	–	–
Banco do Brasil - FINIMP (v)	Dólar	4,38% a.a	Março/2022	2.972	–	–	–
Banco Itaú - FINIMP (v)	Dólar	3,80% a.a.	Julho/2022	1.546	–	–	–
Banco Itaú - FINIMP (v)	Dólar	3,80% a.a.	Julho/2022	1.523	–	–	–
Bradesco - FINAME BNDES (vii)	Real	6,49% a.a.	Junho/2026	342	–	1.573	–
Banco Itaú - Operação 4131 (viii)	Euro	3,55% a.a.	Julho/2022	5.265	–	–	–
Banco do Brasil - FINIMP (vi)	Dólar	4,38% a.a	Março/2022	2.305	–	–	–
Passivo de arrendamento (nota 15.c)	Real	12% a.a	Setembro/2022	167	241	296	45
				21.432	**3.892**	**1.884**	**714**

(i) Empréstimo de capital de giro adquirido pela Companhia, sem cláusulas restritivas. (ii) Arrendamento mercantil referente a aquisição de equipamentos de informática, com encargos financeiros pré-fixados a taxa de 1,38% ao mês reconhecidos de forma pro rata. O bem adquirido garante a operação com a Instituição HP Financial e não há cláusulas restritivas no contrato. (iii) Arrendamento mercantil referente a aquisição de equipamentos de informática, com encargos financeiros pré-fixados a taxa de 1,06% ao mês reconhecidos de forma pro rata. O bem adquirido garante a operação com a Instituição HP Financial e não há cláusulas restritivas no contrato. (iv) Arrendamento mercantil referente a aquisição de equipamentos de informática, com encargos financeiros pré-fixados a taxa de 1,03% ao mês reconhecidos de forma pro rata. O bem adquirido garante a operação com a Instituição BB Leasing e não há cláusulas restritivas no contrato. (v) Financiamentos FINIMP em moeda estrangeira, adquiridos pela Companhia, para importação de matéria prima, utilizando direitos creditórios de contas a receber de clientes como garantia da operação. Foram adquiridos contratos a termo de compra de dólar nos mesmos valores e vencimentos da operação para fins de proteção de eventuais oscilações da moeda. (vi) Financiamento FINIMP em moeda estrangeira, adquirido pela controlada Alukroma para importação de matéria prima, utilizando direitos creditórios de contas a receber de clientes como garantia da operação. Foram adquiridos contratos a termo de compra de dólar nos mesmos valores e vencimentos da operação para fins de proteção de eventuais oscilações da moeda. (vii) Financiamento FINAME adquirido pela Companhia para aquisição de máquinas e equipamentos, sem cláusulas restritivas, garantido pelo bem objeto do financiamento. (viii) Empréstimo Internacional em moeda estrangeira (operação 4131), adquirido pela Companhia para pagamento de despesas aduaneiras e nacionalização de importações de matéria-prima, utilizando direitos creditórios de contas a receber de clientes como garantia da operação. Foi adquirido um contrato a termo de compra de Euro no mesmo valor e vencimento da operação para fins de proteção de eventuais oscilações da moeda.

b. Movimentação do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Saldo inicial	4.575	3.313	4.606	3.313
Captação	28.877	2.389	31.173	2.389
Adições de arrendamento mercantil	452	534	527	611
Juros provisionados	853	238	928	245
Variação cambial	555	(89)	493	(89)
Amortização	(13.881)	(1.573)	(13.925)	(1.619)
Juros pagos	(482)	(237)	(486)	(244)
Saldo Final	**20.949**	**4.575**	**23.316**	**4.606**

c. Arrendamentos: A companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento de veículos utilizados em suas operações, com prazos que variam entre 1 e 3 anos, para os quais foram reconhecidos os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento. A companhia e suas controladas possuem também alguns arrendamentos com prazos iguais ou menores de 12 meses e arrendamentos de ativos de baixo valor, para os quais aplicou - se a isenção do reconhecimento.

A seguir são apresentados os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos (incluídos em imobilizados – Nota 11) e as movimentações durante o exercício:

	Controladora	**Consolidado**
	Direito de uso de veículos	Direito de uso de veículos
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**–**	**–**
Adições	534	611
Despesas de depreciação	(291)	(339)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**243**	**272**
Adições	452	527
Baixas	(52)	(69)
Despesas de depreciação	(249)	(273)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**394**	**457**

Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento (incluídos em empréstimos e financiamentos - Nota 15.a) e as movimentações durante o exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Saldo inicial	255	–	286	–
Captação	452	534	527	611
Juros provisionados	13	44	18	51
Amortização	(306)	(279)	(351)	(325)
Juros pagos	(13)	(44)	(17)	(51)
Saldo Final	**401**	**255**	**463**	**286**
Circulante (Nota 15.a)	135	221	167	241
Não circulante (Nota 15.a)	266	34	296	45

As despesas com aluguel de contratos de curto prazo e de ativos de baixo valor, reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram de R$ 354 na Controladora e de R$ 358 no Consolidado (R$ 235 na controladora e R$ 239 no consolidado em 31 de dezembro de 2020).

d. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia e suas controladas possuem contratos a termo de compra de moeda em Dólar e Euro para proteção das exposições aos riscos de variação cambial dos Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira descritos na nota 15.a, reconhecidos pelo valor justo no ativo e/ou passivo com contrapartida no resultado.

				Controladora	
Instrumento financeiro derivativo	Moeda de referência	Valor nocional	Valor nocional em reais	**Valor justo em 31/12/2021**	**Valor justo em 31/12/2020**
Non Deliverable Forwards (NDF)	Dólar	US$ 2.303	12.850	293	93
Non Deliverable Forwards (NDF)	Euro	EUR 849	5.368	225	–
				518	**93**
Non Deliverable Forwards (NDF)	Dólar	US$ 2.717	15.160	448	93
Non Deliverable Forwards (NDF)	Euro	EUR 849	5.368	225	–
				673	**93**

16. Participações estatutárias: Os Administradores, conforme previsão estatutária (Art. 20 do Estatuto Social) e observados os limites previstos em lei, farão jus a uma participação nos lucros da Companhia, cujo montante global será fixado pela assembleia geral. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 328 (R$ 361 em 31 de dezembro de 2020), refere-se à parte da participação que os Administradores fizeram jus no exercício de 2014, cujo montante global foi fixado pela assembleia geral de 28 de abril de 2015 e à participação que os Administradores farão jus no exercício de 2021, cujo montante global será fixado pela assembleia geral. **17. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis**: A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas jurídicas pendentes e, quanto aos riscos trabalhistas e tributários, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis com as ações em curso e com indenizações rescisórias, como segue:

	Controladora						
	Trabalhistas	**Depósitos Judiciais**	**Subtotal**	**Tributárias**	**Depósitos Judiciais**	**Subtotal**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**433**	**(84)**	**349**	**56**	**–**	**56**	**405**
Provisões constituídas durante o exercício	70	–	70	335	(80)	255	325
Processos encerrados	(177)	37	(140)	–	–	–	(140)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**326**	**(47)**	**279**	**391**	**(80)**	**311**	**590**
Provisões constituídas durante o exercício	146	–	146	–	–	–	146
Processos encerrados	(40)	–	(40)	–	–	–	(40)
Compensação de depósitos judiciais	–	47	47	–	80	80	127
Reversões	(94)	–	(94)	–	–	–	(94)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**338**	**–**	**338**	**391**	**–**	**391**	**729**
(i) Saldos em 31 de dezembro de 2020							
Circulante	237	(38)	199	–	–	–	**199**
Não circulante	89	(9)	80	391	(80)	311	**391**
(ii) Saldos em 31 de dezembro de 2021							
Circulante	256	–	256	–	–	–	**256**
Não circulante	82	–	82	391	–	391	**473**

	Consolidado						
	Trabalhistas	**Depósitos Judiciais**	**Subtotal**	**Tributárias**	**Depósitos Judiciais**	**Subtotal**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**457**	**(85)**	**372**	**171**	**–**	**171**	**543**
Provisões constituídas durante o exercício	70	–	70	335	(80)	255	**325**
Processos encerrados	(201)	38	(163)	–	–	–	**(163)**
Transferência para passivos de operações descontinuadas	–	–	–	(115)	–	(115)	**(115)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**326**	**(47)**	**279**	**391**	**(80)**	**311**	**590**
Provisões constituídas durante o exercício	146	–	146	–	–	–	146
Processos encerrados	(40)	–	(40)	–	–	–	(40)
Compensação de depósitos judiciais	–	47	47	–	80	80	127
Reversões	(94)	–	(94)	–	–	–	(94)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**338**	**–**	**338**	**391**	**–**	**391**	**729**
(i) Saldos em 31 de dezembro de 2020							
Circulante	237	(38)	199	–	–	–	**199**
Não circulante	89	(9)	80	391	(80)	311	**391**
(ii) Saldos em 31 de dezembro de 2021							
Circulante	256	–	256	–	–	–	**256**
Não circulante	82	–	82	391	–	391	**473**

Existem outros processos trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda no montante de R$ 4.103 na controladora e consolidado (R$4.343 na controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2020), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não requerem sua contabilização. **18. Patrimônio Líquido: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social integralizado no montante de R$ 177.000 estava representado por 2.947.810 ações, sem valor nominal, sendo 1.360.709 ações preferenciais e 1.587.101 ordinárias. As ações preferenciais têm participação nos dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias, sendo garantida a prioridade na percepção de um dividendo anual, não cumulativo, de 3% sobre o valor do patrimônio líquido da ação e direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no artigo 254 - A da Lei nº 6.404/76. **b. Reserva de retenção lucros:** Foi aprovado em Assembleia Geral dos Acionistas, realizada em 29 de abril de 2021, a retenção da parcela de R$ 6.683 remanescente do lucro líquido ajustado do exercício de 2020. A destinação final da parcela de R$ 17.511 remanescente do lucro líquido ajustado do exercício de 2021, será deliberada pela Assembleia Geral dos Acionistas. A Administração irá propor a retenção do lucro para investimento conforme orçamento de capital, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de Retenção de lucros é de R$ 25.665 (R$ 8.154 em 31 de dezembro de 2020). **c. Reserva legal:** Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido ajustado do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados e da realização do custo atribuído, até o montante correspondente a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de Reserva legal é de R$ 4.078 (R$ 759 em 31 de dezembro de 2020). **d. Reservas de incentivos fiscais de controlada:** Saldo composto pela reserva de incentivos fiscais reflexa da controlada Alukroma, no montante de R$ 1.450. **e. Reserva de lucros a realizar:** A Administração registrou reserva de lucros a realizar no montante de R$ 28.438, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a qual será submetida para referendo da Assembleia Geral dos acionistas.

	Reserva de lucros a realizar
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**–**
Resultado de equivalência patrimonial (nota 10.3)	11.847
Créditos tributários de PIS e COFINS, ainda não compensados (Nota 7)	11.931
Créditos tributários de IRPJ e CSLL, ainda não compensados (Nota 7)	4.660
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**28.438**

f. Juros sobre o capital próprio: Em 13 de dezembro de 2021, a Companhia aprovou crédito a título de remuneração do capital próprio no montante de R$ 8.993, a razão de R$ 3,05 por ação ordinária e preferencial (valor bruto) e R$ 2,59 (valor líquido), com data de pagamento a ser definido na próxima Assembleia Geral. A Administração da Companhia irá propor à Assembleia Geral dos acionistas que a parcela líquida desses juros do capital próprio, na importância de R$ 7.647, seja atribuída aos dividendos mínimos obrigatórios, de acordo com o previsto no parágrafo 7, art.9º da Lei nº 9.249/95. Em 29 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou crédito a título de remuneração do capital próprio no montante de R$ 2.118, a razão de R$ 1,55 por ação preferencial (valor bruto) e R$ 1,32 (valor líquido), pago aos acionistas em 28 de junho de 2021. **g. Destinação do lucro do exercício:** O estatuto da Companhia, nos parágrafos 2º a 4º do seu artigo 33, prevê que o Lucro Líquido do Exercício deve ser destinado da seguinte forma: **"Parágrafo 2º:** Do lucro líquido do exercício, após deduzida a participação a que se refere o Artigo 20, destinar-se-ão 5% (Cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que esta alcance o limite previsto em lei. **Parágrafo 3º:** Do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da LEI 6.404 de 15/12/76, será destinada a importância necessária ao pagamento do dividendo assegurado aos acionistas preferenciais, na forma de Artigo 8, inciso "a" e ao pagamento dos dividendos não prioritários a todos os acionistas, ficando estabelecido que, no mínimo, 25% (Vinte e cinco por cento) do saldo de que trata este Parágrafo serão obrigatoriamente destinados à distribuição aos acionistas, como dividendo. **Parágrafo 4º:** Após o cumprimento do estabelecido nos Parágrafos anteriores e permanecendo saldo de lucros, este ficará à disposição da Assembleia Geral, que lhe dará a destinação que mais lhe convier." Nestes termos, segue o demonstrativo de apuração do Lucro Líquido Ajustado e dos Dividendos a serem distribuídos:

	2021	**2020**
Lucro líquido do exercício	66.068	12.800
Efeito da realização do custo atribuído (deemed cost)	311	312
Lucro líquido ajustado	66.379	13.112
Reserva legal (5%) sobre o lucro líquido ajustado	(3.319)	(656)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	63.060	12.456
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	15.765	3.114
(–) Juros sobre o capital próprio líquido creditados no exercício	(7.647)	(1.801)
(=) Dividendos mínimos obrigatórios a creditar	8.118	1.313

A proposta a ser analisada pela Assembleia é para que os Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%), no valor de R$ 15.765, sejam distribuídos da seguinte maneira: R$ 7.647, como Juros sobre o Capital Próprio líquido a ser atribuído aos dividendos mínimos obrigatórios, às ações ordinárias e preferenciais, a razão de R$ 2,59 por ação, conforme item "g" acima; e R$ 8.118, à razão de R$ 2,75 por ação preferencial e ordinária. **h. Ajuste de avaliação patrimonial:** O saldo de R$ 1.179 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.491 em 31 de dezembro de 2020) é composto pelo ajuste de custo atribuído ao imobilizado, registrado em 1º de janeiro de 2009, deduzido do imposto de renda e da contribuição social diferidos passivos. **i. Outros resultados abrangentes:** O saldo de perda de R$ 212 em 31 de dezembro 2021 (R$ 779 em 31 de dezembro de 2020) é composto pelas perdas atuariais de provisões pós-emprego e para aposentadoria compulsória. **24. Lucro básico e diluído por ação:** O resultado básico por ação foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e a respectiva quantidade média ponderada de

>>>Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

>>>Continuação...

ações ordinárias e preferenciais em circulação neste período, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme o quadro a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas:		
Operações continuadas	66.076	17.720
Operações descontinuadas	(8)	(4.920)
	66.068	**12.800**
Quantidade de ações - média ponderada	2.948	2.948
Lucro básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias	22,413	4,342
Ações preferenciais	22,413	4,342

A Companhia não possuía instrumentos de diluição do lucro por ação no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

20. Receita de vendas de bens e/ou serviços

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Indústrias em geral (Vendas)	254.191	117.656	248.098	120.032
Industrialização para terceiros	151.391	114.393	145.602	109.100
Construção civil	–	–	18.142	12.512
Total da receita operacional bruta	**405.582**	**232.049**	**411.842**	**241.644**
Deduções da receita	(99.016)	(56.744)	(100.194)	(59.231)
Impostos sobre vendas	(90.939)	(52.682)	(91.572)	(54.964)
Devoluções e abatimentos	(8.077)	(4.062)	(8.622)	(4.267)
Total de receita operacional líquida	**306.566**	**175.305**	**311.648**	**182.413**

21. Custo dos bens e/ou serviços vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Matéria-prima	164.173	82.145	169.960	87.339
Salários, encargos e benefícios	27.774	23.375	27.863	23.519
Energia elétrica, produtos químicos e gás natural	13.508	10.405	13.238	10.338
Depreciação e amortização	3.982	3.734	4.304	4.053
Manutenção	3.593	2.372	3.804	2.446
Provisão (reversão) para perdas por redução ao valor recuperável dos estoques	1.672	(220)	1.660	(514)
Gastos gerais de fabricação	7.193	5.045	8.025	6.661
	221.895	**126.856**	**228.854**	**133.842**

22. Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas de pessoal	4.142	3.502	4.927	4.179
Publicidade e propaganda	414	290	596	341
Comissões sobre vendas	44	17	177	185
Material de consumo	80	51	102	64
Despesas de depreciação e amortização	291	198	321	247
Despesas com fretes	1.322	1.274	1.488	1.371
Serviços prestados por terceiros	595	336	617	395
Despesas diversas com vendas	217	154	618	171
	7.105	**5.822**	**8.846**	**6.953**

23. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Honorários da administração	2.677	2.608	2.677	2.608
Despesas de pessoal	12.220	11.418	12.288	11.457
Material de consumo	1.410	1.097	1.415	1.099
Despesas de depreciação e amortização	699	635	712	648
Despesas de comunicação	391	414	398	418
Serviços prestados por terceiros	4.808	2.194	4.974	2.220
Tributos diversos	910	768	1.126	793
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	65	405	65	405
Participações estatutárias	290	323	290	323
Despesas diversas de administração	999	330	1.033	340
	24.469	**20.192**	**24.978**	**20.311**

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.275	940	1.365	944
Variação monetária (i)	7.214	23	7.232	23
Juros ativos	131	123	88	129
Variações cambiais ativas	-	-	62	-
Outras receitas financeiras	135	47	165	175
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(400)	(53)	(407)	(59)
	8.355	**1.080**	**8.505**	**1.212**
Despesas financeiras				
Juros passivos	(991)	(414)	(1.068)	(420)
Variações cambiais passivas	(474)	(64)	(474)	(176)
Perdas com instrumentos financeiros	(490)	(93)	(645)	(93)
Perda em aplicações financeiras	–	(99)	–	(99)
Despesas bancárias	(258)	(145)	(273)	(153)
	(2.213)	**(815)**	**(2.460)**	**(941)**
Resultado financeiro	**6.142**	**265**	**6.045**	**271**

(i) As receitas financeiras com variação monetárias ativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluem o saldo a compensar de R$ 6.380 referente à atualização monetária dos indébitos tributários mencionados na nota explicativa nº 7.

25. Instrumentos financeiros: A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é aprovada pelo Conselho de Administração, sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que a Administração pretende proteger. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, bem como os critérios para sua valorização são descritos a seguir: • Caixa e equivalentes de caixa: abrangem saldos de caixa e conta corrente, reconhecidos pelo custo amortizado e por aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado. Os saldos são aplicados em instituições com altos ratings avaliados por agências especializadas e com baixo risco de crédito. • Contas a receber: A controladora e suas controladas e controladas em conjunto possuem contas a receber em moeda estrangeira e em moeda local. São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente quando aplicável, e os montantes em moeda estrangeira estão sujeitas a variação cambial. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada perda por redução ao valor recuperável, a qual é constituída com base em análise das contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização. • Partes relacionadas: As contas a receber de partes relacionadas são decorrentes de transações comerciais e possuem prazo inferior a um ano, conforme apresentadas nas notas explicativas nº 9.a.1 e 9.a.2. • Fornecedores: A controladora e suas controladas e controladas em conjunto possuem contas a pagar em moeda estrangeira e em moeda local. São registradas e mantidas pelo custo histórico, ajustados a valor presente quando aplicável, e os montantes em moeda estrangeira estão sujeitas a variação cambial. • Empréstimos e financiamentos: A controladora e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos a pagar em moeda local e em moeda estrangeira, reconhecidos pelo custo amortizado. • Instrumentos financeiros derivativos: A controladora e suas controladas possuem operações com *Non Deliverable Forwards* (NDF) para proteção das exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, reconhecidos pelo valor justo no ativo e/ou passivo com contrapartida no resultado.

Instrumentos financeiros por categoria

Os saldos de ativos e passivos financeiros estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos ao valor justo por meio do resultado:				
Aplicações financeiras	44.501	44.013	48.476	44.220
Ativos financeiros ao custo amortizado:				
Caixas e bancos	309	107	324	171
Contas a receber de clientes - circulante	64.639	42.107	55.994	42.267
Passivos ao valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos financeiro derivativos	518	93	673	93
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Fornecedores - circulante	23.174	15.895	23.938	16.252
Financiamentos	20.949	4.668	23.316	4.699
Partes relacionadas - circulante	192	43	192	38

Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto resolvessem liquidá-los antecipadamente. **Hierarquia de valor justo:** Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Controladora	Valor justo de instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado Nível 2		Valor justo das demais categorias de instrumentos financeiros Nível 2		Valor justo total		Valor contábil	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos ao valor justo por meio do resultado:								
Aplicações financeiras	44.501	44.013	–	–	44.501	44.013	44.501	44.013
Ativos financeiros ao custo amortizado:								
Caixas e bancos	–	–	309	107	309	107	309	107
Contas a receber de clientes - circulante	–	–	64.639	42.107	64.639	42.107	64.639	42.107
Passivos financeiros ao custo amortizado:								
Fornecedores - circulante	–	–	23.174	15.895	23.174	15.895	23.174	15.895
Financiamentos	–	–	20.949	4.668	20.949	4.668	20.949	4.668
Partes relacionadas - circulante	–	–	192	43	192	43	192	43
Instrumentos financeiro derivativos	518	93	–	–	518	93	518	93

Consolidado	Valor justo de instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado Nível 2		Valor justo das demais categorias de instrumentos financeiros Nível 2		Valor justo total		Valor contábil	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos ao valor justo por meio do resultado:								
Aplicações financeiras	48.476	44.220	–	–	48.476	44.220	48.476	44.220
Ativos financeiros ao custo amortizado:								
Caixas e bancos	–	–	324	171	324	171	324	171
Contas a receber de clientes - circulante	–	–	55.994	42.267	55.994	42.267	55.994	42.267
Passivos financeiros ao custo amortizado:								
Fornecedores - circulante	–	–	23.938	16.252	23.938	16.252	23.938	16.252
Financiamentos	–	–	23.316	4.699	23.316	4.699	23.316	4.699
Partes relacionadas - circulante	–	–	192	38	192	38	192	38
Instrumentos financeiro derivativos	673	93	–	–	673	93	673	93

Todos os valores justos divulgados no quadro acima foram mensurados utilizando a hierarquia de valor justo do nível 2. As aplicações financeiras, classificadas como nível 2, foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo. As operações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto terem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas e controladas em conjunto estarem sujeitas a ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. **Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto para a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos e venda de produtos. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem como política a contratação de proteção para os ativos e passivos em moeda estrangeira, considerados relevantes ao negócio da Companhia e sujeitos a aprovação da Administração. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros pós-fixadas:** Além do cenário provável, a CVM, através da instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados conforme abaixo:

Controladora	Acumulado em 2021	Cenário atual	Cenário 1 - 25%	Cenário 2 - 50%
Taxa CDI	4,44%	9,15%	6,86%	4,58%
Rendimento anual das aplicações financeiras	1.216	4.072	3.054	2.036
Efeito no rendimento - redução	**–**	**–**	**(1.018)**	**(2.036)**

Consolidado	Acumulado em 2021	Cenário atual	Cenário 1 - 25%	Cenário 2 - 50%
Taxa CDI	4,44%	9,15%	6,86%	4,58%
Rendimento anual das aplicações financeiras	1.302	4.436	3.327	2.218
Efeito no rendimento - redução	**–**	**–**	**(1.109)**	**(2.218)**

O cenário 1 considera uma queda na taxa do CDI de 25% (taxa de 6,86%) e o cenário 2 uma queda de 50% (taxa de 4,58%) sobre os saldos de aplicações financeiras de R$ 44.501 (R$ 48.476 no consolidado). Os resultados à luz dessas variações seriam redução do rendimento de R$ 1.018 no cenário 1 (R$ 1.109 no Consolidado) e de R$ 2.036 no cenário 2 (R$ 2.218 no Consolidado).

Controladora					
Análise de sensibilidade de variações cambiais	Cenário atual	Cenário 1 + 25%	Cenário 2 + 50%	Cenário 3 - 25%	Cenário 4 - 50%
Cotação do dólar	5,581	6,976	8,371	4,185	2,790
Fornecedores exterior - R$ 70 (US$ 13)	(70)	(88)	(105)	(53)	(35)
Clientes exterior - R$ 665 (US$ 119)	665	831	998	499	333
Financiamento em moeda estrangeira - R$ 12.865 (US$ 2.305)	(12.865)	(16.081)	(19.298)	(9.649)	(6.433)
Contrato a termo em moeda estrangeira - R$ 12.850 (US$ 2.303)	12.850	16.062	19.275	9.637	6.425
Efeito líquido na despesa de variação cambial - (redução) aumento	**–**	**(144)**	**(290)**	**146**	**290**

Consolidado					
Análise de sensibilidade de variações cambiais	Cenário atual	Cenário 1 + 25%	Cenário 2 + 50%	Cenário 3 - 25%	Cenário 4 - 50%
Cotação do dólar	5,581	6,976	8,371	4,185	2,790
Fornecedores exterior - R$ 70 (US$ 13)	(70)	(88)	(105)	(53)	(35)
Clientes exterior - R$ 665 (US$ 119)	665	831	998	499	333
Financiamento em moeda estrangeira - R$ 15.191 (US$ 2.722)	(15.191)	(18.989)	(22.786)	(11.393)	(7.595)
Contrato a termo em moeda estrangeira - R$ 15.160 (US$ 2.717)	15.160	18.950	22.741	11.370	7.580
Efeito líquido na despesa de variação cambial - (redução) aumento	**–**	**(139)**	**(283)**	**142**	**282**

O cenário 1 considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte–americano considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2021 de R$ 5,581/US$ (R$ 6,976/US$), e o cenário 2 uma desvalorização de 50% (R$ 8,371/US$), o cenário 3 uma valorização de 25% (R$ 4,185/US$) e o cenário 4 uma valorização de 50% (R$ 2,790/US$). Os resultados à luz das paridades consideradas seriam redução de despesa de R$ 144 na Controladora (R$ 139 no Consolidado) no cenário 1, redução de R$ 290 na Controladora (R$ 283 no Consolidado) no cenário 2, aumento de R$ 146 na Controladora (R$ 142 no Consolidado) no cenário 3 e aumento de R$ 290 na Controladora (R$ 282 no Consolidado) no cenário 4.

Controladora e consolidado					
	Cenário atual	Cenário 1 + 25%	Cenário 2 + 50%	Cenário 3 - 25%	Cenário 4 - 50%
Cotação do Euro	6,321	7,901	9,482	4,741	3,161
Financiamento em moeda estrangeira - R$ 5.368 (EUR 849)	(5.368)	(6.710)	(8.052)	(4.026)	(2.684)
Contrato a termo em moeda estrangeira - R$ 5.368 (EUR 849)	5.368	6.710	8.052	4.026	2.684
Efeito líquido na despesa de variação cambial - (redução) aumento	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**

O cenário 1 considera uma desvalorização do real em 25% sobre o Euro, considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2021 de R$ 6,321/EUR (R$ 7,901/EUR), e o cenário 2 uma desvalorização de 50% (R$ 9,482/EUR), o cenário 3 uma valorização de 25% (R$ 4,741/EUR) e o cenário 4 uma valorização de 50% (R$ 3,161/EUR). Não haverá impacto nos resultados da controladora e consolidado ocasionado pela variação cambial do Euro. **Gestão de risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Administrativa da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O gerenciamento do risco de liquidez é feito através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. Devido ao cenário de crescimento nas vendas e restrições no fornecimento de insumos verificados em 2021, a companhia precisou reforçar o seu estoque pra atender à demanda o que, somado aos reajustes nos preços dos insumos, exigiu maior capital de giro. A percepção da companhia é que, com a cadeia produtiva normalizada, a cobertura de estoque deverá se reduzir nos próximos meses, liberando recursos para a recomposição do capital de giro em nível mais compatível com o uso previsto de recursos. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data em que vencem as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós–fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas taxas de juros no encerramento do exercício.

Controladora	31 de dezembro de 2021				31 de dezembro de 2020			
	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Fornecedores	23.133	41	–	**23.174**	15.895	–	–	**15.895**
Financiamentos	19.525	1.352	708	**21.585**	3.944	716	–	**4.660**
Partes relacionadas	192	–	–	**192**	43	–	–	**43**
Instrumentos financeiro derivativos	518	–	–	**518**	93	–	–	**93**
	43.368	**1.393**	**708**	**45.469**	**19.975**	**716**	**–**	**20.691**

Consolidado	31 de dezembro de 2021				31 de dezembro de 2020			
	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Fornecedores	23.897	41	–	**23.938**	16.252	–	–	**16.252**
Financiamentos	21.888	1.384	708	**23.980**	3.966	728	–	**4.694**
Partes relacionadas	192	–	–	**192**	38	–	–	**38**
Instrumentos financeiro derivativos	673	–	–	**673**	93	–	–	**93**
	46.650	**1.425**	**708**	**48.783**	**20.349**	**728**	**–**	**21.077**

26. Gestão do capital: A política da Administração é manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, credores e do mercado, garantindo o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital e também o nível de dividendos para acionistas, procurando obter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de capitais próprios e de terceiros. **27. Informações por segmento:** As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8) e em relação aos negócios da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia. Um segmento é um componente identificável da Companhia, destinado à fabricação de produtos ou à prestação de serviços, ou ao fornecimento de produtos e serviços num ambiente econômico particular, o qual esteja sujeito a riscos e remunerações que são diferentes daqueles outros segmentos. Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos. A Companhia tem por objeto social a industrialização e comercialização de pintura de bobinas metálicas, atuando especificamente no segmento da indústria em geral e no de industrialização para terceiros. A controlada Profinish atuava no segmento de móveis e, atualmente, realiza a fabricação de produtos químicos para tratamento superficial de metais e plásticos e congêneres, utilizados nos segmentos de industrias em geral e industrialização para terceiros. A controlada Alukroma atua no segmento de construção civil.

• Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis (i)	Total
Ativo					
Circulante	116.710	71.834	13.921	1.924	**204.389**
Não circulante	4.141	2.548	4.311	1.038	**12.038**
Investimentos	22.947	14.123	–	–	**37.070**
Imobilizado	43.406	26.717	9.478	–	**79.601**
Intangível	2.098	1.291	41	–	**3.430**
	189.302	**116.513**	**27.751**	**2.962**	**336.528**
Passivo					
Circulante	42.261	26.011	15.916	2	**84.190**
Não circulante	9.106	5.604	30	–	**14.740**
Patrimônio líquido	137.935	84.898	11.805	2.960	**237.598**
	189.302	**116.513**	**27.751**	**2.962**	**336.528**

>>>Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

>>>Continuação...

• Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis (i)	Total
Ativo					
Circulante	64.639	62.710	8.502	1.070	**136.921**
Não circulante	178	172	2.315	3.349	**6.014**
Investimentos	10.704	10.384	–	–	**21.088**
Imobilizado	32.638	31.664	9.669	–	**73.971**
Intangível	1.375	1.333	61	–	**2.769**
	109.534	**106.263**	**20.547**	**4.419**	**240.763**
Passivo					
Circulante	16.913	16.409	4.668	123	**38.113**
Não circulante	6.204	6.018	11	–	**12.233**
Patrimônio líquido	86.417	83.836	15.868	4.296	**190.417**
	109.534	**106.263**	**20.547**	**4.419**	**240.763**

• Demonstração do resultado consolidado em 31 de dezembro de 2021

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Total
Receita operacional líquida	**184.696**	**113.679**	**13.273**	**311.648**
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(149.650)	(64.146)	(15.058)	(228.854)
Lucro (prejuízo) bruto	**35.046**	**49.533**	**(1.785)**	**82.794**
Despesas operacionais	(1.787)	(6.268)	(1.967)	(10.022)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**33.259**	**43.265**	**(3.752)**	**72.772**
Resultado financeiro líquido	1.376	4.824	(155)	6.045
Receitas financeiras	1.848	6.480	177	8.505
Despesas financeiras	(472)	(1.656)	(332)	(2.460)
Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL	**34.635**	**48.089**	**(3.907)**	**78.817**
Imposto de renda e contribuição social	(2.827)	(9.914)	–	(12.741)
Resultado do exercício	**31.808**	**38.175**	**(3.907)**	**66.076**

• Demonstração do resultado consolidado em 31 de dezembro de 2020

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Total
Receita operacional líquida	**87.978**	**85.353**	**9.082**	**182.413**
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(73.943)	(50.814)	(9.085)	(133.842)
Lucro (prejuízo) bruto	**14.035**	**34.539**	**(3)**	**48.571**
Despesas operacionais	(4.814)	(17.802)	(1.291)	(23.907)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**9.221**	**16.737**	**(1.294)**	**24.664**
Resultado financeiro líquido	57	208	6	271
Receitas financeiras	230	850	132	1.212
Despesas financeiras	(173)	(642)	(126)	(941)
Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL	**9.278**	**16.945**	**(1.288)**	**24.935**
Imposto de renda e contribuição social	(1.536)	(5.679)	–	(7.215)
Resultado do exercício	**7.742**	**11.266**	**(1.288)**	**17.720**

• Demonstração dos fluxos de caixa consolidados em 31 de dezembro de 2021

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis (i)	Total
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	964	593	1.561	1.119	4.237
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de investimentos	(6.223)	(3.830)	(182)	26	(10.209)
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamentos	5.686	3.500	2.342	(1.147)	10.381
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	427	263	3.721	(2)	4.409

• Demonstração dos fluxos de caixa consolidados em 31 de dezembro de 2020

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis (i)	Total
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	9.314	9.036	(521)	(972)	16.857
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de investimentos	(2.664)	(2.584)	(102)	4.323	(1.027)
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamentos	2.141	2.078	25	(3.353)	891
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	8.791	8.530	(598)	(2)	16.721

(i) Operação descontinuada, conforme nota 10.4.

28. Cobertura de seguros: A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. Em 31 de dezembro de 2021 estavam vigentes as seguintes coberturas de seguros:

Coberturas	Risco coberto	Vigência	Controladora	Consolidado
Prédios e conteúdos (Próprios e de terceiros), inclusive estoques	Incêndio, explosão, danos elétricos, furto	Até 13/08/2022	242.379	254.511
Responsabilidade Cível de Diretores, Conselheiros e Administradores	Danos morais, materiais, ambientais, etc.	Até 18/08/2022	15.000	15.000
Responsabilidade civil de produtos	Danos morais, materiais e corporais causados a terceiros	Até 30/01/2023	3.000	3.000
Veículos	Colisão, incêndio, roubo	Até 08/02/2023	433	433
Veículos	Colisão, incêndio, roubo	Até 08/02/2023	–	114
Transportes de materiais	Perdas, danos, roubo e furto qualificado a mercadorias transportadas	Até 31/07/2022	Valores das mercadorias transportadas	Valores das mercadorias transportadas
Transportes de materiais Importados	Perdas, danos, roubo e furto qualificado a mercadorias transportadas	Até 26/05/2022	Valores das mercadorias Transportadas	Valores das mercadorias transportadas

29. Plano de previdência privada – contribuição definida: A Companhia e suas controladas possuem, desde o mês de agosto de 2001, um plano de previdência privada do tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), oferecido com exclusividade aos seus diretores e funcionários, administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão de suas contribuições, descontinuidade ou transferência para outra administradora. Essas contribuições podem ser reajustadas de acordo com a variação geral dos salários aplicados pela Companhia. As contribuições registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R$ 401 (R$ 457 em 31 de dezembro de 2020) na controladora e R$ 427 (R$ 481 em 31 de dezembro de 2020) no consolidado. **30. Obrigações pós emprego**: A Companhia proporciona aos seus empregados um plano de assistência médica pós-emprego em que o custeio é realizado tanto pelo empregado quanto pela Companhia. A provisão representa o direito de manutenção da condição de beneficiário para aposentados que contribuíram para o plano de assistência médica, previsto no inciso I e o § 1º do artigo 1º da Lei nº 9656 de 3 de setembro de 1998. Conforme cálculo efetuado pelos consultores atuariais da Companhia, o valor do passivo referente aos empregados que fazem parte do plano de assistência médica é de R$1.142 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.541 em 31 de dezembro de 2020).

	Controladora e Consolidado 31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	1.541	1.039
Adições	107	73
(Ganhos) Perdas atuariais	(506)	429
Saldo final	**1.142**	**1.541**

As premissas atuariais em vigor são as seguintes:

	2021	2020
Taxa de desconto	5,33% ao ano ("a.a.")	3,56% ao ano ("a.a.")
Taxa de inflação	3,00% ao ano ("a.a.")	3,27% ao ano ("a.a.")
Índice de dependência principal	80%	80%
Rotatividade	10,54% ao ano ("a.a.")	9,55% ao ano ("a.a.")
Tabela de mortalidade	AT-2000	AT-2000

A Administração atualiza as premissas atuariais anualmente no encerramento do exercício social.

31. Aposentadoria compulsória: A Companhia adota como política de recursos humanos a aposentadoria compulsória para os colaboradores. A idade prevista para aposentadoria compulsória corresponde a 62 anos para mulheres e 65 anos para homens. As informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluem R$ 4.528 (R$ 4.687 em 31 de dezembro de 2020) de provisão para aposentadoria compulsória, calculada com base nos valores das multas rescisórias dos empregados que atingirem a idade definida para aposentadoria.

	Controladora e Consolidado 31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	4.687	3.620
Adições	485	383
Baixas	(293)	(141)
(Ganhos) Perdas atuariais	(351)	825
Saldo final	**4.528**	**4.687**

As premissas atuariais em vigor são as seguintes:

	2021	2020
Taxa de desconto	5,22% ao ano ("a.a.")	3,80% ao ano ("a.a.")
Taxa de inflação	3,00% ao ano ("a.a.")	3,27% ao ano ("a.a.")
Taxa anual das quotas do FGTS	3%	3%
Rotatividade	10,54% ao ano ("a.a.")	9,55% ao ano ("a.a.")
Tabela de mortalidade	AT - 2000	AT - 2000

A Administração atualiza as premissas atuariais anualmente no encerramento do exercício social.

32. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora 2021	2020	Consolidado 2021	2020
Aquisições de bens do ativo imobilizado sem efeito caixa	1.001	92	1.015	98
Pagamento de imobilizados no exercício (com efeito no exercício), adquiridos em exercícios anteriores.	(92)	(5)	(98)	(5)
	909	**87**	**917**	**93**

33. COVID - 19: Em meados de março de 2020, em decorrência do início da pandemia da Covid–19, as atividades econômicas no Brasil foram reduzidas drasticamente, tendo sido impostas restrições e medidas de distanciamento social com a finalidade de reduzir a circulação do vírus. A TEKNO e as suas controladas, atentas à necessidade de atender as recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde, adotou várias medidas no intuito de contar a disseminação da Covid–19 e, consequentemente, preservar a saúde e a segurança dos seus colaboradores e a manutenção de suas atividades, dentre as quais: • Reforço na higienização do ambiente com disponibilização de álcool 70% em gel em todas as plantas; • Distribuição de máscaras protetivas para todos os colaboradores; • Aferição de temperatura corpórea em todos os colaboradores previamente ao acesso as plantas e escritórios, testagem RT - PCR nos casos sintomáticos e em possíveis contatos; • Distanciamento social; • Afastamento dos colaboradores pertencentes aos Grupos de Risco com implantação de home-office, • Reforço nas publicações internas com informações de prevenção à Covid-19 • Cancelamento de reuniões presenciais, nas unidades ou fora, bem como a participação em treinamentos internos e externos, utilizando-se dos meios eletrônicos para realizar os contatos de trabalho. Algumas dessas restrições foram e outras estão sendo gradativamente flexibilizadas pela TEKNO e suas controladas, durante a pandemia, sempre em conformidade das diretrizes das autoridades de saúde. Apesar dos impactos econômicos causados pela pandemia, as atividades da TEKNO e de suas controladas não foram afetadas nos exercícios de 2020 e 2021, tendo a TEKNO, inclusive, aumentado o volume negociado e a receita operacional líquida, além de alcançar um melhor resultado contábil nos referidos exercícios, em comparação com o período recente pré-pandemia. A TEKNO e suas controladas, continuam avaliando permanente e detalhadamente os efeitos causados pela COVID–19 em seus negócios e em suas estimativas contábeis, e considera não haver riscos de continuidade, nem de necessidade de ajustes de estimativas contábeis que possam produzir efeitos significativos nos negócios da Companhia e consequentemente em sua posição patrimonial e financeira. Até o presente momento, a Companhia permanece com todas as suas previsões de produção e vendas de médio e longo prazos

Composição do Conselho de Administração

Fernando Antonio Albino de Oliveira: (Presidente) – **Valter Takeo Sassaki:** (Membro)
Batuíra Rogério Meneghesso Lino: (Membro) – **Flávia de Almeida Borges:** (Membro)
Maria Pia Bastos Tigre Buchheim: (Membro) – **Plínio Oliveira do Val:** (Membro)
João Alberto de Almeida Borges: (Membro)

Composição da Diretoria

Guilherme Luiz do Val – (Diretor Presidente) – **José Maria de Campos Maia Netto** – (Diretor de Relações com os Investidores)
José Luiz Madeira do Val – (Diretor Administrativo)

Gerente de Controladoria

Edson da Silva Lopes – CRC 1SP116.560/O-3

Parecer do Conselho Fiscal

"Em atendimento às atribuições estatutárias e legais e na forma deliberada em reunião realizada nesta data, os membros do Conselho Fiscal da Tekno S/A Indústria e Comércio, infra-assinados, vêm emitir seu parecer: por unanimidade, no sentido de serem aprovadas, pela Assembleia Geral, **a)** as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; **(b)** a proposta para distribuição dos dividendos, e a destinação do saldo do lucro líquido; e **(c)** o orçamento de capital. No desempenho de suas funções, os Conselheiros encontraram os documentos em ordem, tendo em vista o que a respeito atesta o parecer da empresa de auditoria **ERNST YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.**". Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a ata que é lida, aprovada e assinada pelos presentes.

São Paulo, 17 de março de 2022
Arystóbulo de Oliveira Freitas – Rubens Benevides Ferrer Neto
Andrea Rangel Azeredo – Sergio Lucchesi Filho – Toshio Nishioka

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Tekno S.A. Indústria e Comércio** - São Paulo-SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tekno S.A. Indústria e Comércio (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Redução ao seu valor recuperável do ativo imobilizado – Individual e Consolidado:** O ativo imobilizado é composto principalmente pelos investimentos em máquinas e equipamentos. Conforme mencionado nas notas explicativas 2.4 (c), 3.7 e 11 às demonstrações financeiras, a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável dos bens do ativo imobilizado e efetuou as análises do valor recuperável com base no valor em uso do ativo, utilizando os fluxos de caixa futuros estimados e descontados a valor presente e, para as empresas controladas, a administração efetuou a análise do valor recuperável para cada ativo pelo seu valor justo de mercado, descontando as despesas necessárias para venda, de acordo com laudo elaborado por empresa terceirizada especializada.A avaliação da recuperação do ativo imobilizado da Companhia foi significativa para a nossa auditoria, uma vez que o processo de avaliação é complexo, envolve julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado com base no valor em uso do ativo, além de critérios de avaliação e metodologia específica de avaliação para calcular o valor de mercado, quando aplicável. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Obtivemos o entendimento do desenho de implementação dos controles internos relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análise ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia, contudo optamos por uma abordagem de testes substantivos. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de profissionais experientes para entendimento e avaliação das premissas e adequação das metodologias e procedimentos usados pela Companhia, assim como a avaliação da precisão da estimativa utilizada para o teste de recuperabilidade ao valor recuperável. Adicionalmente, comparamos as premissas e valores utilizados com dados históricos e fontes externas comparáveis, quando disponível, tais como crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto, assim como avaliamos as análises de sensibilidade sobre essas premissas e avaliamos o relatório de avaliação patrimonial. Comparamos a soma dos fluxos de caixa descontados e o relatório de avaliação patrimonial, quando aplicável, com o valor registrado de ativo imobilizado da Companhia para determinação do valor recuperável. Examinamos, também, a adequação e a conformidade das divulgações da Companhia incluídas nas notas explicativas 2.4 (c), 3.7 e 11 às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a redução ao seu valor recuperável do ativo imobilizado, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imobilizado adotados pela Administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas

>>>Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

Publicidade Legal

>>>Continuação...

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 22 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Marcos Roberto Sponchiado
CRC-1SP175536/O-5

Ásia: bolsas fecham em baixa, com perdas em NY e antes de reuniões sobre Ucrânia

O índice DXY, que mede o dólar ante uma cesta de moedas fortes, terminou o dia em alta, em uma sessão marcada pelo mercado mais avesso ao risco, com o petróleo em forte alta. Além disso, investidores estiveram de olho em comentários de dirigentes do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano). Nos últimos dias, autoridades da instituição adotaram um tom mais hawkish para a perspectiva da política monetária.

No fim da tarde em Nova York, o dólar subia a 121,15 ienes, o euro caía a US$ 1,1009 e a libra tinha queda a US$ 1,3207. O DXY subiu 0,13%, a 98,622 pontos.

Na madrugada, o DXY operava perto da estabilidade, ganhando força ao longo do dia à medida que a demanda por ativos considerados mais seguros aumentou, após o petróleo reagir em forte alta a relatos de que um oleoduto russo foi danificado por uma tempestade. Investidores também acompanharam comentários de dirigentes do Fed.

Presidente da distrital de São Francisco, Mary Daly, afirmou que o BC está preparado para fazer o necessário para garantir a estabilidade de preços. Segundo ela, os dados vão dizer o quanto de aperto monetário é necessário nos Estados Unidos, mas tudo está "na mesa", inclusive aumentar os juros em 50 pontos-base. Já o presidente de St. Louis, James Bullard, disse ser necessário pensar "mais amplamente" sobre o aperto monetário nos Estados Unidos e pontuou haver riscos caso este tenha ritmo "devagar demais".

Para a Western Union, o dólar se manteve mais forte hoje à medida que os mercados continuaram a absorver as perspectivas cada vez mais agressivas do Fed.

Já o ING destaca que os mercados encontram conforto com suas expectativas sobre a taxa terminal do Fed, que atualmente está em torno de 2,75%, mas pode em breve chegar a 3,00%.

Isto é Dinheiro

Taxas de juros operam estáveis após RTI e em meio à queda de dólar e petróleo

Os juros futuros operam perto da estabilidade em toda a curva, em meio ao recuo do dólar e do petróleo, e mostrando efeito limitado da leitura do Relatório Trimestral de Inflação (RTI). A Renascença DTVM destaca, em nota, "a alta sensibilidade do modelo do BC em relação ao petróleo" e o box que trata do "repasse do preço do petróleo em reais para a inflação e mensuração de riscos".

O BC afirma ainda que a principal pressão de inflação no próximo trimestre será de combustíveis e que os alimentos devem ter alta importante com guerra na Ucrânia e clima extremo. As atenções agora estarão na coletiva com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, sobre o documento, e do leilão de LTN e NTN-F do Tesouro, ambos às 11h.

Às 9h10 desta quinta-feira, a taxa do contrato de depósito interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 estava em 12,960%, de 12,982% no ajuste de ontem. O vencimento para janeiro de 2024 exibia taxa de 12,63%, de 12,64%, e o para janeiro de 2025 estava em 12,05%, de 12,06%. Já o DI para janeiro de 2027 recuava para 11,81%, de 11,85% no ajuste anterior.

Isto é Dinheiro

Na guerra ou na propina, ouro é visto como um ativo seguro; mas vale investir agora?

O ouro voltou a ganhar destaque no Brasil com a declaração de um prefeito do Maranhão que afirmou ter recebido pedido de propina do pastor Ailton Moura, que integraria um gabinete paralelo no Ministério da Educação (MEC). Teria sido pedido 1 kg de ouro em troca da liberação de recursos públicos à construção de escolas.

Com o início da invasão russa sobre a Ucrânia, o ouro também foi bastante citado na imprensa especializada pelo aumento nos investimentos, já que se trata de um ativo mais seguro diante das incertezas que o conflito traz às economias mundiais.

A B3, que oferece diversos contratos financeiros que acompanham o valor do ouro no mercado internacional, diz que a cotação do ouro "reflete as expectativas do mercado internacional atreladas ao mercado interno e à variação do dólar. O valor deste metal está mais relacionado com a aversão e tomada de risco do que com as dinâmicas da oferta e da procura".

O ouro é considerado uma reserva de valor durável: embora apresente uma volatilidade relativamente mais baixa do que outros ativos, ele não desvaloriza, é finito e escasso, possui liquidez internacional e é aceito como garantia em negociações de outros ativos.

Apesar da segurança e ter valorizado mais de 250% na década passada, quem investiu recentemente em ouro pensando em uma valorização com a guerra na Ucrânia ainda não teve retorno.

"O ouro, tradicionalmente, é uma reserva de valor, mas ele tem velocidade nem sempre condizente com o humor dos investimentos. O ouro se valorizou muito pouco em relação a outros momentos de tensão no mundo (em comparação à Ucrânia). Um dos motivos a essa pequena variação é que durante anos a Rússia fez uma reserva de US$ 150 bilhões em ouro e pode começar a vender sua reserva para cobrir as despesas de guerra, o que pode impactar no preço do metal", explica Vinicius Machado, economista e gestor de investimentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Machado explica que, no Brasil, o ouro é negociado em grama: atualmente R$ 310. Ou seja: a propina de 1 kg de ouro que teria sido pedida no MEC valeria R$ 310 mil. A B3 contrato padrão de ouro, que corresponde a um lote de 250 g de 24 quilates, que representa pureza de 99,99%.

Isto é Dinheiro

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa
Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.

Negócios

Google testa smartphones para medir batimento cardíaco e fazer imagem de globo ocular

O Google anunciou nesta quinta-feira planos para uso de smartphones no monitoramento de saúde, com possível uso de sons cardíacos e imagens do globo ocular para ajudar pessoas a identificarem problemas de saúde em casa.

A empresa da Alphabet está analisando se o microfone embutido dos smartphones pode detectar batimentos cardíacos e ruídos quando colocado sobre o peito, disse o chefe de inteligência artificial em saúde, Greg Corrado. As leituras podem permitir a detecção precoce de distúrbios das válvulas cardíacas, disse ele.

"Não está no nível de diagnóstico, mas no nível de saber se há um risco elevado", disse Corrado, observando que ainda há dúvidas sobre a precisão.

A pesquisa ocular está focada na detecção de doenças, como as ligadas ao diabetes, a partir de fotos. O Google disse ter obtido "resultados promissores iniciais" usando câmeras de mesa em clínicas e agora examinará se as fotos de smartphones também podem funcionar.

Corrado disse que sua equipe viu "um futuro em que as pessoas, com a ajuda de seus médicos, podem entender melhor e tomar decisões sobre as condições de saúde de sua própria casa".

O Google também quer testar se seu software de inteligência artificial pode analisar exames de ultrassom feitos por técnicos menos qualificados, desde que sigam um padrão definido. A tecnologia pode resolver a escassez de trabalhadores mais qualificados e permitir que familiares sejam avaliados em casa.

Embora o Google tenha procurado há muito tempo trazer sua experiência técnica para a área de saúde, disse pouco sobre se os esforços estão gerando receita ou uso significativo.

Corrado disse que o lançamento de recursos é "um passo importante" e a adoção levaria tempo.

"Quando você pensa em respiração e frequência cardíaca, qualquer que seja o nível de adoção que vemos hoje apenas arranha a superfície", disse ele.

Reuters

Acionistas da Toshiba rejeitam planos rivais para futuro do grupo

Os acionistas da Toshiba votaram nesta quinta-feira contra propostas concorrentes sobre o futuro do conglomerado japonês, rejeitando uma apresentada pela administração da empresa e outra apoiada por acionistas ativistas.

O plano da administração de desmembrar a unidade de dispositivos da Toshiba e a proposta ativista de busca de ofertas de aquisição não conseguiram obter os 50% necessários dos votos para serem aprovadas.

A oposição aos planos da Toshiba de desmembrar a empresa foi generalizada e seu fracasso não é nenhuma surpresa. Já as chances de aprovação da proposta da 3D Investment Partners, para a Toshiba buscar ofertas de aquisição ou um investimento em participação minoritária não eram tão claras.

Embora a 3D e os outros dois principais acionistas da Toshiba tenham apoiado a busca por uma oferta de compra, a consultoria Institutional Shareholder Services (ISS) não recomendou o plano, dizendo que a proposta "parece excessivamente prematura".

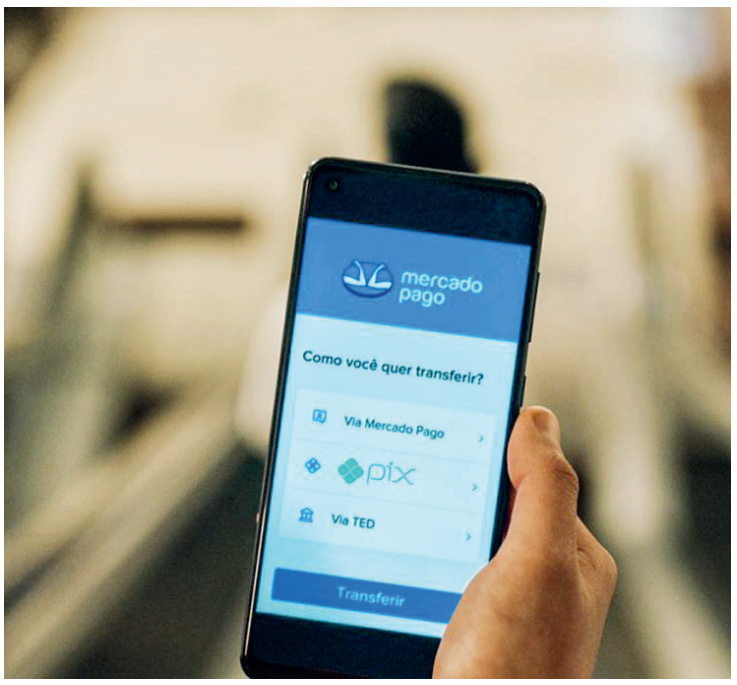
Falando no final da assembleia geral extraordinária de acionistas, o novo presidente-executivo da Toshiba, Taro Shimada, ex-executivo da Siemens, disse apenas que a empresa "consideraria várias opções estratégicas".

As ações da Toshiba fecharam em queda de 0,5% após o resultado da assembleia.

Para alguns observadores, os resultados representaram um grande revés para os fundos de hedge ativistas.

Reuters

Mercado Pago vai lançar saque e depósito via PIX



O Mercado Pago vai passar a processar saques e depósitos em espécie a partir de abril por meio do PIX, à medida que o braço de serviços financeiros do Mercado Livre lança mão de unidades físicas do grupo para engajar sua base de milhões de usuários expandida durante a pandemia no Brasil.

O serviço vai ser oferecido inicialmente por um programa piloto na cidade de São Paulo e deve gradualmente ser ampliado no segundo trimestre para cerca de 2,8 mil lojas pelo país que vendem por meio do marketplace do Mercado Livre. Depois, o Mercado Pago planeja ter o serviço na rede de lotéricas, alcançando 14,5 mil unidades pelo país.

Segundo o vice-presidente do Mercado Pago, Tulio Oliveira, a iniciativa atende a uma demanda de clientes que querem fazer algumas transações em espécie, enquanto permite que lojistas parceiros tenham uma possibilidade de faturamento extra.

A operação de saque na rede credenciada será tarifada, mas o Mercado Pago não divulgou um valor, deixando para os lojistas credenciados alguma flexibilidade para definir a tarifa.

A iniciativa surge no momento em que, após um crescimento explosivo nos últimos dois anos devido a medidas de isolamento social, grandes portais de comércio eletrônico e de serviços financeiros no Brasil buscam meios de engajar clientes e ampliar opções para monetizar seus negócios, alguns ainda deficitários.

Com cerca de 34 milhões de usuários únicos no fim de 2021, o Mercado Livre teve prejuízo de 46,1 milhões de dólares no quarto trimestre, ante prejuízo de 50,6 milhões um ano antes.

"Desde o ano passado, nosso foco tem sido crescimento com rentabilidade", disse Oliveira a jornalistas nesta quinta-feira, na sede da companhia no Brasil, em São Paulo.

Uma das divisões que cresce no conglomerado, o Mercado Pago deve receber uma parte dos cerca de 17 bilhões de reais do investimento anunciado pelo Mercado Livre para o Brasil em 2022.

Reuters

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1142-A9BD-04BA-0F1B.